



EIXO SÓCIO CULTURAL

O Desenvolvimento Cultural de Vitória

CONSULTOR

Estilaque Ferreira

VITÓRIA, 2008

ÍNDICE

1. Introdução.....	4
2. A problemática cultural no mundo contemporâneo.....	8
3. A cidade contemporânea.....	24
4. O Desenvolvimento Cultural de Vitória.....	31
4.1 De 1950 a meados de 1970.....	31
4.2 De meados de 1970 a atualidade.....	44
4.3 A era da “ <i>resistência</i> ”: as políticas de revitalização.....	50
5. A política Cultural de Vitória.....	53
5.1 Quadro institucional.....	53
5.2 Programas e Ações.....	55
5.2.1 Lei Rubem Braga.....	55
5.2.2 Circuito Cultural.....	57
5.2.3 Os Eventos.....	57
5.2.3.1 Síntese do calendário de eventos.....	58
5.3 Financiamento.....	60
5.4. Diagnóstico da economia criativa.....	62
6. Expectativas da população com relação à cultura.....	65
7. Desafios.....	74
8. Cenários. (2008-2028).....	81
9. Diretrizes.....	84
10. Bibliografia.....	96
11. Anexos.....	98
11.1. Levantamento e Análise de Indicadores Culturais.....	98
11.2 Entrevistas.....	107
11.2.1 Maria Helena Signorelli -secretária.....	107
11.2.2 Hélder Trefzger- maestro.....	129
11.2.3 Carlos Henrique Gobbi-jornalista-.....	133
11.2.4 José Augusto Loureiro-ator-.....	136
11.2.5 Marcos Valério Guimarães-produtor cultural-.....	138
11.2.6 Reinaldo Santos Neves-escritor.....	142
11.2.7 Kléber Galvêas-artista plástico.....	147
11.2.8 César Almeida-músico.....	149

11.2.9	Suely Bispo – atriz.....	151
11.2.10	Eliomar Mazocco – folclorista.....	153
11.2.11	Rosa Rasuck-produtora teatral.....	158
11.2.12	Rogério Coimbra-pesquisador musical.....	162
11.2.13	Ednardo Pinheiro-ator.....	166
11.2.14	Sérgio Blanck-poeta.....	170
11.2.15	Beto Pego.....	173
11.2.16	Luiz Claudio Ribeiro- historiador e folclorista.....	176
11.3	Calendário de eventos de 2006.....	187
11.4	Extratos do Diagnóstico CDV de Economia Criativa.....	197
11.4.1	Artes Plásticas.....	197
11.4.2.	Folclore.....	198
11.4.3	Artesanato.....	202
11.4.4	Audiovisual.....	205
11.4.5	Dança.....	209
11.4.6	Design de Interiores.....	214
11.4.7	Literatura.....	217
11.4.8	Moda.....	219
11.4.9	Música.....	220
11.4.10	IPHAN.....	224
11.4.11	Rádio e TV.....	232
11.4.12	Restauração.....	234
12.	Síntese do Diagnóstico.....	236

“Desde os tempos mais antigos, as cidades sempre foram o lugar onde a abertura ao mundo e a sensibilidade para a maneira de pensar e de atuar dos demais estiveram na ordem do dia.” (Peter Berger, 1977, apud Beck, 2005: 103)

1. Introdução:

O objetivo deste relatório é fazer um diagnóstico preliminar do desenvolvimento cultural da cidade de Vitória e de suas conexões com os demais âmbitos da vida urbana local.

O seu pressuposto fundamental está contido no *“Termo de Referência para Elaboração do novo Plano Estratégico da Cidade de Vitória (Versão Preliminar) Agenda Vitória 2008/2028”*, onde está implícita, de nosso ponto de vista, a sugestão de se pensar a problemática da cultura urbana, tratada no item (g), e que inclui a *“preservação dos espaços públicos, dos bens comuns, dos patrimônios ambientais e culturais, dos monumentos históricos e dos sítios e edificações de valor histórico”*, do ponto de vista das *“possibilidades e estratégias de enfrentamento à concentração de riquezas e bens produzidos”*, e do *“acesso e a universalização de políticas sociais como mecanismo para essa desconcentração e democratização”*. Assim, uma leitura atenta revelará que o pressuposto fundamental que está embutido na proposta contida no TR da Agenda Vitória, no que diz respeito ao item *“Cultura”*, é justamente o de que ela pode desempenhar um papel decisivo na prevenção dos riscos inerentes ao processo de crescimento da cidade, que pode ter, se nada for feito no sentido contrário da promoção da equidade, da cidadania e da participação, o efeito adverso de promover inclusive a *“expulsão”* de parte de sua população da cidade. Em outros termos, teme-se que a livre atuação do imperativo econômico promova o esgarçamento e a ruptura do tecido social de que é composta a cidade e por isso se fala no TR de *“articulação”*, *“identidade”*, *“pertencimento”*, *“comunicação”*, etc...

Entende-se, neste sentido, que uma política de desenvolvimento democrática deve incorporar os conceitos de cooperação, confiança, etnicidade, identidade, comunidade e amizade, ou seja, os fatores que compõem o capital social de uma sociedade e que determinam o seu equilíbrio social, e que um rápido processo de crescimento econômico, como o que se prevê para a cidade de Vitória, pode aumentar as tensões sociais e o sentimento de incerteza de sua população.

Implementar uma política de desenvolvimento com estes pressupostos, implica reconhecer também que a função de coesão social já não se limita ao âmbito da atuação do Estado, em seu sentido amplo, mas diz respeito sobretudo aos valores de sua cultura e aos portadores destes valores, ou seja, os indivíduos, as famílias, os grupos, as práticas comunitárias e as *“redes de ações culturais”* em que eles estão envolvidos e que são a base sobre a qual se pode apoiar uma gestão participativa.

Não se pode desconhecer, no entanto, que, hoje a tendência global mais penetrante no âmbito da cultura, e que tem tudo a ver com a expansão do olhar cosmopolita de que falaremos adiante, é a do predomínio das chamadas indústrias culturais, que passaram a ser os atores dominantes na comunicação social e na constituição da esfera pública, e que, sobretudo as gerações mais jovens, direcionam suas práticas culturais de acordo com informações e estilos homogêneos que são captados nos meios eletrônicos de comunicação. Assim, de acordo com as considerações teóricas que serão expendidas adiante, um diagnóstico da condição cultural de uma cidade como Vitória, hoje, deve necessariamente procurar responder à questão do sentido em que nesta cidade se processam hoje a privatização e a comercialização da atividade cultural, em presença de uma indústria cultural globalizada e homogênea, e como se comportam, neste novo contexto, as artes urbanas, contextualizadas e tradicionais, juntamente com a variedade cultural local, ou seja, aqueles patrimônios imateriais, tradições, competências práticas e linguagens, padrões de orientação comportamental e narrativas que uma definição antropológica e lata de cultura sempre reconhece existir em qualquer grupo social.

Este contexto torna extremamente complexa e dificultosa a aplicação de diretrizes consistentes às políticas públicas de cultura e é por essa razão que fazer um diagnóstico preliminar e depois mais detalhado da situação cultural local pode ser um excelente ponto de partida para uma política cultural bem sucedida, segundo aqueles pressupostos.

Até aqui tem prevalecido, no entanto, nas políticas públicas da área cultural, em que pese os esforços no sentido de uma sistematização destas políticas, uma concepção e uma prática mais ou menos “*empírica*” e “*intuitiva*” que freqüentemente menospreza a importância de basear estas políticas em diagnósticos mais precisos da situação real em que operam estas políticas, que se tornam por isso mesmo bastante aleatórias.

Assim, do nosso ponto de vista, políticas públicas consequentes que atuem não apenas sobre a demanda cultural (o acesso à cultura) mas também sobre a oferta de cultura, devem partir de um amplo diagnóstico, (que só foi realizado parcialmente até aqui, no caso de Vitória, pelo que pudemos apurar), sobre a produção cultural local, incluindo nela desde a produção artística tradicional (literatura, pintura, música, teatro etc.), as “*indústrias culturais*” ou “*culturas de massa*” (rádio, televisão, revistas, discos, concertos, recitais, vídeos), a “*cultura popular*” ou “*folclórica*” , (artesanato, eventos populares, feiras, festas folclóricas) as diversas instituições culturais que compõe a infra-estrutura da cultura, tais como, casas de cultura, museus, galerias, bibliotecas etc... não se esquecendo de acrescentar áreas cujo significado as aproxima da cultura, como o esporte, o turismo, a informática e a própria educação, devendo incidir esta pesquisa também sobre o próprio consumo cultural na cidade.

Com muita freqüência perde-se de vista, por exemplo, a conexão bastante evidente hoje em dia entre a cultura, tomada em sua acepção mais ampla, e a própria economia. Este “*esquecimento*” deve-se, em primeiro lugar, à sobrevivência injustificada de uma tradição de pensamento que enfatiza apenas o valor “*simbólico*” da cultura, seu lado “*espiritual*”, em detrimento de uma visão que situe a própria produção cultural em seu contexto “*material*” e humano. Em segundo lugar ele se prende a uma concepção, bastante

devedora da tradição “*frankfurtiana*” de pensamento, que simplesmente “*demoniza*” a cultura de massa e as indústrias culturais.

A visão preliminar da realidade cultural de uma cidade como Vitória, sugere que os pressupostos anteriormente explicitados, relativos a uma política de desenvolvimento democrática que deveria “*incorporar os conceitos de cooperação, confiança, etnicidade, identidade, comunidade e amizade*”, deve levar em consideração a proposição contida em um dos itens do “*Termo de Referência para a Elaboração do Novo Plano Estratégico da Cidade de Vitória (Versão preliminar)*”. Com efeito, no seu Item “G) Cultura”, o TR sugere: “*Identidade de Vitória e seu símbolos: diversidade cultural e social; auto-estima; sentimento de pertencimento*”. Ou seja, o TR quer dizer, salvo engano, que a questão da identidade da cidade deve ser pensada levando em consideração a presença nela da “*diversidade cultural e social*”. Em outros termos, a questão que se coloca é: como pensar a identidade de uma cidade que se pretende cosmopolita levando em consideração a diversidade que a constitui.

No que se segue, numa tentativa preliminar de diagnosticar a condição cultural de Vitória hoje, vamos argumentar que, na verdade, a cidade está diante de dois desafios simultâneos, aparentemente contraditórios: o de afirmar ao mesmo tempo a identidade global e única de uma cidade cosmopolita (que tem a ver com seu passado remoto e que se projeta num futuro que cabe a nós imaginar) e a fragmentação que, em decorrência dos desenvolvimentos das últimas décadas, lhe é constitutiva.

Para tanto, a partir da conferência inicial proferida pelo prof. Paulo César Xavier Pereira e inspirado pelas teses nela apresentadas, examina-se brevemente a problemática cultural no mundo contemporâneo no item 2. No item 3 aprofunda-se a discussão anterior fazendo incidir a sua problemática sobre o tema das cidades contemporâneas e suas reestruturações. No item 4 faz-se um diagnóstico preliminar da evolução da cidade de Vitória, no plano cultural, tomando-se em consideração especialmente os depoimentos dos participantes dos diversos encontros promovidos pela Agenda Vitória, as 16 entrevistas realizadas por nós mesmos com representantes dos mais variados

setores da criação cultural local, a pesquisa sobre *“Economia Criativa”* realizada pela CDV em 2006 e as pesquisas realizadas pelo Instituto Futura para a Agenda Vitória, especialmente a pesquisa intitulada *“Identidade, imagem e patrimônio coletivo e cultural da Cidade”*. No item 5, também com base nas entrevistas que realizamos, efetuamos uma breve avaliação da política cultural posta em prática na cidade, a lei Rubem Braga e os eventos anuais promovidos na cidade. Também apresentamos neste item uma síntese do diagnóstico sobre a economia criativa realizado pela CDV em 2006. No item 6, com base nas pesquisas realizadas pelo Instituto Futura, discorremos sobre as expectativas que têm os moradores da cidade com relação à cultura. No 7 apresentamos as conclusões finais e apontamos os desafios que estão colocados para a cultura da cidade e finalmente no item 8 apresentamos os cenários possíveis para a cidade no plano cultural para os próximos 20 anos. No item 9 apresentamos as diretrizes e programas gerais, no 10 a bibliografia utilizada e no 11 os anexos e, finalmente, no 12, fazemos a síntese do diagnóstico.

2. A Problemática Cultural no Mundo Contemporâneo.

A conferência proferida pelo prof. Dr. Paulo César Xavier Pereira, intitulada *“Construir a Cidade: Pressupostos e Desafios”*, colocou a cultura no centro da problemática social contemporânea. Para ele, a cidade de hoje deve ser pensada essencialmente como o lugar da diversidade cultural (*“o povo sempre tem mais de uma experiência juntamente com experiências novas”*) e o lugar em que a ruptura espaço/tempo ocorre com a maior visibilidade. Outras teses relacionadas com essa foram levantadas pelo mesmo professor, tais como:

1. *“A importância da cidade tem que ser pensada em termos de sua história: ela faz parte de um projeto regional e nacional. No caso de Vitória, a cidade e sua história tem a ver com o porto”*.

2. *“A cidade está inserida em redes de cidades, com as quais compete e coopera, e seus contatos tem que ser pensados como fazendo parte de uma ordem mundial: o local se liga no internacional, o local tem que ser compatibilizado com o internacional, levando ao cosmopolitismo”.*

3. *“Os valores e a cultura tem que ser defendidos, já que o espaço coletivo é uma produção histórica: quais as experiências que devemos preservar? Como fortalecer as raízes? Devemos valorizar a identidade dentro de uma visão global, qual o significado cultural de Vitória.?”*

4. *“A cidade é educadora mas está perdendo este papel. Temos que saber as informações que nos interessam e quais as que interessam aos outros: a internet nos liga à vida internacional e os meios de comunicação são fundamentais”.* (Cf.Anotações pessoais da conferência)

Na sequência dos trabalhos da Agenda, coerente com as indicações fornecidas pelo professor Paulo Xavier, que ele também resumiu, o segundo item das *“Contribuições do I Seminário: a dimensão do desejo”*, manifesta uma pretensão que necessita ser melhor esclarecida uma vez que se trata de um pressuposto fundamental para a elaboração deste diagnóstico. Na forma resumida e meramente indicativa em que este item foi elaborado, ele diz o seguinte: *“Riqueza social (material e imaterial): defesa do crescimento associado à cultura, memória, riqueza do povo, condições de vida, diversidade, potencial natural, etc...”*

Implicitamente, admite-se aí a inevitabilidade do crescimento sócio-econômico da cidade, associando-o, entretanto, à preservação e ao desenvolvimento da *“cultura, memória, e riqueza do povo”*.

Trata-se de um ponto de vista bastante heterodoxo e inovador uma vez que até aqui tem prevalecido a tese crítica de que o desenvolvimento leva necessariamente à destruição da cultura original das populações envolvidas, especialmente naqueles ambientes onde as práticas de mercado ainda não tenham penetrado de forma intensa. Por essa razão, para os críticos

defensores desta tese, a associação entre desenvolvimento e defesa da cultura é um verdadeiro contrasenso.

Para um destes críticos, a introdução mais recente da “*dimensão cultural*” e da noção de “*capital social*” na discussão sobre o desenvolvimento, debaixo da pressuposição de que o desenvolvimento econômico poderia ser compatível com a preservação destes elementos, representaria, na realidade, uma tentativa quase cínica de ampliar a lógica do mercado, que sempre foi o objetivo do desenvolvimento, através de outros meios, e que, “*o pensamento econômico dominante elogia hoje em dia as práticas sociais, que ele mesmo contribui para fazer desaparecer.*” (Rist,2000:129) Na visão de Rist, (um destes críticos) os reformistas de hoje, encastelados na Unesco, mas também em outros organismos gestores da cultura, incapacitados de reconhecer a filiação “*ocidental*” do desenvolvimento, (“*processo que se caracteriza por ter como objetivo o crescimento econômico e a elevação constante do “nível de vida”, o desenvolvimento é um invento tipicamente ocidental*”, p.134) estariam simplesmente se furtando a uma discussão franca e aberta sobre a (im)possível compatibilidade deste desenvolvimento, “*com outras construções sociais ou outras culturas que não se baseiam nos mesmos supostos...*” (p.135). Para tal, essa suposta afirmação das “*identidades culturais*” locais não poderia limitar-se à “*exclusiva promoção das coisas do espírito, como o faz constantemente a Unesco.(...) Se trata realmente de preservar as identidades culturais ou, em outras palavras, as lógicas sociais específicas das distintas sociedades...*” (idem, p.136)

De fato, o fracasso relativo dos intentos de promoção do crescimento efetuados nas últimas décadas em algumas sociedades, sob o beneplácito das agências internacionais de desenvolvimento, associado ao aumento aparente das desigualdades sociais e dos processos de exclusão social que aparentemente são concomitantes aos movimentos da chamada globalização, praticamente obrigaram a que se passasse a levar em consideração os fatores culturais como predisposições que podem afetar de maneira decisiva a maneira como algumas sociedades adotam a lógica do crescimento econômico, condicionando-o de maneira decisiva. (Valladao,2000:151) A cultura (tomada

no sentido amplo das características psico-sociais de uma população) passou a ser vista pelos formuladores de políticas de desenvolvimento ou pelos próprios empreendedores, apenas como um possível obstáculo à concretização dos planos de crescimento local, atribuindo-se com muita frequência o insucesso de um empreendimento à resistência que determinados elementos de natureza cultural opunham à realização dos objetivos colimados, e em alguns casos optando-se, por consequência, pela diretriz, consciente ou inconscientemente praticada, de que era apenas necessária a “remoção” destes obstáculos, pela sua extinção pura e simples, através de métodos “educativos” mais ou menos autoritários, uma política que resultaria em muitos casos na prática de verdadeiros “etnocídios”.

Para evitar isso optou-se mais recentemente por uma revisão do papel da cultura que está embutida, por sua vez, numa rediscussão mais ampla que atinge aspectos decisivos do pensamento econômico convencional e que começa a incluir no âmbito de sua reflexão, de maneira crescente, a realidade e o conceito do chamado “capital social” como um fator decisivo no desenvolvimento. E um dos focos dessa nova área de reflexão é justamente o da relação entre a cultura e o desenvolvimento, relação esta agora pensada em novos termos. (Kliskberg, 2000:20) Neste sentido, de forma paradigmática, pontificava já em 1997 o presidente do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), Enrique V. Iglesias que:

“...há múltiplos aspectos na cultura de cada povo que podem favorecer o seu desenvolvimento econômico e social; é preciso descobri-los, potenciá-los e apoiar-se neles, e fazer isto com seriedade significa recolocar a agenda do desenvolvimento de uma maneira que ela resulte mais eficaz, porque tomará em conta potencialidades da realidade que são de sua essência e que, até agora, tem sido geralmente ignoradas.” (Citado em Kliksberg, 2000: 20-21).

Agora, como se pode ver nesta citação do representante de uma das mais importantes agências mundiais de fomento do desenvolvimento econômico, a cultura passa a ser entendida ela mesma como um recurso e uma

potencialidade, uma “*conveniência*” como quer Yúdice, e não mais como um simples obstáculo.

Como reflexo desta mudança observa-se, no plano nacional, que as diretrizes fundamentais dos organismos gestores da política cultural do estado brasileiro passaram a basear-se justamente na idéia de que é preciso valorizar a riqueza e a diversidade regional. E o próprio ministro da cultura, Gilberto Gil, muito frequentemente tem utilizado a metafórica noção de “*bacia cultural*” para referir-se a um espaço geográfico diferenciado, mas que toma como referência fundamental a cultura regional, valorizando dessa forma a sua diversidade e a sua identidade. Num de seus pronunciamentos mais recentes, a esse respeito, o agora ex-ministro salientou mesmo, que, na verdade, a metáfora de bacia cultural exemplifica de fato “*o que vem a ser o Sistema Nacional de Cultura que estamos construindo*” e que a noção “*ilustra muito fortemente essa compreensão que está se conseguindo ter hoje no Brasil sobre cultura*”. (Cf. Pronunciamento do ministro Gilberto Gil no Seminário Setorial de Cultura do Sudeste, Juiz de Fora, 11/11.2005, in: <http://www.cultura.gov.br/noticias/discursos/index.php>)

Esta nova concepção distancia-se de maneira muito evidente da antiga compreensão que havia dado base às políticas culturais do estado brasileiro desde pelo menos 1930: a de que era preciso afirmar em primeiro plano a unidade da cultura nacional em detrimento de suas particularidades, que só eram valorizadas na medida em que faziam parte daquele repertório unificado do que se acreditava ser a “*autêntica*” identidade brasileira.

No Espírito Santo, hoje, com uma densidade crescente, emerge a consciência de que nosso estado precisa enfrentar decididamente o desafio não apenas de crescer de forma contínua, consistente e organizada, mas simultaneamente desenvolve-se também a convicção de que é preciso descentralizar o processo de desenvolvimento econômico e social, até aqui fortemente concentrado na região metropolitana da capital, situada no centro de seu litoral. Impõe-se da mesma forma a noção de que o simples crescimento econômico de uma região, de um determinado território, ou de uma cidade, não basta, e que é

preciso acoplar a ele a dimensão social, a qual inclui tanto a preservação ambiental, quanto o desenvolvimento institucional e cultural, dimensões estas que colocam em primeiro plano não apenas a questão da qualidade de vida das populações afetadas por este desenvolvimento, mas também o problema da identidade cultural destas mesmas populações, uma identidade que deve funcionar como fator de agregação social e que implica a existência de um sentimento de pertencimento comum, e de uma história compartilhada traduzida concretamente em práticas sociais comuns e tradicionais. E é neste sentido, portanto, que se pode dizer que hoje se generaliza a compreensão de que o planejamento do desenvolvimento sustentável de uma região ou cidade, que se queira viável e legítimo, hoje, deve necessariamente ter como ponto de partida a consideração de sua identidade cultural e de sua história.

Assim, a proposta que se baseia no resgate histórico e na valorização da cultura local baseia-se na convicção de que a identidade e a diversidade regional pode e deve se transformar em alavanca fundamental para o desenvolvimento integral da região ou cidade, uma premissa que supera de alguma forma o preconceito e as teorias que relacionavam de forma mecânica o atraso econômico às diferenças culturais e se referiam com muita frequência aos chamados “*obstáculos culturais*”, atribuindo esse atraso à determinadas características psicosociais de suas populações .

Esta revalorização da cultura local, acopla-se dessa forma a uma concepção de desenvolvimento em cujo centro está a noção de que em sintonia com as intervenções do governo estadual, e eventualmente do governo federal, cabe um papel decisivo às regiões, às cidades e aos âmbitos locais da vida, que devem se transformar, neste caso, em atores estratégicos capazes de desempenhar um papel ativo na sua própria reconstrução, e que regiões, territórios, ou cidades bem-sucedidas são aquelas que, a partir de um conhecimento melhor de seu passado, são capazes de estabelecer uma visão de futuro amplamente compartilhada pela maior parte de seus habitantes, descobrindo com maior facilidade suas vocações, avaliando seus pontos fortes e vulneráveis, suas potencialidades, e estabelecendo estratégias coerentes e

bem definidas para concretizar uma inserção positiva nos mercados regionais, nacionais e mundiais, e interagir de forma bem-sucedida com eles.

Mas é preciso considerar também que a valorização da cultura e da identidade local, fundamentadas na idéia de que a diversidade e a diferença devem ser respeitadas, concepção que tem sido, como vimos, o alicerce sobre o qual se tem constituído as políticas culturais mais recentes, não pode subestimar, no entanto, a premência e a realidade de uma cultura contemporânea profundamente marcada pelo cosmopolitismo.

Já vimos que o debate contemporâneo sobre a relação entre a cultura e o desenvolvimento é demarcado pela presença de duas visões contrapostas: a primeira, que prefere considerar o desenvolvimento simplesmente como um fator de risco para a sobrevivência das alternativas culturais ao mundo capitalista, vendo neste último a causa fundamental da exclusão social que permeia muitas partes do globo atualmente e a outra, defendida inicialmente pelos organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento mas com amplas repercussões nas políticas nacionais e regionais de desenvolvimento, que toma a cultura como uma variável instrumental para o próprio desenvolvimento. Segundo Alfredo G.A.Valladao, no entanto, estas duas correntes padecem do que ele chama uma concepção “*culturalista*” do problema, já que nelas: *“As culturas são percebidas como sistemas essencialmente fechados e coerentes, convivendo e negociando, como maior ou com menor êxito, seus contatos com o “exterior”, quer dizer, com outros blocos culturais relativamente homogêneos (ainda que se admitam influências recíprocas e a importância de certas normas universais, UNESCO, 1996). Por outro lado, se parte também do princípio de que todos os indivíduos e grupos sociais no seio de uma mesma comunidade vivem e compartilham um mesmo laço social da mesma forma. Mas a realidade é muito mais complexa.”* (Valladao,2000:152).

Neste sentido é que parece conveniente levar em conta o caráter essencialmente cosmopolita da cultura contemporânea, que implica a onipresença e a difusão de “*formas transnacionais de comunicação e de vida*”

e que implica também, como não poderia deixar de acontecer, transformações significativas nas atribuições e responsabilidades dos indivíduos e nas próprias imagens que estes indivíduos fazem de si, dos outros indivíduos e dos outros grupos sociais, transtornando completamente a noção que se pode ter da cultura hoje. (Beck,2005:71)

Estamos hoje diante de um reposicionamento mundial da cultura que obriga a uma rediscussão do problema da “*alteridade*” e da “*diferença*”, uma problemática para a qual, até aqui, muitas respostas contrapostas foram aventadas.

Em primeiro lugar, este problema foi colocado e aparentemente resolvido no âmbito do chamado “*universalismo*”: uma perspectiva inaugurada nos primórdios da era moderna, mas que alcançou pleno florescimento com o movimento iluminista do século XVII e seguintes. Nesta perspectiva, a particularidade das demais culturas foi sacrificada em nome da homogeneização universal que aparentemente se faria sob a hegemonia do “*ocidente civilizado*”. Esta visão não continha de fato nenhuma curiosidade “*desinteressada*” ou interesse real pela alteridade dos demais padrões culturais e por isso se admitiu com certa tranqüilidade uma racionalização “*pelo terror*” (Beck,2005:72), que implicava e era bem compatível com aquela diretriz inicialmente apontada no sentido de que os obstáculos culturais ao desenvolvimento deveriam simplesmente ser “*removidos*”. Apesar disso, é bom lembrar que um dos paradoxos da modernidade é justamente o de que, entre os fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX, ela ensejou o florescimento da ubíqua ideologia do romantismo, que se baseava exatamente na reivindicação de uma identidade nacional autônoma, especialmente para os países desde há muito colonizados pelos europeus, como foi o caso do Brasil, e que se constituíam como estados-nacionais independentes. Estas reivindicações de identidade local, assumidas com certa sofreguidão por algumas elites culturais latino-americanas, mas também européias, estribavam-se teóricamente, como se sabe, num romantismo difuso que via de regra ia beber em Herder sua influência mais evidente. Este filósofo alemão da segunda metade do século XVIII reagiu contra o universalismo de Kant, seu

contemporâneo, sob o argumento de que o universalismo de seu oponente não era histórica nem empiricamente fundamentado. Para Robertson, Herder teria, com esta atitude, lançado as bases do relativismo filosófico moderno, que é justamente a base da atual onda do multiculturalismo. (Robertson,2001:89) Calhoun também nos lembra de forma muito conveniente que naquele momento: “...o mundo já se encontrava integrado numa escala global e que foi dentro dessa realidade transnacional que as identidades nacionais foram forjadas; além disso, esse processo foi efetuado, em grande parte, pela reprodução ou apropriação - ainda que com transformações às vezes consideráveis - dos discursos europeus do Iluminismo, do individualismo romântico e da identidade nacional.” (Calhoun,2001:206).

Robertson pensa também que esta ênfase na comunidade e na identidade nacional coletiva, que teria se institucionalizado a partir do final do século XIX, deve ser vista não simplesmente como uma reação protetiva contra a onda de globalização que se acentuou pelo mundo naquele momento, mas sobretudo como “um modo de estabelecer um sentido de identidade dentro da arena global”, e que ao contrário do imenso “falatório” sobre a homogeneização no mundo moderno o que se viu de fato foi a “afirmação de uma expectativa normativa da diferença”. (Robertson,2001:80).

No entanto, a ênfase que se coloca hoje na alteridade e no multiculturalismo e que foi e é aparentemente a base sobre a qual se está assentando a revalorização das culturas locais, como reação e resistência à perspectiva universalizante, que supostamente não reconheceria a alteridade do outro, acabou enveredando, por sua vez, para a afirmação de um relativismo extremado, que, com sua ênfase nos contextos de ação e na relatividade das experiências, afirmou a alteridade de forma absoluta e apostou na tese da incomparabilidade radical das perspectivas, o que implica, de um outro ângulo, a impossibilidade de reconhecer-se a própria alteridade do outro que ela justamente pretendia afirmar. Para o antropólogo E. Gellner: “Se tudo no mundo é fragmentado e multiforme, se nada se assemelha realmente a nada, se ninguém é capaz de conhecer o outro (ou a si próprio) e se ninguém

consegue comunicar, que mais resta senão a expressão, numa prosa impenetrável, da angústia gerada por esta situação.” (Gellner,1994: 69)

Também para Calhoun o multiculturalismo *“é um argumento em favor da diversidade que, frequentemente, está enraizado em uma demanda de singularidade integral”*. (Calhoun, 2001:200) Para este autor, ainda, o problema desta perspectiva residiria em que nela o reconhecimento das diferenças culturais via de regra parte da afirmação de que os grupos portadores destas diferenças seriam *“naturais”* ou *“essenciais”* enquanto que os fóruns públicos nos quais estas reivindicações são apresentadas são taxados de *“artificiais”*. Assim, para o mesmo Calhoun, *“não está claro que as reivindicações dos grupos culturais que constituem ou extrapolam o Estado-nação sejam realmente sempre de ordem diferente daquelas dos Estados-nação, que constituem as arenas primárias do discurso multiculturalista.”* (idem, p.201.) Segundo Calhoun o problema do multiculturalismo, assim como fora o do nacionalismo, ou o do *“etnicismo”*, é que ele *“constrói grupos de grande escala nos quais as pessoas são de fato bastante diferentes e com frequência não conhecem umas às outras, com base no modelo dos grupos de pequena escala familiares e comunitários. Nações, culturas, pessoas, gêneros, etc... são apresentados como domínios de familiaridade e semelhança, não como categorias nas quais membros heterogêneos possuem direitos de participação; desse modo, acaba-se por dificultar a criação do domínio do discurso público.”* (idem, p.202)

Também preocupado em resguardar a pauta de um *“mínimo universalista”* que contenha normas processuais de conteúdo universal regulando o trato entre os diferentes, que não podem ser, por isso mesmo, transgredidas, e pressupondo ainda que a *“impregnação cultural”* recíproca é inevitável, o alemão U. Beck admite que o relativismo, o multiculturalismo, o etnicismo, e o contextualismo, *“agudizam o respeito às diferenças culturais e podem fazer que o intercâmbio de perspectivas com os culturalmente diferentes resulte interessante e necessário.”* (Beck,2005:79) Mas ao mesmo tempo ele próprio percebe também que a agudização das diferenças acaba afirmando o *“princípio da incomensurabilidade”*, pelo qual as experiências se tornam incomparáveis.

Para ele: *“Se tudo é relativo, o conquistador tem um ponto de vista e o conquistado tem o seu próprio: e o público que observa adota outros pontos de vista diferentes. Entre todos eles, se abrem abismos mais ou menos intransponíveis, com o seguinte resultado: cada qual é como é. Surge então um relativismo desorientado que converte a visão do umbigo na visão do mundo.”* (idem, p. 80).

O problema desta perspectiva, segundo Beck, e nisto ele coincide com Calhoun, é que ela descamba frequentemente para uma postura essencialista para a qual as coisas ou as pessoas devem ser tomadas univocamente apenas como elas sempre foram ou são.

Assim, contra as posturas antagônicas do universalismo homogeneizador e do relativismo essencialista, (que acaba também homogeneizando os grupos a que se refere, segundo Calhoun), Beck opõe o que ele chama *“cosmopolitismo realista”*.

Partindo do ponto de vista de que a situação histórica atual é uma em que os estados nacionais se vêem cada vez mais penetrados pela interdependência planetária e pelos riscos ecológicos, econômicos e territoriais que esta situação implica, Beck conclui que uma visão cosmopolita se impõe necessariamente, de forma realista, a todos, mesmo quando esta situação é percebida de acordo com a história e a experiência local de vida. (Idem, p.70) Assim, a posição defendida por Beck não é excludente e inclui tanto o universalismo, o transnacionalismo quanto o multiculturalismo, o contextualismo, o nacionalismo, o relativismo e o etnicismo. (p.72) Segundo ele mesmo: *“O cosmopolitismo realista não está em oposição a, mas se entende e desenvolve como um conceito de soma e síntese de universalismo, relativismo, nacionalismo e etnicismo. As distintas estratégias para a colocação da alteridade não se excluem de modo algum(...) mas se pressupõem, se corrigem, se limitam e protegem mutuamente: sem universalismo e relativismo e nacionalismo e etnicismo - cada qual com um sentido determinado - não é pensável, nem praticável um cosmopolitismo realista.”* (Idem, p.83).

Ao se integrarem no cosmopolitismo, porém, cada um destes termos se requalifica, adquirindo novos significados. Agora, se pode considerar os outros, distintos, mas ao mesmo tempo iguais. Abandona-se o aspecto totalitário do universalismo moderno sem cair na absolutização da alteridade pós-moderna. Ao olhar nacionalista se acrescenta uma *“mirada”* cosmopolita capaz de refrear a barbarização do outro, que via de regra acompanhou o nacionalismo. (Idem, p.89) Da mesma forma, segundo Stuart Hall, citado por Beck, ao se produzir uma *“auto-capacitação cultural do marginal e do local”*, permitiu-se que estes grupos descobrissem suas histórias ocultas e reprimidas, não sendo mais possível a partir disso afirmar esta sua alteridade com suposições ontológicas ou essencialistas, nem eliminá-la através de sua universalização, mas historicizando-a. Assim, *“o realismo cosmopolita contém, portanto, uma dupla negação: nega ao mesmo tempo a negação universalista e a ênfase essencialista na diferença”*. (Idem, p.88)

Se o multiculturalismo era inimigo do individualismo, (cf. Calhoun), por defender a predeterminação social do indivíduo, subsumindo-o apenas como membro de unidades territoriais e hierárquicas, etno-políticas, uma perspectiva que impregnou também a sociologia clássica, (cf. Beck, 2005:96), esta perspectiva também é superada pelo olhar cosmopolita ao reconhecer ele que *“as distintas pretensões de distintas identidades não determinam ao indivíduo”*, que se vê agora praticamente obrigado a *“cruzar pontes”*, como forma de sobrevivência em meio a recursos identitários tão desiguais e diversificados. (Idem, p.95)

Com base em alguns dos autores mais representativos do chamado *“momento póscolonial”*, (Stuart Hall, Edward W. Said, Paul Gilroy, Homi Bhabha e outros) que afirmaram entre outras coisas a importância do *“tráfico cultural”* que caracterizou as cidades coloniais desde muito tempo atrás, Beck conclui que se está produzindo em nossa época uma enorme mudança de valores e de palavras simbolizada no grande fluxo de palavras como *“diáspora”*, *“mescla cultural”*, *“hibridismo”*, uma mutação que torna a pergunta sobre *“quem sou”* irrevogavelmente dissociada de qualquer apelo à *“origem”* ou à *“essência”*, uma prova, para ele, de que no mundo de hoje se expande uma forte consciência coletiva de que *“não só, mas também”*, (idem. p.101) ou a de que todos

vivemos de fato “entre duas águas”. Segundo também Valladao: *“Há pelo menos cinco séculos e desde as grandes navegações européias, as “culturas” se constroem e desenvolvem no marco de uma interdependência crescente. O número de sociedades isoladas e não “contaminadas” por valores externos se reduziu praticamente a zero. São incontáveis já os estudos (...) que demonstraram amplamente que a maioria das identidades nacionais (ou comunitárias) modernas são objetos construídos no intercâmbio com outros e frequentemente influenciados de maneira direta pelos pontos de vista e critérios “ocidentais”. Na atualidade, já não existe praticamente uma identidade cultural original, desligada do processo de globalização e interdependência, a que se possa fazer referência e menos ainda regressar.”* (Valladao, 2000:152-153).

Com efeito, para o “indo-britânico” Homi K. Bhabha em seu livro “O Local da Cultura”: *“Os termos do embate cultural, seja através de antagonismo ou afiliação, são produzidos performativamente. A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica.”* (Bhabha, 2001:20-21).

De nosso ponto de vista esta linha de argumentação, que reforça o papel dos hibridismos culturais, é compatível com o abandono da posição dita pós-moderna, que se estribava numa aposta incondicional na fragmentação e que se recusava a dar aos fragmentos, em nome da defesa de sua alteridade radical, qualquer tipo de identidade relacional. Segundo Chantal Mouffe, uma das críticas desta postura pós-moderna: *“Essa visão nos deixa com uma multiplicidade de identidades sem qualquer denominador comum e torna impossível distinguir entre as diferenças que existem, mas não deveriam existir, e as diferenças que não existem, mas deveriam existir. Em outras palavras, colocar uma ênfase exclusiva na heterogeneidade e incomensurabilidade impede nosso reconhecimento de como certas diferenças são construídas como relações de subordinação e deveriam, portanto, ser desafiadas por uma*

política democrática radical.” (Mouffe, 2001: 415-416) Concordando implicitamente com Bhabha, com Calhoun e com o próprio Beck, Mouffe argui que *“não há identidade “natural” e “original”, já que cada identidade é o resultado de um processo constitutivo, mas que esse processo em si deve ser visto como uma hibridização e nomadização permanentes. A identidade é na verdade, o resultado de um sem-número de interações que ocorrem dentro de um espaço, cujas linhas não estão claramente definidas.”* (Idem, p. 420)

Falar hoje de hibridismo cultural em um país como o Brasil não representa nenhuma novidade, pois, desde pelo menos a década de 1930, especialmente com a obra de Gilberto Freire, este tem sido o tema de boa parte da auto-compreensão que temos da cultura brasileira, essencialmente como uma cultura híbrida. Entretanto, os críticos culturais da atualidade fazem questão de realçar a diferença entre os dois momentos: o tema do hibridismo é retomado hoje no mundo e na América Latina como um todo em detrimento da antiga prevalência do imaginário *“nacional-popular”*, que em outra época havia encorajado este imaginário transcultural e híbrido como forma de garantir à cultura um fundamento unificador, onde esta era vista como a reprodução do estilo de vida da nação em contraposição às supostas influências deletérias vindas do exterior. Para este nacionalismo cultural, o ethos cultural da nação se tornaria inautêntico com a penetração dos valores do *“imperialismo cultural”*, que precisavam por isso ser denunciados. Nesta perspectiva, certos estereótipos folclóricos eram incorporados na representação do nacional-popular que era dotado de uma certa conotação essencialista e homogeneizadora pelo não reconhecimento das próprias diferenças internas. (Cf. Yudice, 2004: 130)

O nacionalismo promovia assim uma complexa manipulação da alteridade que combinava estratégias diversificadas: para fora, trabalhava com a noção de uma alteridade hierárquica pela qual as nações eram reconhecidas ora como superiores ora como inferiores, para dentro prevalecia um universalismo homogeneizador através do qual o relativismo coincidia com as fronteiras nacionais, com o qual se pretendia promover a integração nacional e a *“igualdade”*. Ou seja: *“Para dentro, o nacionalismo nega a alteridade dos*

outros, enquanto que para fora a afirma, produz e estabiliza.” (Cf.Beck, 2005: 81)

Para Calhoun, se o individualismo postula a noção de que as identidades pessoais são um todo integrado e separado, o nacionalismo, (que teria aparecido inicialmente entre algumas elites culturais européias e latino-americanas do século XIX na sua afirmação contra as antigas metrópoles européias), pressupõe, de forma igualmente discutível, a idéia de que as nações seriam *“internamente unificadas e claramente ligadas a suas histórias únicas”*. (Calhoun, 2000:205) E a consequência desta busca obsessiva da unidade nacional, que ignorava as brutalidades cometidas no passado, foi a utilização de novas violências *“que implicaram a repressão implícita das diferenças entre tais identidades e das diferenças que as inter cruzam.”* (Idem, p.219) Esta repressão dirigiu-se sobretudo aos grupos oprimidos ou desfavorecidos que através de seus movimentos sociais ousaram opor-se a este discurso absolutista que interpretava como um ato de insubordinação política da maior gravidade a contestação de identidades exclusivistas.

Segundo o sociólogo chileno J.J.Brunner, no entanto: *“Quando a cultura começa a se desterritorializar, quando ela se torna mais complexa e variada, ela assume todas as heterogeneidades da sociedade, é industrializada e massificada, perde seu centro e é preenchida com “vida” e expressões transitórias, é estruturada na base de uma pluralidade do moderno: quando tudo isto acontece, o desejo unificador torna-se reducionista e perigosamente totalitário, ou simplesmente retórico.”* (Brunner, 1990:21, citado em Yúdice, 2000:131).

Estas transformações no âmbito da cultura global apontadas por Brunner estão levando a um questionamento muito rigoroso da antiga concepção nacional, mas é importante levar em consideração a advertência feita por Chantal Mouffe. Para ela: *“É muito perigoso ignorar o forte investimento libidinoso que pode ser mobilizado pela “nação” significativa e é fútil esperar que todas as identidades nacionais pudessem ser substituídas pelas assim chamadas identidades “pós-convencionais”. A luta contra o tipo exclusivo de nacionalismo*

étnico só pode ser realizada pela articulação de outro tipo de nacionalismo, um nacionalismo “cívico”, expressando aliança aos valores específicos da tradição democrática e às formas de vida que são constitutivas dela”. (Mouffe, 2001:421).

Numa linha de raciocínio congruente com a de Mouffe, o brasileiro Luiz Edmundo Soares, perguntando-se sobre como seria possível questionar a idéia de cultura nacional e tratá-la ao mesmo tempo como algo pertinente, entende que: *“ a totalização, a unidade da cultura, é, sim, pertinente, sob a condição paradoxal de que a compreendamos como um nível discursivo particular, uma esfera específica de significação, no interior da cultura, por assim dizer, uma província peculiar de interação social e de jogos de linguagem submetida a molduras sociais singulares.”* (Soares, 2001:384) Nesta perspectiva, a preservação de aspectos importantes do antigo nacionalismo cultural deveria compatibilizar-se com uma postura que admite francamente a heterogeneidade e a diversidade interna à nação.

Em síntese, para Beck, que, como vimos, defende a congruência entre o universalismo, o nacionalismo e o localismo, o conceito que melhor apreende esta nova situação é justamente o de *“cosmopolitização”*. Para ele: *“A cosmopolitização é um processo não linear, dialético, no qual o universal e o contextual, o semelhante e o distinto, o global e o local não devem entender-se como polaridades culturais, mas como princípios interdependentes que se imbricam mutuamente. A experimentável interdependência global, com seus riscos associados, transforma a qualidade social e política das sociedades separadas segundo o padrão do Estado nacional. A cosmopolitização se caracteriza por ser interna e estar interiorizada a partir de dentro das sociedades nacionais ou das culturas locais; mas também - por deformada que ela possa ser - por ser uma cosmopolitização do eu e da consciencia nacional. Deste modo se transformam decisivamente as bases da consciencia cotidiana e das identidades. Os temas de importância global se convertem em parte integrante das experiências cotidianas e dos “mundos vitais morais” dos seres humanos, além de questionar as formas de consciencia e as instituições nacionais.”* (Beck, 2005:104).

Estas seriam, segundo Beck, as transformações decisivas que estariam ocorrendo no momento cultural atual.

3. A cidade contemporânea.

Em nenhum outro lugar essas transformações no âmbito mais geral da cultura são mais evidentes do que nas cidades contemporâneas, particularmente nas grandes cidades. Com a globalização, a ampliação das relações de mercado e o desenvolvimento tecnológico, que acompanharam a industrialização, as cidades assistiram a um enorme adensamento e verticalização das residências, dos locais de trabalho, de comércio, e de lazer. Por sua vez, a concentração nelas dos equipamentos, serviços e bens, materiais, culturais e simbólicos, promoveu uma certa *“urbanização da cultura”*, que se tornou hegemônica diante das culturas não-urbanas, abandonando-se ao mesmo tempo qualquer sentido de homogeneidade identitária e tornando as cidades, definitivamente, espaços de interação em que *“as identidades e os sentimentos de pertencimento são formados com recursos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional.”* (Canclini, 2003:153) Impõe-se a convicção, segundo Fortuna e Silva, também expressada pelo prof. Paulo Xavier em sua conferência, de que a cidade atual é essencialmente sinônimo de *“heterogeneidade social e cultural, de relativização de perspectivas e de afirmação de enorme diversidade de estilos e comportamentos sociais”*. (Fortuna e Silva, 2005:423) E é justamente por esta razão que se tornou contraproducente imaginar-se, hoje, a preservação da identidade ou das identidades da cidade, através da idéia de isolamento ou de autarquia cultural, como se fosse possível evitar a intensificação dos contatos culturais e da negociação destas identidades com outros contextos.

Entretanto, é bom lembrar que a cultura, em suas múltiplas manifestações, sempre tem uma espacialidade própria: num sentido físico, representado pelos lugares e equipamentos especializados, (museus, galerias, teatros, etc.), mas também num sentido social e político (formas de comunicação e acção política

que se desenrolam em contextos e modos de ordenamento social específicos). (Cf. Fortuna e Silva, 2005:420)

Ocorre que o crescimento vertiginoso das cidades, nas últimas décadas, trouxe consigo, via de regra, o esvaziamento sócio-cultural de seus centros históricos, que já não representam e integram a heterogeneidade da cidade, e o alargamento e a segregação das periferias e dos subúrbios, fraturando-as do ponto de vista social e político (as “*cidades partidas*”) e criando assim oportunidades muito desiguais para os indivíduos de compartilharem os espaços públicos, que se segmentam, elitizam-se em alguns casos e também se retraem e entram em crise. Criam-se assim, “*sub-cidades*” e “*sub-culturas*”, realidades incoerentes, que renovam completamente as imagens tradicionais da cidade.

Segundo Fortuna e Silva esta nova condição das cidades abre o campo para a atuação de tendências culturais aparentemente antagônicas. Por um lado, atua a lógica da cultura contemporânea que “*acentua a satisfação pessoal imediata, o individualismo e o reino da privacidade/domesticidade, e a cultura do movimento e da velocidade dos contatos sociais que transmitida à técnica urbanística, organiza a cidade de acordo com o princípio geral de os sujeitos se encontram em contínuo trânsito entre lugares*”, (Op.cit, p.424), lugares estes que se convertem em espaços vazios e inertes sem nenhum sentido real de lugar. E junto com essa privatização e comercialização intensa da atividade cultural, que se torna domínio indisputado da indústria cultural globalizada e homogeneizante, assiste-se ao declínio das artes urbanas contextualizadas.

Por outro lado, porém, esta uniformização, que se pretenderia absoluta, defronta-se com a variedade cultural local, quer dizer, com aqueles patrimônios imateriais, tradições, competências práticas e linguagens, padrões de orientação comportamental e narrativas, que uma definição antropológica e lata de cultura sempre reconhece existir em qualquer grupo social. Mas o resultado deste confronto entre uma indústria cultural homogeneizante e as tradições locais está longe de significar uma vitória absoluta da primeira. Fortuna e Silva admitem a ocorrência de uma “*redução da diversidade*” (p.438), mas

reconhecem ao mesmo tempo que *“seria radicalmente absurda a idéia de que a expansão das indústrias culturais significaria ipso facto, a modelagem das mentes e dos comportamentos num só padrão; nem a influência sobre os receptores é tão automática, nem o resultado da intersecção dessa influência com a acção dos receptores é tão uniforme.”* (Idem, p.438) Eles pensam que, neste caso, a sobrevivência das culturas locais teria a ver essencialmente com a postura ativa dos consumidores culturais.

Mas Ortiz, citado por Canclíni, chama a atenção para um outro aspecto que merece ser lembrado aqui, o interesse financeiro das próprias indústrias culturais. É que num contexto de globalização empresarial, segundo Ortiz: *“O mundo é um mercado diferenciado constituído de camadas afins. Não se trata, pois, de produzir ou vender artefatos para “todos” mas de promovê-los globalmente entre grupos específicos.”* E por isso Canclíni conclui que *“a identidade e a história - inclusive as identidades locais ou nacionais - ainda cabem nas indústrias culturais com exigências de alta rentabilidade financeira.”* (Canclini,1995:146). Em seu interessante livro *“Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização”*, Nestor Garcia Canclini, um dos mais conceituados analistas do cenário contemporâneo da cultura, especialmente no contexto latino-americano, no capítulo intitulado *“Políticas Culturais Urbanas na América Latina”* (p.101-117), se pergunta sobre os princípios que poderiam orientar, hoje, *“a ação cultural nas grandes cidades”*. Embora se referindo precipuamente aos conglomerados urbanos de mais de dez milhões de habitantes, Canclíni sugere que *“as conclusões extraídas destas megalópoles poderiam ser hipóteses atraentes para a pesquisa e o desenho de políticas culturais em cidades médias”*.(p.102) Segundo ele, os últimos desenvolvimentos urbanos, marcados pela chegada de migrantes e turistas, pelo desenvolvimento industrial, comunicacional e financeiro, transnacionalizados, teriam gerado *“uma certa desterritorialização de sua cultura local”* (p.102), a qual viria acompanhada por duas mudanças fundamentais: *“a) a dissolução das monoidentidades; b) a perda de peso e o reposicionamento das culturas tradicionais-locais(de elite e populares) diante do avanço dos meios eletrônicos de comunicação”*. (p.102)

Ainda para Canclíni, nas grandes megalópoles contemporâneas o *“simulacro”* das *“monoidentidades”* se tornou inverossímil, em virtude da perda irreversível de sua *“unidade profunda”*, que se expressava anteriormente nas artes cultas e populares e numa iconografia particular que conferia a identidade local. (p.109) Em que pese o fato de que a metrópole cria *“padrões de uniformidade, remodela os hábitos locais e os subordina a estilos “modernos” de trabalhar, se vestir e se distrair”* (p.104), promovendo uma *“homogeneização do consumo e da sociabilidade”*, isto não consegue anular as particularidades. Zonas diversas das imensas e multifacetadas periferias passam a desenvolver *“modos peculiares de se reunir, falar e satisfazer suas necessidades”*, restringindo seus horizontes ao próprio bairro onde vivem. (p.104) Assim: *“Tanto nas demandas políticas quanto na organização dos atos artísticos ou recreativos, os movimentos de moradores pensam nos distúrbios gerados pelo comércio ambulante, na festa do padroeiro do bairro ou no transporte que deve chegar até a rua mais próxima, mas é difícil que se coloquem os problemas gerais da cidade.”* (p.105)

Fortuna e Silva também admitem que as indústrias culturais: *“Desde os anos 50, o mais tardar, foram segmentando o seu mercado e adaptando os seus produtos e estratégias de distribuição aos atributos e interesses específicos de audiências particulares.”* (Op.cit, p.439) E o resultado destas práticas foi não só a conservação das tradições locais mas a abertura de novas escalas de difusão para estas mesmas práticas, ou seja, aos localismos teria se aberto a perspectiva de sua própria globalização. (Idem, p.441)

Esta abertura do local para o global, que alguns resumem com o neologismo *“glocal”*, abre espaço para a emergência das lutas pelo reconhecimento e afirmação dos direitos e identidades dos diferentes grupos sociais locais, tornando-se evidente que a busca da identificação de imagens identitárias singulares que promovam a cidade no contexto regional, nacional e internacional, não pode aumentar a fragmentação das cidades, pela estigmatização de suas minorias, mas deve ser compatível com a visibilização desta diversidade que compõe a paisagem cultural e social da cidade.

Neste sentido se pode dizer, com Fortuna e Silva, que a abertura cosmopolita da cidade promove ao mesmo tempo seu enraizamento identitário, que o ethos cosmopolita em emergência pode revigorar a resistência à descaracterização de sua cultura, (p.451) e que a condição territorializada e local das culturas apenas existirá enquanto se relacionarem com a cultura global. (Idem, p.449)

E como este relacionamento com a cultura global passa necessariamente pela mediação exercida pela indústria cultural, uma mediação que está vinculada à preponderância das práticas culturais domésticas, como vimos, e que transforma a casa num *“espaço de abertura ativa”* (p.457), um *“espaço doméstico que se mundializa”* (p.461), chegamos assim à paradoxal conclusão de que a hibridização, com seus sincretismos e sua *“crioulização”*, aumenta portanto a chance de protagonismo da área cultural, que pode deixar de ser marginal.

A pergunta que se manifesta então diz respeito ao efeito que estas expressões de hibridismo cultural das cidades pode ter no planejamento estratégico de suas políticas culturais. Seria possível, neste sentido, revitalizar os antigos centros históricos revertendo a sua transformação em simples lugar de passagem veloz das pessoas e transformando-os novamente, através de atividades culturais e ações sociais localizadas, em lugar de paragem e de integração da diversidade inevitável que compõe a cidade? Para Fortuna e Silva, uma maior centralidade das políticas culturais pode ser uma forma de redesenvolver as cidades mas é ao mesmo tempo muito difícil manipular estas políticas na direção deste objetivo, justamente *“por causa da desterritorialização e globalização da cultura que suplanta as dimensões localizadas de seus sentidos”*. Para eles, ainda: *“A conversão possível dos sentidos da cultura global, para que sejam acomodados em contextos territorializados, requer um grau de competências técnicas e culturais a que nem sempre, e na verdade só muito raramente, pode aceder a generalidade dos cidadãos ou das instituições.”* (Fortuna e Silva, 2005:425).

É notório que, em várias cidades médias, para não falar das grandes *“capitais culturais”* do mundo, nota-se uma tendência para o alargamento da oferta

cultural, caucionada pela instalação de novos equipamentos e pela criação de novos espaços, pelo recrutamento de recursos humanos e a organização regular de iniciativas culturais muito diversas. Mas Fortuna e Silva reconhecem também que ao lado de uma sobrequalificação das ações culturais de origem estatal observa-se também a privatização e sujeição de grande parte das atividades culturais às regras do mercado e, para eles, esta situação é preocupante porque pode reforçar o acesso seletivo e segregado dos públicos da cultura e ampliar ao mesmo tempo o universo das práticas culturais que decorrem no domínio da privacidade, o que aumenta a retração do espaço público e diminui sua relação com a cultura produzida localmente, uma situação que pode agravar mais ainda a reprodução dos padrões de segmentação e elitização social em detrimento da promoção de formas mais densas e democráticas de produção e consumo de cultura. (Idem, p.430).

Estas políticas não podem querer “*reinventar a roda*” mas devem visar, como dizia o prof. Paulo César, “*deixar a roda rodar*”, redirecionando este movimento num sentido regulador. Neste sentido, a possível “*reinvenção*” cultural das cidades pode implicar, por exemplo, a criação de planos de reocupação culturalmente significativa dos espaços urbanos, ou a transformação de não - lugares em lugares de reapropriação das identidades com a integração dos marcadores históricos da cidade em ambientes socialmente vividos. Poderia implicar também uma revalorização dos espaços ordinários de convivência, onde se poderia dar um reagrupamento cultural e social dos sujeitos (Cf. Fortuna e Silva.p. 461) pela consolidação de universos de relações de vizinhança, amizade, companheirismo e interconhecimento pessoal: espaços sociais de proximidade relacional onde se desenvolvesse o sentimento de pertença e identidade. (Idem, p.462) Canclini também pensa a esse respeito que esferas micro-públicas como reuniões de vizinhos, igrejas, bares, e de movimentos sociais, podem se converter em laboratórios locais de comunicação e cidadania. (Canclini,1995:175) Para este autor, ainda, deve-se inquirir em que sentido ainda persistem nas cidades as festas locais tradicionais como as de santos padroeiros, os bailes em salões e ruas que não se deixam incluir na industrialização da cultura e inquirir-se também sobre o

sentido específico de pertencimento dos moradores de cada bairro. (Idem, p.175)

É que, mais uma vez segundo Fortuna e Silva, estes espaços, constituídos também por *“sociedades de bairro”*, com suas subculturas de jovens, de gênero, de classe, étnicas, ou residenciais, podem se converter em campos de retradução de sentido das mensagens culturais globais, permitindo a criatividade cultural e podendo assumir papel estratégico na renovação cultural da cidade. Uma renovação cultural que pode fazer com que a cultura deixe de ser marginal e assuma renovadas funções lúdicas, educativas e até políticas. (Fortuna e Silva, 2005: 468).

Mesmo assim não se pode perder de vista que Canclini faz, a esse respeito, considerações genéricas que podem ser muito úteis para compreendermos estes efeitos no caso de Vitória. Para ele: *“Os circuitos midiáticos, (especialmente a televisão) ganham maior peso que os “locais” tradicionais na transmissão de informações e imaginários sobre a vida urbana e oferecem novas modalidades de encontro e reconhecimento.”* (Canclini, 2003:159) E já que os espaços onde a esfera pública se desenvolve hoje com mais dinamismo e influência são a imprensa escrita, o rádio, a televisão, e os entretenimentos de massa (cinemas e shoppings) ligados a redes transurbanas, é fundamental para ele saber qual o peso real que estes meios detêm na vida da cidade porque eles podem também se converter em novos espaços de convivência e sociabilidade retraduzíveis em um sentido local, embora sua função precípua seja a de vincular grandes setores da população a experiências macrourbanas e de outros países. (Cf. Canclini, 2003:159-161)

4. O desenvolvimento cultural de Vitória

4.1. De 1950 a meados de 1970

Uma das cidades de origem colonial mais antigas do Brasil, Vitória é uma cidade em que a atividade portuária e seus contatos com o “*exterior*” sempre desempenharam papel relevante em sua trajetória. Neste sentido, pode-se dizer sem medo de errar que a ela também se aplica o dito de Peter Berger que serviu de epígrafe a este relatório, segundo o qual, “*desde os tempos mais antigos, as cidades sempre foram o lugar onde a abertura ao mundo e a sensibilidade para a maneira de pensar e de atuar dos demais estiveram na ordem do dia*” e que sua história sempre foi marcada também por esta abertura cosmopolita ao mundo.

Deve-se acrescentar ainda que desde os seus primórdios, ela foi também o espaço de integração de migrantes provenientes de várias partes do mundo, pessoas portadoras de distintas experiências culturais: os próprios indígenas da região, escravos recém chegados de várias partes do continente africano, portugueses (jesuítas, colonos, funcionários, militares, etc.), espanhóis, migrantes provenientes de outras partes do Brasil, (cearenses, baianos, mineiros, cariocas, paulistas, etc.), “*cristão-novos*”, italianos, alemães, suíços, libaneses etc., que por força das circunstâncias tiveram que desenvolver uma intensa hibridização dos “*mapas cognitivos*” de que eram portadores. Ainda depois da independência do país e, especialmente no século XX, Vitória foi também um exemplo daquelas cidades americanas consideradas por Canclini como “*entidades muito abertas, onde as tradições locais se hibridizavam com os repertórios culturais procedentes das metrópoles com que comercializavam*”. (Canclini, 2003:157)

Apesar disso, sua estrutura urbana e o estilo de vida que se levava nela, pelo menos até ao final da década de 1970, fomentou paulatinamente uma incipiente separação centro-periferia que não inviabilizava de todo a convivência entre os diversos grupos sociais e étnicos que a compunham, prevalecendo uma experiência urbanística relativamente integradora que foi

muito condicionada pela própria dimensão e localização da cidade (*“espremida entre os morros e o mar”*) e pelo papel que a cidade desempenhava como centro político, administrativo, econômico e cultural do estado do Espírito Santo.

No entanto, a intensificação do crescimento que ocorreu em Vitória nas últimas cinco décadas, provocado pela migração rural e pela presença maciça de migrantes provenientes de outros estados, atraídos pelas oportunidades reais e imaginárias abertas por um aprofundamento dos vínculos portuários, comerciais e industriais da cidade com o exterior, sobretudo a partir da década de 70, ampliou a desintegração e a desigualdade social e resultou numa notável fragmentação e compartimentação do espaço urbano, sem que se tenha chegado a justificar plenamente ainda a preocupação e o alerta de Borja e Castells a respeito do que seria para eles um dos grandes riscos da globalização: o de ela ser feita apenas para uma elite - *“vende-se uma parte da cidade, enquanto o resto é abandonado e escondido.”* (Canclini, 2003:156)

A presença do estado regional neste processo de desenvolvimento urbano não foi desprezível, mas não conseguiu evitar que o centro histórico da antiga vila colonial, que bem ou mal havia sobrevivido até então como a referência cultural e simbólica da identidade da cidade, sofresse um paulatino esvaziamento, que não chegou, entretanto, ao seu ápice, como veremos logo adiante.

Antes, quando a cidade se estendia pouco além da *“Curva do Saldanha”*, na direção da Praia do Canto, (e da antiga Praia Comprida) qualquer habitante podia percorrer a pé, ou de bonde, a pequena distância até o centro, onde se concentravam os teatros, os cinemas, o Palácio do Governo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, a igreja matriz, as igrejas mais antigas e as principais casas de comércio. Os únicos meios de comunicação eram o rádio, introduzido na década de 30/40, e os jornais diários, mas os parques, as praças (Moscoso, Praça 8, Costa Pereira) e os clubes eram muito freqüentados. Festas cívicas, esportivas, carnavais e procissões religiosas preenchiam um calendário coletivo de eventos que imortalizaram na memória

comum a importância destes espaços. O centro traduzia a heterogeneidade da cidade, integrando-a na medida do possível.

Significativas transformações começam a ocorrer na cidade sobretudo a partir da década de 50. O auge da produção cafeeira, que promoveu a escassez e o encarecimento da terra nas áreas agrícolas mais antigas e a ocupação das últimas áreas desocupadas ainda remanescentes no estado, com o consequente êxodo rural, foi acompanhado por políticas desenvolvimentistas que promoveram a melhoria das vias de transporte da capital para o interior e para outros estados, o reaparelhamento e a ampliação de sua atividade portuária, junto com a intensificação da função mercantil da cidade. Juntas, estas condições favoreceram o crescimento persistente e acelerado da população da cidade que já era de mais de 50.000 habitantes no início daquela década de 50. Este crescimento populacional encareceu os terrenos na área central da cidade e determinou o início de sua verticalização, a ocupação das áreas mais íngremes dos morros centrais e a intensificação do povoamento dos bairros mais distantes localizados na zona norte da cidade, (Praia do Canto, Santa Lúcia, Santa Helena, Bento Ferreira, Gurigica, Maruípe, Santa Marta).

Ainda na década de 50 a administração estadual de Jones dos Santos Neves (1950-1954), imbuída de um projeto desenvolvimentista que visava equiparar Vitória aos centros urbanos de maior projeção nacional, promoveu alterações na sua infra-estrutura urbana que viriam a ter graves consequências: as obras no Porto de Vitória reforçaram e ampliaram a atividade comercial na cidade, o grande aterramento da *“Esplanada Capixaba”*, próximo à área central da cidade, abriu novas oportunidades de inversão imobiliária nesta área antes que os bairros das praias mais distantes, ao norte, fossem de fato ocupados plenamente, o que promoveu o adensamento do núcleo central da cidade. A expansão da rede de água em bairros mais distantes como Maruípe, Bairro de Lourdes, Gurigica, Santa Lúcia, Goiabeiras, Aeroporto, e a pavimentação da Avenida Vitória, atraiu para estes bairros a população de baixa renda, ao mesmo tempo que se ampliou a ocupação dos morros vizinhos ao centro como os da Piedade, da Fonte Grande e do Moscoso, por pessoas mais pobres

ainda. Mesmo assim, segundo Leonardo Baptista: *“Apesar desta aparente separação entre os espaços, e conseqüentemente entre os grupos sociais que constituíam a realidade social de Vitória na década de 1950, o cotidiano da Capital capixaba era um pouco mais complexo. A própria dimensão da cidade que separava de forma bastante estreita os diferentes espaços sociais, favorecia à presença de uma unidade, um ambiente aglutinador em seu interior, por onde aproximações, imbricamentos e entrecruzamentos socioculturais seriam correntes e característicos nas relações sociais numa cidade de população em certa medida rarefeita”*. (Baptista:2008)

Nas décadas de 60 e 70 todos estes desenvolvimentos foram sumamente intensificados, em primeiro lugar pela crise da lavoura cafeeira, que aumentou o êxodo rural, mas também pela consolidação da função mercantil e portuária da zona central, pela construção do porto de Tubarão praticamente concluída em 1966, e pelo início da implantação dos chamados *“grandes projetos”* industriais, que atraíram também populações provenientes de outros estados.

Dessa forma, com a ampliação da população dos bairros *“periféricos”* e das *“novas cidades”* que comporiam a *“Grande Vitória”* (Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana) e o aumento do número de veículos (automóveis, ônibus, caminhões etc.) demandando o centro, surge a necessidade de ampliar-se as vias de acesso ao centro. Aumentou também a preocupação dos órgãos públicos com a fluidez do tráfego no centro da cidade, que se torna cada vez mais saturado, poluído, e inseguro: o centro *“degrada-se”*, as pessoas de maior renda migram para os novos bairros *“nobres”* das praias da zona norte, (incluindo agora Jardim da Penha, Jardim Camburi, Ilha do Boi e do Frade), ainda bem mais tranquilos, aumenta a segmentação sócio-econômica da cidade. A *“fuga”* dos mais ricos e a conseqüente desvalorização dos imóveis, transformou o antigo centro em local de moradia da classe média e dos grupos de mais baixa renda e muitos prédios deterioraram-se e se transformaram em verdadeiros *“cortiços”*.

A questão que se coloca então é a de saber-se como mudou o espaço público, os modos de a população se reunir e interagir na cidade de Vitória, a partir

daquelas transformações e, sobretudo, como mudou sua identidade cultural nessas últimas décadas? Como mudou a percepção dos próprios habitantes sobre a cidade? Será que estas mudanças estão sendo devidamente consideradas nas políticas culturais? Estas são perguntas fundamentais que tentaremos responder com os materiais que dispomos.

No plano cultural, deve-se distinguir dois momentos razoavelmente distintos na evolução da cidade a partir de 1950. Num primeiro momento, as mudanças no tecido urbano que estavam associadas ao adensamento populacional antes mencionado foram plenamente absorvidas e transformadas em campo de exercício daquela mesma identidade cultural que estivera atuando nas décadas anteriores. Na verdade, pode-se dizer que em muitos aspectos estas mudanças teriam ajudado a consolidar uma atmosfera cultural cujos elementos estavam presentes apenas em germe nas décadas anteriores.

Com o fim da guerra (1945), a melhoria das vias de comunicação da cidade com outras regiões e uma presença maior dos elementos de uma indústria cultural nascente (rádios, jornais, cinemas, etc.), intensificaram-se os contatos da cidade especialmente com a cidade do Rio de Janeiro, que estava vivendo também a partir daquele momento um processo de intensa “*cosmopolitização*” de sua cultura, que atingia também Vitória. Mas enquanto no Rio de Janeiro esta abertura favoreceu a sua metropolização, em Vitória estas influências indiretas apenas favoreceram a criação de uma atmosfera cultural que contribuiu em muito para a afirmação de uma identidade cultural da cidade, sem que houvesse uma perda significativa na maneira tradicional das pessoas vivenciarem objetiva e subjetivamente a cidade em seu cotidiano.

Renato Pacheco construiu um quadro minucioso da vida na cidade nos tempos de sua infância, nas décadas de 1930 e 1940, que vale a pena cotejar com as transformações culturais que ocorreram especialmente nas décadas de 1950 e 1960, que mais nos interessam neste momento.

Conta Renato Pacheco, por exemplo, que na década de 1930, (seus “*tempos antigos*”), o cinema já era “*a maior diversão do capixaba*” (Pacheco, 1998:105),

e que: *“Havia três cinemas, todos cine-teatros. O Carlos Gomes, construído por André Carloni, vendido ao Estado e arrendado à empresa Santos & Cia., o cine - Glória, construído pela mesma empresa monopolística e inaugurado em dezembro de 1931, o mais luxuoso. E o Politeama no Parque Moscoso”.* (Idem, p.105)

Ele revela também que os jornais (no plural) anunciavam os filmes do dia e que já eram famosas as festas no Clube Vitória em 1937 (p.106), mas que o ambiente interno da casa ainda era muito pobre em *“atrativos”*, que se reduziam a *“pequenos jogos domésticos”*. (p.106)

Segundo o mestre: *“Ir à praia era um fenômeno coletivo restrito ao verão”*, (p.107) mas: *“Os bondes andavam cheios e as praias Comprida na ilha e da Costa no continente - ficavam lotadas. Algumas famílias já faziam seu veraneio fora da cidade, como os Ribeiro Walter que iam para Guarapari, os Abel de Almeida para Manguinhos, e os Castelo para Jacaraípe.”* (Idem, p.107). *“A vida noturna se restringia à frequência aos bares e à zona boêmia, cuja maior concentração ficava na rua Duque de Caxias.”* (p.107)

Quanto ao Rádio: *“Falemos, agora de um divertimento que surgiu nesse período e alcançou, de pronto, extraordinário sucesso: o rádio. Desde 1931 se vendiam receptores Super Hartley e ouvia-se à Radio Clube do Brasil. A concessionária de energia elétrica, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, também vendia rádios, assim como o comerciante Sebastião Rabello, que anunciava os rádios marca Lafayette. Mas as recepções eram ruins e havia a obrigação adicional de ter de registrar, mediante pagamento de taxa, a propriedade do rádio no Departamento de Correios e Telégrafos.”* (p.108)

Sobre o carnaval. *“Mas tudo acabou em carnaval que, segundo os historiadores, era animadíssimo em Vitória, tanto nas ruas quanto nos clubes, irmanando-se classes numa folia só. Não havia escolas de samba, como hoje. Eram dignamente substituídas pelas batucadas.”* (p.99)

Quanto às residências: *“As pessoas mais abastadas moravam em palacetes, entre os quais arrolamos o do Dr. Américo Monjardim, na Rua Barão de Monjardim, os dos Vivacqua e dos Neffa na Avenida Capixaba, o de Oswald Guimarães na ladeira prof. Baltazar, os de Mario Freire e do construtor André Carloni, na Rua Sete de Setembro, os do Dr. Schwab, de Plácido Barcelos e de Kosciuszko Barbosa Leão - chamado de Castelinho - na rua Coronel Monjardim, o de Pietrangelo de Biasi, na Rua José de Anchieta, e a Vila Oscarina, também dos Guimarães, na rua 23 de Maio. Para a classe média reservava-se uma casa, em geral, assobradada, como a de Guilherme Santos Neves.”* (p.25)

Sobre o Futebol: *“O primeiro campeonato espírito-santense de futebol abrangendo clubes de todo o Estado realizou-se em 1931, mas não logrou êxito, em virtude das dificuldades de comunicação da época e foi vencido pelo Rio Branco FC em duas partidas contra o Cachoeiro FC.”* (p.111)

Sobre as regatas, Pacheco cita Alvarus de Oliveira, para o qual, *“as regatas são o esporte preferido do capixaba” e que além das regatas dos catraieiros havia quatro regatas oficiais dos clubes Álvares Cabral, Saldanha da Gama, Náutico Brasil e Viminis”.* (p.112/113)

As estradas e os transportes urbanos: *“As estradas eram estreitas e de chão, esburacadas e de trânsito impossível na época das chuvas. O senhor Sérgio Peres levou 71 dias numa viagem de São Paulo a Vitória”.* (p.53) *“O único meio de transporte coletivo do centro para Praia e Santo Antônio, e bairros intermediários, eram as linhas de carris elétricos, os populares bondes que percorriam sobre trilhos, 26 km. Foi extinto em 1963. Pelo decreto 821 de 13 de dezembro de 1939 a Prefeitura abriu concorrência para a primeira linha de ônibus urbano da Praça Oito até a Praia Comprida”.* (p. 55)

Festas Populares: *“A grande festa de São Pedro é tradicionalmente realizada na Praia do Suá com as barraquinhas que foram criticadas na Catedral: animado congo, quebra-pote, pau de sebo e barracas com café e bar...”* (p.61)

“Em alguns bairros como Maruípe e Goiabeiras e na vizinha cidade da Serra, há cortada e puxada de mastro.” (p.62)

Ora, quando comparamos este quadro com o panorama cultural vigente nas décadas de 1950 e 1960, o que se observa à primeira vista é que as mudanças ocorridas nestas décadas apenas deram densidade e conferiram bem maior repercussão a todas essas práticas culturais, que já estavam presentes na cidade desde pelo menos a década de 1930, conforme noticiado pelo saudoso mestre Renato Pacheco, não se alterando fundamentalmente o significado simbólico destas práticas no ambiente urbano. Se não, vejamos.

Começemos aleatoriamente pelo carnaval da cidade, que atinge nesta época, (1950/1960) sua *“época de ouro”*, com a fundação da maioria das escolas de samba da cidade, as quais absorvem desta forma as antigas *“batucadas”* e até hoje dominam o cenário carnavalesco da cidade, a começar pela mais antiga delas, a da Piedade. Com elas, a festa carnavalesca melhora em muito sua organização, sua repercussão é maior, aumentando também a participação popular nas festas e desde então até hoje o carnaval das escolas se tornou um dos marcos da atmosfera cultural da cidade.

Nesta expansão do carnaval, a atuação das emissoras de rádio teve um papel excepcional, e ao contrário da década de 1930, agora o rádio se populariza efetivamente e se torna um equipamento doméstico quase imprescindível. As rádios (principalmente a Rádio Espírito Santo) atuam intensamente sobre a vida cotidiana da cidade, promovendo atividades culturais de toda ordem e mediando a articulação entre os diversos *“agentes”* culturais da cidade. Elas ajudam na apropriação comum do espaço público pelas pessoas, convocando-as para as diversas atividades que elas promoviam.

Segundo o jornalista Carlos Henrique Gobi: *“Nos anos 40, ainda sob a égide do Vargas, tínhamos meios de comunicação (rádio), a Rádio Espírito Santo que funcionava no Mercado da Capixaba. A rádio tinha uma importância curiosa. O analfabetismo era presente e as pessoas não liam o jornal. Portanto, o rádio começou a ter uma importância enorme. Além do analfabetismo, tínhamos a*

queda de energia que era constante e o alto preço do rádio ainda impediam as pessoas de ouvirem mais rádio. Então ocorreu um fenômeno curioso: o surgimento dos ídolos de massa. Cantores, apresentadores, músicos, radio-atrizes. Ficaram muito populares aqui em Vitória. Por exemplo, a Creuza Camacho. Ela foi radio-atriz, ela era mulata. Ia para o estúdio e dramatizava o texto da Terezinha Gobi, por exemplo. Havia serestas e show de calouros, com músicas tradicionais de samba da década de 50, estilo Dalva Oliveira e Nelson Gonçalves. O casal 10 do rádio capixaba era a Terezinha Gobi e o Jadir Gobi, que são meus tios. Ele era sonoplasta e ela era rádio-atriz. Quem participava do rádio naquela época dizia que não havia censura. Faziam aquilo que queriam”.

Tudo isso em estreita articulação com os jornais da cidade, cujo número se amplia, aumentam também suas tiragens, sua penetração e repercussão. Fundado em 1955, “O Diário”, por exemplo, foi um destes jornais que ao lado de “A Tribuna” e “A Gazeta” desempenhariam papel de primeiro plano na vida cultural da cidade. Assim, na apresentação da obra que organizou sobre “O Diário da Rua Sete”, o jornalista e historiador Antônio de Pádua Gurgel considerou que foi ele que “*incluiu a imprensa capixaba no mapa do Brasil*” e que “*o maior jornal da Rua Sete de Setembro ocupou uma posição de vanguarda na imprensa capixaba, fomentando o movimento cultural e adotando inovações gráficas e editoriais.*” (Gurgel, 1998).

É nestas décadas também que o futebol capixaba atingirá sua máxima expressão. Surgem novos clubes como a Desportiva, afirmam-se os clubes tradicionais como o Rio Branco, o Santo Antônio, e o Vitória. Tanto que na década de 1970 alguns deles chegariam a participar de campeonatos nacionais com algum destaque. Suas torcidas se tornam mais numerosas e aguerridas frequentando com maior assiduidade os jogos de seus times. O mesmo ocorrendo com as regatas.

Mantém-se e preservam-se as festas populares como a de São Pedro, na Praia do Suá, as fincadas de mastro, etc., mas se acentua também a preocupação com a preservação destas tradições folclóricas, onde se destaca a atuação de

Guilherme dos Santos Neves e Hermógenes Lima da Fonseca, que fundam a *“Comissão Espírito-Santense de Folclore”* em 1948 e passam a desenvolver intensa atividade no sentido do registro, mapeamento, divulgação e proteção das tradições populares, que agora são olhadas com outros olhos, mais respeitosos.

Segundo o escritor Reinaldo dos Santos Neves, em entrevista: *“Na década de 50, o meu pai, Guilherme Santos Neves, desenvolveu de uma forma bem intensa a questão do folclore no Espírito Santo. Desde a década de 50 que se ouvia falar em progresso. Incutiu-se a idéia desenvolvimentista desde então, e meu pai sempre apoiando esta idéia. Normalmente, a adesão ao folclore e a cultura popular estava relacionada a uma rejeição á modernização. Esse não foi o caso do meu pai, que era claramente o contrário desta idéia, apoiava e valorizava a cultura popular capixaba”*.

A vida noturna da cidade ganhará novas dimensões e espaços, não mais restritos à velha zona boêmia da Duque de Caxias, com a abertura de muitos novos bares, boates, restaurantes, etc... que tornarão bem mais agitada a vida cultural noturna na ilha. É a época em que pontifica Carmélia Alves de Souza, cronista e boêmia, que cunharia a famosa expressão valorativa *“Esta ilha é uma delícia”*, ainda hoje utilizada para fazer-se referência à cidade de Vitória. Bares como o *“Mar e Terra”*, *“Bar Santos”*, o *“Café Moderno”*, o *“Bob’s”*, o *“Michel”*, o *“Dominó”*, o *“Bar do Davi”*, o *“Bar do Tião”*, o *“Marrocos”* e o mais famoso de todos, o *“Britz”*, tiveram um relevante papel na vida cultural da cidade e ajudaram imensamente a construir sua identidade.

Ao lado dos bares e casas noturnas ampliaram-se em muito os cinemas da cidade, que se tornaram verdadeiros pontos de encontro e de sociabilidade da cidade, aumenta em muito a sua frequência, a variedade de seus filmes e de suas platéias gerando mesmo o início de uma produção cinematográfica própria.

Luiz Tadeu Teixeira, um destes precursores, registrou a esse respeito que: *“Luiz Gonzales Batan, o primeiro a registrar imagens em movimento de Vitória,*

era o pai de Ramon Alvarado, que teve papel de destaque no movimento cinematográfico que cresceu em Vitória na segunda metade da década de 1960. Naquela época, os jovens viviam intensamente um tempo de agitação cultural e política. ...Com recursos próprios e a ajuda dos amigos (não havia instituições culturais em atividade) essa turma produziu uma série de curtas (documentários e principalmente ficção) que levaram o escritor e jornalista Fernando Tatagiba a identificar a existência de um “boom” cinematográfico na cidade.” (Teixeira: 2002, p.94).

Segundo ainda Marcos Valério Guimarães, em entrevista: *“Sobre o capixaba no cinema, houve filme que foi premiado na década de 60 no festival nacional de filmes. Aqui, como no Brasil todo, existia uma discussão do cinema no sentido de cultura nacional. Hoje está muito globalizado e não existe mais essas discussões. Não se descarta o arcabouço teórico de tempos atrás”.*

E junto dos cinemas florescem também os teatros tradicionais como o “Carlos Gomes” e o “Glória” que ganham nova vida e ao mesmo tempo dão nova vida ao centro e especialmente à praça Costa Pereira.

Segundo Gobi: *“Ao mesmo tempo, você tinha um movimento de teatro na universidade com o pessoal do Ponto de Partida. Todos já saíram de Vitória, infelizmente. Tínhamos o pessoal que foi para São Paulo, os universitários. Existia o festival de teatro universitário lá no Carlos Gomes. Era um sucesso na década de 80! Nunca se consegui formar depois um grupo de teatro de sucesso. Umas séries de fatores contribuíram para isso, como a falta de crítica interessante de teatro, falta de recursos financeiros e etc... Não se perpetuou os grandes nomes do teatro, das artes plásticas e da literatura.”(entrevista)*

E segundo também José Augusto Loureiro, ator, que atuou intensamente nessa época: *“Quando eu comecei, o teatro era muito mais presente na vida das pessoas. Na década de 60 haviam exposições de arte e sarau de poesia na FAFI. As pessoas reconheciam o nosso trabalho. A convivência cultural era muito mais efervescente. Na década de 70 destacou-se o teatro universitário: atuava na própria universidade, no Carlos Gomes e no antigo Teatro Arena. As*

peessoas gostavam. Existia uma política cultural, mais aguçada do que hoje, que mantinha essa estrutura. Hoje em dia percebe-se uma queda de nível. Não há retorno. Os grupos não se reúnem mais para conversar sobre teatro e produzir. Só fazem críticas. Essa conversa é interessante porque além de separar o joio do trigo, ela propicia uma evolução.”(entrevista)

As festas nos clubes atingem também o máximo de seu “*glamour*” e popularidade, mas a melhoria dos transportes, com a introdução dos ônibus urbanos, aumentou a circulação pela cidade, melhorando a apropriação dos lugares públicos pelo aumento de sua frequência. É o auge de praças como o Parque Moscoso, que foi reformado nessa época, da Praça Oito, que se torna o principal palco das manifestações políticas, culturais e ponto de encontro mais conhecido da cidade, e da Costa Pereira. As pessoas conhecem melhor a cidade, vivem-na mais intensamente no dia a dia.

Ao mesmo tempo, nota-se que num primeiro momento o crescimento da cidade e de seu comércio não despersonalizaram a relação de seus habitantes com ela, pelo contrário, eles parecem ter ajudado a melhorar esta relação, uma relação muito bem traduzida pela poesia de Roberta Giovanotti, que dizia:

“ - Como chego à Praça Oito?

- Simples. Fica ao lado do Banestes

Em frente à Loja Nova Brasília,

Antigo Magazin Helal.

E o Cartório Nelson Monteiro?

Não tem errada!

É ao lado da antiga livraria Âncora,

Colado à escadaria Maria Ortiz.

- E a rua Graciano Neves?

- É a rua da Padaria Expressa,

Das rosquinhas amantegadas,

Bolachinhas com furinhos dentro do chá.” (Giovanotti,1997, p.129/130).

Ou pela memorialística de Ronaldo Nascimento, que, em seu ótimo “Você se Lembra?”, anotou que:

“Na Praça Oito, entre um cafézinho e outro, os médicos Benjamin Buaiz e Hilderico Araújo, e o professor Adhemar Martins falavam em política, enquanto que na banca de jornais do Vasco, futebol era o assunto, discutindo-se a última goleada que o Santo Antônio impôs ao Rio Branco, com golaços do artilheiro Tom Pedra. Nos bancos da praça Costa Pereira, Carlos Augusto Aragão, Ronaldo Araújo, Frederico Barros, José Ignácio Ferreira, Fernando Piovezan, estudantes do colégio estadual, ouviam atentos as “dicas” do guru Paulo “Fura-Saco” Tavares, sobre o aniversário da noite, e a estratégia de ser usada para penetrar na festa. O Clube dos Penetras era coisa séria. Com carteirinha e tudo. E quem não se lembra do Bob’s na Rua Sete, Dominó no Parque Moscoso e Confeitaria Pinguim, na Avenida Capixaba, onde depois do footing dominical, em volta da Costa Pereira, ia-se tomar Sunday ou guaraná Prado, e saborear os deliciosos pasteizinhos de leite?” (Nascimento:1997, p.141-142).

Na mesma época, a poesia e a literatura ganham novo impulso, conforme depoimento de Reinaldo Santos Neves: *“Posteriormente, foi criado o Instituto Histórico e a Academia de Letras. Formou-se a “Vida Capixaba”. O próprio José Carlos de Oliveira que é um dos maiores talentos desta terra começou através da Academia na década de 50. A Tribuna nos anos 40, possuía um suplemento só de literatura capixaba, que elegia o poeta. Existia uma popularidade da poesia e das letras”*.(entrevista)

O mesmo ocorrendo nas Artes Plásticas, conforme relata a historiadora da arte Almerinda da Silva Lopes: *“Se na década de 1950 era a arquitetura e não as artes plásticas que ensaiava o grande salto modernista, a década seguinte assinalaria uma nova etapa na vida artística e cultural de Vitória, cujos principais vetores seriam a reestruturação da escola de Belas Artes, a partir de sua federalização, em 1961, e a criação do Museu de Arte Moderna, em 1965,*

em plena ditadura militar. A situação política de exceção, ao invés de provocar retraimento da atividade artística, provocava, pelo menos nos seus primeiros anos, uma explosão criativa sem precedentes na história da arte do País, e que se fazia notar também no meio local.” (Lopes: 2002, p.77)

Como sintetizar, portanto, este panorama das décadas de 50 a de 70? Um trecho de entrevista de Carlos Henrique Gobi parece fornecer esta síntese: *“Existe um molde em Vitória, com uma perspectiva cosmopolita. Isso foi um movimento mundial de contracultura, e Vitória sofreu essas influências. Apesar de ser provinciana, ela era uma cidade aberta. Claro que você percebia o conservadorismo, mas ainda assim sofremos a influência de movimentos internacionais. Todas as mudanças dos jovens daquela época eram engajadas, os jovens daquela época liam e se informavam”.*

Ou seja, a cidade vivia entre as décadas de 50 e 70, uma relativamente intensa fermentação cultural, sem perder o “molde” cultural no qual se desenvolvera.

4.2 De meados de 1970 até hoje

Mas o que aconteceu na cidade, do ponto de vista cultural, entre o final da década de 1970 e a década de 1980?

Muitas mudanças concomitantes atestam que a cidade sofreria profundas transformações culturais a partir da intensificação descontrolada daqueles desenvolvimentos urbanos que estavam se dando desde 1950 e que agora passam a ter um sinal negativo do ponto de vista cultural. Os cinemas de rua fecharam quase todos, os teatros entraram em decadência, os bares tradicionais fecharam, as praças e ruas do antigo centro transformaram-se em simples local de passagem, as pessoas refluíram para o espaço doméstico, ou mudaram-se para outros bairros em grande número, os meios de comunicação (especialmente a televisão) ampliaram sua atuação penetrando extensamente

nos lares com um repertório “cosmopolita” homogeneizante que mantinha agora quase nenhuma relação com a cultura local. Segundo o mesmo Gobi: *“Na década de 80 percebe-se uma invasão da televisão na cultura capixaba... Perdeu-se o molde das décadas anteriores. Agora é um modelo ditado pela televisão, pelo global”.* (entrevista)

A impressão que se tem, e para comprovar melhor isso uma boa pesquisa histórica deveria ser feita, é que naquele momento rompeu-se definitivamente aquela “monoidentidade” tradicional que a cidade tinha preservado até então, mesmo com todos aqueles desenvolvimentos que salientamos, instaurando-se agora plenamente o reino da diversidade. Segundo mais uma vez Gobi: *“O que aconteceu de lá pra cá não se atribui a uma coisa só. Um conjunto de elementos atuou. Na verdade, do ponto de vista cultural este corte se dá entre o final da década de 70 e a de 80. Porque é neste período que começam a acontecer as grandes migrações. Percebe-se uma mudança das cidades em função dessas migrações, atraiu pessoas e projetos. Na verdade o que se deu é que a mudança que se deu operava dentro deste quadro. A cidade evoluía sob controle. Na década de 70 vem a intensificação disso e ocorre uma evolução nos parâmetros urbanos. Perderam-se as referências, as pessoas não sabiam mais qual era o molde da cultura capixaba. Antes tinha isso. As pessoas estavam sem instrumentos para reagir. Elas aceitaram a mudança e tentaram galvanizá-las. Muita gente não agüentou esta mudança. Não havia mais aquela unidade das pessoas se encontrarem e conversarem. As relações sociais se acabaram”.*(entrevista)

Amilton de Almeida, que também na condição de jornalista viveu intensamente a vida cultural da cidade naquele momento, foi premonitório a esse respeito: *“No dia 8 de abril, nenhum espírito sintetizava a diversidade da cidade. ...Este é o instante em que Vitória, a cidade infame, perde todas as suas características....Este é o instante em que a praça Costa Pereira se encontra deserta para sempre....Este é o instante em que Carmélia Maria de Souza e Xerxes Gusmão Netto esclarecem no bar alguma coisa a respeito da geração traída. Este é o instante em que não há mais para ser dito. Observe. Este é o instante em que uma pessoa obrigatoriamente esquece, pelo simples fato de*

estar viva. Observe. Este é o momento em que se ouve o coração do mundo. Este é o instante em que o vento sopra, invadindo a cidade em seus quatro pontos cardeais. Observe. Este é o instante em que Vitória se parece com qualquer cidade do mundo, apresentando-se anônima para sempre. (Almeida:1999, p.88-91.)

E talvez tenha razão Gobi quando disse também que: *“Não temos uma literatura que relata essa mudança. Talvez em Amilton de Almeida encontremos as características desta transição dolorosa que o estado passou. São textos fragmentados, mas relata o que aconteceu. Ele conseguiu passar o sentimento”.*(entrevista)

E para agravar mais ainda este quadro, segundo a historiadora Leonor Franco de Araújo: *“Do ano 1968 em diante, tem-se a impressão que os governos estaduais perderam o interesse na área central de Vitória. A valorização imobiliária de outras áreas, principalmente da região conhecida como “Novo Arrabalde”, registra a falta de políticas públicas para o Centro”*(Araújo: 2006, p.118)

Assim, nos termos da discussão que fizemos anteriormente sobre a condição da cultura contemporânea, especialmente em sua vertente hegemônica que é a urbana, pode-se dizer que a cidade de Vitória, da década de 1950 até a de 1970, evoluiu gradativamente no sentido daquelas mudanças que marcaram grande parte das grandes cidades contemporâneas, aproximando-se a sua problemática daquela vivida pelas grandes cidades, como muito bem percebeu Amilton de Almeida ao dizer que: *“Este é o instante em que Vitória se parece com qualquer cidade do mundo, apresentando-se anônima para sempre.”* Nos termos atuais, diria que a cidade já vinha se *“globalizando”* com maior intensidade desde a década de 1950, vivenciando alterações que num primeiro momento apenas reforçaram e deram densidade à sua identidade e atmosfera cultural e até reforçando sua homogeneidade, mas a partir de um determinado momento, que pode ser situado à grosso modo por volta dos meados da década de 1970, o ritmo destas transformações extravasou daquilo que o jornalista Carlos Henrique Gobi chamou o *“molde”* da cidade, iniciando-se um

processo de ruptura daquele sentido de homogeneidade identitária da cidade e se aproximando de uma situação em que *“as identidades e os sentimentos de pertencimento”* continuam sendo formados com recursos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional, como na época anterior, mas agora num contexto em que esses componentes se misturam de uma forma dificilmente discernível do ponto de vista daquele *“molde”* anterior. Neste momento, ela se torna relativamente irreconhecível para seus próprios habitantes. Sua espacialidade foi quase completamente transtornada e as formas de comunicação e ação social até então prevalentes deixaram de prevalecer neste novo ordenamento.

O crescimento vertiginoso das cidades que compõem a região metropolitana, em cujo centro a cidade ainda se encontra, o esvaziamento sócio cultural de seu centro histórico, que já não representa e integra a heterogeneidade da cidade, e o alargamento e a segregação relativa das periferias e dos subúrbios, fraturando-a do ponto de vista social e político e aproximando-a da noção de uma *“cidade partida”*, criou também oportunidades muito desiguais para os indivíduos de compartilharem os espaços públicos, que se segmentam, elitizam-se em alguns casos, também se retraem e entram em crise. Não se chegou a criar nela *“sub-cidades”* e *“sub-culturas”* como realidades incoerentes, mas se renovou quase completamente a imagem tradicional da cidade.

E nesta nova condição, abriu-se o campo para a atuação desimpedida da tendência cultural apontada por Fortuna e Silva: a lógica da cultura contemporânea que *“acentua a satisfação pessoal imediata, o individualismo e o reino da privacidade/domesticidade, e a cultura do movimento e da velocidade dos contatos sociais que transmitida à técnica urbanística, organiza a cidade de acordo com o princípio geral de que os sujeitos se encontram em contínuo trânsito entre lugares”*, lugares estes que se convertem em espaços vazios e inertes quase sem nenhum sentido real de lugar e por isso Amilton de Almeida pôde dizer também a esse respeito que: *“Este é o instante em que a praça Costa Pereira se encontra deserta para sempre”*

A ampliação da atuação dos meios de comunicação de massa, especialmente da televisão, (as principais retransmissoras de tv se instalam justamente neste momento), aumenta também a privatização e a comercialização intensa da atividade cultural que se torna domínio indisputado da indústria cultural globalizada e homogeneizante, assistindo-se também ao declínio das artes urbanas contextualizadas que, naquele momento anterior, como vimos, haviam determinado a atmosfera cultural da cidade. Esta situação se agrava em virtude do fato de que a uniformização promovida pela atuação destes meios defrontou-se com uma variedade cultural local que estava ela mesma em grave crise e o resultado deste confronto entre uma indústria cultural homogeneizante e as tradições locais que estavam em crise esteve longe de significar uma vitória absoluta da primeira, com a morte definitiva da segunda, mas foi suficiente para acentuar nas pessoas a sensação de “*desenraizamento*” e de perda de identidade que até hoje se observa, como revelam os depoimentos dos participantes da Agenda Vitória. Neste momento, a perda parcial daquela “*monoidentidade*” e daquela “*unidade profunda*” que marcava a cidade e que prevaleceu pelo menos até à década de 1970, como vimos, determinou, ao mesmo tempo, um recolhimento provisório das tradições locais, que se “*desorientam*” e entram em crise. E os depoimentos dos participantes da Agenda Vitória hoje não apenas confirmam este diagnóstico mas mostram também que aquelas tendências continuaram operando na cidade, como se pode ver:

- “*As alterações na cidade fomentam o individualismo e dificultam o pensamento de uma cidade para todos: não se sabe como trabalhar por exemplo contra a discriminação dos pobres*”
- “*A metropolização levou à redução dos espaços públicos*”.
- “*A cultura é mal distribuída*”
- “*Os espaços são distantes da realidade dos cidadãos, que não conhecem os espaços dos outros*”.
- “*Não adianta construir espaços-chiques*”.
- “*O desenvolvimento impõe formas diferentes de viver*”
- “*As pessoas excluídas vem para a capital.*”

- *“Cidade de imigrantes e de desenraizamento, mas os imigrantes tem que ser vistos como potencialidades”.*
- *“É preciso resgatar a urbanidade”.*
- *“Perderam-se os espaços: eles precisam ser recuperados”.*
- *“Precisa-se de espaços que possam ser visitados.”*
- *“É preciso conhecer a história das pessoas”.*
- *“Deve-se levar em conta a diversidade étnica”.*
- *“Somos muito individualistas e a cidade tem que ser mais coletiva”.*
- *“Quase não sabemos dos imigrantes”.*
- *“População sem identidade, muita gente diferente.”*
- *“A cultura de cada bairro tem que ser valorizada”.*
- *“Impera a violência e a banalização da vida”*
- *“A sociedade é dividida também quanto aos valores das pessoas”*
- *“Os espaços públicos devem ser mais ocupados e ter mais visibilidade”.*
- *“A cidade deve ser plural e permitir que as diferenças tenham visibilidade”.*
- *“Vitória passou por grandes e rápidas transformações”.*
- *“Agora o desafio é pensar no lado humano: a cidade é o lugar de gente”*
- *“Respeito à identidade, à história, e às referências já que o desenvolvimento esquece tudo isso”.*
- *“A criação de espaços de convivência tem reflexos nos direitos humanos”.*
- *“Não sabemos qual a nossa identidade: falta um diagnóstico”.*
- *“As pessoas são frias”.*
- *“A cidade não é acolhedora”.*
- *“A cidade dá medo”.*
- *“A cidade não tem identidade cultural: essa é nossa marca”.*
- *“A diversidade humana tem que ser respeitada”.*
- *“A comunidade tem que ser envolvida na reutilização e preservação da cidade”*
- *“As pessoas precisam andar na cidade”.*
- *“A reutilização do centro precisa de investimentos maciços”.*
- *“A perda de identidade pessoal leva a perda da identidade da cidade”.*

- “Vitória deve ser a caixa de ressonância de toda a cultura do estado”

Mas o que estes depoimentos revelam também nas entrelinhas é que na percepção das pessoas as transformações que a cidade sofreu nas últimas décadas “*foram rápidas e intensas*” mas não foram de molde a provocar um desgaste irreversível do tecido urbano, em que pese as mudanças que ele sofreu. O alargamento caótico do espaço ocupado fez com que as pessoas hierarquizassem suas necessidades dando prioridade a itens como saneamento básico, saúde, educação e transporte urbano, mas esses depoimentos revelam também que essa percepção está mudando lentamente e que pouco a pouco os problemas da cidade começam a ser identificados e relacionados à questão cultural, os problemas culturais começam a entrar em cena, reivindicando do poder público políticas mais consistentes com esta percepção. A reconstituição dos espaços de convivência pública, de lazer e diversão entra em pauta. Não se critica diretamente a concentração de certos equipamentos coletivos de lazer, cultura e entretenimento em determinadas áreas consideradas de elite da cidade mas reivindica-se em primeiro lugar a facilitação do acesso a esses equipamentos juntamente com políticas que descentralizem paulatinamente as atividades.

4.3. A era da “resistência” : as políticas de revitalização cultural

O *Plano Estratégico da Cidade 1996-2010 – Vitória do Futuro*, no seu item 3.2.4 – “*Cultura*”, fazia uma avaliação nada lisongeira do cenário cultural capixaba até o final dos anos 80, que apresentaria até aquela época, segundo o plano, “*um quadro de esvaziamento significativo*”. (p.34) Essa avaliação confirma parcialmente a avaliação que nós mesmos fizemos até aqui da evolução da cultura da cidade, como vimos.

Absteve-se o plano, no entanto, de caracterizar este quadro, preferindo salientar o contraste que se teria observado a partir da Lei Rubem Braga, que foi aprovada em 1991, quando teriam ocorrido *“notáveis progressos na realização de projetos em diversas áreas”*. (idem) Mais uma vez, no entanto, o plano absteve-se de comentar detidamente a natureza e a relevância destes projetos. O Plano apenas cita que nos anos recentes teria ocorrido um esforço de *“preservação do patrimônio histórico algumas vezes conjugado com a ativação do movimento cultural, como é o caso da Escola de Arte Fafi”*.

Analisando o documento, Gert Banck, que o considera um *“documento decisivo para a história da cidade”*, também reconheceu que ele *“contribuiu para a reconstrução da memória coletiva local, que por pouco não fora apagada pelas transformações brutais ocorridas a partir dos anos 60.”* Seu ponto de vista é o de que essa tentativa recente de reconstrução da identidade local, que ele associa ao plano, representa ao mesmo tempo uma ruptura com os velhos tempos, uma vez que agora a presença de novos atores políticos, grosso modo, os pobres das periferias urbanas, já não pode ser simplesmente desconhecida, como na época em que apenas a *“elite”* contava, o que obriga agora a *“tornar mais abrangente a construção das identidades locais”*. (Banck, 1998:259).

Esta é uma descrição quase perfeita da trajetória da cidade, e Banck tem razão quando afirma que agora o que está mesmo na ordem do dia é *“tornar mais abrangente a construção das identidades locais”* no sentido de que já não se pode simplesmente querer reproduzir aquela *“monoidentidade”* que a cidade teria parcialmente perdido.

No entanto, em nosso entendimento, ela precisa ser melhor matizada. Em primeiro lugar porque não é inteiramente exato dizer-se que a visão *“futurista”* do novo planejamento urbano de Vitória, que nas últimas décadas praticamente se institucionalizou, como demonstra a própria realização hoje da Agenda Vitória, esteja em total ruptura com o passado da administração de uma cidade que já na última década do século XIX, com Muniz Freire e Saturnino Brito, formulou um amplo plano de ampliação da cidade para a

região onde hoje se encontram os bairros da zona norte da cidade, o chamado “*Novo Arrabalde*”. Nem se pode dizer que experiências habitacionais pioneiras como as que foram empreendidas em Jucutaquara na década de 20/30 e no Ibes na década de 1950 deixassem completamente de lado a questão da habitação dos “*pobres urbanos*”, justamente o problema que estas experiências pretendiam resolver. E em segundo lugar, e mais importante ainda, porque Banck parece subestimar o enorme repertório e a força da memória coletiva local, que não dizia respeito apenas à elite local e que, não apenas se preservou parcialmente, mas adquiriu grande densidade justamente no momento em que aquelas “*transformações brutais*” começaram a ocorrer na década de 1950, como vimos e é justamente neste repertório que irão se inspirar as tentativas de reação e resistência que serão logo empreendidas e lideradas pelas figuras mais representativas do cenário político e cultural local, figuras como Vítor Buaiz, Paulo Hartung, Luís Paulo Velloso Lucas, João Coser, e o próprio José Ignácio Ferreira, cujas raízes encontram-se justamente na experiência daquela Vitória de outros tempos.

E não é por outro motivo, que, como apontou a historiadora Leonor Franco de Araújo: “*A partir da prefeitura de Dr. Vítor Buaiz, 1989 a 1992, as políticas públicas municipais despertaram para a revitalização do centro de Vitória. Inicialmente com ações voltadas para áreas de cultura e patrimônio, que depois se estenderam para a melhoria de vida dos que habitam e utilizam o centro para as mais diversas tarefas*”. (Araújo:2006, p.122)

É nas políticas postas em prática a partir daquele momento, que de uma forma ou de outra tem a revitalização do velho centro como referência e que no fundo são ainda movidas pela memória do que aquele centro representou para a identidade cultural da cidade, que se deve encontrar a raiz fundamental das diretrizes de política urbana e cultural que resultam no quadro atual da cidade, especialmente no plano cultural, um quadro que destoa completamente, como se verá, daquele traçado pelo *Vitória do Futuro* em 1996, e que demonstra a clara evolução ocorrida de lá para cá.

É por essa razão que no *“Levantamento e Análise de Indicadores Culturais”* realizado pelo *“Programa de Revitalização do Centro de Vitória”* em maio de 2006 e que consta do caderno de *“Análise de Uso e Ocupação do Solo, Cultura e Lazer”* editado pelo Interativo Centro da Prefeitura Municipal de Vitória, em cuja parte mais relacionada à cultura, com pequenas atualizações feitas por nós mesmos, reproduzimos em anexo, se notou que: *“A região concentra grande parte dos equipamentos culturais da cidade, como museus, teatros e galerias de arte. Pode-se observar uma concentração de atividades de lazer e cultura no setor Centro, especialmente em sua parte baixa, destacando-se a avenida Jerônimo Monteiro/Praça Costa Pereira como área privilegiada, com a localização de equipamentos culturais de maior porte, como a Casa Porto das Artes Plásticas, Escola de Teatro e Dança FAFI, Museu de Artes do Espírito Santo (MAES), Cine Teatro Glória e Teatro Carlos Gomes.”* (idem)

5. A política cultural de Vitória

5.1 Quadro institucional, estrutura da secretaria, rede e equipamentos.

A Secretaria de Cultura (SEMC) é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, apoio e execução das atividades para a difusão e formação cultural da população da cidade. A diretriz fundamental destas ações é a *“valorização das raízes culturais da população”*, acoplando-a ao *“desenvolvimento da cidadania no município de Vitória”*. Neste sentido se compreende a cultura *“como parte integrante e inseparável de uma política de melhoria da qualidade de vida e de aprofundamento das relações, tanto sociais quanto econômicas, com outras cidades do Brasil e outros países, especialmente os do Mercosul. Ações fundamentais neste processo são incentivar a formação de artistas e técnicos para produção cultural e manter uma política de disseminação das artes, tornando possível um amplo acesso à cultura por parte da população”*.

Entre as funções da SEMC destacam-se: executar a política cultural do município; coordenar as atividades de planejamento e organização de programas de formação cultural e artística; planejar e coordenar a implantação, a expansão e a administração de unidades de prestação de serviços culturais.

De acordo com o site <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cultura.home.htm> a estrutura organizacional da secretaria é composta pela Secretaria de Cultura, uma Sub-Secretária, uma Secretária Executiva, e um Chefe de Gabinete.

Dois secretários executivos: o Secretário Executivo da Lei Rubem Braga, e o Secretário Executivo do Fundo Municipal de Cultura.

Três gerências: a Gerencia de Espaços Culturais, de Produção e Difusão Cultural, e a da Escola de Teatro e Dança Fafi.

Sete coordenações: Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim, Produção e Difusão Cultural, Casa Porto das Artes Plásticas, Promoção Cultural, Projetos Culturais, Teatro, Dança.

Sete Equipes de trabalho: Administrativo-Financeiro, Análises de Projetos, Apoio a Produção Cultural, Apoio Logístico, Incentivo e Apoio às Artes, Apoio Técnico e Operacional, Produção Cultural,

Também estão ligados a SEMC um Conselho formado por representantes da sociedade civil, o Conselho Municipal de Cultura, e a Comissão Normativa da Lei Rubem Braga.

Três órgãos de ação cultural estão subordinados à Secretaria:

1. Escola de Teatro e Dança Fafi, cuja função é formar artistas profissionais a partir de cursos e oficinas gratuitos oferecidos à população

2. Casa Porto das Artes Plásticas que promove e sedia eventos relacionados às artes plásticas, contribuindo para o desenvolvimento artístico e cultural dos moradores de Vitória.
3. Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim que além de possuir um variado arquivo bibliográfico também realiza a manutenção do registro de coleções localizadas em outros órgãos da Prefeitura.

Também estão ligados à SEMC prédios históricos como o Mercado da Capixaba e o Museu de São Benedito do Rosário.

5.2. Programas e Ações

A SEMC desenvolve uma série de projetos que visam estimular e preservar o desenvolvimento da cultura capixaba. Entre eles estão a Lei Rubem Braga, o Circuito Cultural e um calendário de eventos anuais.

5.2.1 A Lei Rubem Braga

Criada em 1991 com o objetivo de incentivar a produção cultural na cidade concentram-se nela cerca de 25% dos recursos investidos em cultura no município. Tem-se como certo que esta lei trouxe benefícios e representou um avanço notável em termos de política pública para a cultura. No entanto, de lá para cá nenhuma avaliação séria foi realizada sobre a verdadeira atuação da lei.

Muitos entrevistados reconhecem sua importância, como se pode ver nas entrevistas em anexo, mas a maioria deles é de opinião que a lei precisa ser revista e melhorada em muitos aspectos, como admitiu a própria secretária de cultura. Esta sugestão de mudança na lei fundamenta-se nos seguintes elementos:

- *A exigência de marketing feita pelas empresas dificulta o processo de ampliação de verbas para o setor cultural.*
- *As empresas não possuem conhecimento empresarial diferenciado para o investimento em cultura.*
- *Existe pouca divulgação dos produtos financiados pela lei.*
- *Não há uma avaliação dos produtos apresentados e nem de seus resultados.*
- *A avaliação dos projetos nem sempre é feita por pessoas realmente capacitadas.*
- *É muito questionável a exigência de ter domicílio em Vitória.*
- *A burocracia atrapalha em muito o funcionamento do mecanismo legal.*
- *A lei deu às empresas o privilégio de escolher quem, quando e onde mostrar as suas obras.*
- *Existe um certo “monopólio” na escolha dos projetos aprovados.*
- *70% dos recursos vão para a realização de filmes e vídeo que são projetos muito caros.*
- *Deveria haver um grande festival para a apresentação dos projetos financiados pela lei.*
- *Deveria haver um seminário para a reavaliação da lei.*
- *Os critérios de avaliação dos projetos não são muito claros..*
- *Não há acompanhamento dos projetos.*

5.2.2. O Circuito Cultural

O Circuito Cultural de Vitória, visa a promoção, difusão e formação cultural, trabalhando cada região da Capital de forma diferenciada, conforme suas especificidades, a fim de contribuir para a inclusão social dos moradores de Vitória. Tem sido levado a todas as sete regiões administrativas da capital com a preocupação de criar um espaço para a produção cultural e consiste basicamente na realização de oficinas envolvendo tanto artistas já consagrados quanto novos talentos.

Além de permitir a geração de trabalho e renda, especialmente para os jovens, cria oportunidades de negócios na área da economia da cultura, movimentando o comércio local. Já passou pelas Regionais de São Pedro, Santo Antônio e Maruípe.

Participantes da Agenda Vitória, bem como entrevistados, fizeram elogios ao programa, destacando a descentralização do incentivo cultural que ele promove e o interesse demonstrado pela população dos bairros onde se realizou até agora o programa.

5.2.3. Os Eventos

Outra responsabilidade da SEMC é planejar e organizar as festas tradicionais da capital e os eventos de caráter cultural, como o desfile das escolas de samba, o carnaval de rua, a Festa de São Pedro, o Aniversário da Cidade e o Festival Nacional de Teatro Cidade de Vitória. Nesses, e em todos os demais eventos, a SEMC trabalha para levar aos moradores de Vitória opções variadas

de lazer e entretenimento, sempre promovendo a inclusão, o desenvolvimento e a valorização social e cultural dos moradores de Vitória.

Um detalhamento destes eventos pode ser visto através do calendário de eventos de 2006 que segue em anexo e cuja síntese apresentamos a seguir:

5.2.3.1 Síntese do Calendário dos Eventos.

ÁREA CULTURAL	QUANTIDADE
Religião	2
Variados	4
Educativos	2
Carnaval	3
Teatro	3
Música	11
Cinema	2
Artes Plásticas	1
Circo	1
Design	3
Mostra	1
Folclore	3
Procissão Mar	1
Artesanato	1
Panelleiras	1
Arquitetura	1
Dança	1

Local da Cidade	Quantidade
Praia de Camburi	3
Praias	1
Sambão	2
Centro	1
Teatros	1
Sem Local	8
Praça do Papa	9
Santo Antonio/Romão	1
Porto de Vit.	1

Shop Norte/Sul	2
Goiabeiras	1
Cachoeiro	1
Varios	4
Pedra da Cebola	1
Alagoanos	1
Pç.dos Namorados	1
St.Marta/Goiabeiras/ Centro	1

Promotores	Quantidade
Igrejas	1
SEMC	6
SEMC/Parcerias	15
Privados	16
Outras Secretarias	3

Eventos SEMC/Parcerias	Quantidade
Liga das Escolas de Samba	2
Segurança	1
Comunidade	2
Casa Porto	1
Vale	1
Associação De Arraiais	1
Associação de Pescadores	1
Associação de Paneleiras	1
Associação de Profissionais	1
Associação de Folclore	1

Conclusão: Estes dados revelam que boa parte dos eventos realizados na cidade refere-se de uma forma ou de outra à música, concentra-se normalmente na Praça do Papa e nas praias e é promovido principalmente pela SEMC, por entidades privadas ou em parcerias.

5.3. O financiamento

No exercício de 2005 o total da despesa realizada na função cultura alcançou a importância de R\$ 6.403.658,41, sendo que o total da receita da prefeitura atingiu a quantia de R\$ 631.329.729,58. Isto corresponde a um dispêndio percentual com a função cultura de 1,01%. Para que se tenha uma perspectiva comparativa destes dados, elaboramos uma pequena tabela com os dados referentes à algumas cidades brasileiras no mesmo exercício de 2005.

Dispêndio com cultura de algumas cidades brasileiras:

Cidade	Despesa com cultura	Receita Total	%
Vitória	6.403.658,41	631.329.729,58	1,01
Serra	2.883.408,00	341.895.982,00	0,84
São Paulo	142.653.251,00	15.070.862.475,00	0,94
Rio de Janeiro	89.231.035,00	7.811.185.897,00	1,14
Salvador	2.949.205,00	1.445.211.981,00	2,04
Fortaleza	4.716.262,00	1.740.422.822,00	2,70
Maceió	283.010,00	573.173.788,00	0,49
Recife	33.475.197,00	1.453.416.656,00	2,30

Porto Alegre	20.240.273,00	2.029.967.770,00	0,99
--------------	---------------	------------------	------

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros-Cultura 2006-<http://www.ibge.gov.br>

Estes dados indicam que em termos de investimento em cultura a cidade de Vitória não destoa muito do que tem sido aplicado, por exemplo, em outras cidades da região sudeste/sul, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, cujos recursos destinados ao mesmo fim também oscilam em torno de 1% de seu orçamento. Chama a atenção, entretanto, a disparidade entre ela e algumas capitais nordestinas como Salvador, Recife e Fortaleza, cujos investimentos correspondem a mais que o dobro do de Vitória.

O orçamento de 2008 da Prefeitura Municipal de Vitória, permite uma avaliação aproximada da composição dos gastos com a Cultura, como se pode ver no quadro abaixo:

Orçamento da Secretaria de Cultura de 2008.

Quadro de Detalhamento da Despesa

Natureza da Despesa	Valor em \$	%
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos	2.390.000,00	20,73%
Elaboração e Atualização Permanente	20.000,00	0,17
Revitalização de Edificações Históricas	16.600,00	0,13
Restauração da FAFI	21.400,00	0,18
Manutenção dos Serviços Administrativos	292.800,00	2,54
Realização de Eventos Culturais	630.000,00	5,46
Realização de Oficinas Culturais	1.399.400,00	12,14
Formação e Promoção Cultural	706.200,00	6,12
Preservação e Difusão da Cultura Popular	2.686.400,00	23,30
Gestão da Lei Rubem Braga	2.500.000,00	21,69
Criação da Orquestra Juvenil	10.000,00	0,08
Festival de Cultura Jovem	35.300,00	0,30
Construção da Biblioteca Municipal	100.300,00	0,87
Implantação e Gestão de Equipamentos	22.500,00	0,19

Teatrais		
Readequação da Rede Física da SEMC	57.000,00	0,49
Reforma e Restauração da Casa Porto	476.800,00	4,13
Reforma do Mercado da Capixaba	80.200,00	0,69
Gestão do Fundo Municipal de Cultura	50.000,00	0,43
Total Geral	11.525.700,00	100%

Fonte: http://www.vitoria.es.gov.br/orcamentos_2008/secretaria/SEMC.pdf

5.4. Diagnóstico da Economia Criativa-CDV-2006

Em 2006 a Prefeitura Municipal de Vitória, através da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) realizou:

- 1) Inventário de Setores Culturais do Município de Vitória, abrangendo os setores de Folclore, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música, Moda, Patrimônio Histórico, Design, Rádio e Televisão, Literatura, Arquitetura, Audiovisual e Projetos Culturais;
- 2) Diagnóstico Situacional dos Setores Culturais do Município de Vitória e
- 3) Proposições de Políticas Públicas e Ações de Fomento para os Setores Culturais do Município de Vitória.

A pesquisa resultou na produção de quatorze relatórios completos (inventário e diagnóstico) e um relatório consolidado contendo um quadro completo das políticas públicas indicadas pelas entidades representantes dos setores culturais. Logo depois disso, no *“Plano de Apoio às Indústrias Criativas do Município de Vitória - (2007-2008)”* (cópia em anexo), ao lado do quadro enumerando as políticas públicas propostas por cada setor, o gerente de Projetos e Concessões da CDV, teceu comentários sobre a política relativa a cada setor e a adequação das propostas em termos de política pública, bem como *“sugestões de encaminhamento aos diversos órgãos e secretários da administração municipal”*. Ao final do documento foram apresentadas cinco (5) propostas de políticas públicas que abrangeriam *“a quase totalidade dos*

setores consultados porém passíveis de serem realizadas no biêncio 2007-2008”, a saber:

- 1. *Realização do II Seminário de Indústrias Criativas.*
- 2. *Espaço de Produção Cultural Multifuncional.*
- 3. *Centro de Referência do Artesanato - Mercado São Sebastião (Jucutuquara).*
- 4. *Realização do III Seminário de Indústria Criativa.*
- 5. *Escola Municipal de Artes e Ofícios.*

Mais recentemente, está sendo sugerido pelo mesmo gerente a realização de uma *“Avaliação dos Setores Criativos atuantes no município de Vitória do ponto de vista dos usuários (fruidores)”* com o argumento de que depois da realização daquele primeiro projeto restaria apenas conhecer os setores da *“Indústria Criativa”* sob o viés de seus usuários (população do município em geral e formadores de opinião), ou seja, público-alvo que consome o produto cultural oriundo dos setores antes mencionados. *“Para tanto, estamos propondo a realização de uma pesquisa do tipo survey que dê conta de caracterizar os usuários da cultura (perfil sócioeconômico) e de como esse público avalia a oferta cultural do Município de Vitória, no âmbito da Indústria Criativa.”*

Nossa sugestão é no sentido de que uma pesquisa como essa que se pretende realizar deve levar também em consideração as opiniões e avaliações expressas pelos participantes da Agenda Vitória, por uma razão fundamental. Essas sugestões foram feitas dentro de uma visão global dos problemas da cidade, ou seja, em virtude da origem delas, elas são sugestões que já partem do princípio de que a intersectorialidade e a transversalidade das políticas devem ser observadas, o que é um dos pressupostos da própria agenda.

A partir deste diagnóstico da economia criativa local se definiu, no relatório citado, uma política de ações nos seguintes termos: *“Como proteger a diversidade cultural e como fazer com que exista realmente uma relação positiva, um círculo virtuoso e não vicioso entre o produtor independente e o*

mercado e a produção de bens simbólicos. Muitas coisas podem e precisam ser feitas”. De que se tirou as seguintes conclusões:

Em primeiro lugar, assegurar um exercício econômico em que o produtor independente tenha uma capacidade de continuidade dentro do mercado, porque é muito fácil iniciar uma indústria criativa, mas o difícil é alcançar uma sustentabilidade dentro do mercado. Cabe ao poder público fundamentalmente desenvolver estruturas, desenvolver modelos de políticas públicas que possam dar um apoio a esse produtor e principalmente desenvolver modelos de distribuição alternativa aos diferentes setores e segmentos.

Em segundo lugar é importante para os setores culturais a oportunidade de espaços para troca de experiências, pesquisa e de conhecimento de novidades e inovações tecnológicas. Nesse sentido a promoção de feiras, eventos, a implantação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Artístico são ações que contribuirão para aperfeiçoamento dos processos, melhoria dos produtos culturais e uma oferta que atraia o público. É preciso que a área cultural tenha espaços e equipamentos apropriados de divulgação e exposição de sua produção.

O diagnóstico dos setores culturais de Vitória numa análise de arranjo produtivo, demonstra que as características de escala, escopo, aprendizagem, especialização e a viabilidade de mercado são ainda incipientes. É preciso para caracterizar um arranjo produtivo, que todos os elementos estejam integrados e alinhados com objetivos estratégicos de competitividade sustentada, o que não ocorre atualmente. Não há ainda, salvo algumas exceções, nos diversos setores analisados, relação entre os agentes de cada estrutura organizativa no sentido de promover ações cooperativas. O que se verifica são ações individuais, apesar de haver um sentimento da necessidade de maior integração e de *melhor conhecimento de toda a estrutura que envolve cada setor cultural*”.

Salientamos que o único setor que não foi pesquisado na pesquisa da CDV foi o de ARTES CÊNICAS (Teatro), em virtude de obstáculos que o relatório menciona. Em anexo, constam extratos do diagnóstico realizado pela CDV.

6. Expectativas da população com relação à cultura.

Alguns aspectos chamam a atenção na “*Pesquisa de Opinião Quanti/Quali com os Conselheiros da Agenda Vitória*” realizada pelo Instituto Futura.

Em primeiro lugar é importante chamar a atenção para a área de atuação dos entrevistados: 14,8% vem do setor Arte/Cultura, a segunda maior proveniência. E se somarmos estes aos 21,3% da área de educação, teremos um total de 36,1% que supera de longe os outros setores individualmente. Mas mesmo assim, apesar desta origem, no item “2.2. *Percepção de Vitória*”, nenhum menciona qualquer detalhe relacionado à cultura da cidade. Como se pode ver:

Como o(a) sr(a) vê Vitória hoje?

- *“Vitória alcançou um bom patamar de desenvolvimento econômico, social político e urbano. Corre risco de um processo de degradação decorrente do estrangulamento de sua estrutura urbana, principalmente, no que tange o sistema viário, devido a existência de áreas para crescimento e concorrência nos municípios vizinhos.”*
- *“Uma cidade de grandes oportunidades, capital que oferece boas condições de vida e trabalho. Necessitando resolver questões de segurança e mobilidade urbana.”*
- *“Qualidade de vida boa, porém que enfrenta desafios de uma metrópole que cresce em ritmo acelerado, mas que ainda apresenta as características de uma cidade menor, exigindo um posicionamento diante dos desafios.”*

E isto apesar de 11,5% reconhecerem que houve “*mudanças mais significativas*” na área de cultura nos últimos dez anos. Na pergunta:

“Comparando a Vitória de hoje com a de 10 anos atrás, em que áreas houve mudanças mais significativas?”, respondeu-se que:

Opções	%
Urbanização	55,7
Economia	34,4
Educação	32,8
Transportes	24,6
Social	23,0
Cultura	11,5
Política	8,2
Outros	41,0
Total	231,1

Número de entrevistas: 61

A Cultura também não foi mencionada nas oportunidades que se abrem para a cidade, pois no item “2.3. Ameaças e Oportunidades”, quando perguntados sobre: “*Quais as principais oportunidades que se apresentam para Vitória hoje?*” Respondeu-se que:

- “*De se firmar como capital de qualidade de vida, consolidar o turismo de negócios, liderar o processo de ordenamento da região metropolitana e ser um exemplo no uso do recurso público para melhoria da qualidade de vida da população.*”
- “*De se tornar referência no setor de serviços, aproveitar o potencial portuário e ter uma população com alto nível de educação.*”

- *“Transformar-se numa cidade inserida no cenário nacional com posição de destaque. Isso graças ao Petróleo, as siderúrgicas, as oportunidades de avanço industrial, a hotelaria e ao turismo de negócios, através da criação de infra-estrutura para receber essas pessoas.”*
- *“Captar a chegada de pessoas de fora com novos projetos, aproveitar os investimentos e aplicá-los em educação e treinamento profissional. E ainda, aproveitar a posição geográfica estratégica (portos/aeroportos) e o perfil jovem da população para se criar um centro de gestão de empregos.”*
- *“Turismo geral e turismo de negócios. Há a necessidade de se ter espaços de eventos, produção de tecnologia e educação.”*

Tampouco se lembrou do papel de Vitória como referência Cultural na resposta da pergunta: *“Nesse contexto, qual é o papel de Vitória? A capital pode ser referência em algum serviço? (Se sim) Em quê?”*, quando se respondeu que:

“Buscar o topo da pirâmide de serviços, em especial sediar os escritórios de negócios, empresas de alta tecnologia, serviços médicos e de engenharia, consultoria especializada, turismo de negócios, polo de atividades artísticas e culturais, etc. Buscar a inteligência dos nossos principais arranjos produtivos do ES.”

- *“Sim. Vitória é a referência. Tem a maior receita e a maior estrutura.”*
- *“Papel de liderança do processo. Referência em educação, limpeza pública, cuidado com o cidadão.”*
- *“Vitória como referência em gestão, gerenciamento dos grandes projetos, ponto ideal para um centro de tecnologia (universidade), infra-estrutura para turismo de negócios.”*

- *“Tecnologia, turismo, educação (centros tecnológicos), apoio as empresas exportadoras e importadoras, centros financeiros.”*

Lembrou-se do plano cultural, porém, apenas quando este plano era explicitamente mencionado, como na pergunta: *“Por fim, como essa integração impactaria – positiva e negativamente – em Vitória? Quais seriam os reflexos no patrimônio cultural e nos recursos naturais da capital?”*. Que mereceu as seguintes respostas:

- *“O impacto seria positivo, pois haveria maior integração entre os municípios da região metropolitana.”*
- *“Reflexo positivo sobre o patrimônio cultural, que seria mais cuidado e preservado. Haveria também uma reestruturação do turismo, através de um trabalho de preservação/conscientização da população no que tange o patrimônio cultural*
- *“Tem que ser sempre positiva. Quando as ações são desarticuladas elas são negativas. Se bem planejada produzirá impactos positivos que hoje não acontece porque não está bem articulado em termo de integração da Grande Vitória. Os patrimônios histórico e ambiental não estão sendo preservados.”*
- *“O impacto seria mais positivo, que negativo, pois o compartilhamento diminuiria a demanda por serviços em Vitória e o fluxo diário de pessoas.”*

“Positivamente, pois com um plano de desenvolvimento da região metropolitana, não haveria sobrecarga em nenhum eixo de desenvolvimento, gerando a possibilidade de preservação das riquezas locais.”

No item 2.7. sobre “*Visão de futuro da cidade de Vitória*” também não se lembrou de Cultura embora se possa lembrar que o item Educação inclui este tema:

Quais as questões que são fundamentais para se pensar o futuro da cidade de Vitória?

Opções	%
Trânsito / transportes	52,5
Educação	45,9
Segurança Pública	37,7
Saúde	31,1
Meio ambiente / sustentabilidade	27,9
Geração de emprego / renda	19,7
Abastecimento de água	9,8
Pobreza	6,6
Política	4,9
Abastecimento de energia	1,6
Drogas	1,6
Outros	55,7
Total	295,1

Número de entrevistas: 61

* O entrevistado podia citar mais de uma opção de resposta

Mas quando, na pergunta final, se perguntou sobre: “*Qual é a Vitória que o(a) sr. (a) deseja para o futuro (daqui a 20 anos)?*”, surpreendentemente, a maioria incluiu algum item relacionado à cultura, como se pode ver:

- *“Com qualidade de vida, que eu possa sair a rua sem medo da violência. Uma cidade arborizada, fresca, com boas peças de teatro e com outros entretenimentos.”*
- *“Eu gostaria que a cidade tivesse um equilíbrio social. Que o nível da educação fosse bom, que a educação se resolvesse. Que as praias fossem limpas. Que houvessem muitos eventos culturais de qualidade daqui e de fora. Que a cidade fosse referência de qualidade de vida e que os nossos representantes trabalhassem a favor de todas as questões.”*
- *“Uma cidade com qualidade de vida, oportunidades de trabalho, que incentive a cultura, a educação, que conserve seus espaços verdes e que a população tenha acesso aos serviços.”*
- *“Uma Vitória com qualidade de vida, que valorize as manifestações culturais e respeite o meio ambiente, em que o cidadão esteja em primeiro lugar, acima dos interesses econômicos.”*

Já a “Pesquisa quantitativa com a população” que pretendia “comparar a visão dos conselheiros da Agenda Vitória com a visão da população sobre os projetos prioritários para a cidade” mostrou que, a respeito do tema que nos interessa, Cultura, alguns aspectos interessantes:

1. As pessoas que vieram de fora vêem de forma mais positiva a cidade.
2. Muitas pessoas que vivem no município atualmente revelam conhecer bem a cidade e ainda avaliaram muito bem o que conhecem.
3. Principalmente a infra-estrutura foi observada como o aspecto que apresentou mudanças mais significativas.
4. Entre as maiores oportunidades para a cidade está o setor de serviços e a indústria.
5. Os espaços coletivos são considerados bem utilizados
6. Na Visão de Futuro não se menciona a cultura.

7. Não existe para a população um símbolo que representaria bem a cidade. O mais citado, as praias, obteve 13% das citações.
8. Apenas dois serviços básicos são considerados fundamentais para se pensar o futuro da cidade de Vitória: educação e saúde.
9. Bairros que merecem mais cuidados: Resistência, Centro, São Pedro e Favalessa.
10. Mais de 33,8 % são evangélicos.
11. 17,4% acham que, comparada a 10 anos atrás, houve mudanças significativas no lazer/entretenimento, e 11,8 % na Cultura.
12. Como principal oportunidade de desenvolvimento para Vitória o setor de Serviços ficou com 30,9% , a Cultura com 5,8% e o Turismo 17,8%.
13. A opinião da população sobre a utilização dos espaços coletivos de Vitória é bem dividida: 49,5% acreditam ser bem utilizados contra 47,8% que discordam. Porém existe consenso no que diz respeito ao impacto dessa utilização para a qualidade de vida da população.
14. Entre os principais problemas da região onde mora ninguém mencionou cultura. E somente 4,6% mencionou a falta de opções de esportes e lazer.
15. Perguntados a coisa mais importante que a cidade tem e que deveria ser preservada, ver págs. 33-40.
16. O que melhor simboliza, ver págs 34-40.
17. Futuro da cidade: não se menciona cultura, ver págs. 36/40.

Há consenso entre os entrevistados que ocorreram modificações no setor cultural no decorrer da última década. Alguns apontam as transformações no ponto de vista da produção de eventos, relatando que ocorreu um aumento no número de amostras culturais, festivais e shows. Outros, apontam maiores incentivos à produção cultural de nível, não só municipal, mas estadual, com a criação da lei Rubem Braga, que para alguns, veio a ser a possibilidade de profissionalização do artista do Estado, e conseqüentemente, de Vitória.

Porém, apesar de ocorrerem modificações e iniciativas no setor cultural, ainda são grandes os desafios a serem enfrentados, pois partem do interior da

categoria profissional e permeia a população, o setor público e o privado. Muitos dos entrevistados ressaltaram que apesar do aumento de eventos, a opção de lazer e entretenimento ainda deixa a desejar. Sentem a necessidade de uma maior movimentação cultural em toda a cidade, relatando que há dificuldade de encontrar até mesmo bares e restaurantes abertos, assim como, há escassez de uma programação mais especificamente local, bem divulgada e realizada em espaços adequados.

A “*desvalorização*” da produção cultural local se configura, não só entre os setores populacionais, que não “*aprenderam*” a valorizar o artista local, mas também, no setor privado que investe em produções nacionais. A reclamação é que os eventos são voltados ao consumo de massa, com pouco incentivo à peça teatral, show ou exposição do artista local.

Mesmo destacando que as iniciativas na área cultural seja, em grande maioria, advinda do setor público, são recorrentes críticas com relação à falta de incentivos por esse setor. Em relação ao poder público, os entrevistados sugerem que sejam criados novos espaços culturais com uma estrutura física que promova conforto para aqueles que assistem e produzem as atividades culturais. Em relação ao papel do setor privado, as sugestões são para maiores investimentos no artista local.

Um ponto de destaque na fala de muitos dos entrevistados foi a organização política dos artistas locais. Alguns disseram que é um setor com dificuldades de se organizar, que vai desde incompatibilidade produtiva (conflitos ideológicos, mercado versus amor à cultura), quanto às dificuldades financeiras para a sustentação de uma sede sindical.

O setor cultural apresenta uma potencialidade produtiva. Os entrevistados citam a variedade de artistas e áreas de produção cultural, tanto tradicionais quanto inovadoras, sejam das regiões centrais da cidade ou periféricas. O que se percebe é que existe uma produção cultural na cidade, mas o setor é marcado por dificuldades de reconhecimento, que se expressam na falta de investimento, especialmente do setor privado, visto que a maioria das políticas

de incentivo à cultura partem do poder público e a falta de valorização, também, no âmbito da sociedade, onde não se construiu uma consciência, nem prática de consumo da cultura local.

Textuais:

- *“Culturalmente, Vitória tem muito a crescer e para isso precisa de investimento, tanto empresarial como de formação de público. Só para citar um exemplo, o teatro capixaba não consegue levar público. O capixaba geralmente vai para assistir o ator da Globo”.*
- *“Por ser essa coisa de cidade pequena, às vezes faltam algumas opções de lazer, cultura. Sinto que faltam algumas coisas. Apesar de que melhorou bastante, toda semana temos um evento interessante”.*
- *“As iniciativas são muito incipientes e elas são pouco profissionais. Não há um diagnóstico do que seja cultura, das várias maneiras e formas de expressão dessa cultura. A cultura está sendo produzida independente de lei, de Estado. Mas não há estímulo de políticas que apóiam esses grupos. A gente sabe de grupos que trabalham em teatro na periferia, grupos que trabalham música, mas tudo com muita dificuldade. E eu acho que não tem uma atenção devida na cultura como tem que ter”.*
- *“O capixaba tem que ir além, tem que buscar alternativa de consumo cultural”.*
- *“Eu ainda acho o movimento cultural pequeno por ser a capital, onde aglutina coisas que são produzidas no Estado e fora do Estado, eu acho que acaba sendo muito eventual. Acho que muito direcionado ao evento e não à estrutura de desenvolver o trabalho cultural. Eu acho que Vitória consome mais do que produz”.*
- *“Na área cultural, a gente é muito carente de espaços para shows, principalmente shows de médio porte. Você não tem em Vitória, por exemplo, uma casa como o Canecão, que abriga três mil pessoas, e que leva artistas de MPB como Maria Bethânia, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Gilberto Gil. Você não tem esse espaço. Você tem o ginásio do Álvares Cabral para nove mil pessoas, que é um ginásio, não*

é um espaço confortável e adequado para você assistir um show, digamos, sofisticado”

- *“Eu acho que está faltando um pouco é a visão profissional do artista capixaba, porque existe uma mentalidade na categoria muito provinciana e isso difere Vitória da Região Sudeste. Na verdade, as grandes maiorias dos artistas vêem a cultura como uma forma de ganhar dinheiro e não é isso. Tem prazer e a importância pela função”.*
- *“Eu acho que falta união entre os artistas locais, porque muitos nem assistem aos espetáculos do colega e falam mal porque ouviram o outro falar mal. Isso eu acho que é um dos comportamentos provincianos muito ruins”.*
- *“No sindicato há a falta de estrutura, talvez porque a grande maioria é inadimplente, porque o artista, muitas vezes, não tem condições nem de estar pagando a mensalidade do sindicato e até por isso, os sindicatos não têm como manter essa estrutura. E não pagando a mensalidade do sindicato, não tem nem como reclamar, aí fica esse empurra-empurra”.*
- *“Quando você tem uma cultura estruturada, você vê os artistas daqui vivendo de sua arte, ganhando bem para isso, como acontece no Rio, Minas Gerais, você vê o artista se profissionalizando, coisa que não tem aqui. Tem que ter uma estrutura que permita o artista trabalhar profissionalmente e parar com essa coisa amadora”.*

7. Desafios

As entrevistas que nos foram concedidas, juntamente com as pesquisas da Futura atestam, entre outras coisas, que se está vivendo desde os anos 1990 um momento de verdadeiro incremento da atividade cultural na cidade e de sua oferta cultural, cujos traços mais salientes permitem algumas conclusões, as quais preferimos expor, mais uma vez, nos mesmos termos da discussão que fizemos anteriormente, procurando manter dessa forma a coerência de nossa argumentação.

Este incremento da atividade cultural, atestado pela maioria de nossos entrevistados, possui uma direção que não está ainda muito clara mas é

possível delinear mesmo que sumariamente alguns dos seus contornos. E a simples admissão da hipótese deste delineamento já nos faz lembrar que podemos estar superando definitivamente aquela fase de “*desorientação*” cultural que havia marcado a trajetória identitária da cidade sobretudo nos anos 1980.

Ao lado da emergência de políticas públicas voltadas para a revitalização do antigo centro da cidade assiste-se também ao ressurgimento de um *ethos* identitário que não visa apenas à reconstrução pura e simples da monoidentidade do passado, que é impossível de ser feita, mas que incorpora também a perspectiva de acolhimento da diversidade cultural que hoje permeia a vida cultural da cidade.

Assim, observa-se hoje também a emergência de experiências culturais, pontuais e incipientes, mas exitosas, em bairros populares como Ilha das Caieiras e São Pedro, Goiabeiras, Morro dos Alagoanos, Jucutuquara, e outros, onde se desenvolveram centros e práticas culturais locais que estão começando a mudar a imagem e o significado destes bairros e da própria cidade.

Há poucos anos atrás, uma imagem negativa e estigmatizadora envolvia os bairros de Ilha das Caieiras, São Pedro e a própria Goiabeiras, em virtude do lançamento sistemático de lixo a céu aberto nas proximidades de seu manguezal, que mesmo assim atraiu centenas de moradores pobres em busca de moradia e trabalho. Com a ausência quase total do poder público, verificou-se uma ocupação rápida e desenfreada da região, que se tornou palco de um cenário caótico e desumano criticamente retratado pelo jornalista Amilton de Almeida no documentário “Lugar de Toda Pobreza”, um trabalho que causaria profundo impacto na sociedade local. Aos poucos, porém, foi se desenvolvendo a consciência de que essa situação era inadmissível para os padrões e as exigências de uma sociedade civilizada, e políticas públicas saneadoras foram desenvolvidas em várias administrações. Hoje, a região apresenta um nível razoável em termos de saneamento, pavimentação de ruas, oferta de serviços de lazer e de educação, despontando também a melhoria da auto-estima de

sua população através de atividades culturais que procuram resgatar tradições locais tão significativas como a das paneleiras de Goiabeiras e a das desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras, transformações que propiciaram o início da inserção definitiva da região, inclusive no roteiro turístico da cidade. Em Goiabeiras, por exemplo, salienta-se a presença simultânea das bandas de congo, das benzedadeiras, de brincadeiras de rua, de blocos carnavalescos antigos, e das folias de reis, todas elas manifestações culturais tradicionais que correm o risco, no entanto, de *“perder força por falta de incentivo constante”*, já que, segundo Jamilda Bento, presidente da *Associação Banda de Congo de Goiabeiras*, *“não existe política perene de valorização dessa cultura”* e é evidente que muito ainda precisa ser feito nesta direção, intensificando-se a realização de planos ambiciosos e sistemáticos de revitalização ambiental, social, e cultural da região.

A necessidade dessa política também se expressa na experiência de São Pedro, onde, segundo a própria secretária de cultura, *“o circuito cultural chegou como um projeto circulante, de circulação mesmo. Aí quando se estabeleceu um espaço físico fixo para a experiência acontecer, e ela de fato aconteceu naquele espaço durante tres meses, a população se agarrou naquele espaço e o transformou num equipamento cultural daquela região. E hoje ele funciona como equipamento . Você pode ir lá agora que ele está funcionando a mil por hora como equipamento cultural, com aulas. Ele deixou de ser um projeto de circulação para se transformar em equipamento fixo para aquela comunidade. Então o acesso cultural ali deve ter sido irrisório, zero em relação aos bens culturais. Aí você vê a diferença, para aquela população lá, mesmo no entorno onde se irradia a sua importância, a sua ação, a cultura já está naquele parâmetro de fazer parte da vida daquelas pessoas”*.

Durante muito tempo os morros próximos ao centro de Vitória estiveram associados, no imaginário popular, à imagens de pobreza e violência, e nas décadas de 1950 e 1960 o Morro dos Alagoanos ainda era considerado uma autêntica *“favela”*, salientando-se ali também a total ausência do estado. Por volta de 1990, numa iniciativa dos próprios moradores, que estavam preocupados em evitar a estigmatização de seu bairro, iniciou-se o

desenvolvimento de ações culturais visando a diminuição da violência: em 1987, por exemplo, com a presença do carnavalesco Joãozinho Trinta e de um grupo musical, realizou-se o plantio de árvores na região. Eventos musicais em homenagem à músicos famosos foram se sucedendo ano após ano, lá se apresentando também a Orquestra Filarmônica do Espírito Santo, tendo sido esta *“a primeira vez que a orquestra subiu o morro”*. Artistas nacionais famosos como Grande Otelo participaram das comemorações do centenário da abolição da escravidão. O lixão local foi transformado em um jardim, e a *“Escada da Fama”* passou a homenagear os artistas locais. Em 1997, com a presença de Dona Zica da Portela, esposa do famoso compositor Cartola, foi inaugurado o Festival de Música de Botequim, o *“Femusquim”*, que viria a se institucionalizar, e hoje, segundo seu Raimundo de Oliveira, expressiva liderança local: *“Nós estamos em nossa 11ª edição e fazemos toda a cidade subir o morro e festejar conosco. Hoje o Femusquim reúne 20 mil pessoas. É a maior mídia espontânea do Estado”*.

Localizada no limite norte extremo da velha vila colonial, uma antiga fazenda de origem colonial se transformou em bairro periférico de Vitória na década de 1920, o de Jucutuquara. Já na década de 1950 o bairro notabilizou-se por abrigar a sede de um dos clubes de futebol mais populares da história da cidade, o Rio Branco e também de um dos seus cinemas mais frequentados, o Trianon. Mas o crescimento acelerado da cidade a partir das décadas de 1960 e 1970 converteu o aprazível e bucólico bairro de Jucutuquara em pouco mais que um local de passagem apressada de pessoas e veículos em busca de outros destinos, o que contribuiu em muito para a sua estagnação relativa e para a dissolução do aconchegante padrão de sociabilidade da vida local. Em 1972, porém, foi fundada a *“Escola de Samba Unidos de Jucutuquara”*, que até aqui já conquistou o tricampeonato nos desfiles anuais de carnaval. Os ensaios dominicais da escola e as atividades quase contínuas de preparação para o carnaval acabaram se transformando, além de emprego, em ponto de referência importante para a vida cultural e associativa da cidade e grande número de pessoas, sobretudo jovens, estão inseridas nelas. Para Dona Leida Nunes Lima, de 80 anos, uma das fundadoras da escola, que lhe dedica hoje a

maior de seu tempo: “*É uma grande família, da qual eu e meus filhos fazemos parte.*”

Essas experiências locais bem sucedidas, ainda embrionárias mas com elevado potencial de generalização, demonstram que é possível evitar a estigmatização social, a violência, a invisibilização e a desvalorização de bairros inteiros, inclusive no que diz respeito ao valor e ao uso do solo, através de mudanças culturais positivas que reforcem a auto-estima e o sentido de pertencimento de sua população, contribuindo assim para uma reorientação do próprio crescimento da cidade, que pode ganhar novas alternativas e vir a ser, dessa forma, menos segregador e mais integrado. Elas demonstram também que mudanças no plano local repercutem e dialogam com o plano geral da cidade, viabilizando o centro ou os centros que se quer construir nela, que elas podem alterar a significação da cidade como um todo. e que esse ressurgimento de um *ethos* identitário incorpora também a perspectiva de acolhimento da diversidade cultural que hoje permeia a vida cultural da cidade. Estas práticas de conservação das tradições locais, que vêm abrir-se diante de si, (agora com a possível colaboração estreita dos meios de comunicação de massa), uma escala mais ampla para sua divulgação, tanto no plano interno e regional quanto num plano mais amplo e universal e que podem consolidar nossa cidade como uma verdadeira capital cultural, abrem espaço também para aquilo que pode ser considerado “*a emergência das lutas pelo reconhecimento e afirmação dos direitos e identidades dos diferentes grupos sociais locais*”. Tornando-se evidente que a busca da identificação de imagens identitárias singulares que promovam a cidade no contexto regional, nacional e internacional, que está em pauta hoje, não pode aumentar a fragmentação da cidade, pela estigmatização de suas minorias, mas deve ser compatível com a visibilização da diversidade que compõe a paisagem cultural e social da cidade.

A emergência destas lutas por reconhecimento de novos grupos sociais, seja de bairros, étnicos, de gênero ou etários, todos eles amparados em uma visão cultural de sua condição, pode aumentar em muito a chance de protagonismo da área cultural, que pode e deve deixar de ser secundária em termos de

políticas públicas, levando à conclusão de que uma maior centralidade das políticas culturais pode ser uma forma de redesenvolver socialmente a cidade.

Neste sentido parece que seria possível ampliar a revitalização do antigo centro histórico da cidade, revertendo a sua transformação em simples lugar de passagem veloz das pessoas e transformando-o novamente, através de atividades culturais e ações sociais localizadas, em lugar de paragem e de integração da diversidade inevitável que compõe hoje a cidade e que uma maior centralidade das políticas culturais pode ser uma forma de redesenvolver socialmente a cidade.

Esta possível “*reinvenção*” cultural da cidade, que consideramos nosso grande desafio, deve implicar, por exemplo, a criação de planos de reocupação culturalmente significativa dos espaços urbanos, ou a transformação de não-lugares em lugares de reapropriação das identidades, com a integração dos marcadores históricos da cidade em ambientes socialmente vividos. Também se poderia perseguir uma revalorização dos espaços ordinários de convivência, onde se poderia dar um reagrupamento cultural e social dos sujeitos pela consolidação de universos de relações de vizinhança, amizade, companheirismo e interconhecimento pessoal: espaços sociais de proximidade relacional onde se desenvolvesse o sentimento de pertencimento e de identidade. Essa reconversão dos lugares de moradia em local de cultura, de comunicação e de cidadania poderia suspender a retração do espaço público e melhorar sua relação com a cultura produzida localmente, uma situação que pode atenuar a reprodução dos padrões de segmentação e elitização social, já observáveis na cidade, em proveito da promoção de formas mais densas e democráticas de produção e consumo de cultura. Também se pode considerar nesta direção a sugestão de Canclini no sentido de que “*esferas micro-públicas como reuniões de vizinhos, igrejas, bares, e de movimentos sociais, podem se converter em laboratórios locais de comunicação e cidadania*”. (Canclini,1995:175)

Neste sentido se pode dizer, com Fortuna e Silva, que a sua tese de que a abertura cosmopolita da cidade pode promover ao mesmo tempo seu

enraizamento identitário e que o *ethos* cosmopolita em emergência pode revigorar a resistência à descaracterização de sua cultura, (p.451) e também sua afirmação de que a *“condição territorializada e local das culturas apenas existirá enquanto se relacionarem com a cultura global”* (idem, p.449) pode estar claramente se verificando no caso de nossa cidade.

Para se atingir estes objetivos é necessário uma sobrequalificação dos organismos e do pessoal que gere as políticas públicas de cultura, de cuja competência técnica passará a depender o sucesso destes empreendimentos. Seria preciso também investir na qualificação profissional dos indivíduos que praticam as artes locais contextualizadas, melhorando e ampliando a oferta e o consumo cultural na cidade.

Mas só isso não bastaria. Seria preciso envolver intensamente a população nestas ações, debaixo da pressuposição de que todos são de fato produtores de cultura e não apenas meros consumidores passivos de cultura. Seria preciso, neste sentido, inquirir-se também sobre o sentido específico de pertencimento dos moradores de cada bairro, realizar-se uma pesquisa abrangente sobre a condição cultural destas populações, sobre sua história e sua maneira específica de ver o mundo e situar-se nele.

Dessa forma se ampliaria em muito a própria produtividade e criatividade cultural da população, em geral melhorando sua capacidade para reverter o sentido das mensagens culturais globais num sentido local positivo que poderia assumir papel estratégico na renovação cultural da cidade. Também se poderia levar em consideração a sugestão de Canclini no sentido de que, *“já que os espaços onde a esfera pública se desenvolve hoje com mais dinamismo e influência são a imprensa escrita, o rádio, a televisão, e os entretenimentos de massa (cinemas e shoppings) ligados a redes transurbanas é fundamental para ele saber qual o peso real que estes meios detêm na vida da cidade porque eles podem também se converter em novos espaços de convivência e sociabilidade retraduzíveis em um sentido local embora sua função precípua seja a de vincular grandes setores da população a experiências macrourbanas e de outros países.* (Cf. Canclíni, 2003:159-161)

8. Cenários no Plano Global da Cultura da Cidade

Inercial

Vitória continua desenvolvendo a revitalização de sua identidade cultural, do centro histórico, etc, mas continua apresentando problemas de identificação da população com a cidade, com poucos espaços culturais e pouca ressonância no plano regional, nacional e internacional, e uma produção cultural ainda incipiente.

Positivo.

Vitória passa a investir maciçamente em projetos culturais, revitaliza o seu centro histórico, afirma sua diversidade através da visibilização da cultura dos bairros e de seus diversos componentes sociais, étnicos, culturais etc., investe em seu marketing, a indústria cultural identifica-se cada vez mais com a cidade, que se transforma numa verdadeira capital cultural exercendo notável influência no plano regional, e projetando-se também no cenário nacional e internacional. Amplia-se também o espaço da produção cultural local e democratiza-se o acesso a essa produção. Aumenta a qualidade de vida “*cultural*” de sua população.

Regressivo.

Deterioram-se os investimentos em cultura, abandona-se definitivamente o centro histórico, que se degrada violentamente, os bairros e as particularidades perdem qualquer visibilidade e referência e se transformam em verdadeiras “*sub-cidades*”, isolam-se e segregam-se os diversos componentes da cidade, decaindo também sua produção cultural, a indústria cultural “*desidentifica-se*” cada vez mais com a cidade.

Cenários quanto a pontos relevantes

1. Gestão

Inercial

A política cultural da cidade de Vitória continua sendo conduzida sem conexão com a política estadual de cultura, o que afeta seu desempenho.

Positivo

A política cultural da cidade de Vitória passa a ser conduzida com suporte em uma política estadual de cultura consistente, aumentando a eficiência de ambas e apontando para a transformação da cidade numa verdadeira capital cultural do estado.

Regressivo

Aumenta mais ainda o fosso entre a política municipal e a estadual.

2. Financiamento

Inercial

Persiste o investimento muito baixo em cultura, em torno de 1% do orçamento municipal, mas tem continuidade a política de fomento à produção e democratização cultural.

Positivo

Investimentos maciços são canalizadas para a área de cultura viabilizando a consecução dos objetivos almejados.

Regressivo

Diminuem mais ainda os investimentos em cultura ocasionando a perda de referência da política cultural

3. Lei Rubem Braga

Inercial

A lei continua sendo aplicada sem modificações, a produção cultural local cresce mas não atinge os objetivos estratégicos colimados.

Positivo

A lei sofre modificações positivas, passa a atender melhor o público para o qual se dirige, aumentando a eficiência dos recursos nela aplicados.

Regressivo

Diminuem os recursos aplicados na lei, as empresas deixam de se interessar pela concessão de bônus, os próprios produtores culturais pedem a extinção da lei.

4. Identidade e Patrimônio Cultural

Inercial

Continua a revitalização do centro histórico da cidade e de seu patrimônio arquitetônico mas persistem os problemas de identificação da população da cidade com estes recursos.

Positivo

O centro histórico volta a ser uma referência fundamental na vida cultural da cidade ajudando na integração da diversidade cultural que compõe a cidade. Os bairros populares adquirem maior visibilidade.

Regressivo

O centro histórico se degrada lentamente e os bairros se desconectam mais ainda entre si aumentando a fragmentação da cidade.

9. DIRETRIZES

Estratégia/Objetivo Geral.

O objetivo geral a ser perseguido nos próximos vinte anos por uma política cultural sistemática e coerente, de estado e não de governo, deve ser o de preservar, valorizar e potencializar o patrimônio material e imaterial da cidade, acoplando-o ao desenvolvimento de uma identidade cultural que preserve os valores locais mas reconheça ao mesmo tempo a diversidade cultural inevitável que compõe hoje a cidade e que certamente se acentuará no futuro. Assim, também no plano cultural deve-se buscar a valorização do local dentro de uma visão global de que *“a cidade está inserida em redes de cidades, com as quais compete e coopera, e seus contatos tem que ser pensados como fazendo parte de uma ordem mundial: o local se liga no internacional, tem que ser compatibilizado com o internacional, levando ao cosmopolitismo”*. (Paulo Xavier)

A consecução deste objetivo deve levar em conta que a cultura quando tomada em sua acepção antropológica mais ampla está relacionada fundamentalmente a quatro aspectos decisivos que ela pode ajudar a desenvolver:

- A. Identidade: que diz respeito ao sentido de pertencimento dos indivíduos a um determinado território e espaço social no qual se define basicamente seu modo de vida.
- B. Cidadania: que diz respeito às relações sociais e políticas entretidas pelos indivíduos entre si e que definem sua participação na construção de um mundo comum.
- C. Economia: que diz respeito às formas de produção e realização das necessidades humanas, ao emprego e à renda.
- D. Entretenimento e Lazer: que diz respeito ao aproveitamento do *“tempo livre”*, pelos indivíduos.

Tomada a cultura nesta acepção ampla deve reconhecer-se que a *“valorização das raízes culturais da população”* deve ser parte integrante e inseparável de uma política de melhoria da qualidade de vida desta mesma população.

DIRETRIZES E PROGRAMAS GERAIS

Diretriz 1: Regionalização Cultural e Artística da política cultural: política pública de cultura centrada na história local e na transformação de Vitória em caixa de ressonância do folclore, da gastronomia, do artesanato, e da cultura de todo o estado, consolidando-a como capital cultural do estado do Espírito Santo.

Programas:

1. Envolver o sistema educacional na valorização, conhecimento e estudo do patrimônio cultural.

Objetivo Específico: incluir a cultura regional na formação educacional da juventude.

Metas: requalificar os professores da rede municipal

Instrumentos: realização de cursos e mudanças curriculares.

Público Alvo: professores e alunos da rede pública

2. Estimular o surgimento de políticas sociais com viés cultural local: busca de interação entre a SEMC e as outras secretarias: culturalização das políticas públicas.

Objetivo Específico: incluir a consideração da cultura regional nas políticas públicas.

Metas: requalificar os gestores públicos, sensibilizando-os para a importância da cultura regional.

Instrumentos: produção de textos, vídeos, internet.

Público Alvo: gestores públicos.

3. Política de Comunicação da Prefeitura ligada à defesa da cultura regional.

Objetivo Específico: condicionar os investimentos em comunicação da prefeitura ao objetivo de defesa da cultura regional.

Metas: sensibilizar os meios de comunicação para a importância da defesa da cultura regional.

Instrumentos: investimentos públicos na área de comunicação.

Público Alvo: profissionais dos meios de comunicação.

4. Estímulo à regionalização da programação e da pauta dos meios de comunicação.

Objetivo Específico: democratização dos meios de comunicação de massa.

Metas: ampliação do espaço para os artistas locais.

Instrumentos: persuasão e requalificação.

Público Alvo: meios de comunicação;

5. Realizar ampla pesquisa sobre o consumo cultural na cidade, o sentido de pertencimento e de identidade da população local e a história dos bairros, de seus habitantes e de seus marcadores históricos.

Objetivo Específico: conhecer melhor as práticas culturais da população da cidade.

Metas: pesquisar o consumo cultural, a identidade dos bairros e de seus habitantes.

Instrumentos: entrevistas.

Público Alvo: população dos bairros.

6. Realização de uma ampla pesquisa junto aos artistas, intelectuais, e produtores culturais locais mais antigos (tais como: Milson Henriques, Paulo de Paula, Pedro Maia, Rubinho Gomes, Marien Calixte, J.L. Gobbi, Adelzira Madeira, Rogério Medeiros, Bernadet Lira, Cariê Lindenberg, Carlos Henrique Gobbi, Deni Gomes, José Augusto Loureiro, Nenna B, Francisco Aurélio Ribeiro, Marcos Valério Guimarães, Kléber Galvêas, Osvaldo Oleari, Maurício de Oliveira, Edson Papo-Furado, Ana Bernardes, Rogério Coimbra, Luiz Guilherme Santos Neves, Beth Caser, Reinaldo Santos Neves, Claudino de Jesus, Fernando Achiamé, Orlando Bonfim Neto, Luis Tadeu Teixeira, Léa Brígida, Afonso Abreu, Gleci Coutinho, e muitos outros) e publicação de obras relativas a essa história.

Objetivo Específico: resgatar a história cultural de Vitória nos últimos 50 anos.

Metas: conhecer a trajetória e a atuação dos principais personagens da vida cultural da cidade.

Instrumentos: entrevistas e publicações.

Público Alvo: personalidades da vida cultural da cidade.

7. Criação de um MUSEU DA CULTURA DO ESPÍRITO SANTO, que funcione ao mesmo tempo como centro de pesquisa, documentação e difusão da cultura de todo o estado.

Objetivo Específico: resgatar e preservar a diversidade cultural do estado, promovendo sua pesquisa e a sua divulgação.

Metas: tornar Vitória um centro produtor de conhecimentos sobre a cultura regional.

Público Alvo: população local, turistas, população de outros estados e países.

Diretriz 2: Elaboração de um plano global de revitalização da orla oeste da cidade que envolva o governo municipal, estadual e federal.

Programas.

1. Plano abrangente de despoluição do manguezal da baía de Vitória.

2. Plano abrangente de viabilização do transporte aquaviário para a região.

3. Plano abrangente de geração de emprego e renda para a região.

4. Plano abrangente de apoio à construção e à reconstrução na região.

5. Plano abrangente de revitalização turística e cultural da região.

Objetivos específicos: promover a redução das desigualdades e da fragmentação da cidade.

Metas: desenvolvimento de novos centros de crescimento da cidade.

Instrumentos: investimentos públicos e privados.

Público alvo: população da orla oeste da cidade.

Diretriz 3: Criação, Ampliação e Regualificação de Espaços Culturais.

Programas

1.Criação de pequenos espaços culturais locais: micro-política cultural centrada nos bairros e na produção local.

Objetivo Específico: descentralizar os espaços culturais.

Metas: democratizar o acesso ao consumo e à produção cultural.

Instrumentos: investimentos públicos.

Público alvo: população dos bairros.

2.Melhor utilização cultural de espaços já existentes na cidade como parques, escolas, praças, etc.

Objetivo Específico: revitalização dos espaços públicos.

Metas: ocupar os espaços públicos com atividades culturais.

Instrumentos: investimentos públicos.

Público alvo: população em geral e públicos específicos.

3. Realização de festivais e mostras locais de cultura popular e erudita.

Objetivo Específico: ampliação da oferta cultural.

Metas: aumentar e descentralizar a oferta de eventos culturais.

Instrumentos: investimentos públicos e privados.

Público alvo: população em geral, especialmente os de menor poder aquisitivo.

4. Criação de um grande espaço cultural (“fechado”) na cidade.

Objetivo específico: incrementar a oferta cultural na cidade.

Metas: possibilitar apresentações artístico-culturais de grande porte na cidade.

Instrumentos: investimentos publicos.

Público alvo: população em geral.

5. Explorar a possibilidade de reconversão de espaços homogeneizantes portadores de mensagens globais, como os shoppings, aeroportos,

rodoviárias, terminais, em espaços de desenvolvimento das artes e da cultura local.

Objetivo específico: vitalização da cultura regional.

Metas: ampliar os espaços de visibilização da cultura regional.

Instrumentos: espaços públicos e privados.

Público alvo: frequentadores desses espaços.

Diretriz 4: Maior centralidade e priorização da cultura.

Objetivo específico: dar relevância a cultura nas políticas públicas.

Metas: ampliar os investimentos em cultura.

Instrumento: investimentos públicos e privados.

Público alvo: população fixa da cidade, população temporária, população da região metropolitana, turistas e visitantes em geral.

Programas

- 1. Criar e ampliar um fundo de cultura**
- 2. Envolver a iniciativa privada em investimentos na cultura.**
- 3. Estabelecer metas de ampliação dos investimentos públicos em cultura.**
- 4. Conjuguar os investimentos municipais em cultura com os investimentos estaduais e federais, buscando também a ampliação coordenada destes últimos.**

Diretriz 5: Reformulação de Programas e Ações já Existentes.

Objetivo específico: aprofundar a atuação pública na área de cultura

Metas: ampliar e melhorar programas e ações já existentes.

Instrumentos: programas existentes.

Público alvo: população em geral.

Programas

- 1.1 Reformular a Lei Rubem Braga.**

1.2 Definir eixos prioritários para aplicação dos recursos disponíveis na lei Rubem Braga

1.3 Realizar grande seminário com os produtores locais para definir mudanças na lei Rubem Braga.

2. Ampliar e Sistematizar o Circuito Cultural com a definição de pontos fixos e permanentes de cultura local.

3. Aprimorar a gestão da FAFI.

PROJETOS E PROGRAMAS ESPECÍFICOS

1.Artes Plásticas

- Museu da Cidade: apresentação de exposições que ilustrem o cotidiano dos capixabas como por exemplo o das *paneleiras*, das *catadeiras de siri*, dos *catraieiros*, e outros;
- Centro de Artes Plásticas: exposições de fotografias, esculturas e pinturas de artistas locais, estaduais e nacionais;
- Salão Itinerante: com exposições e palestras (usar espaço dos centros comunitários);
- Galerias: climatizadas, bem ambientadas e com iluminação apropriada e corpo técnico eficiente com espaços subsidiados para que os artistas possam comercializar suas obras;
- Reservas Técnicas: locais para montagem de acervos e preservação de obras;
- Leis de Incentivo;
- Formação de público;
- Ensino de arte qualificado com espaços de criação, cursos e oficinas;
- Isenção fiscal para galerias de arte;
- Confecção de catálogos: apoio e patrocínio;

- Salões (mais democráticos e mais abertos a todas as manifestações);
- Apoio às exposições interestaduais;

2.Artesanato

- Feira de Artesanato/Antiquidades: com exibição de objetos antigos e artesanais, apresentação de grupos teatrais e espetáculos de dança (no centro, na praça Costa Pereira, por exemplo);
- Promoção de feiras com outros municípios do estado e do país. Isso proporciona integração e troca. Trazer o artesão de outros estados e municípios em eventos aqui em Vitória;
- Mercados de artesanato (em locais com o design da arquitetura capixaba) para venda dos produtos; reforma do mercado de Goiabeiras.
- Roteiro dos ateliers. O turista gosta de conhecer como é feito o produto;
- Etiquetar todo produto. Contar a história do produto, como nasceu, como se usa, de onde saiu, etc. Isso envolve custo e o município poderia fazer parceria com os artesãos;
- Cursos a serem dados pelas associações ou pelos próprios artesãos. Para isso acontecer precisa de espaço e organização. A PMV poderia programar com os artesãos de Vitória esses cursos e divulgar;

3.Folclore

- Cursos de especialização em folclore; oferecer cursos de cultura popular buscando especialmente a qualificação dos profissionais da mídia local;
- Campanhas de difusão e valorização da cultura e do folclore local. Promover a realização anual de uma grande manifestação do folclore estadual. Estimular o aparecimento de novos grupos de congo nas escolas, nas comunidades, etc.;

4.Audiovisual

- Centro Cultural com mostras de cinema, filmes independentes e de arte, mostras de vídeos, cinema de arte, shows musicais e fonoteca;
- Sede: que centralize a produção e difusão da atividade, gerida pelos próprios profissionais do setor;
- Rede de distribuição dos produtos audiovisuais;
- Curso técnico e/ou superior para as várias atividades do setor;

5.Dança

- Centro Coreográfico para a dança com a criação de um corpo de baile municipal;
- Teatro com palco expressivo para receber as grandes companhias;
- Oficinas de equipamentos, oficinas de conhecimentos das novas técnicas de dança;
- Mostra anual de dança clássica e popular.

6.Literatura

- Criação de bibliotecas nas comunidades (usar o espaço dos centros comunitários ou dos centros de artes); estimular a criação de clubes de leitura nestes espaços.
- Realização de Concursos Literários (em parceria com grandes empresas). Os produtos do concurso poderiam ser distribuídos nas escolas municipais e nas bibliotecas. Isso ampliaria os espaços do escritor;
- Programa de incentivo ao conhecimento da poesia: leitura e apresentação alternada de poesia nos espaços públicos . Isso daria visibilidade a literatura;
- Incentivar nas escolas palestras sobre literatura ou sobre livros específicos. Debate com os escritores; treinamento dos professores da

rede municipal de educação para trabalhar com literatura. Esse incentivo aos professores poderia ter um caráter de especialização;

- Incentivar nas TVs públicas (TVE e TV Assembléia) programas sobre literatura , cafés literários, entrevistas com autores e dramatização de textos;
- Instalação do Conselho Municipal de Literatura;
- Criação de um site na internet específico sobre literatura, com os escritores capixabas, os livros produzidos e artigos;
- Feira literária itinerante como um incentivo ao resgate da memória literária dos escritores capixabas;
- Estímulo à produção de um caderno semanal de cultura em um dos jornais de grande circulação do estado.

7. Música

- Mostra de música erudita nos espaços culturais do centro. Ex.: apresentação de grupos eruditos nas igrejas do Centro;
- Circuito de música clássica (recitais) pelos diversos espaços públicos disponibilizados pelas comunidades (centros comunitários, escolas, igrejas e outros).
- Circuito de música popular nas praças onde ocorrem as feiras de artesanato.
- Seminários para instrumentalizar o músico com relação aos mercados da música que se quer atingir. Eventos com profissionais que conheçam o processo musical e que ajudem os músicos locais a ter um foco. Discutir mídia, agenda, gravação, mercado, etc e as formas de organizar esse mercado;
- Criação da Casa da Música: Casa de espetáculo, parceria entre PMV/Sebrae/Músicos/Setor Privado e outros.

8. IPHAN

- Criação de uma escola piloto municipal de Artes e Ofício com foco na especialização em patrimônio cultural que poderia ser implantada

através de um termo de colaboração com o IPHAN. Desenvolver cursos de conservação preventiva, jardins públicos e fachadas. Transformar a escola São Vicente de Paula em escola piloto de Artes e Ofício;

- Montar uma Unidade de Conservação e Arqueologia (em um imóvel do SPU no centro de Vitória). Essa unidade teria um pequeno laboratório para pesquisar a cal, formar pintores, centro de documentação em restauro, etc
- Curso para formação de profissionais em projetos de restauração de imóveis culturais. Trabalho de gestão entre o município, Estado, Iphan e as escolas de nível superior ;
- Instituir um Conselho de Patrimônio Cultural formado pelos três níveis de governo (municípios, estado e união) com o sentido de integrar as ações;
- Acervo cultural, ponto de venda de artes e ofício, escritórios dos três níveis de poder (Iphan, Defesa do Patrimônio estadual e do município de Vitória). Desapropriar as casas tombadas da rua José Marcelino e Erothides Rozendo. Esse conjunto faz parte da memória da cidade e deve ser restaurado.
- Programa de educação patrimonial: convênio do Iphan com o município de Vitória envolvendo as secretarias de cultura, educação e desenvolvimento da cidade.

9. Teatro

- Ampliação do espaço nos meios de comunicação para a produção e para a crítica teatral local.
- Criação de um circuito universitário de teatro: grupos teatrais se apresentariam no auditório das faculdades públicas e privadas incentivando o surgimento de um público teatral universitário.
- Desenvolvimento de núcleos teatrais nos bairros e nas escolas da cidade, onde se efetive uma política de formação de platéias e se desperte o gosto pelo teatro.
- Oficinas culturais falando sobre o que é o teatro, a história do teatro, o que é o teatro no Espírito Santo, como se faz teatro.

Mostrando para as pessoas, o público em geral, que esse pessoal que trabalha com a arte são profissionais como qualquer outra categoria.

- Levar o teatro para as comunidades, ou trazer as comunidades para o teatro facilitando o transporte. Distribuir ou mandar um ônibus com o pessoal de teatro também é uma forma interessante.
- Transparência nos critérios de contratação das pessoas e grupos.
- Estimular uma maior profissionalização dos artistas capixabas, com a ampliação de cursos na FAFI.

10. Gastronomia

- Realizar festival de frutos do mar na Ilha das Caieiras;
- Cursos de qualificação em culinária capixaba;
- Realizar uma “roda de moqueca capixaba” nos restaurantes e bares da cidade.
- Estimular o desenvolvimento científico da gastronomia capixaba aproximando-a da pesquisa científica local;
- Qualificação do pessoal dos bares, restaurantes, e serviços de alimentação de rua quanto ao atendimento e o uso e manipulação de alimentos.

10. Bibliografia

- Almeida, A - *Júbilo e Agonia: Amylton de Almeida: vida e obra: seleção, notícia biográfica e estudo crítico por Deny Gomes*, Vitória, Sec. Municipal de Cultura, 1999.
- Araujo, Leonor Franco de. *Análise Histórica da Evolução Urbana do Centro de Vitória*”, PMV, Programa de Revitalização do Centro de Vitória, Maio de 2006.
- Banck, G – *Dilemas e Símbolos*, Vitória, Edufes, 1998.
- Baptista, L.- *Uma visão da cidade de Vitória dos anos 1950 à 1955*, monografia de final de curso, em andamento, 2008.
- Beck, U. - *La Mirada Cosmopolita o la Guerra es la Paz*, Barcelona, Paidós, 2005.
- Bhabha, H.K. - *O Local da Cultura*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001.
- Calhoun, C. - *Multiculturalismo e Nacionalismo, ou por que Sentir-se em Casa não substituiu o espaço público*, In: Mendes, C. (Coord) *Pluralismo cultural, identidade e Globalização*, Rio de Janeiro, Record, 2001
- Canclini, N.G. - *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.
- _____ *A Globalização Imaginada*, São Paulo, Ed. Iluminuras, 2003.
- Fortuna, C e Silva, A.S. - *A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades De intermediação cultural*. In: Santos, Boaventura de S. (org) *A Globalização E as Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez, 2005.
- Gellner, E. - *Pós-Modernismo, Razão e Religião*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994.
- Giovanotti, R - *Escritos de Vitória*, PMV/SEMC, 1997, nº 18, p.129/130.
- Gurgel, A. P - *O Diário da Rua Sete - 40 Versões de uma Paixão*, Vitória, Contexto Jornalismo&Assessoria Ltda, 1998.
- Kliksberg, B. - *El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo*, In: Kliksberg, B e Tomassini, L. (orgs.) - *Capital Social y Cultura: Claves estratégicas para el desarrollo*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2000.
- Lopes, Almerinda da S.- *Artes Visuais e Plásticas no Espírito Santo*, in “ES: um painel de nossa história”, Bittencourt, G (org) Vitória, Edit., 2002.

- Mouffe, C. - *Identidade Democrática e Política Pluralista*, In: Mendes, C. (Coord.) - *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro, Record, 2001.
- Nascimento, Ronaldo- “Você se Lembra?” in: *Escritos de Vitória*, PMV/SEMC, no. 18,1997.
- Pacheco, Renato, *Os dias antigos*, Vitória, Edufes,1998.
- Pereira, Dr. Paulo César Xavier - “*Construir a Cidade: Pressupostos e Desafios*”, Conferência Agenda Vitória, 2008.
- Rist, G. - *La cultura y el capital social:cómplices o victimas del “desarrollo”?* In: Kliksberg, B. e Tomassini, L.(orgs.) - *Capital Social y Cultura: Claves estratégicas para el desarrollo*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2000.
- Robertson,R. - *Valores e Globalização:Comunitarismo e Globalidade*, In: Mendes, C. (Coord.) - *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro, Record, 2001.
- Soares, L. E - *Globalização como Deslocamento de relações intraculturais*, In: Mendes, C. (Coord.) - *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro, Record, 2001.
- Teixeira, L.T - *O Cinema no Espírito Santo*, in “*ES: Um Painel de nossa História*”, Bittencourt,G. (org.) Vitória, Edit, 2002.
- Yúdice, G. - *A Conveniência da Cultura: Usos da Cultura na era global*, Belo Horizonte, UFMG, 2004.
- Valladao, A.G. - *Capital social y poder*, In: Kliksberg,B e Tomassini,L (orgs.) *Capital Social y Cultura: Claves estrategicas para el desarrollo*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2000.

11. ANEXOS.

11.1. “Levantamento e Análise de Indicadores Culturais” realizado pelo “Programa de Revitalização do Centro de Vitória” em Maio de 2006, e que consta do caderno de “Análise de Uso e Ocupação do Solo, Cultura e Lazer” editado pelo Interativo Centro da Prefeitura Municipal de Vitória.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS CULTURAIS E DE LAZER

A região concentra grande parte dos equipamentos culturais da cidade, como museus, teatros e galerias de arte. Pode-se observar uma concentração de atividades de lazer e cultura no setor Centro, especialmente em sua parte baixa, destacando-se a avenida Jerônimo Monteiro/Praça Costa Pereira como área privilegiada, com a localização de equipamentos culturais de maior porte, como a Casa Porto das Artes Plásticas, Escola de Teatro e Dança FAFI, Museu de Artes do Espírito Santo (MAES), Cine Teatro Glória e Teatro Carlos Gomes.

EQUIPAMENTO /LOCALIZAÇÃO /SITUAÇÃO ATUAL

- 1. Clube de Regatas Saldanha da Gama - Curva do Saldanha – Forte São João.
Foi adquirido pela PMV para instalação da Secretaria Municipal de Esportes.
- 2. Praça do Índio Curva do Saldanha – Forte São João.
Local está servindo como estacionamento irregular, necessitando de recuperação.
- 3. Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES) - Avenida Princesa Isabel/Centro.

Faculdade Estadual, funciona de segunda a sábado, tendo aulas inclusive no horário noturno.

- 4. Casa Porto das Artes Plásticas.
Avenida Jerônimo Monteiro. Reaberta depois da conclusão do projeto de reforma da casa, onde se realizam exposições de arte.
- 5. Parque da Gruta da Onça.
Possui centro de educação ambiental e orquidário, funcionando no horário comercial, porém com pouca visitação.
- 6. Praça Getúlio Vargas Avenida Princesa Isabel, esquina com a rua Aristides Campos, esquina com a rua Cel. Vicente Peixoto, esquina com a Av. Mal. Mascarenhas de Moraes.
Possui três áreas distintas: uma de intensa concentração de pessoas e barracas de camelôs, junto à Av. Princesa Isabel; uma área intermediária e uma outra de lazer contemplativo voltada para a Av. Mal. Mascarenhas de Moraes.
Necessita de recuperação/tratamento paisagístico.
- 7. Escola de Teatro e Dança FAFI
Avenida Jerônimo Monteiro Funciona de segunda a sábado e oferece cursos técnicos profissionalizantes nas áreas de teatro e dança e é administrada pelo município.
- 8. Museu de Artes do Espírito Santo (MAES)
Avenida Jerônimo Monteiro Funciona todos os dias, exceto 2ª feira. Possui pequeno acervo, mas promove exposições temporárias constantemente.
- 9. Teatro Carlos Gomes Praça Costa Pereira
Funciona de quarta a domingo e possui programação cultural intensa. Está aberto à visitação e possui monitores para esse trabalho.

- 10. Praça Costa Pereira
É o “*coração da cidade*”, e sua principal característica é ser local de encontro/permanência. Possui periodicamente feira de artesanato em barracas que são montadas no entorno da praça.
- 11. Cine - teatro Glóri, localizado na Avenida Jerônimo Monteiro.
Está fechado. Foi adquirido pelo SESC que pretende transformá-lo em centro cultural.
- 12. Praça Pio XII, localizada na Avenida Princesa Isabel, esquina com a rua Marcelino Duarte e esquina com a Av. Mal. Mascarenhas de Moraes.
É uma praça especialmente utilizada por usuários do Banco do Brasil, localizado ao lado. Possui um posto de gasolina inadequadamente implantado. Há projeto elaborado que prevê melhorias físicas e implantação de novo mobiliário urbano.
- 13. Praça Ubaldo Ramallete Rua Coutinho Mascarenhas, localizada na esquina da rua Sete de Setembro e esquina da rua Treze de Maio.
É uma praça bastante utilizada por todas as faixas etárias, especialmente moradores da região. Possui playground, mesas de jogos e quadra esportiva.
- 14. Praça Josepha Hosanah, localizada na rua Coutinho Mascarenhas esquina com a rua Coronel Monjardim
É uma praça com vários níveis, em função da topografia acidentada do terreno. Atende, basicamente, aos estudantes do antigo colégio do Carmo (atualmente Escola São Vicente de Paulo).
- 15. Praça Oito de Setembro: Av. Jerônimo Monteiro.
Local de concentração/manifestações esporádicas desde a sua origem.

- 16. Arquivo Público Estadual - Rua Pedro Palácios.
Funciona nos dias úteis e de 9:00 às 17:00h em edificação de interesse de preservação e atrai especialmente estudantes e pesquisadores. O Arquivo foi recentemente transferido para a Rua Sete, próximo ao Palácio da Fonte Grande.
- 17. Galeria Homero Massena: Rua Pedro Palácios.
É uma galeria pequena, que expõe, basicamente, trabalhos de artistas capixabas.
- 18. Praça João Clímaco: Rua Nestor Gomes esquina com a Rua Pedro Palácios.
É uma praça que perdeu sua importância no contexto da região, quando a parte baixa - comercial e portuária – se desenvolveu. O largo à sua frente foi tomado por estacionamento de veículos e flanelinhas.
- 19. Palácio Anchieta/Túmulo de Anchieta: Rua Nestor Gomes
Foi recentemente restaurado passando por grande reforma e espera-se para breve a sua abertura para visitação.
- 20. Museu do Negro: Avenida República
Funciona no segundo pavimento, dividindo o espaço no térreo com uma delegacia de Polícia. A edificação está em péssimo estado de conservação e salubridade, necessitando urgente de intervenção de restauração/recuperação. Precisa de maior divulgação junto à população.
- 21. Parque Moscoso: Av. Cleto Nunes esquina com a av. República, esquina com a rua 23 de Maio e esquina com a rua José de Anchieta.
É o espaço verde mais generoso do Centro e é apropriado de forma intensa pela população local e possui atratividade regional.

- 22. Escola da Ciência Física - Parque Moscoso Localizada no antigo Jardim de Infância Ernestina Pessoa.
Possui 43 instrumentos lúdicos e interativos que desmistificam o ensino/aprendizado da física. Atende a grupos de estudantes de várias séries e idades de todo o estado e à população em geral, através de visitas monitoradas.
- 23. Praça Manoel Rosindo: Av. Duarte Lemos/Pedro Nolasco.
Está em processo de recuperação, que inclui o reordenamento do comércio ambulante em barracas padronizadas.
- 24. Centro Cultural Carmélia Maria de Souza: Rua Novo Império, Mário Cypreste
Possui estrutura física para cinema, teatro, galerias de arte, mas atualmente só funcionam oficinas de arte para a comunidade além de funcionar também ali a Televisão Educativa.
- 25. Escola de Samba Unidos da Piedade Morro da Piedade.
Concentra atividades ligadas à cultura do samba, especialmente entre os meses de julho a fevereiro.
- 26. Clube Náutico Brasil: Av. Santo Antonio, Mário Cypreste
Atualmente suas atividades restringem-se à promoção de bailes funk, forrós e pagodes. A Secretaria Municipal de Esportes pretende firmar convênio com o Clube para massificação do esporte na região, a partir da infraestrutura.
- 26. Escola da Ciência Biologia e História: Avenida Dário Lourenço de Souza, nº 790, bairro Mário Cypreste, Sambão do Povo.
- O local conta com o Espaço da Educação Ambiental, que, por meio de atividades, envolve o público de forma interativa. No primeiro andar do prédio localiza-se Escola da Biologia, onde são representados, por meio de uma exposição viva, três ecossistemas aquáticos do Espírito Santo.

E no segundo andar, está a Escola da História, onde o visitante poderá conhecer aspectos históricos de Vitória e do Espírito Santo.

3.2- NÚMERO DE GRUPOS/INSTITUIÇÕES VOLTADAS À CULTURA E LAZER:

Esses dados foram obtidos junto a CDV (Companhia de Desenvolvimento da Cidade), através de uma de suas publicações, um catálogo composto de inventário das principais atividades culturais do Estado do Espírito Santo, no qual foram selecionadas as instituições de Vitória e, posteriormente, separadas aquelas pertinentes ao Centro da Cidade de Vitória

PROJETOS CULTURAIS- DESCRIÇÃO

- **1. *Projeto Pequenos Talentos***

Criado em 1997, o projeto Pequenos Talentos: o Balé ao alcance de todos, coordenado pela Ação Comunitária do Espírito Santo (ACES), levou o balé clássico a lugares e pessoas que dificilmente teriam contato com esta arte, exceto pela televisão. Em oito anos de existência, já atendeu a mais de 340 alunos, a maior parte adolescentes, em geral provenientes de famílias de baixa renda. Atualmente, há seis núcleos em funcionamento, em entidades ou escolas da Grande Vitória.

- **2. *Projeto Vinte Ver***

Com o subtítulo *O encontro de idéias*, o projeto VinteVer caracteriza-se pelo dinamismo e pela pluralidade, reunindo música, teatro, artes plásticas, artesanato, dança e literatura. A música é o carro-chefe do projeto: entre os intervalos musicais, os demais artistas são convidados ao palco. As apresentações, abertas ao público, são sempre no dia 20 de cada mês, no Parque Moscoso”.

- **3. *Projetos EMPAO – Escola Multidisciplinar***

Criada em 2001, a EMPAO é uma escola que capacita jovens em situação de vulnerabilidade social na área de restauro de edificações de interesse histórico-cultural. Já recuperou cerca de 16 edificações no centro de Vitória a partir de convênios com o poder público e com proprietários de imóveis de interesse de preservação.

- **4. *Projeto OFICINARTE.***

O projeto OFICINARTE visa a qualificação para produção de artesanato de qualidade com base na cultura capixaba. Possui oficinas de marcenaria, cerâmica, papel e tecido. Ambos os projetos são coordenados pelo Instituto Goia, uma associação civil sem fins lucrativos.

3.3- ATIVIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS TRADICIONAIS:

- **3.1.1 *Procissão de São Benedito***

Acontece anualmente no mês de dezembro, mais precisamente no dia 27, a tradicional Procissão de São Benedito nas principais ruas do Centro, envolvendo os cenários da Igreja do Rosário, passando pelo Convento de São Francisco e Catedral Metropolitana de Vitória. Essa atividade religiosa perpetua manifestações culturais que se remetem à antiga história dos “*Peroás e Caramurús*”, irmandades da Vitória Colonial, que dividia a cidade em duas frentes religiosas na época dessa festividade.

- **3.1.2 *Passos de Anchieta***

Realizado anualmente no mês de junho, o percurso de peregrinação tem o intuito de resgatar os cenários vividos pelo Jesuíta Padre José de Anchieta e inicia-se no largo da Catedral Metropolitana de Vitória, Centro da Cidade. Estende-se por 105Km, margeando todo o litoral desde

Vitória até a cidade de Anchieta, onde se encontra a matriz erguida por ele, e o local onde residiu.

- **3.1.3 Regatas da Baía de Vitória**

Anualmente ainda ocorrem as tradicionais regatas na Baía de Vitória, na área próxima ao antigo Clube Saldanha da Gama. Sem um calendário bem definido, são realizadas várias etapas do Campeonato Estadual de Remo, entre clubes, destacando os clubes Álvares Cabral e Saldanha da Gama, na cidade de Vitória. Esses eventos mobilizam boa parte dos amantes do esporte e lazer e concentram um público na área da beira mar que ainda não encontra um apoio físico planejado para este fim. Considera-se deficiente a forma de divulgação desses eventos, que restringem sua participação a um grupo específico.

3.4- CALENDÁRIO / PROGRAMAÇÃO CULTURAL OFICIAL

Esse calendário, a seguir discriminado, foi obtido através da INTERNET, com informações viabilizadas pela Prefeitura Municipal de Vitória.

CALENDÁRIO DE EVENTOS

MÊS, EVENTO, e INFORMAÇÕES

- *Janeiro/Fevereiro: Baile do Vermelho e Preto*

Tradição que já dura 18 anos, o Baile do Vermelho e Preto é realizado no Clube Náutico Brasil. O clube fica na Avenida Santo Antônio, 111, bairro Caratoíra. Como único clube da Grande Vitória que realiza um baile pré-carnavalesco, reúne pessoas de todas as classes sociais, sendo que o local recebe caravanas de Guarapari, Iriri e Iconha, entre outros municípios do Estado, além de turistas estrangeiros que estão na Capital. O evento tem apoio da Secretaria Municipal de Cultura.

- *Janeiro/Fevereiro: Desfile das Escolas de Samba*

Abertura do Carnaval de Todos os Ritmos é realizado uma semana antes do Carnaval. Local do Evento: Sambódromo – Santo Antônio. Organizador: Secretaria Municipal de Cultura

- *Janeiro/ Fevereiro: Carnaval de Todos os Ritmos*

O projeto apresenta uma vasta programação, misturando variações do samba e da axé music. Os shows acontecem nos palcos localizados na Praça Oito, Av. Jerônimo Monteiro e Curva da Jurema. O evento também conta com o desfile dos blocos de rua.

- *Setembro: Enesdança*

É a primeira apresentação oficial dos alunos de Dança representando a FAFI , no Teatro Carlos Gomes, que também reúne grupos de todo o Estado. Um dos principais objetivos dos espetáculos é a circulação dos mesmos para que o aluno formando possa obter experiência. A apresentação em vários palcos do Estado é um exercício que ajuda a amadurecer o aprendizado e, assim, cumprir um dos objetivos da Escola, que é produzir com qualidade.

- *Novembro: O Festival Nacional de Teatro “Cidade de Vitória”*

Realizado pela Secretaria de Cultura conta com apresentações nos teatros Carlos Gomes, Edith Bulhões, no da Escola de Teatro e Dança Fafi, e no Teatro José Carlos Oliveira, no Centro Cultural Carmélia M. de Souza.

- *Novembro: Vitória Cine Vídeo.*

Festival oficial de cinema e vídeo do Espírito Santo. A programação do Vitória Cine Vídeo inclui as mostras competitivas nacionais de vídeo e de curtas e médias metragens em 16mm e 35mm, cinema itinerante pelos bairros de Vitória (Cine Galpão Itinerante), lançamento de longasmetragens inéditos no Espírito Santo, Festivalzinho de Cinema (com uma programação destinada a estudantes da rede pública) e Cinema na Praia.

11.2. ENTREVISTAS

11.2.1 – Maria Helena Signorelli (Secretária Municipal da Cultura)

1. No seu entendimento esse diagnóstico da cultura de Vitória passaria por onde? Quais são as referências fundamentais dele?

A gente dispõe de poucas informações sistematizadas na área da cultura na cidade, ou melhor, não só na cidade, mas em âmbito nacional. O que nós temos de mais oficial hoje é a pesquisa que o IBGE fez em 2005, que está no site do IBGE. Essa pesquisa é o que a gente tem de mais atual e mais oficial, e inclusive nunca tinha sido feita essa pesquisa, foi a primeira vez que o IBGE fez uma pesquisa específica para a área da cultura. Um ponto de partida seria a atualização daquela pesquisa. Na semana que vem deve acontecer em Vitória a reunião do Fórum dos Secretários da Cultura das Capitais, vamos pedir que todos atualizem aquela pesquisa e provavelmente nos de Vitória vamos atualizar aquele mesmo modelo do ano de 2005 para 2007. Mas é uma pesquisa bem geral para o nosso trabalho aqui. Eu acho esse diagnóstico teria que ser colhido junto aqui a própria secretária, eu acho que a gente deveria montar com a sua ajuda, com ajuda da equipe que está coordenando os trabalhos da agenda, os pontos chaves para o diagnóstico, o que é interessante saber, a gente discutir junto, e a própria equipe da secretaria ajudar na coleta de informações.

2. Você acha que temos condições de fazer isso nos próximos 15 dias?

Eu acho que a gente montando o que é importante saber, o esqueleto. Tem um trabalho que eu gostaria de ver que foi feito pela CDV (Companhia de Desenvolvimento de Vitória) em 2007; ela contratou, mas eu não vi. Ele já tem resultado. Ela pega todos os grupos, manifestações, a vida cultural. É uma pesquisa relatando quais são os grupos culturais da cidade, é quase que um cadastro. Nem mesmo este cadastro a gente tem aqui. É um ponto de partida importante. No mais, dados trabalhados, indicadores, nós não temos muitos.

3. E relatórios de gestão? Vocês têm feito também?

Temos alguns relatórios de gestão na Secretaria.

4. É possível ter acesso a eles?

Claro, é possível ter acesso. Fazem parte dos dados estes relatórios de gestão que a gente teria que dar uma pesquisada. É isso que eu acho que a gente precisa de uma definição de vocês lá: de que data a que data é importante este diagnóstico, nos últimos quatro anos, nos últimos cinco anos, o que tiver. Porque a última agenda foi feita em 96 e atualizada em 2002. Acho que seria de 2002 pra cá. Porque a gente já tem algumas bases.

5. Por que o que nós estamos querendo mesmo é melhorar a Vitória do futuro. Se atualizar a Vitória do futuro. A agenda.

É sim, atualizar a agenda. Porque nestes últimos anos o que a gente teria é só um relatório.

6. Você teria então disponibilidade desse relatório?

Não tem muitos não. Na verdade é uma tentativa nossa agora até para a Conferência de Cultura que vai acontecer em junho a gente tá precisando e querendo sistematizar um relatório, pelo menos da nossa gestão agora com dados do que foi feito mesmo pela Prefeitura, que foi feito em cada área nossa. Não conseguimos ainda formatar este relatório digital, os dados estão espalhados nos nossos setores, na FAFI, na Casa Porto, em diferentes áreas. A gente teria que fazer um mutirão para fornecer essa informação.

7. Esse mês já seria possível isso?

Tem que ser possível para esse mês com certeza, até para nossa conferência. No portal de gestão da Prefeitura você tem acesso a todos os dados, é um programa novo. Um banco de dados, informações sobre eventos está bem atualizado até fevereiro. Podemos imprimir, a própria agenda tem acesso. Atualizando estes dados nós podemos fornece-los a vocês. Também seria importante ter acesso ao trabalho da CDV (da economia e da cultura). Eu não tenho esse trabalho impresso. Agora acho que esse diagnóstico é isso, eu não sei se este trabalho inclui pesquisas sobre as diversas entidades, acho que o

diagnóstico seria importante que abordasse os diversos segmentos, o que é que cada segmento tá pensando da cidade.

8. É este o objetivo destas entrevistas, captar o que cada pessoa está pensando, lideranças de vários setores como é que eles estão vendo o campo deles.

Na cidade, por exemplo, hoje eu como Secretária, como gestora, isso foi colocado no orçamento participativo. As demandas do orçamento participativo é também uma outra fonte, não de pesquisa, de dados a ser considerada porque mostra as necessidades que hoje a cidade tem. E no primeiro orçamento participativo as prioridades foram os equipamentos culturais, os espaços culturais.

9. Foi? Totalmente destoante da discussão que estamos fazendo até aqui.

Mas a cidade não tem espaços culturais. Essa é uma realidade. Seria interessante saber qual é o foco da discussão.

10. Porque as pessoas estão afirmando que a cultura aparece em último lugar na prioridade de investimentos.

Que pessoas? É uma pesquisa, é o quê? Porque o que eu te falei é que eu sei totalmente como que vai acontecer a agenda mas eu não sei especificamente no campo da cultura o que vocês estão pensando fazer, o que a coordenação decidiu junto com a prefeitura. Vocês tiveram uma discussão prévia?

11. São três pesquisas e uma delas é sobre cultura, identidade cultural (pesquisa de campo pela Futura). Só que as outras pesquisas também terão uma incidência no campo da cultura. São questionamentos que acabam conduzindo as pessoas a também localizarem a questão da cultura. E normalmente é assim paradoxal porque as pessoas dão grande importância a cultura mas na hora de decidir o investimento elas mandam tudo para saneamento, pra questão de saúde.

Exatamente, por quê? São dois motivos aí. Um, eu acho que a própria questão de falta de informação das pessoas, muita gente que nem usa serviço público, quando é entrevistado aí ele pensa assim – o que é uma prioridade? Saúde. –

mas ele não tem informação que hoje a Prefeitura já tem uma rede de postos de saúde, que tem unidade de saúde, que vai ter agora exame especializado. Não tem informação que Vitória não tem mais quase nenhuma criança na idade de ensino fundamental fora da escola. Mas como as pessoas não tem essa informação na hora que ela vai responder, ela vai pelo “geralção”, pelo que sai nos jornais. Então a prioridade para elas só será..... Em Vitória não interessa, mas em Vitória saúde e educação como em qualquer lugar.

12. Mas é interessante que quando elas são perguntadas sobre o que é que elas esperam de Vitória elas sempre colocam como a prioridade grande a expectativa com relação a cultura: Como é que deve ser a Vitória do futuro? Uma cidade com bons serviços culturais.

E também uma outra questão é que no orçamento participativo, essa assembléia ela é específica do setor cultural. Então a demanda foi feita, essa dos espaços culturais ela foi feita pelos próprios representantes do setor cultural. Para eles hoje uma necessidade, uma falta que eles sentem, são espaços culturais. Espaços para as companhias de teatro ensaiarem, ou seja espaços para a produção que a gente chama e circulação. Então, por exemplo, nós temos uma lei, a lei Rubem Braga que é hoje uma fonte de financiamento de projetos culturais na cidade: cds, livros. Aliás a maior parte da produção cultural da cidade é financiada pela lei Rubem Braga.

13. Qual parte? Qual a proporção de investimentos em cultura que é ocupada a lei Rubem Braga?

Mas aí a proporção a gente tem que ver em relação a quê.

14. Ao total de investimentos em cultura.

O que é feita pelo município nós temos um orçamento de 11 milhões e alguma coisa. A lei é de 2 milhões e oitocentos. É quase um terço.

15. Um terço, mais ou menos.

Essa é uma parte importante que nós ainda não conseguimos medir. Por exemplo, o que é feito enfim, no caso do carnaval a gente gasta quase 3 milhões. Pra onde isso vai? As escolas de samba têm quantas pessoas

envolvidas que recebem no final das contas uma renda por aquele trabalho? Esse é um sonho nosso assim que a gente consiga fazer esse tipo de diagnóstico, de levantamento, acho que não é difícil não. Mensurar. Que é no Brasil todo hoje. Mensurar o que significa a cultura para a economia da cidade, do investimento, da renda.

16. De preferência até fazer uma avaliação disso. Do investimento. Do retorno disso.

Essa pesquisa que você falou que é feita, ela feita por que tipo de abordagem? Por classe social, classe A, B,C,D? Todo mundo? Por exemplo, quando aparece serviços culturais, aparece em que classe?

17. Você tá falando da pesquisa da Futura? A Futura está fazendo inicialmente uma pesquisa com aquele conselho da Agenda que são 120 pessoas e com pessoas também que nós estamos indicando. Pessoas há várias.

Ah, tá. Porque quando você fala dessa contradição de que a cultura é colocada como uma questão importante e ao mesmo tempo quando fala em investimento ela cai lá pra final, depois de saúde e educação. É o politicamente correto, ninguém vai sair fora do politicamente correto. Essa pesquisa é feita com a população ou com um grupo de conhecidos?

18. Nós fizemos essa aí e, por exemplo, A GAZETA publicou há quinze dias atrás uma pesquisa da Flex-Consult com a população de Vitória e o resultado foi mais ou menos esse também: 1% achou cultura também um investimento prioritário.

Pelo menos 1% achou cultura um investimento prioritário. Parte-se do princípio que a pesquisa que se faz na cidade considera isso tudo: da falta de saneamento e outros problemas. Ela tem que visitar bairros diferentes, porque dependendo das condições da região as pessoas vão querer atividades culturais. Porque saiu hoje uma notícia falando que na década de 80 Vitória tinha no Álvares Cabral um espaço de shows e hoje a cidade não tem um espaço para grandes shows. A classe média e a classe média alta exigem esse espaço, é a circulação cultural.

19. Acho que tem um problema aí de educação em relação a cultura: que os cidadão não tomaram consciência ainda do estágio em que a gestão pública está trabalhando. E nós estamos no caso de Vitória um pouco distanciados daquela questão do básico, estamos transitando para uma situação mais moderna.

Não vamos desconsiderar também o fato de que a gente tem áreas carentes, que a saúde é um caos mesmo. Porque não é só a questão do serviço municipal mas a saúde envolve as três esferas: municipal, estadual e federal. Então quando você vai para o lado dos hospitais realmente tem... Isso continua sendo para a população uma necessidade. Hoje por exemplo a gente tem um programa do circuito cultural que está circulando pelas regiões da cidade. E quando você vai em São Pedro hoje eles já falam em cultura no mesmo nível em que falam em saúde e educação porque já receberam o programa lá.

20. Isso principalmente vai acontecer se você associar cultura com outros ingredientes como esporte.

Prá nós o mais importante é acesso. Mas a palavra chave é acessibilidade. Pela experiência de São Pedro, o circuito cultural chegou como um projeto circulante, de circulação mesmo. Aí quando se estabeleceu um espaço físico fixo para a experiência acontecer e ela de fato aconteceu naquele espaço durante tres meses a população se agarrou naquele espaço e o transformou num equipamento cultural daquela região. E hoje ele funciona como equipamento . Você pode ir lá agora que ele está funcionando a mil por hora como equipamento cultural, com aulas. Ele deixou de ser um projeto de circulação para se transformar em equipamento fixo para aquela comunidade. Então o acesso cultural ali deve ter sido irrisório, zero em relação aos bens culturais. Aí você vê a diferença, para aquela população lá, mesmo no entorno onde se irradia a sua importância, a sua ação, a cultura já está naquele parâmetro de fazer parte da vida daquelas pessoas.

21. Em conversas com outras pessoas elas têm me feito ver uma coisa interessante a esse respeito, que esse processo digamos assim de

democratização lá embaixo do acesso a cultura ele pode viabilizar também o acesso dessas pessoas a esses equipamentos mais centrais.

Sim, é uma maneira de conhecer primeiro, de desinibir as pessoas com relação a cultura. A experiência que nós tivemos em Santo Antonio com o Balé Bolshoy. Hoje as pessoas já falam e já se sentem assim, elas não se sentem mais excluídas. Se elas tiverem de ir num teatro elas sabem como é.

22. É uma questão de criar uma cidadania cultural. Num certo sentido os gestores da cultura a nível municipal e estadual estão visualizando a perspectiva da transformação de Vitória realmente num pólo, numa cidade cultural, de feições culturais. Tem isso?

Na verdade essa necessidade que está sendo sentida pela cidade de inserção da cidade num circuito cultural a nível nacional porque a gente precisa dessa troca também, do que é produzido aqui e do que é produzido em outros estados. E até mesmo nisso nós carecemos de espaço. Então nós não podemos receber uma grande exposição aqui, uma exposição por exemplo que o Centro Cultural Banco do Brasil faz ou fez de Picasso só porque nós não temos espaço. Então todos estão olhando neste sentido, que Vitória é uma cidade hoje onde o desenvolvimento em outras áreas não combina mais em não se ter atividades culturais do nível que a cidade precisa. O Estado peca muito na questão cultural pela descontinuidade permanente e pelo relaxamento. Se relaxa muito a questão cultural no sentido de gestar, de fazer gestão da cultura. Não se pensa muito estruturalmente, se pensa muito em termos imediatistas. O Estado em geral, enquanto órgão público, em termos de gerenciador da cultura.

23. Tem um nível de conversa, de entendimento mais qualificado entre as duas Secretarias: municipal e estadual? Porque a superação desse caráter aleatório das políticas ela também passa um pouco por isso, por esses entendimentos, por essa formulação de diretrizes comuns.

Sim, acho que um ponto importante para o diagnóstico é a inserção hoje de Vitória e também do Estado na construção do Sistema nacional de cultura. É uma proposta nova também. Então esse é um ponto importante, quer dizer em 2002 não existia isso, hoje já se tem um Conselho Nacional de Cultura, já se

tem um protocolo de intenções assinado entre o governo federal, o Ministério da Cultura e diversos municípios e estados no Brasil inteiro para a construção desse sistema nacional de cultura. A intenção de construir um plano nacional de cultura, planos municipais culturais, regionais é de dar o caráter de políticas mais de estado na área cultural e menos de governo. Quer se construir políticas de estado e não políticas de governo, principalmente na área da cultura. Ao se mudar o governo, numa alteração de governo, a política cultural fica totalmente a mercê das idéias, das propostas, do dia a dia. Se confunde política cultural com projeto, com evento. Outro pecado do Estado como órgão público é não pensar Vitória diferente do que como pensa o resto dos municípios do estado. É uma desigualdade cultural você pensar Vitória como pensa Pancas, como você pensa Mantenópolis. Vitória tem que ser a capital cultural. E tem o orçamento que é uma diferença natural e tem que ser pensado nesse aspecto.

24. Inclusive do tipo ela ser a caixa de ressonância do Estado.

Exatamente, é natural. Ela não é a mais importante (importância cultural) mas ela tem uma importância estrutural que é fundamental para o estado.

25. Você acha que a gestão do estado não tem visão disso?

Não, porque a política prioritária do estado é a interiorização. Aí ele se depara com um problema estrutural no interior porque no interior não existe estrutura cultural. Tem que ter, né. A capital não, a capital tem uma estrutura cultural. Os municípios da Grande Vitória estão começando agora a ter, estão acompanhando a capital. Você vê que na medida em que a Serra, Cariacica e Vila Velha acompanham, elas se modernizam elas melhoram a estrutura cultural. Elas passam a ter uma certa relação com Vitória de parceria e não de dependência e nem de independência, de parceria mesmo. Todos os municípios da Grande Vitória tem agora um Conselho de Cultura e leis de incentivo. E qual é o resultado disso? É um grande mercado cultural, de circulação para a região metropolitana. E para a cidade de Vitória é fundamental. Todo mundo agora vai querer se apresentar no Carlos Gomes, nos equipamentos culturais da capital. O que é natural, como no Rio, Nova York, como em qualquer lugar no mundo. E daí Vitória passa a ser a

ressonância política, porque ela é importante. Porque ela recebe, ao mesmo tempo que ela recebe ela retorna.

26. Vocês acham que nós estamos tendo uma política de qualificação? Porque quem diz isso aí afirma que nós precisamos qualificar as pessoas para poderem participar desse mercado do circuito cultural.

Não. A política de qualificação ela é muito embrionária ainda. E é assim, na demanda do orçamento participativo se a gente for pegar ela também estão lá. As três prioridades do orçamento participativo de 2005 e 2007, têm uma lista de demandas mas foram eleitas três. A primeira são a dos espaços culturais, como já falei, tanto para a produção pois os grupos querem se reunir e não tem espaço. A nossa escola de teatro da FAFI hoje ela não tem agenda para atender a demanda de empréstimo de local para os grupos se reunirem.

28. Não seria importante fazer uma avaliação da FAFI? Desse trabalho da FAFI? Eu tenho ouvido várias referências a esse trabalho.

Sim. A gente tem vários relatórios que poderíamos te passar. Ela se tornou uma escola hoje que é referência no estado e fora daqui já.

29. Quais são os outros itens das prioridades?

Eu não me lembro muito bem do outro, mas um deles é justamente capacitação, é qualificação, é reciclagem, é aperfeiçoamento. É qualificação. É uma demanda e também nacional, não só de Vitória e que a gente não conseguiu ainda dar uma resposta em relação a isso. A gente já tem algumas ações mas que são poucas ainda. Até porque iria assumir o papel do estado. E o governo federal também tem essa preocupação, o PAC da cultura, o Programa Mais Cultura, uma das linhas dele é essa de capacitação porque é uma demanda no Brasil inteiro.

30. Uma outra coisa correlacionada a essa é a questão da potenciação dessa produção no sentido de abertura de espaços, fora daqui inclusive, de expansão da produção local.

De intercâmbio?

31. Por exemplo, da produção literária. Como o estado pode interferir no sentido positivo de melhorar a divulgação da nossa produção literária? Ou produção musical? Nesse sentido aí eu pergunto como vocês vêem a potenciação da produção local na sua relação com a mídia? A mídia é um elemento fundamental? Tem políticas de envolvimento da mídia de forma mais positiva nessa perspectiva local?

Sim, olha eu acho que aqui localmente a mídia tem se envolvido de forma positiva na divulgação. Ao contrário não tem é muita crítica aqui na cidade. Tem divulgação.

32. Você acha que a mídia tem tido um papel positivo em geral aqui na cultura? Não precisa mudar nada? Não é preciso desenvolver políticas públicas que agregassem a mídia a essa produção local, potenciando-a mais?

Olha eu acho que isso não é o mais importante. Na verdade a mídia local ela dá uma cobertura de divulgação muito grande para os eventos culturais que acontecem.

33. Você está mais preocupada com a repercussão local?

Não.

34. E fora daqui? Vitória pensa em se transformar numa cidade de turismo, turismo de negócios, é preciso construir uma imagem externa.

Precisa. Para isso teria que ter isso que a gente falou. Se a gente não tem espaço para as produções se apresentarem, se você não tem intercâmbio, os grupos aqui não crescem, os grupos tem que crescer também, ter uma produção boa. Porque não adianta também só a mídia fora daqui, acho que nós temos uma boa produção aqui que pode sim se apresentar fora com certeza. Mas a produção tem que ser uma boa produção, então quanto mais espaços, possibilidades de financiamento, projetos, isto tudo contribui também para que os grupos possam circular suas produções fora daqui também. Fora daqui se inserir também nesse circuito nacional e aí não entra só a cultura. Aí eu acho que é a questão de Vitória, a cidade se inserir como uma das cidades do Brasil. Aí não é uma opção só da cultura. Não é uma política, é

uma estratégia. Porque, por exemplo, nós temos hoje o Salão do Mar, nós nacionalizamos o salão ou seja nós recebemos trabalhos do Brasil inteiro mas realmente nós não temos uma política de comunicação que faz com que a divulgação esteja realmente dizendo para o Brasil inteiro que aqui acontece uma salão importantíssimo e que nós recebemos. A mesma coisa com o nosso Festival de Teatro. E nesses três anos de Festival de Teatro nós recebemos o Gerald Thomas, nós recebemos o Fernando Arrabal, nós recebemos muitos outros, o Antunes Filho. Diretores de nome nacional e internacional e grupos de Belo Horizonte que não ficaram sabendo. Não repercutiu. Essa integração maior entre o projeto de turismo para a cidade e o projeto cultural, isso não existe. Isto tem que ser tratado como estratégia de governo. Essa integração projeto cultural e projeto político, não existe. Por questão política que estão sendo desenvolvidas na área da cultura que casadas podem resultar. O turismo hoje ele não participa de nenhuma das atividades culturais que poderiam atrair. Então o que acontece, nós fazemos questão de receber aqui o Congresso Brasileiro de Recursos Humanos, divulgamos a cidade. Mas quando todo mundo que vem para uma cidade sempre procura o lado cultural de uma cidade e aí nós não temos o que oferecer. Nós temos as produções mas nós não estamos articulados de forma .. Então realmente essa estratégia de colocar Vitória no cenário nacional e internacional .. nós temos condições. Mas quando um turista chega aqui .. quando a gente viaja hoje, vai para outro lugar no mundo, lá você ou até antes de ir você já tem um guia, uma coisa que já te posiciona. Você chega lá, você se vira e acaba conhecendo a cidade. E Vitória, acho que não tem isso. Então eu vejo a diferença. Eu recebo aqui amigos e amigos de amigos. Eles saem daqui conhecendo a cidade porque nós mostramos pessoalmente. Mas se essa mesma pessoa chegar aqui em Vitória hoje sózinha, ela não tem nenhuma idéia do que é a cidade.

35. Nosso patrimônio histórico, nosso conjunto arquitetônico no Centro ele está bem marcado? Nós temos uma idéia de preservar, por exemplo, uma igreja mas nós estamos mesmo promovendo aquela igreja? Estamos marcando e indicando a importância do monumento?

É incipiente, nós temos até um pequeno projeto..

35. Entra na política de revitalização do Centro?

Sim, entra mas nós temos uma política incipiente. Até porque a Secretaria da Cultura ela não tinha o setor que cuidava do patrimônio. Não participava, ficava fora na Secretaria de Desenvolvimento da Cidade que fez e faz muito bem o papel dela.

36. E agora a Secretaria da Cultura está participando?

Agora nós estamos estruturando uma gerência. Não está estruturada ainda.

37. Vocês já tem uma diretriz para essa gerência?

Temos uma discussão, temos diretrizes mas ainda não temos uma estrutura que permita..o programa ... anual, uso cultural..

38. É importante conectar com a educação? Porque nós mesmos precisamos saber a nossa história.

Sim, mas a questão não é história. Por exemplo, a SEDEC ela faz bem o papel dela, de cuidar do bem enquanto imóvel, do prédio feito até agora. Mas chega num ponto que aquele bem, o uso que vai ser feito daquilo – cultural – o que vai ser feito ali? Vai ser algum movimento? Restaurou e ponto final? Daqui a três anos já tem que restaurar de novo? O que vai ser feito daquele bem? O uso dele?

39. O marcar ali?

Marcar. Aí essa cultura, não é a própria Secretaria da Cultura que tem que fazer isso. Isso é uma novidade. Agora ... Por exemplo, a parte de história ela não é de fato marcada a história da cidade. Vitória é uma cidade que joga fora a história dela. Derruba, destrói, bota uma novidade. Porque o que interessa é uma novidade. A minha avaliação pessoal é essa.

40. É um mal brasileiro.

Sim, mas tem outras cidades onde a questão do patrimônio é mais forte, fica mais visível, mas é o mal do Brasil. Mas Vitória não tem. Na questão do patrimônio, por exemplo, hoje nós temos esse projeto, que é claro como está

querendo dar uma visibilidade maior às igrejas e a outros monumentos como o Palácio Anchieta e o teatro Carlos Gomes. Mas a história dos moradores da cidade, a avenida Jerônimo Monteiro, a região, o que era ali uma casa de comércio importante, um morador ou uma pessoa que foi importante para a cidade em termos econômicos, uma família que foi importante em termos culturais. Você não chega hoje e encontra uma marcação “aqui foi a casa do fulano de tal”, que é o que acontece. Que é o projeto do turismo interpretativo que faz com que as pessoas de fora possam conhecer a cidade. O que significou e o que significa a cidade hoje. Nisso a gente está ainda engatinhando.

41. Existe uma diretriz no sentido da cultura se conectar mais fortemente com a educação?

Com a educação? Não, isso é uma discussão nacional.

42. Mas, e aqui no nosso nível?

Foram tiradas algumas diretrizes na Conferência inter municipal que nós tivemos aqui. É um problema da educação mesmo.

43. Mas a cultura tem que chegar lá, oferecer serviços para a educação?

Tem que chegar. É uma discussão. Mas eu não concordo com isso. Acho que a cultura é antes da educação. Ao contrário acho que a educação tem que buscar na cultura sua fonte de vitalidade, de permanente transformação. A estrutura é estática, a própria estrutura arquitetônica mostra isso, quando se faz um projeto de escola ela tem que ter estrutura para a cultura estar lá dentro, por que como ela vai chegar lá? Ela vai entrar por aonde? De que maneira? Existe um projeto de escola aberta, lá tem capoeira, escola de bordado, mas não é isso. Escola aberta oferece lazer cultural. Mas cultura? Que escola tem um teatro, que tem um laboratório de artes? Mas não é só isso, é também uma discussão que vai passar a fazer parte do próprio pensamento, do planejamento da educação. É o mais importante, tem que mudar o pensamento.

44. Mas a cultura tem que chegar lá!

Mas a cultura está começando a fazer a parte dela, que é mesmo em nível nacional. A cultura está chamando inclusive para essa discussão, que é uma discussão que até na Conferência nacional foi apontada. Todo o processo de conferências municipais, regionais, até chegar na conferência nacional, pelo menos nas que a gente participou aqui da nossa região e até na conferência nacional essa questão foi apontada, da proximidade, da aproximação, da integração à educação. É a cultura propondo discussão, que a educação tem que buscar na cultura a fonte de uma educação que inclusive atinja melhor as pessoas.

45. A educação brasileira e a nossa também vive um problema de identidade. O que a educação está fazendo? Nós estamos tendo realmente uma educação minimamente razoável? Há um consenso de que nós devemos fazer uma revolução na educação, tirá-la do isolamento, por exemplo, o caso da universidade.

Transformou a educação num ... tem que colocar um i na frente: informação. Convivência.

46. Como vocês vêem a questão do investimento? Porque tudo o que falamos implica em investimento maciço em cultura.

É claro que a gente vai dizer que é pouco ainda mas em Vitória no ranking do IBGE, ela está colocada acho que em 9º lugar. Precisamos ainda atualizar os dados,

47. Você considerou boa a colocação de Vitória no ranking? Porque fiz um levantamento de dados como um todo do investimento do Espírito Santo em cultura e verifiquei que nós temos um investimento nordestino: investimos menos que o Ceará.

Você está falando de nós quem, Vitória?

48. Não, do estado.

O orçamento da cidade de Vitória é praticamente igual ao do estado, ou bem maior. Se equipara ao do estado na área de cultura.

49. O estado investe pouco em cultura?

Pouco, é irrisório.

50. O investimento é de menos de 1% e quando você vai ver tem o custeio também.

Nós estamos com uma taxa de 1,1% ou 1,2%. E temos também de manter os prédios, o pagamento de funcionários e dos eventos também. Mas se você for ver é muito pouco em relação à Vitória. O estado não tem eventos. O estado têm que investir muito em formação, em capacitação mais do que em tudo porque ele não tem as obrigações que nós temos ou que os municípios têm. Por exemplo, de eventos como o carnaval, a festa das cidades, festas tradicionais populares. Ele patrocina um evento ou outro. Achamos que o estado tinha que se envolver.

51. Sobre a questão da capitalização cultural de Vitória o estado vai criar o museu e o teatro. Isso deveria fazer parte de uma diretriz mais ampla?

Eu acho que não poderíamos falar disso antes de acontecer. O estado tem sim que discutir com a capital porque afinal de contas esses equipamentos vão estar em Vitória, eles não podem se destinar a só receber coisas de fora. Temos que potencializar e aí eu acho que tem que haver uma discussão com o município. O Estado potencializando aquilo que o município tem e o que ele pode fazer. O Estado erra, ele pega uma área que ele tem disponível no município, aí ele inventa um projeto cultural que no caso é um Centro Cultural, ele inventou isso sózinho porque ele não discutiu isso com ninguém, principalmente com os produtores, com os artistas. Não discutiu com ninguém e já surgem restrições porque nós temos equipamento cultural abandonado pelo estado ali na Vila Rubim, que no caso é o teatro Carmélia. Aí se discute isso, vai se fazer outro e relegou um que teve sua importância.

52. É importante se pensar na descentralização por que ela vai viabilizar o Centro?

Sim, inclusive no nosso projeto de circuito cultural...

53. Circuito cultural é um projeto muito elogiado.

A gente não leva só pra lá as coisas porque também não é assim que as pessoas tem que ficar lá onde elas moram e só ver, só participar da vida cultural lá. Então a gente faz o contrário também Tem visita técnica em que a gente leva as pessoas para conhecer o teatro, não só conhecer mas no momento em que está acontecendo uma coisa importante lá. Para conhecer a universidade, para ver um filme na praça em outro lugar, no centro da cidade onde também a movimentação cultural acontece.

54. Em relação às críticas a lei Rubem Braga vocês concordam que ela precisa ser revista? Porque ela foi criada em 91, passou a atuar a partir de 92/93 e de lá para cá não foi feita avaliação da lei.

Sim concordamos, ela não foi revista. Eu estava falando com uma pessoa de Belo Horizonte que queria marcar de vir aqui para uma reunião e quando eu falei que a nossa lei, quanto que é destinado do orçamento para nossa lei, ele ficou assim nossa é uma valor significativo. Inclusive em relação a Belo Horizonte. Em comparação com o tamanho de Belo Horizonte e o tamanho de Vitória, Belo Horizonte pelo que ele me falou hoje tem destinado para a lei R\$ 5 milhões e alguma coisa e nós temos R\$ 2.800.

55. Um problema é que se deixa grande parte dos recursos públicos da área da cultura submetidos a intromissão das empresas o que acaba gerando uma política aleatória.

Mais hoje uma política que atende ao marketing das empresas do que a própria política cultural da cidade.

56. Afirma-se que é uma política neo-liberal que colocou a gestão da cultura nas mãos das empresas.

Não, na verdade isso já é uma constatação no Brasil todo também. Inclusive a pauta de discussão do Forum dos Secretários de capitais na semana que vem é financiamento da cultura. Leis de incentivo. Fundos e a própria questão do orçamento. Mas essa constatação ela é verdadeira. Mas também há que se considerar que ela tem um papel importante ainda. Então é uma discussão do momento.

57. Não se trata de simplesmente suprimir a lei.

Não, não se trata de suprimir a lei. Ela teve inclusive um papel importantíssimo em todos os lugares em que ela foi criada e ainda continua tendo.

58. Foi uma repercussão da nossa?

Sim, foi uma repercussão da nossa. A nossa foi a segunda do Brasil. Mas ela hoje em outros estados ou mesmo nós temos nossos municípios vizinhos aqui da capital que estão criando ou colocando em prática suas leis agora. A lei de incentivos de Cariacica é do ano passado. E agora temos também em Vila Velha, Serra. Então porque ainda ela é importante. Se Cariacica é um município que não tem condições de investir diretamente ainda que pelo menos seja dessa forma de incentivo da lei. Cumpre uma função.

59. É paradoxal porque algumas empresas já apresentam uma postura restritiva dado que muitos projetos não são satisfatórios. A qualidade deles não é muito boa e as empresas receiam associar seu nome a estes projetos.

Sim, sempre isso aconteceu e acontecerá. Ela tem que se associar a um projeto de boa qualidade.

60. É possível imaginar uma lei de incentivos que privilegie os bons trabalhos? Porque ela acaba criando a impressão que não se separa o joio do trigo. Afirma-se que a maior parte do que a lei Rubem Braga financiou em termos de publicação é lixo.

Mas nós temos que ver também os outros que não são considerados lixo. Primeiro vamos lá, não sei se é lixo não isso, dizer que a maior parte é lixo. É opinião de vários.

61. É uma questão de avaliação?

Não, não é não uma questão de avaliação. Porque a atividade cultural ela é ampla, ela é difícil, de a gente dizer assim fulano é bom e o outro é ruim.

62. Qual é o seu critério?

O artista fulano de tal é ótimo, olha só a porcaria que é aquele ali. É muito subjetivo isso. A arte que não te encanta pode encantar outro. A função

primordial da arte é o encantamento, então a gente não pode ir porque agora fulano tem que vender e o outro não. Aí a gente tá saindo do nosso papel inclusive de gestor público que é o de criar espaço para que a arte floresça e ela encante as pessoas, que faça o papel de transformação das pessoas sem dirigismo. Um dos problemas principais da lei é esse, ela terá de ser sempre democrática, ela terá de ouvir uma comissão de diversos pensamentos e ela vai sempre apoiar os projetos que essa comissão da sociedade civil aprovar.

63. Aí entra o papel da crítica porque temos uma crítica de arte e cultura muito pouco desenvolvida.

Aqui em Vitória sim.

64. O joio é publicado junto com o trigo e fica impune.

Justo. O fulano só porque um dia .. A lei tem que ser revista sim.. Pense na Academia Brasileira de Letras, o que é aquilo também, tem o joio e tem o trigo também. Para você captar a dinâmica é muito complexo porque em geral a pessoa que tem bom gosto ela tem um crítica diferente. A crítica tem que fazer o seu papel porque assim você tem como avaliar.

65. Hoje estamos a procura de uma política cultural que não seja ideológica e nem dirigista. Mas também não queremos uma política “laissez-faire, laissez-passer”.

A nossa preocupação, o nosso eixo é a democratização do acesso à cultura. Agora é claro que mecanismos tem que ser criados ou existem já e estão sendo potencializados que permitam esse diálogo entre o poder público e a sociedade civil. É esse diálogo que vai criar o ambiente propício do desenvolvimento da cultura na cidade.

66. A secretaria tem algum tipo de diretriz no sentido da relação do poder público com a sociedade civil, incluindo na sociedade civil os empresários privados da cultura já que estes fornecem cultura.

Não, no nosso caso é o setor público.

67. Por exemplo no setor de entretenimento que está nas mãos do setor privado. Cinemas, casas de show, jornais.

Mas aí do ponto de vista da indústria. Mas aí a prefeitura não pode ter cinemas. Cinema é cara a manutenção. E aí é a própria dinâmica do capitalismo.

68. Mas trata-se do diálogo com esses setores. Por exemplo, se você quer marcar o patrimônio cultural porque então não trazer os empresários para isso. O poder público pode intermediar?

Os mecanismos, inclusive as leis de incentivo é que hoje são esse canal entre o poder público e a iniciativa privada. Embora vamos reforçar a questão, nesse caso continue sendo recurso público porque na verdade o empresário ele não destina nada do recurso dele. Apenas ele troca, o que ele ia pagar de imposto ele destina ao projeto cultural. É uma renúncia do mesmo jeito que receita..

69. Pensava num empresário fazendo investimento.

É esse que não existe. São dois tipos de empresários, vamos dizer de relação. Essa com os empresários que investem no setor cultural, na indústria do entretenimento e aí eles tem retorno financeiro mesmo disso e aí é o que manda são as relações econômicas da sociedade. Pode estabelecer um diálogo mas dificilmente terá algum tipo de influência nos projetos, nas ações. Dificilmente terá. Eles já tem sempre retorno no lucro financeiro. E ao poder público compete justamente isso, abrir espaços para aquilo que hoje não é muito comercial, que não tem espaço comercial. As empresas do próprio poder público fazem isso, o Banestes, tem uma comissão de retorno publicitário midiático nos seus investimentos culturais. Mas nós temos essa preocupação, quando a gente pensa em fazer estudos na área de economia da cultura, quando a Conferência de cultura ela estabelece cinco eixos e um deles é a economia da cultura e o outro é a comunicação e a cultura.

70. Nesse caso da economia da cultura, a sua secretaria teve alguma conexão com a secretaria do estado? Porque a do estado promoveu um grande seminário agora.

Nós fizemos antes deles. Antes do seminário acontecer nós fizemos uma interlocução .. Acho que o Estado cometeu um grave erro ao excluir Vitória do processo. Foi um erro gravíssimo porque ele exclui um mercado de Vitória. Mas antes no planejamento do seminário..

71. Esse é em grande problema ideológico?

Não, acho que é falta de visão. É um problema que pode ser superado perfeitamente. A questão é que aquilo ali não resultou mesmo de verdade em.. Não excluiu o poder público, mas excluiu o mercado propulsor que poderia alavancar a economia cultural de Vitória. Como a gente falou a cidade de Vitória capital não pode ficar de maneira nenhuma num processo excludente porque é um mercado consumidor mais forte, é onde vai entrar tudo, por onde vai entrar e sair tudo. Esses caminhos que estamos labutando agora são coisas novas, muito novas que estão em pauta muito pelo processo iniciado pelo Ministério da Cultura. Então isso está em pauta hoje e não se falava nisso há pouco tempo atrás. Tanto o estado quanto prefeituras tem estruturas muito ruins para colocar em prática tudo isso que está acontecendo, essa avalanche de coisas. Então nós não temos estrutura. A Secretaria de Cultura de Vitória agora hoje conseguimos criar no plano de carreira, no plano de cargos e salários, dois cargos fora da cultura. Nunca aconteceu isso. Pela primeira vez foi dado concurso público para cargos na área da cultura. E para nós, como eu digo, nós temos hoje uma gerência de patrimônio mas essa gerência não tem ninguém trabalhando nela a não ser o gerente.

72. Porque não deu para abrir um concurso.

A cidade carece, o Brasil carece de gestores. Então, é assim, nós não temos nem estrutura física direito como o estado também não tem. A secretaria de cultura do estado também não tem. Então essa questão de estrutura também é importante como é para uma secretaria da educação. A cultura ainda é pensada como um órgão que faz eventos. Um apêndice.

73. Um evento com aquela característica clientelista, de promoção pessoal.

E como se fosse simples organizar eventos também. Não é simples. Nós estamos cheios de perspectivas e de diretrizes. Colocar em prática está sendo colocado mas está sendo um processo. O Conselho de Cultura está sendo reestruturado agora em Vitória, a conferência vai acontecer agora em julho e vai tirar as diretrizes para o plano municipal de cultura porque essa construção com a sociedade é que nós estamos buscando. Dar espaço as entidades culturais, parcerias com as ongs culturais que existem para que o movimento cultural, o desenvolvimento cultural se torne também, sejam também apropriados pela iniciativa privada, pelas entidades privadas, pela população e não só fique essa dependência do poder público.

74. Nós temos conseguido, apesar da estrutura ruim, trazer o governo federal para cá, para investir e trazer recursos nessa área? Já que essa situação é uma iniciativa do Ministério da Cultura.

Não, investir não. O próprio governo federal tem dificuldades de recursos. O que é novidade é essa discussão toda: colocar cultura com educação, é criar estruturação, planejamento, criar um sistema, é criar uma política de estado.

75. E quanto às verbas (grana), qual a participação do governo federal?

Nas verbas, o governo federal carece para ele mesmo de recursos. Mas existe também da parte do governo federal a preocupação com a democratização do acesso e aí os programas que foram criados: o Cultura Viva, os pontos de cultura. Mas é dele mesmo, do governo federal. Não é compartilhado com a prefeitura não. Mas são importantes. Os editais, o ministérios criou o observatório dos editais para incentivar que todo mundo trabalhe com editais, uma maneira de democratizar os recursos. Os editais do governo federal tem sido importantíssimos também porque aí é direto com a sociedade. Mas tem editais também que as próprias prefeituras já podem entrar. Então, o próprio ministério carece de recursos. Nós temos por exemplo o programa MONUMENTA, que é um programa de revitalização do patrimônio histórico de Vitória, e é do governo federal com recursos do governo federal e do BIRD. Vitória está na fila, na lista de cidades prováveis que podem ser contempladas com esse projeto. Nós temos três pontos de cultura da capital que estão sendo financiados pelo governo federal. No que é possível nós temos tido uma

parceria muito boa com o governo federal. Mas hoje existe a própria demanda do governo federal, uma PEC, uma proposta de emenda constitucional, destinando um mínimo de recursos para a cultura que ainda não foi votada no Congresso.

76. A visão de vocês é uma visão otimista sobre a cultura de Vitória? Vocês acham que a cultura pode fazer algo para melhorar Vitória naqueles problemas fundamentais, como desigualdade, falta de identidade, exclusão, violência, baixo auto-estima?

É uma visão otimista. Acho que Vitória tem chances de concretizar isso que a gente está dizendo aqui. A cultura está na base disso tudo.

77. Você acha que a nossa aparelhagem cultural está preparada para dar uma resposta a isto?

Não, não está. A cultura pode e tem potencial. Ela é esse fator e ela tem que estar junto com o desenvolvimento que a cidade está vivendo se não nosso desenvolvimento vai ser um desenvolvimento exclusivo, vai ser um desenvolvimento em que as pessoas não crescem em termos de informação, em termos de serem cidadãos com condições de intervir na vida da cidade. Então você pode ver, Vitória hoje tem um nível de emprego que outras cidades não tem, está precisando de gente. É o que está sendo divulgado aí. Vitória hoje tem um número de obras, tem um nível de emprego alto mas ao mesmo tempo não encontra profissionais para trabalhar em algumas áreas e aí entra a cultura. Porque hoje não é só o que se deseja de um profissional não é que ele entenda só da profissão mas é que ele tenha condições de se posicionar no local onde ele trabalha e que ele tenha um mínimo de educação. Então em Vitória, se a cultura, se o desenvolvimento cultural não estiver junto com o desenvolvimento econômico, urbanístico a gente vai ter uma cidade com um desenvolvimento meio que burro. Porque as pessoas continuarão sem uma visão, sem condições de uma intervenção no que acontece na vida da cidade. Sem serem cidadãos.

78. Você acredita então que a cultura é uma prioridade nesse planejamento que estamos fazendo aqui 2008/2009?

Prioridade. Inclusive lembre que já falei que eu quero uma reunião com a coordenação para colocar a cultura como uma prioridade, não só saneamento, saúde e educação. A agenda pode correr o risco de ter uma agenda Vitória que não corresponde ao que Vitória é

11.2.2. Maestro Hélder Trefzger.

1. Como o senhor vê a cultura musical hoje no Espírito Santo?

A cultura musical estadual está se encaminhando, está crescendo. Melhorou muito nos últimos anos. Ela teve um período muito intenso em outras épocas, como em 1992 com a Fundação Cultural, mas nos últimos anos a situação ficou mais difícil. Justamente porque o Estado enfrentava uma crise econômica e isso afetava diretamente a Orquestra. Não tínhamos como custear as apresentações e nem como ensaiar. Foi um período muito difícil, de penúria! Então, nós fundamos a Associação dos Amigos da Orquestra justamente para divulgar e levar a Orquestra para dentro da sociedade.

2. Que gestões vocês empreenderam?

No auge da crise nós fundamos esta Associação na tentativa de viabilizar uma programação da Orquestra. Veja só: esta iniciativa deveria partir da Secretaria de Cultura, no entanto esta iniciativa veio dos próprios músicos que formavam a Orquestra. Começamos a caminhar sozinhos.

3. A sociedade civil teve uma participação positiva nesse processo?

Tivemos uma participação muito positiva. Nós começamos a levantar a Orquestra a partir daí, da participação ativa e do incentivo das pessoas. E isso perdurou até a eleição do atual governador Paulo Hartung. Até então nós vivíamos das próprias pernas e com a ajuda de grandes empresas como a CST, o DIO (Departamento de Imprensa Oficial) e a Rede Gazeta, que sempre nos ajudou muito sem pedir nada em troca. Todo esse processo que a Orquestra passou, desde a crise, foi muito importante. Porque aprendemos a conversar, discutir e aceitar opiniões. Aprendemos a correr atrás do problema e resolvê-lo. Percebi que nos últimos anos os músicos, e a Orquestra

conseqüentemente, ficaram mais animados. Houve um amadurecimento da Orquestra. Fomos consagrados nacionalmente e inclusive faremos uma turnê no exterior. É um orgulho muito grande!

4. Então o seu panorama da música capixaba é positivo?

Sim. Melhorou muito. Ainda não é o ideal, mas estamos crescendo. O apoio às bandas está acontecendo. Uma coisa que estamos batalhando é o ensino de música nas escolas. A escola de música em si é uma escola especializada. Própria para formar músicos. Uma grande parte dos nossos músicos é formada pela Escola de Música, os que entraram no último concurso vieram de várias partes do Brasil. Sobre o ensino de música nas escolas, existe uma discussão no Senado sobre a volta do ensino de música nas escolas. É uma discussão acalorada e, refletindo sobre isso em casa, percebi que hoje todo mundo vê que a cultura não é só um evento. A cultura é a maior parte da educação, da formação da cidadania e da sensibilidade.

5. A Orquestra do Espírito Santo têm tido ações muito interessantes no sentido de popularização da música. Quais são essas experiências?

Nós realizamos muitos concertos ao ar livre e agora estamos com esse projeto nas escolas há uns seis anos. Nós estamos com a Orquestra dentro das escolas da rede municipal da Grande Vitória, com todo um repertório de música erudita, além de um repertório de música brasileira e capixaba. Mostrando que a Orquestra do Estado têm um compromisso com a sociedade.

6. Nós vivemos em uma sociedade onde, hoje, os meios de comunicação têm papel fundamental. E grande parte desta penetração da mídia tem a ver com a música. Grosso modo, eu poderia dizer que a nossa cultura, a nossa civilização é bastante musical. Como o senhor encara isso?

Eu vejo que a televisão é muito comercial. Não há um equilíbrio de forças. Ao mesmo tempo em que ela divulga, ela omite. Não dá valor ao erudito, por exemplo. Enquanto você tem uma boa divulgação de música internacional de

pouca qualidade, você quase não ouve falar da Orquestra do Estado, em proporcionalidade. É tudo momento, são fases”.

7. Como está a situação da profissão de músico no ES?

É uma profissão difícil. Nós temos o profissional ligado à música erudita, que é o professor da Escola de Música; e o músico da Orquestra. Uma alternativa também é o músico militar. A banda de músico da PM é patrimônio histórico vivo. Além de ter a tradição de ser uma das bandas mais antigas do Brasil. O capixaba é competente na música, de uma excelente qualidade.

8. Deveria ter uma política pública no sentido de melhorar a profissão?

A política pública ajuda. A Lei Rubem Braga facilitou muito a música capixaba. Mas mesmo assim, Vitória ainda é uma cidade muito pequena em termos de movimentação e circuito musical. Eu acredito que Vitória tem potencial e que nos próximos 20 anos já estaremos incluídos firmemente no contexto da música erudita nacional. Até mesmo em outras áreas, como o Cinema e as Artes Plásticas. Existem espaços alternativos que possibilitam apresentações de manifestação cultural, como em Jardim Camburi e Santo Antônio. Esses espaços devem ser explorados.

9. Existe um projeto do Governo do Estado em construir um grande teatro e um grande museu aqui em Vitória. Qual é sua expectativa em relação a isso?

A minha expectativa é a melhor possível. Será uma virada positiva para a cultura capixaba. Será um empreendimento caro, mas dará retorno. Muito bom para o Estado. O Teatro Carlos Gomes é um teatro bom, mas limitado. Quando o Miguel Falabela veio ao estado, concluiu que Vitória é uma capital a 40 minutos de vôo do Rio de Janeiro e não tem um teatro completo, com toda a infra-estrutura de um grande teatro. O Carlos Gomes passaria então a ter uma programação diferenciada, com espetáculos em horários diferenciados com direcionamento para o público local. Ele não corre o risco de ser marginalizado.

10. Até agora, as políticas culturais instituídas me parecem ainda empíricas. Nunca existiu um plano de cultura coerente, onde se interligasse a Secretaria Estadual com a Secretaria Municipal.

Sobre essa questão das Secretarias de Cultura, o que falta é força de vontade política. Pelo que eu conheço, nos últimos anos essa condição mudou para melhor. Agora temos algumas diretrizes, como o MAES (Museu de Arte do Espírito Santo), as escolas de samba e o museu da Vale. Este projeto do teatro e do museu, sem dúvida, representa um divisor de águas, possibilitando o reconhecimento e o profissionalismo cada vez maior em todas as áreas; colocando Vitória numa posição de referência nacional. Para isso é necessário também a valorização do artista, do músico capixaba. Entrar no cenário nacional sem abdicar do valor regional. A renovação cultural deve sempre estar atrelada à renovação da educação. No desenvolvimento do sentimento de pertencimento, desenvolver as relações básicas de cidadania e identidade.

11. Qual a sua relação com a música estrangeira?

O que deveria haver é um equilíbrio maior entre as gravadoras e os produtores musicais. Eles deveriam diversificar mais. A melhor coisa do mundo é a diversidade musical. O Estado deveria se dispor a isso, justamente porque é conhecido pela sua diversidade cultural. É possível encontrar no ES pomeranos, italianos, índios e quilombolas.

12. Dever-se-ia investir mais nessa diversidade?

As gravadoras investem naquilo que é comercial. No que dá retorno financeiro. E muitas vezes acabam investindo em qualquer coisa que venda bem. As rádios deveriam abrir este espaço de divulgar o que é bom, o que é daqui do Espírito Santo. A televisão tem aberto espaço para a musica capixaba. A programação local vem ganhando espaço frente à programação nacional. Aos domingos, por exemplo, é possível assistir a uma programação onde só se ouve música capixaba. Todos os domingos aparecem bandas diferentes. O horário é meio ruim, pois é muito tarde, mas ainda sim é um avanço. Além de possuir um diferencial: a todo o momento se interage com a platéia. No geral, os meios de comunicação tem valorizado sim a cultura capixaba. Mas ainda pode melhorar. Ao invés de investir em programas sensacionalistas de

auditório, deveria haver programas alternativos como divulgação e cobertura de eventos culturais. Pessoalmente eu vejo as que duas coisas mudaram radicalmente o país: o Ministério Público e a Mídia. O Ministério Público defende os direitos do cidadão, e a mídia torna esses feitos públicos. Isso tem se tornado um papel efetivo na manutenção da cidadania.

11.2.3. Carlos Henrique Gobbi: jornalista.

Falar sobre a importância dos meios de comunicação aqui em Vitória nos últimos 50 anos. Temos um ambiente muito específico, de culturas moldadas e delineadas. Algumas pessoas dizem que não temos cultura, pois não seguimos modelos. Enganam-se. Temos uma cultura de origens bem remotas, e isso deve ser considerado. Nunca devemos comparar como o Rio de Janeiro ou São Paulo.

A história do Espírito Santo é muito recente. Revelava traços dos costumes do indígena e dos colonizadores e dos negros. Muitos destes colonos viveram numa situação dramática na Europa e vieram pra cá para mudar de vida.

Nos anos 40, ainda sobre a égide do Vargas, tínhamos meios de comunicação (rádio), a Rádio Espírito Santo que funcionava no Mercado da Capixaba. A rádio tinha uma importância curiosa. O analfabetismo era presente e as pessoas não liam o jornal. Portanto, o rádio começou a ter uma importância enorme. Além do analfabetismo, tínhamos a queda de energia que era constante e o alto preço do rádio ainda impediam as pessoas de ouvirem mais rádio. Então ocorreu um fenômeno curioso: o surgimento dos ídolos de massa, radialista. Cantores, apresentadores, músicos, radio-atrizes. Ficaram muito populares aqui em Vitória. Por exemplo, a Creuza Camacho. Ela foi radio-atriz, ela era mulata. Ia para o estúdio e dramatizava o texto da Terezinha Gobi, por exemplo. Havia serestas e show de calouros, com músicas tradicionais de samba da década de 50, estilo Dalva Oliveira e Nelson Gonçalves. O casal 10

do rádio capixaba era a Terezinha Gobi e o Jadir Gobi, que são meus tios. Ele era sonoplasta e ela era radio-atriz. Quem participava do rádio naquela época dizia que não havia censura. Faziam aquilo que queriam. O importante é que muitas dessas pessoas sentiram que Vitória não era o limite, partiam para fora. Como o caso de Roberto Carlos, Jair Amorim, Ademar Dutra e a Creuza Camacho. Eles foram embora, partiram para algo maior e alguns ainda continuam produzindo!

A transição do rádio para a televisão chegou aqui também. Na década de 60, chegou aqui a TV Vitória, no canal 6. Alguns dos programas do rádio não deram certo na TV, não vivi muita coisa desta época, pois era muito criança. Não tinha televisão em casa, só passamos a ter este aparelho por volta de 1965. Via o Roberto Carlos na tv. Os festivais da Record e o Nacional Kid. O rádio teve uma influência maior que a tv.

Tínhamos uma integração das manifestações culturais através da imprensa antigamente. Havia um respeito muito grande pelo que cada um tinha, não havia essa de diploma. O que aconteceu de lá pra cá não se atribui a uma coisa só. Um conjunto de elementos. Na verdade, do ponto de vista cultural este corte de dá entre o final da década de 70 e a de 80. Porque neste período que começa a acontecer as grandes migrações. Percebe-se uma mudança das cidades em função dessas migrações, atraiu pessoas e projetos. Na verdade o que se deu é que a mudança que se deu a mudança operava dentro deste quadro. A cidade evoluía sob controle. Na década de 70 vem a intensificação disso e ocorre uma evolução nos parâmetros urbanos. Perderam-se as referências as pessoas não sabia qual era o molde da cultura capixaba. Antes tinha isso. As pessoas estavam sem instrumentos para reagir. Elas aceitaram a mudança e tentaram galvanizá-las. Muita gente não agüentou esta mudança. Não havia mais aquela unidade das pessoas se encontrarem e conversarem. As relações sociais se acabaram.

Não temos uma literatura que relata essa mudança. Talvez em Hamilton de Almeida encontremos as características desta transição dolorosa que o estado

passou. São textos fragmentados, mas relata o que aconteceu. Ele conseguiu passar o sentimento.

Existe um molde em Vitória com uma perspectiva cosmopolita. Isso foi um movimento mundial contracultura, e Vitória sofreu essas influências. Apesar de ser provinciana, ela era uma cidade aberta. Claro que você percebia o conservadorismo, mas ainda sim sofremos a influência de movimentos internacionais. Todas as mudanças dos jovens daquela época eram engajadas, os jovens daquela época liam e se informavam. Ao mesmo tempo, você tinha um movimento de teatro na universidade com o pessoal do Ponto de Partida. Todos já saíram de Vitória, infelizmente. Tínhamos o pessoal que foi para São Paulo, os universitários. Existia o festival de teatro universitário lá no Carlos Gomes. Era um sucesso na década de 80! Nunca se consegui formar depois um grupo de teatro de sucesso. Uma série de fatores contribuíram para isso, como a falta de crítica interessante de teatro, falta de recursos financeiros e etc. Não se perpetuou os grandes nomes do teatro, das artes plásticas e da literatura.

A área de cultura sofre muito com a dissociação entre o setor cultural e o empresarial. Não existe empresário com uma visão estratégica de investir em cultura aproveitando estes projetos que existem nos governos. Você vê essa lei Rubem Braga que é da década de 90 com o mesmo perfil, ou seja, o município abre mão de um imposto a receber e concede a vice um bônus e tem que ir até lá brigar por ele. Quando você vai ver a estréia da peça ou do livro, aparece o nome da empresa que barganhou o marketing nas suas costas. Dificulta o processo de ampliação de verbas para o setor cultural. Ninguém compra bônus, ninguém investe em cultura. O que sempre aconteceu é que as empresas não possuem um conhecimento empresarial diferenciado para que se invista em cultura e produção cultural aqui no estado.

Na década de 80 percebe-se uma invasão da televisão na cultura capixaba. Suas influências foram várias e chegou a dominar, como aparelho ideológico. O papel da TV é manipular a informação. Perdeu-se o molde das décadas anteriores. Agora é um modelo ditado pela televisão, pelo global.

Outra coisa também, está perdendo a arquitetura histórica da cidade. As casas estão sendo destruídas para a construção de prédios enormes. Apesar de o centro de Vitória ainda conservar esses traços, vemos uma clara mudança sem controle do poder público. Não é só o que fizeram, ela é uma arquitetura muito importante. A legislação garante esses prédios de importância histórica, mas restaram poucos. Destruíram muito.

Sobre as políticas públicas, elas se resumem em incentivos e eventos públicos. Eles fazem mal. Produz-se um volume muito grande de livros e peças, mas a divulgação disto é muito precária. É um defeito da lei. Não há divulgação nenhuma, é comum cortar isso da verba. Como é que você vai lançar um livro sem um coquetel? Como você vai divulgar uma peça sem convite, sem cortesia? Assim fica difícil!

Quem escreve sobre a cultura são o Guilherme Santos Neves e o Renato Pacheco. Eles são tradicionais, contam a história cultural tradicional antiga. Atualmente, não encontramos nada. Não temos nada sobre o samba, sobre o congo ou sobre a música. Tem que se montar uma história cultural do ES, ao lado da social e da política. Conhece-se muito pouco sobre a história de Vitória. As pessoas em geral não sabem quem são as figuras que habitam o cenário capixaba desde a década de 80 e 90.

Desta explosão destas décadas não sobrou muita coisa e acaba que não se conhece quase nada. Precisam abordar tudo aquilo que o capixaba pensa e fazer um diagnóstico cultural da cidade. Os locais de referência de pessoas importantes ainda são válidos.

11.2.4. José Augusto Loureiro: ator

Eu sou José Augusto Loureiro. Comecei a fazer teatro com 18 anos, aqui em Vitória. Sempre morei aqui. Comecei com um grupo de teatro amador, e em seguida fui trabalhar com Toninho Neves no Teatro de Arena. Era tão bom que no meu primeiro trabalho me colocaram como sonoplasta!

Na verdade, eu comecei a fazer teatro porque era uma forma de conviver com as pessoas. Aqui eu me encontrei com pessoas muito agradáveis. Eu sou um dos artistas capixabas que mais trabalha. Possuo uma média de 3 a 4 trabalhos por ano. São 43 anos de teatro!

Quando eu comecei, o teatro era muito mais presente na vida das pessoas. Na década de 60 haviam exposições de arte e sarau de poesia na FAFI. As pessoas reconheciam o nosso trabalho. A convivência cultural era muito mais efervescente. Na década de 70 destacou-se o teatro universitário: atuava na própria universidade, no Carlos Gomes e no antigo Teatro Arena. As pessoas gostavam. Existia uma política cultural, mais aguçada do que hoje, que mantinha essa estrutura. Hoje em dia percebe-se uma queda de nível. Não há retorno. Os grupos não se reúnem mais para conversar sobre teatro e produzir. Só fazem críticas. Essa conversa é interessante porque além de separar o joio do trigo, ela propicia uma evolução. Quando você recebe uma crítica construtiva do seu trabalho, ele conseqüentemente melhora num segundo momento. Se você não recebe, fica difícil de aprimorar. As críticas, que eu digo, é no sentido de debates, até mesmo um festival! No festival de Vitória existem trabalhos bons, mas não há essa crítica. Falta o espaço para as pessoas comentarem sobre o teatro e sobre a peça.

Para melhorar, para expandir, é necessário que as pessoas se reúnam novamente. A televisão e o jornal não possuem espaço para uma crítica de teatro. Na mídia, um espetáculo bom tem a mesma divulgação de um espetáculo ruim. Não existe uma avaliação interessante.

O problema do teatro capixaba não é o espaço. Dá para adequar com o que temos por enquanto. O maior problema é a falta de qualidade. Falta pesquisa e dedicação. Não há objetivos para formar platéia. So amigos e família.

Pelo tempo que eu estou no teatro capixaba, não diria que a Lei Rubem Braga é boa. Ela é ruim e prejudica muito. No entanto, acabar com ela também não é bom. Precisa de uma reavaliação, e para isso é necessário ter muita coragem.

Levar o teatro para a população em geral também representa um problema sério. Um poder de poder público. É necessário que se crie uma platéia. Os artistas não conseguirão sozinhos formar uma platéia que aprecie o teatro. É um projeto a longo prazo, além de ser caro também. É obrigação do Estado incentivar isso. Em outros lugares, com em Belo Horizonte, o teatro é acessível para todos. De domésticas a executivos. Aqui não existe isso. Sobre a questão das políticas culturais aqui em Vitória temos a Lei Rubem Braga. Esta lei fornece a verba, mas não há um controle disso. Não há uma avaliação dos trabalhos e nem dos resultados. É muito importante a avaliação dos resultados justamente para detectar uma evolução ou não.

Sem dúvida o Estado deveria incentivar essa formação de platéia. A melhor maneira de se vincular isso é através da escola. Tentamos levar o teatro as escolas, mas as dificuldades são muitas: o transporte, o horário, autorização. É complicado!]

No caso da FAFI não há muita diferença. Não existia pessoas capacitadas, quando eu trabalhei era assim. Eu sou ator, e não professor! Provavelmente este quadro está mudando.

Espero que nos próximos anos as coisas melhorem mais. Estamos trabalhando e as coisas acontecendo.

11.2.5. Marcos Valério Guimarães: produtor cultural da área de cinema

Particpei do movimento estudantil em favor da cultura capixaba. Hoje este movimento acabou o que existe hoje é uma militância diferente.

Falando sobre leis de incentivo á cultura, tínhamos uma lei que legalizava os cineclubes. Ela permitia, reconhecia e institucionalizava as cinematecas. A partir de 72 ela se organiza, mas ela só se firma a partir de 76. Os cineclubes tinham um perfil de descontração. O cineclubismo no Brasil na década de 60 formou uma consciência diferenciada, surgiram nomes como Cacá Diegues e Glauber Rocha. Formou-se uma base ideológica com o cinema nacional. A cultura nacional refletida ali no cinema. Assim como hoje temos a rapaziada do suporte digital ampliando a capacidade de aprendizado e divulgação.

A miniaturização dos equipamentos de cinema que a II Guerra providenciou, refletiu na mudança postural do cinema. A necessidade de cobertura da guerra fez surgir à necessidade de produtos portáteis. Isso refletiu na mudança do cinema. O cinema sai do estúdio. Isso não se distancia da realidade. É uma demanda cultural, são os novos rearranjos políticos e culturais que se apropriam de um mecanismo. Existe uma turma atendida neste processo desde a década de 70. Já se fazia cinema no ES. A maldição do Collor na década de 90 teve um efeito muito negativo em cima dessas manifestações. Foram produzidos curtas-metragens legais, o Caput de Paulo Torres, por exemplo. É um filme de uma proposta narrativa bem ousada e bem pesada. Ela trás uns referenciais anteriores do realismo brasileiro. Sobre o capixaba no cinema, houve filme que foi premiado na década de 60 no festival nacional de filmes. Aqui, como no Brasil todo, existia uma discussão do cinema no sentido de cultura nacional. Hoje está muito globalizado e não existe mais essas discussões. Não se descarta o arcabouço teórico de tempos atrás.

Na década de 80, a produção capixaba enquanto cinema temos como mais significativo temos o Orlando Bonfim, que veio do Rio de Janeiro. Ele era membro do PCB, foi seqüestrado e morto. Ele veio ao ES para produzir junto com Roberto Farias filmes de Roberto Carlos, por exemplo, fez um movimento de pesquisa da cultura capixaba. É uma das figuras mais importantes desta década em relação ao cinema e as expressões culturais. Foi para Itaúnas, ele registrou o ticumbí, as manifestações da cultura negra e italiana. Ele fez um documentário sobre o Augusto Ruschi também. Circulou em vários festivais.

Foi importante na divulgação da cultura capixaba. Essa luta para divulgação foi ganhando espaço!

Na questão da política pública, não existe! São duas: a da ditadura militar e a do governo Lula. A minoria dos cineclubes é que participavam das jornadas, uns 10%. A partir de 84 é que isso começou a mudar. Muitos não participavam, pois se julgavam independentes. Tinham uma sedimentação na referência do cinema brasileiro. Tínhamos 40 cineclubes só no ES. Frequência de filmes diários. A universidade foi fundamental neste processo.

Nosso problema é a crítica. Não existe uma crítica de cinema construtiva. Existe uns espaços nos jornais, mas mesmo assim não é suficiente. Crítica para eles são entrevistas de fofocas. Deve-se desenvolver uma linha diferente para crítica de cinema.

Precisamos ainda alcançar uma série de coisas. Precisamos de uma agência capitalizadora. Precisamos criar estúdios que facilitam a produção. Facilitar a burocracia na hora de obter alvarás para rodar uns filmes. A política cultural é muito falha. Temos escolas em Vila Velha que adota uma política assim, de influenciar o gosto pelo cinema. Aqui em Vitória falta isso, ainda é muito tímida. O circuito cultural capixaba é muito bacana, mas deixa muito a desejar. Enfrentamos muitas dificuldades na gestão dessas políticas culturais.

No geral, a política está se encaminhando. A lei Rubem Braga deveria ser reavaliada. Para esse povo das secretarias, não há um empenho. No orçamento participativo do município, 10% vão para cultura. Existe um oportunismo relativista de toda a conjuntura cultural capixaba. No final não fazem nada para mudar esta estrutura que vemos hoje, onde só se produz porcária. A indústria cultural se consome nas falhas destas políticas culturais.

A indústria cultural hoje assassina o conhecimento. Ela possibilita situações críticas terríveis, como violência estúpida. Apresenta bobagens e conhecimentos obtusos. Um obstáculo ao desenvolvimento da aprendizagem. Hoje em dia é um absurdo assistir tv. A cultura é um fenômeno de cidadania e identidade nacional, não deve alienar-se deste jeito.

O ES tem potencial fantástico para desenvolver uma política cultural fácil de pensar, uma economia cultural criativa que estimule a indústria de softwer, por exemplo. Estimule a criação de escola de desenvolvimento de tecnologia. Não devemos ficar nesta visão que fazem questão de manter. Devemos estimular e vencer o preconceito da maneira mais criativa possível.

É importante salientar que o subsídio à cultura deve ser maior. Falta dinheiro para que se façam projetos cinematográficos que estimulem a criação de uma identidade. Um arranjo produtivo que possibilitem circular recursos. Todo ano se produz 15 vídeos e uns cinco filmes, mas não há retorno social, não há avaliação econômica do retorno desses projetos! Perdeu-se essa noção de avaliar o projeto. Parece um experimentalismo de principiante.

Nesse sentido, existe opiniões populistas a respeito dessas políticas publicas. Acho que talvez se entenda muito pouco delas. Uma critica que eu tenho sobre a economia criativa é que se aproveitam disso para reformar o capitalismo. Tem a função de melhorar o desastre que o capitalismo faz na vida do ser humano. Corrige-se áreas historias nos centros das cidades gerando empregos, por exemplo. O capitalismo parasita a cultura, mas não se deve mexer nas estruturas básicas da sociedade. É importante que se faça desta ferramenta um avanço naquilo que se propõe que camadas sociais tenham mais autonomia e consciência. Tenham papel político e intervenham na democracia representativa. Não se deve acabar com a economia criativa, deve-se ampliar seus horizontes.

A situação do cinema aqui hoje, poderia dizer que acabou o seu processo evolutivo. O Vitória Cine Vídeo cria um momento para o estado do ES, uma relevância nacional, mas da para melhorar muita mais ainda. Os cinemas hoje não tem para onde evoluir, a indústria cinematográfica aqui se resume a salas de cinemas sistemáticas espalhadas pelos shoppings. Ter uma avaliação nesse sentido nos dará uma conversa muito longa.

11.2.6.Reinaldo Santos Neves: escritor.

Sobre este aspecto, diria que não tenho muito de original para te dizer. Como morador do Parque Moscoso, tinha uma vida até muito tranqüila, gostosa de viver. A minha infância e adolescência. Antigamente era assim, hoje não é mais. Atualmente eu moro em Vila Velha. Gosto de Vila Velha, e de Vitória também, mas o problema é a violência. Inclusive eu fui assaltado, roubaram o meu carro. Ele inclusive atirou, mas felizmente o tiro mascou e eu escapei.

Na década de 50, o meu pai, Guilherme Santos Neves, desenvolveu de uma forma bem intensa a questão do folclore no ES. Em junho lançaremos um livro com 150 artigos do meu pai, sobre esta questão do folclore. Uma das preocupações que enfatizamos é o trabalho desesperado na tentativa de se preservar a cultura popular, o folclore capixaba. Reunimos gravações e fotografias sobre os folguedos populares e as bandas de congo. Naquela época, as pessoas se apresentavam com roupas comuns, do próprio corpo! Hoje, quando você olha, as bandas de congo são completamente diferentes, performáticas.

A atuação dos meios de comunicação influencia significativamente as bandas de congo, por exemplo. Caracteriza-as como performáticas. Elas estão sempre aparecendo na televisão e no jornal. Chamam a atenção no período da puxada do mastro. É uma manifestação cultural tipicamente capixaba. O Renato Almeida e o Edson Carneiro, ambos comunistas, destacaram sempre esse tipo de manifestação cultural. No caso do meu pai, ele nunca foi uma pessoa muito política. Inclusive, eu nunca entendi o porquê daquela candidatura pelo PTB. Ele só recebeu uns 60 votos! Rimos muito por isso!

O Jones Santos Neves escreveu nos anos 30 uma porção de sonetos. Uma família que gosta de literatura. A família é original de São Mateus e da Bahia.

Desde a década de 50 que se ouvia falar em progresso. Incutiu-se a idéia desenvolvimentista desde então, e meu pai sempre apoiando esta idéia. Normalmente, a adesão ao folclore e a cultura popular estava relacionada a

uma rejeição á modernização. Esse não foi o caso do meu pai, que era claramente o contrário desta idéia, apoiava e valorizava a cultura popular capixaba. A meu ver, eu o considero um dos maiores intelectuais capixabas. O ES sempre foi considerado o primo pobre do sudeste e meu pai sempre tentaram mudar este quadro através do folclore e da cultura popular. O quadro começou a mudar quando, na década de 60, descobriu-se petróleo em São Mateus. Foi o anúncio do ES de hoje.

O que eu lamento em relação à Vitória é aquela história construção desordenada. A especulação imobiliária esta acabando com a característica residencial dos bairros de Vitória. Vitória está passando por um processo de elitização, criando condições com resultados imprevisíveis. Se compararmos com outras cidades, como a cidade de Houston nos EUA, por exemplo, vemos que lá não existe a preocupação em deixar grandes espaços abertos. Você observa aqueles supermercados com enormes estacionamento; aqui ficam aqueles caminhões em frente ao supermercado atrapalhando o transito que já é caótico, piorando ainda mais. É um problema de cultura! É um problema muito grave esta questão de estacionamento, além dos próprios carros e o desrespeito no transito.

Sobre a questão de revitalizar o centro de Vitória, não tenho nem como responder esta pergunta. Eu acho que dá sim, mas falta investimento e segurança. Uma outra questão também é a reativação do aquaviário: desafogaria o transito e abriria oportunidades de emprego além de oferecer outras oportunidades de transporte para a população.

Houve um momento na história da literatura capixaba que foi marcada por espíritos de organismos que provocaram um desenvolvimento das letras. O primeiro período foi a partir da década de 1850, em que começa a aparecer os jornais e uma série de historiadores como o Brás Rubim e o Misael Pena. O Vasconcelos, por exemplo, conseguiu organizar duas ontologias que, aliás, aqueles espíritos possuíam habilidades literárias infinitas; aqui no ES tinha

gente que traduzia o Anacreonte! Depois, as pessoas morrem e não aparece ninguém que escreva direito, até o começo do século XX.

Posteriormente, foi criado o Instituto Histórico e a Academia de Letras. Formou-se a vida capixaba. O próprio Carlos Oliveira que é um dos maiores talentos desta terra começou através da Academia na década de 50. A Tribuna nos anos 40, possuía um suplemento só de literatura capixaba, que elegia o poeta. Existia uma popularidade da poesia e das letras. O que eu não quero discutir aqui é uma coisa: haver essa efervescência e outra coisa é a qualidade deste produto. Em termos de qualidade literária é fraca aqui no ES. Isso se justifica porque a população daqui é menos se comparada ao eixo Rio-São Paulo.

O consumo literário, dentro de 20 anos, com certeza aumentará. Cabe a gente como nós, literatos, auxiliar a população neste sentido. Incentivar o escritor capixaba a entrar no cenário nacional. Uma coisa que eu não posso deixar de falar e que é uma crítica muito importante e severa é sobre a Lei Rubem Braga. Falarei naquilo que me compete, que é a literatura. A coisa tem se deteriorado a muito tempo. Nas últimas 3 gestões, a coisa tem piorado muito.

Primeiro, atribuir à responsabilidade a pessoas que nós escritores nem conhecemos. Essa avaliação não é feita por pessoas capacitadas, deveria ser feita por doutores em literatura, no mínimo. Como é que um escritor pode confiar numa avaliação destas pessoas? Qual a titulação destas pessoas, eu não conheço nenhuma. O problema maior é a diretriz que vem de cima. A Lei Rubem Braga não está direcionada a obra de qualidade, e sim de caridade. 90% do que se faz é lixo! Só se produz lixo! Mal escrito, mal pensado e mal feito. O que interessa é a quantidade. Uma política totalmente clientelista! Há um desperdício de dinheiro.

O mecanismo é excelente, mas deveria de haver uma revisão total desta lei. Por exemplo: publiquei um livro infantil e um livro de poesia. Foi auxiliado pela lei Rubem Braga. Ainda não há aquele diagnóstico de tudo que já foi publicado pela Lei Rubem Braga. Uma outra maneira de você aferir é que não vão encontrar nenhum trabalho acadêmico sobre estes trabalhos. Não há interesse.

Imagino que essa seja a realidade de todas as áreas. Uma lei que foi criada em 91 e até hoje não houve uma revisão dela. Há dois anos atrás eu apresentei um projeto à lei Rubem Braga de um romance bilíngüe, um romance em português e inglês. Eu imaginei um documento inglês fictício, e que este editor fictício traduzia para o português. Apresentei este projeto para publicar cinco mil livros, mas não foi possível. Eu fui prejudicado e a lei também. Perderam a oportunidade de até ser reconhecido fora do país.

No caso da Petrobras, ela faz a seleção nacional dos projetos pela lei. O que aparenta é que a prefeitura está cumprindo o seu papel com a lei Rubem Braga, mas não está. A Petrobras é a mesma coisa, no fundo é a mesma coisa. Dos recursos que a secretaria de cultura tem, a maioria vem da lei Rubem Braga. O ES fica a mercê disso, quando acaba a verba a prefeitura faz shows. Tem ainda um detalhe: para o benefício da lei Rubem Braga, é necessário ter domicílio em Vitória. Por exemplo, eu não moro aqui, moro em Vila Velha. Além disso, a burocracia atrapalha este mecanismo. Você tem que ter o orçamento, mas tem certas exigências que são impertinentes. Por causa desta burocracia eu sou prejudicado duplamente. Na hora da avaliação dos documentos, o meu projeto foi rejeitado. Esqueci um dos documentos, e meu projeto foi reprovado. Em off, estou sabendo que a Secult está repetindo mesmo erro no novo edital. Colocaram uma burocracia muito pior para preparar o edital Colocaram a Procuradoria para fazer este edital. Olha só, a Procuradoria! É colocar uma carroça na frente dos bois.

Sobre a questão dos investimentos, Vitória é uma capital cultural. Mas há certas coisas que o Estado não deve fazer. A informação é o principal. No sul, por exemplo, esta experiência deu certo. Você não investe no escritor, investe-se na educação. É uma característica permanente e sistemática. A prefeitura tem uma política mais efetiva. No ES editam-se três a quatro livros e ficou por isso mesmo, fica solto. O ES melhorou no sentido da literatura, sem dúvida, mas há muito que fazer. Não tem como viver de literatura aqui no ES. Sobrevive-se precariamente.

As compras dão dinheiro e dão leitores. Sempre esperamos que as prateleiras se esvaziem. Acho bom que comprem livros, mas tem que haver o espaço para

o leitor. Muitas vezes o que acontece é que um professor esporádico que goste e adote o livro. Fui convidado pela prefeitura em Minas Gerais para apresentar algo lá. A UFES com seus livros para o pré-vestibular não ajuda também. Ela passa a relação dos livros, mas dá o resumo. Isso não incentiva em nada a leitura. Além de que, depois você só responde meia dúzia de questões e acabou. É uma construção utópica, um incentivo furado. É um cavalo de Tróia. Eu fui adotado duas vezes no vestibular, e só algumas vezes que eu sou reconhecido. Depois deste resumo, ninguém lê mais nada! Sobre a literatura africana, temos o Cléber Maciel. A secretaria de cultura disse que não havia nada, mas apresentaram uma lista para ela. Fica difícil encontrar livros antigos porque eles não são reeditados. Eu mesmo compro os meus livros, pois eu não tenho mais. Não são reeditados.

Acredito que dá para promover aqueles projetos bons. No tempo em que eu saía à caça de bônus, eu notava certa indiferença da empresa no sentido de novos projetos. Há uma consciência, mínima que seja de vincular a esses projetos a uma coisa que valha a pena. Ninguém quer ver o nome da sua empresa envolvido num trabalho ruim. As pessoas precisam ser instruídas a respeito de custos dos projetos. Os contadores deveriam alertá-los sobre isso. Deveria haver um esclarecimento. Às vezes é melhor pagar o imposto do que iniciar um determinado projeto.

Nosso problema geral na cultura é a qualificação. Realmente é um grande mal a pessoa que se acha por causa da colocação. Na grande maioria eles querem colocar seu sentimento para fora, mas eles não sabem nem escrever direito muitas vezes. O pedantismo pesa. É uma característica geral do brasileiro. É o que o Lima Barreto dizia sobre o literato de araque. Isso impede das pessoas se qualificarem. Falta uma crítica literária mais ativa aqui no estado. Há um improviso. Dentro da UFES, deveria ter um espaço mais acessível. Não ficar só entre professores e alunos. Naquele tempo, o meu pai já dava curso de folclore na FAFI.

Na realidade eu não sei o que é preciso para mudar este quadro. Creio que devemos começar pela sala de aula. Incentivar a leitura e o conhecimento de

folclore. As bibliotecas deveriam incentivar isso. Aqui no ES estamos em falta destas bibliotecas públicas voltadas para leitura em geral. A FAFI se tornou uma biblioteca escolar. Precisamos obter este contato com elas.

11.2.7. Kléber Galveas: artista plástico

1.Como você vê a situação geral da cultura capixaba?

Vejo com muita tristeza! Pois o governo que deveria assumir a responsabilidade, já que se consagrou através de voto popular, desviou esta tarefa para a iniciativa privada criando leis de incentivo culturais vergonhosas.

2.Quais são os defeitos das leis de incentivo cultural?

A ética! A questão da ética! Nós sempre tivemos entre os artistas uma linha de frente na vanguarda pela defesa dos direitos, pela liberdade do cidadão. Agora, por um punhado de dinheiro e uma obrigação autoritária vamos mudar esta ética?

3.Você é a favor da abolição dessas leis?

É claro! Essa é uma lei vergonhosa e eu me sinto humilhado por ela.

4.E os artistas em geral?

São todos a favor. Eu quase fui linchado por eles quando impedi a sua aprovação em Vila Velha. Porque naturalmente os comerciantes se beneficiariam com ela. Os prefeitos, por sua vez, tem dado continuidade à lei sem questioná-la. Desde que ela foi criada, muitos prefeitos passaram e nenhum deles a questionou.

5.Você acha que esta lei é o centro da questão da cultura no estado do Espírito Santo?

A vergonha maior é a privatização do autoritarismo na área cultural. As prefeituras, o Estado e a nação brasileira privatizaram o autoritarismo na ação

cultural. Ela deu às empresas o privilégio de escolher quem, quando e aonde mostrarem as suas obras. Porque o ministério aprova um determinado projeto cultural, porém ele só será exeqüível se obtiver o aval de uma empresa que o financiará com o nosso dinheiro! Entretanto, o dinheiro deste financiamento provém do abatimento do imposto de renda.

6. Falando da Lei Rubem Braga. Você acha que ela se inclui nesta sua crítica?

Nós achamos que uma política cultural deve estar apoiada num critério diferente. Primeiro, um respeito à proposta do candidato que foi eleito, pois é exatamente isso que foi respaldado pelo voto popular. O prefeito deve escolher os componentes do conselho de cultura, pois eles serão os seus assessores que ajudarão a implementar propostas que foram respaldadas quando da eleição. O senhor Paulo Hartung, quando era deputado estadual fez a lei que demoliu a estrutura cultural do Espírito Santo quando esta começava a ganhar uma certa consistência. Nós tínhamos um conselho de cultura aqui formado por mim, pelo Augusto Ruschi, pela beatriz Abaurre, o Paulo Sérgio Magalhães, o José Moisés que vigorou até a década de 1980.

7.O governador Paulo Hartung fez uma lei com que objetivo?

Com objetivos eleitoreiros e de inspiração fascista. A lei consistia em convidar os sindicatos para elegerem um representante para compor o conselho de cultura. Sugeriu-se que era necessário que se fizesse uma federação das entidades culturais, que os sindicatos escolhessem representantes para compor uma federação independente, sem estar vinculada a um órgão de uma secretaria do Estado fiscalizasse esse conselho, sugerisse ações á esse conselho.

8.Qual a condição da cultura capixaba?

A base da política cultural de um estado se encontra no conselho de cultura que seja acessível ao povo. Por exemplo, para se ter acesso hoje aos benefícios das leis que foram montadas em favor das grandes empresas e para ativar o colonialismo cultural em pleno século XXI, é flagrantemente observado pela Vale. A Vale criou uma estética insistente onde apresentou no seu espaço durante 10 anos essa estética de indivíduos cooptados nos mais diversos lugares do país, sem se preocupar com o local onde ela está inserida. Além de

gastar 800 mil reais em exposições. Um dinheiro que daria para alavancar a produção capixaba.

11.2.8.César Almeida: músico

Comecei na adolescência. Meu pai tocava e com oito anos eu comecei a brincar. Lá pelos 20 anos que eu me liguei definitivamente na musica. Nas sextas eu tocava chorinho e durante a semana eu cursava tecnologia mecânica no Colégio Dom Bosco, em Vila Velha.

A partir da década de 80, a evolução da cultura musical se padroniza. Não há música capixaba. O que existe são imitações americanas e o que é destaque na mídia. Não é o brasileiro que faz. Quando a gente toca lá fora, eles se surpreendem, pois não sabiam que existia esse tipo de música. A música evoluiu bastante, mas ainda resta muita coisa de macaco, que imita o americano. Esta é a realidade.

Sobre a existência da musica capixaba eu diria que existe musica brasileira, e é isso que deveria ser trabalhado. O problema da mídia é porque ela chega aqui no Estado e diz que é que vai tocar. Na verdade, quem tem dinheiro é que tem cultura. Essa é a realidade de quem vive num país capitalista.

O espaço que sobra para o músico capixaba é muito pequeno. Quase não temos verba. O que eu faço atualmente é voltar-me aos projetos sociais. Trabalhar em prol da formação de público com as crianças. Mostrar a música brasileira, o choro, o folclore.

Passei por alguns projetos da Lei Rubem Braga, como o Projeto Choro nas Escolas públicas de primeiro grau. Não deu para atender a todas as escolas. Foram só 60 escolas, isso porque a Lei Rubem Braga cortou a verba pela metade. Agora são só 20 apresentações por causa da verba. Eu tenho um plano de 250 apresentações para todo o Estado. Esse projeto já foi para Brasília e esperamos aprovação. O grande problema é a burocracia, que acaba

dificultando esse processo. O projeto até passa em Brasília, mas existe a dificuldade burocrática que atrapalha. É um atraso geral! Atrasam com documentos e com material. Este projeto que eu estou desenvolvendo chama-se Música Brasileira nas Escolas e foi beneficiado pela lei Rubem Braga em Vitória e pela lei Chico Pregro na Serra. Em Vila Velha é a lei Arte que ajuda. Em Vitória começamos em maio, porque os bônus não haviam caído. A minha expectativa é maravilhosa! Em 2006 na Serra foi um sucesso. As diretoras das escolas falaram que querem o retorno do projeto, nas escolas que não foram agraciadas. A receptividade dos alunos foi gratificante. Muitos deles ainda são influenciados pelo funk, por exemplo, mas no final das apresentações eles acabam se rendendo. Isso porque a música brasileira é maravilhosa! Não tem como você não gostar daquilo que você não conhece. Primeiro você tem que ouvir. Os brasileiros conhecem pouco o instrumento e conseqüentemente conhece pouco a musica. Falta incentivo cultural de acesso. É questão de educação! É aquilo que a Darci Ribeiro sempre evidenciou o Brizola e o Vila Lobos também. Educação! O MEC deveria incluir no currículo escolar a disciplina de música. Nos países desenvolvidos existe essa política, portanto aqui deveria ter também.

Sobreviver de música em Vitória realmente é um desafio. Eu não toco em barzinhos, só faço projetos e dou aulas. Não há espaço, pois as pessoas que estão envolvidas com a música, também estão envolvidas com a mídia. Não sobra espaço par gente.

Quando existe um cachê maior, prefeitura prefere os nomes mais conhecidos. Para quem trabalha com chorinho, por exemplo, não existe daquela coisa de “cara bonita” e “corpos desenhados”. Fica difícil aparecer porque a mídia enfatiza justamente isso. Toquei em bares noturnos, mas não é a minha praia. Prefiro dar aula e tocar em projetos, durante o dia.

A situação é não é muito favorável aos músicos. Não há espaço, é muito restrito. Pode até melhorar, mas não tenho idéia nenhuma de como fazer. Isso vem do ser humano. É a questão do macaco, só imitando axé e outras coisas. Não existe originalidade. Tem música capixaba que faz sucesso. Mas o

que é sucesso? Tem qualidade? O Espírito Santo tem potencial, mas tem que deixar de ser quintal do Rio de Janeiro, Minas e da Bahia. Sobreviver de música sim, mas sucesso é fazer aquilo que eu gosto e fazer bem feito, ser reconhecido nacionalmente. Existe espaço para que isso aconteça, mas este é restrito por um grupo de pessoas. A mídia tem o poder de fazer e de destruir o sujeito. Existe música capixaba bem feita. O Festival de Música de Colatina é um exemplo. A música capixaba se restringe em três itens: falar da sua poesia, da sua arte e do seu bairro.

11.2.9. Suely Bispo: atriz, produtora e poeta.

1.Qual a sua atividade?"

Eu sou atriz, produtora e escritora. Trabalho também com oficinas de teatro.

2.Qual a sua visão do teatro capixaba hoje?

No final dos anos 80, o teatro existente em Vitória na sua maioria, era um teatro amador. A partir da década de 90, percebe-se a profissionalização da atividade teatral no Espírito Santo, através da transformação da Associação Capixaba dos Artistas em Sindicato dos Artistas na tentativa de valorização deste profissional. A nossa grande dificuldade hoje é efetivar esta valorização, pois a remuneração ainda é muito baixa. Paga-se muito mal ao artista aqui em Vitória. A mídia ainda contribui para a invisibilidade do teatro, visto que não colabora diretamente com o teatro. Algumas vezes temos uma entrevista ou outra publicada no jornal, mas ainda sim é muito pouco. Isso sem contar com a baixa estima do povo capixaba. Na Bahia, por exemplo, quando um artista começa a fazer sucesso nacionalmente, no geral significa que ele já era conhecido regionalmente e em outros lugares também. O sucesso do teatro capixaba só viria com a mudança de mentalidade.

3.O que falta para o teatro ser popular no Espírito Santo?

Bom, o que eu percebo é o seguinte: quando os espetáculos são pagos, o público ainda é pequeno. Mas quando não é, sempre aumenta! Quer dizer, as pessoas têm interesse, o que falta é o poder aquisitivo.

4.Em termos de política cultural, o que poderia ser feito para ajudar o teatro capixaba? Existe estrutura física suficiente? Bons teatros, espaço...”

Apesar de existirem bons teatros como o Carlos Gomes, o Carmélia e o Galpão, o que ainda falta aqui são núcleos teatrais nos bairros e nas escolas da cidade. Onde se efetive uma política de formação de platéias na tentativa de despertar o gosto pelo teatro.

5.Atualmente você acha que existe uma política nesse sentido? É positiva?”

Com toda a dificuldade que existe, o teatro hoje é uma arte de resistência. Com a hegemonia do cinema e da televisão, o teatro é caracterizado como artesanal. Contagia e mexe com a nossa essência, a descoberta do “eu”. Desenvolve conceitos entre o “outro/platéia” e o “eu/ artista”. A magia jamais se perde. A criação da escola de teatro da FAFI colabora com a propagação da imagem positiva do teatro no estado. Outros fatores também, como as leis de incentivo Rubem Braga e a Lei Chico Prego.

6.O que você acha da Lei Rubem Braga?

É uma lei importante, mas nós não podemos ficar esperando por ela. As leis de incentivo são importantes. Eu participei de um projeto na área de História em 1997, que foi contemplado com a lei Rubem Braga, que se chamava Resistência Negra na Grande Vitória. Tentei na área de teatro também, mas infelizmente não deu certo. Fui contemplada o ano passado com a Lei Chico Prego na reedição do livro Resistência Negra (segunda edição).

7.O que deveria ser feito na Lei Rubem Braga para melhorar esta condição?

Precisamos de mais recursos, um orçamento maior. Além disso, existe uma monopolização das vagas. Quer dizer, se fizermos um acompanhamento das

vagas nos últimos anos, percebem-se nomes que sempre estiveram ali, entende?

8. Como é o público? As peças financiadas pela lei Rubem Braga dão um bom retorno?

Ainda não. Porque tudo depende da produção. A produção é fundamental. Quando se tem uma boa produção, você consegue atrair o público. Aqui em Vitória nós temos um problema de formação de platéia. Isso tem que ser modificado. A produção teatral no Espírito Santo tem que trabalhar em cima da divulgação dos artistas locais. Não basta ser bom, precisa ter reconhecimento do público.

9. É possível mudar este quadro?

Claro que sim! A artista precisa se aperfeiçoar na arte e só através do estudo que ele consegue. A artista precisa se qualificar e desempenhar um bom trabalho para conquistar o público. É importante você conhecer o teoricamente e tecnicamente o seu trabalho.

11.2.10. Eliomar Mazocco: presidente da Comissão de Folclore

1. Como você vê a questão do folclore no Espírito Santo, mais especificamente em Vitória?

Eu acho que do ponto de vista dos agentes que fazem a cultura popular, dos mestres, o folclore sempre esteve no seio dessas camadas populares. Do ponto de vista das políticas públicas, ou seja, do ponto de vista de uma sociedade organizada eu vejo que houve nos últimos quinze, vinte anos uma grande institucionalização desses grupos. Uma institucionalização que levou a um surgimento também de políticas públicas, então, por exemplo, se a gente pensar em termos de recursos, nós somamos o convênio da prefeitura da Serra, o convênio da prefeitura de Vitória e o da prefeitura de Vila Velha, mais o dinheiro que é repassado pelo convênio feito pela prefeitura de Muqui mais o dinheiro que é repassado por Conceição da Barra com as festas que ocorrem

em Itaúnas, temos mais de quinhentos mil reais investidos diretamente nos grupos de folclore. Tanto é que os grupos de folclore de Vitória e Cariacica têm uma infra-estrutura, tem uniformes para bancar transporte e ensaios também. Eles já saíram de um estágio de indulgência.

2.Você acha que eles melhoraram sua autoconsciência? São mais autônomos?

Sim, claro. Eu lembro de uma discussão que tinha na geração anterior, por exemplo, Hermógenes, ele era contra a ajudar os grupos folclóricos a ter estatutos, ele tinha dúvidas porque isso atrapalharia a sua espontaneidade. Então uma visão um pouco romântica de que o processo da cultura popular era mais espontâneo que surgia pela associação da turma.

3.Os grupos têm estatuto? Nem todos.

4.Quantos são os grupos que existem em Vitória?

Três grupos Santa marta.. mais o grupo mirim de goiabeiras.

5.Como você vê as políticas públicas em geral sobre folclore?

Em nível do Espírito Santo, a gente tem conseguido com muita participação da Comissão de Folclore estabelecer um primado básico de trabalho com os grupos folclóricos pela sua conscientização e organização. A conscientização de que eles são detentores de um patrimônio que deve ser preservado e que esse patrimônio para ser mais bem preservado deve ser organizado. O folclore é mutandi mutatis, ou seja, o folclore ele transforma e é transformado, então os grupos têm que se adequar à sociedade. Essa institucionalização não levou a uma petrificação. Hoje as associações de folclore são uma forma mais rápida de você organizar isso, porque se você vai fazer numa cidade onde tem 20 grupos de folclore, vai fazer um estatuto de cada grupo, então é muito mais importante você ter uma associação, se não esses grupos vão virar concorrentes atrás dos recursos. Outra vantagem da associação, pois o folclore numa visão fenomenológica ele acontece na rua, então, ou seja, ele acontece no município o Estado e a União são uma ficção é aqui que ele deve ser preservado, você obriga o poder público local a ter uma pauta para tratar o

tema, esse processo de criação das associações tem apoio da maioria dos prefeitos. Antes a gente criava associação e o prefeito é que tinha que correr atrás porque a turma organizada botava a cara para fora. Então em cidades pequenas onde você tem um poder público e não tem quase sociedade civil organizada, você juntar esses grupos de folclore. O que na verdade é um grupo de folclore? É uma associação política, eles sobreviveram ao longo dos anos, porque eles eram uma forma de auto-preservação política, de auto preservação da espécie, vem na resistência das lutas da vida. Onde não tinha Estado, onde não tinha saúde pública, onde não tem escola, onde não tem transporte, é a solidariedade daquelas pessoas que compõem aquela comunidade onde um ajuda o outro.

6.Fazendo uma comparação da época do Hermógenes, da década de 50 para cá, você acha que o poder público melhorou a sua performance diante desses movimentos?

É muito recente o que existe hoje sobre o poder público, na verdade piorou. A nível federal nós tínhamos até 1968, nós tínhamos a política do Instituto Nacional do Folclore e foi uma criação sugerida pela Comissão Nacional de Folclore em seus congressos e o Instituto Nacional do Folclore que é um lugar executivo do Estado ele leva a cabo a campanha de defesa do folclore brasileiro, cujos quadros técnicos que fazem essas campanha são os membros das comissões estaduais e da Comissão Nacional de Folclore. Então quando termina essa política ai fica um vazio durante muitos anos a nível federal e vai durar até a ditadura no governo Collor a coisa desenrola, mas o folclore já tava lá perdido. No governo Fernando Henrique Cardoso há uma mudança, que é uma mudança que eu considero muito ruim, pois por pressão da Unesco o Governo Federal cria um decreto lei criando a política de registro do patrimônio imaterial. E com o governo Lula, onde passou a existir efetivamente um Ministério da Cultura, na prática se passou a ter política pública para as atividades culturais.

7.Essa nova política dá garantias de sobrevivência aos folcloristas já que sempre se afirmou que estes não tinham condições de sobreviver?

O inimigo do folclore é a miséria, porque se o camarada é pobre ele não tem auto-estima para repassar a sua cultura para seu filho, ele tem de migrar e sai do seu ambiente e do seu nicho ecológico, morre cedo e não dá tempo de educar um filho. Esses recursos do convênio não são recursos para você dar para os grupos, são recursos para você manter um calendário de atividades. Ele tem uma contrapartida que é manter a tradição, manter as atividades: manter uniformes, instrumentos, a logística da festa, transporte, alimentação. No ordenamento da despesa não há distribuição de recursos para cada banda de congo, quem faz e ordena a despesa é a associação que estimula atividades na própria comunidade.

8.Você acredita que a lei Rubem Braga tem sido positiva do ponto de vista do folclore?

Positivíssima. Quanto as grandes empresas eu acho que se trata de dinheiro público e quem tinha que dar era mesmo o estado, recolher o imposto e organizar um fundo. Acho que a lei tem que melhorar, como tudo na vida. Eu acho que ela tem uma coisa muito interessante que não deve acabar, os projetos da lei Rubem Braga são picados mas esta é a característica da lei, ela é uma lei de balcão, Se a gente transformar a lei Rubem Braga num Fundo de Cultura, um fundo é diferente ele vai determinar políticas próprias mas a lei Rubem Braga tem esta característica de balcão de qualquer cidadão apresentar seu projeto. Isso eu acho superimportante. No folclore nós conseguimos aprovar vários projetos. A lei Rubem Braga na cultura popular ela foi muito benéfica para estes grupos de tradição. Garantindo a sobrevivência prática desses grupos. Um dos problemas da lei Rubem Braga é que 70% dos recursos é pra fazer filme e vídeo e todos eles são de ficção e eu acho que deveria ter uma regra dizendo que uma parte deveria ser para fazer documentário. Os projetos de cinema são muito caros. Se fossem para documentários você permitiria que a área de cinema interagisse com outras.

9.E sobre a questão do retorno social dos projetos aprovados pela lei? Sobre as denúncias de intermediários para aprovação de projetos, isso tem ocorrido no folclore?

No folclore não tem ocorrido porque são poucos projetos. Mas vamos analisar a lei em geral, você profissionalizar um trabalho de captação de recursos eu não vejo nisso nada de mau não. O problema é que não há acompanhamento no princípio, meio e fim, você lançou o produto depois não há acompanhamento. Deveria ter uma forma de prestação de contas, que não é a prestação de contas formal e burocrática mas que é a prestação de contas públicas dos recursos que foram oferecidos. Acho que deveria ter um grande festival, o festival da Lei Rubem Braga apresentando os trabalhos ao público. E também deve ter um seminário de reavaliação da lei.

10.O você acha da atual composição dos Conselhos de Cultura?

O conselho não tem poder executivo. O conselho por meritocracia, de ilustres, acaba acarretando na composição de um conselho de amigos de quem indica. O ideal seria criar um conselho paritário, como o Conselho de Meio Ambiente.

11.Como você vê o papel da mídia na divulgação do movimento cultural?

A mídia impressa atinge apenas 8% da população capixaba e isso não é popular. Os jornais são lidos por formadores de opinião. Acho que a geração mais jovem de jornalistas são bastante desinformados, o que não é a nossa tradição. A televisão é que é a grande desgraça e os programas locais são competentes.

12.Qual a sua opinião da culturalização da educação?

Acho que as estruturas educacionais são muito emperradas para essa questão. Os professores tem uma visão equivocado, preconceituosa e atrasada do que é folclore. Depende de um professor herói e falta material e capacitação do professor.

13.Como você vê a evolução do folclore nos próximos 20 anos em Vitória?

Você acha que Vitória deveria ser a caixa de ressonância do folclore no Espírito Santo?

Esse é o nosso projeto na comissão de folclore. As políticas são pautadas na questão da identidade local. A identidade de um determinado espaço depende fundamentalmente da classe média, formadores de opinião. Tem que triplicar o orçamento da cultura .

11.2.11.ROSA RASUCK (PRODUTORA TEATRAL):

1.Quais as suas atividades junto à área da cultura?

Sou artista plástica e educadora e há dois anos venho elaborando projetos de arte cênica, junto ao pessoal de teatro, projetos para leis de incentivo, projetos de maneira geral.

2.Como você vê a cena teatral no Espírito Santo hoje, você que veio de fora?

Estou no estado há cinco anos. No começo não havia condições de elaborar projetos na área de teatro. Alguns artistas me convidaram para elaborar projetos de artes cênicas. Falta ainda uma organização melhor para o pessoal da área de teatro. Ainda está muito desorganizado. Falta ainda aquela parte burocrática de registro jurídico, de pessoas dispostas a fazer um trabalho que é para o coletivo não apenas para o próprio grupo.

3.E a importância do teatro relativamente a público, casas de espetáculo?

O que eu tenho visto é que o público ainda não olha o teatro como arte que se possa consumir e comprar. O público ainda é muito pequeno. O público pagante que procura teatro porque lê que tem uma apresentação determinado dia e vai; é o público que vai e paga qualquer preço que você cobrar porque está se tratando de uma obra de arte e esse público é muito pequeno. Falta uma educação de público mesmo, de formação de público mesmo.

4.Como se poderia fazer isso?

Através de divulgação mais direta nas comunidades do tipo oficinas culturais falando sobre o que é o teatro: uma história da arte do teatro, o

que é o teatro no Espírito Santo, como se faz teatro. Mostrando para as pessoas, o público em geral, que esse pessoal que trabalha com a arte são profissionais como qualquer outra categoria. Pessoas que produzem arte e cultura. Da mesma forma que um médico que faz o curso de Medicina, quem faz teatro é um artista que se prepara para um trabalho que você paga para ver. Então os projetos que são subsidiados ou pelo governo estadual ou este do circuito que tem entrada gratuita tem um público grande e lota o teatro. É um público que na maioria das vezes não pode pagar. Mas tem muita gente que pode pagar e só vai se for gratuito, quando tem cortesia.

5. Como você vê a lei Rubem Braga?

Eu já participei de três editais da lei. Nos dois primeiros: o primeiro por eu não ter feito foi o meu primeiro projeto elaborado não foi muito adequado achei meio injusto, o segundo eu sei que foi um projeto bem elaborado e eu não consegui descobrir porque ele não passou e esse ano eu tenho um projeto elaborado e eu sei que é muito por causa do grupo com quem eu estou trabalhando. Mas eu tenho certeza que eu sei elaborar projeto porque eu fui classificada pelo Ministério da Cultura como avaliadora de projetos. Para ser avaliadora você precisa elaborar. Como o Ministério me classificou e eu já avaliei prêmio nacional através de projetos eu sei que eu sei elaborar e avaliar projetos. Porque eu não passei na Rubem Braga antes é porque eu estava aprendendo. O que eu questiono é que ela não tem um critério muito claro e definido nem de avaliação e nem de seleção dos projetos apresentados.

6. Avaliação antes ou depois?

Avaliação antes e depois não tem nenhuma. Acho que deveria ter antes e depois. Acho que o critério de avaliação do projeto antes ele não é bem claro, não é definido, não está bem feito e depois os projetos não são bem avaliados no decorrer, nem durante nem depois. Eu acredito que é por isso que eles não tem dado retorno. Isso que o governo está pagando para produzir, isso não presta. Isso não é teatro que eu quero ver. O que aconteceu este ano com. muitos empresário por não terem tido um retorno

do dinheiro que eles direcionaram, apesar de que é um dinheiro de imposto que eles só tem que direcionar, eles querem um retorno com a marca. Muita gente não ficou satisfeita porque não foi nem prestado contas, tipo assim com a sua marca aconteceu isso e isso, a gente distribuiu tantos ingressos, a gente divulgou em tantos lugares, a gente circulou por tais locais e tantas pessoas viram. Não existe isso. Muitos empresários se recusam, mesmo tendo dinheiro não querem direcionar. A categoria está dando um tiro no próprio pé quando ela faz isso, fecha as portas que custou a abrir. Tem que abrir e fazer tudo de novo. Um caos total.

7.Tem que haver mudanças?

Uma delas seria a de melhorar os critérios, deixar mais claros para a comunidade em geral. Porque dá a impressão que os artistas não tem critério.

8.Qual a sua perspectiva para o teatro do Espírito Santo no futuro, em particular em Vitória?

Minha esperança e minha expectativa são as melhores possíveis. Acredito que as formas de acesso e democratização estão melhorando e estão acontecendo. Você levar o teatro para as comunidades é uma forma interessante. Você distribuir ou mandar um ônibus com o pessoal de teatro também é uma forma interessante. Os novos teatros como o Glória. E os cursos de teatro e os projetos que estão acontecendo nos Pontos de Cultura são fundamentais.

9.E os Pontos de Cultura aqui em Vitória?

Eu conheço apenas um em João Neiva, que tem um trabalho muito bonito. E eu conheço também em São Paulo e no Rio. É uma experiência bem sucedida e tem muita gente fazendo projeto. Esse ano tem essa promessa do ministério de ampliar esses Pontos de Cultura em vários estados inclusive aqui mas ainda não saiu o edital específico. É uma experiência que é muito fantástica nessa divulgação da cultura porque além de ela abrir para muita gente a cultura, ela é mostra o nosso trabalho como profissão. Porque muitas pessoas vêem a cultura como ócio, e elas verem a cultura como ócio

é o nosso ganha-pão. Eles têm que ter esse ócio através do nosso ganha-pão. É uma troca legal isso.

10.Sobre o projeto da Secretaria de Cultura do Estado de construir um teatro e um museu na Praia do Suá qual a sua avaliação?

É um projeto muito lindo e tomara que chacoalhe a cena cultural. Eu sou meio descrente desses projetos que eu considero meio megalomaníacos mas ao mesmo tempo por exemplo o grupo O CORPO nunca veio a Vitória porque aqui não tem um espaço especializado assim como outros grupos nunca se apresentaram aqui porque não tem um palco que os caiba.

11.E os grupos locais estão preparados para usá-lo?

Não, a gente não consegue ocupar o teatro, não tem grupos.

12.Então a gente não tem falta de espaço?

Não, não tem não. O que falta são grupos, mão de obra e público. O teatro é para funcionar de segunda a segunda se tivesse público e tivesse gente. A maioria dos artistas têm que ter outros empregos então nem pode se dedicar em tempo integral. Para trabalhar com cultura têm que ser funcionário público, as empresas não querem um analista cultural. Eu acabei de passar num concurso da Prefeitura como analista cultural da área de artes plásticas. Trabalhar numa profissão diferente e ao mesmo tempo com cultura deixa as pessoas muito infelizes.

13.Como você avalia a política de cultura do governo em Vitória no sentido de democratização?

Eu tenho visto alguns projetos de democratização e exposição do artista ao público de maneira geral muito bonitos. Tem uns projetos que estão funcionando muito mas ainda tem muito a questão do apadrinhamento. Se você é mais amigo você tem mais projetos, você consegue vender mais espetáculos à prefeitura e ao estado do que aquele que é menos amigo. Ainda tem isso. Às vezes não se olha tanto a qualidade. Você vê acontecendo esse tipo de clientelismo sem a preocupação que a qualidade acompanhe.

14. Como se poderia dar um choque de qualidade nessa situação?

Primeiro a divulgação, se partisse da área pública uma transparência maior nos critérios, porque você está contratando aquela pessoa. Uma maior profissionalização dos artistas capixabas.

11.2.12. ROGÉRIO COIMBRA – pesquisador de música capixaba.

1. Como vê o panorama da música hoje no Espírito Santo, principalmente em Vitória?

O potencial que existe hoje é o mesmo que sempre existiu. O capixaba é muito criativo, é muito inventivo musicalmente, artisticamente mas ele peca por uma coisa: por causa da auto-estima dele, ele tem muito medo, tem excesso de cautela. Ao mesmo tempo que ele é explosivo e pode mostrar esse talento todo, ele recua porque não há uma resposta do público. Isso porque não uma ação sistemática que estabeleça esse elo entre artista e público. Seja o estado que no seu papel deveria fomentar, seja através da produção principalmente hoje em dia nesse mundo globalizado neo-liberal, a figura do produtor é mais forte do que antigamente, Mas o estado ainda exerce um papel que deveria de ser de elo de ligação. Então o que acontece, a produção acontece eles se apresentam e morre ali. O capixaba tem aquela história de não dar valor a si mesmo, Não há meios objetivos, práticos, técnicos de levar o produto até o público e haver esse retorno: se é capixaba não é bom. Mas quando ele entra lá e vê que é bom surpreende. Um exemplo clássico desse sucesso por exemplo é a Orquestra Filarmônica na qual trabalhei como funcionário desde 1976. A partir do momento que houve o apoio da rede Gazeta sistemático de fazer propaganda desses concertos e aliado ao crescimento artístico e profissional da orquestra o público começou a descobrir a orquestra. E vai ao teatro sabendo que vai ter algo de qualidade.

2. Você acha que a televisão foi fundamental para a visibilidade da orquestra?

Sem dúvida. Orquestra hoje é público certo. A credibilidade da orquestra é incrível, onde ela for o público comparece. Com as outras áreas a televisão faz mais ou menos, ela não faz com a técnica que deveria ser colocada que eu não sei qual seria.

3.É possível um músico capixaba se projetar aqui? Ele não enfrenta uma forte concorrência?

Não, ele não se projeta. Você não vê um grande nome da música capixaba nacionalmente colocado. Pra sair daqui com credibilidade precisa criar um público aqui. Temos nomes conhecidos, como o grupo Manimal, Lordose para Leão e outros que na verdade não vingaram lá fora porque não aparecem na mídia, na televisão. O grupo que mais apareceu na mídia foi o Dead Fish, que inclusive faz questão de dizer que é capixaba. Então nós precisamos reforçar os meios locais para valorizar o músico.

4.Você acha que existem bons espaços locais para o músico se apresentar?

Tem, tem. Espaço tem, o que falta é gente. Para atrair o público precisa primeiro criar uma auto-estima nesses músicos para ter um retorno, porque um artista sem público não existe, ainda mais hoje onde gravar CD não quer dizer nada. Hoje não tem mais distribuição, é só usar a internet. Hoje tem que viver de show, tocar. Tem uma frase do Claudio Bueno Rocha que dizia “os baianos jovens fundaram um grupo chamado Novos Baianos e tiveram sucesso. Nós tínhamos pessoas do mesmo nível mas somos tão medrosos que quando chegassemos no Rio seríamos os Velhos Capixabas”.

5.Qual é a produção musical hoje no Espírito Santo?

O capixaba faz de tudo, rock, samba, porque ele é massacrado de informação de norte a sul, é bom observador, ele absorve isso. Até o forró nós temos referência aqui, o Forró de Itaúnas, que já tem projeção. Tem também essas bandas que misturam sons regionais, como o congo com o rock, mas quando você ouve não tem diferença nenhuma da batida. Não é diferente, você ouvindo parece música caribenha. É a matriz africana.

6.Existe uma música capixaba?

A música capixaba é a música que se faz aqui. Aqui nós temos até a música brega, por exemplo na Festa do Cafona em Colatina, que é uma coisa institucionalizada. Temos a música caipira, com os irmãos Zanetti. Temos a música country de Colatina, o grupo Dallas Company que fez sucesso nacional.

7.O público tem um bom acesso à produção?

Ele tem acesso mas não vai lá. É uma característica do capixaba o não sair de casa, é muito caseiro. E não é culpa da televisão, porque se a televisão prende aqui prenderia lá fora também. O capixaba é arredio a novidade, é coisa de província mesmo, agora a coisa tá melhorando. Sempre foi assim caseiro e arredio e não tem nada a ver com a violência.

8.Quais as medidas concretas para mudar essa situação?

Vamos botar shows públicos: na praia de Camburi, aquela praia é muito mal explorada, tinha que ter espetáculo naquela praia todo final de semana. A política de eventos da prefeitura deveria ser estimulada mesclando músicos locais com nacionais, porque um puxa o outro. O festival: aquele morro de Santo Antônio, o Alagoano faz sucesso com o FEMUSQUIM. Os outros bairros não precisam imitar a fórmula, eles têm que tentar, tem que partir de baixo para cima. Tem que pesquisar onde a coisa tá pegando, tá fervendo, observar onde acontece uma reunião musical e apoiar. A fórmula do festival, da premiação, do reconhecimento é muito importante.

9.Quais as outras sugestões?

Botar música na rua. Nós aqui já fizemos isso, chamava Música nos Bairros, Seresta nos Bairros, mas era música. Nós pegávamos aqueles palanques de políticos e botávamos no meio da rua. Juntava gente, as ruas ficavam lotadas. Muita música regional, porque tem talento que só o pessoal ali da comunidade é que conhece e incentiva a participação e fazíamos rodízio de participação em outros bairros. Há núcleos musicais nos bairros e tem que trabalhar isso com as comunidades, fazer uma

troca, incentivar. Por exemplo, a Lapa no Rio de Janeiro faz sucesso, eles souberam aproveitar.

10.E o centro de Vitória? Como reabilitá-lo?

Tem que tentar porque o Carlos Gomes está pequeno são apenas 400 lugares, vamos esperar o SESC, ver o que vai ser feito. O teatro que vai ser construído pelo governo estadual vai ser uma referência mais sofisticada mas eu não conheço o projeto.

11.Sobre a história da bossa nova no Espírito Santo o que realmente aconteceu?

Aquela estória de Vitória capital secreta da bossa nova foi uma blague parodiando o Rubem Braga de Cachoeiro, capital secreta do mundo, uma brincadeira. Na verdade nós tínhamos uma cidade pequena, bucólica, no final dos anos 50 e início dos 60, dividida em núcleos: cidade, Santo Antônio, Jucutuquara, Praia do Canto. Cada um deles era uma área distinta da outro, já havia uma identidade dos bairros, mas o centro e Santo Antônio era uma coisa mais agregada. Então Vitória era uma cidade praiana, de vela, de pesca, bucólica e no centro numa lanchonete moderníssima, o Bob's, se reuniam pessoas para tocar música, vinham alguns músicos do Rio entre eles Roberto Menescal, e estas pessoas começaram a modernizar a música que se fazia aqui. Antes só se fazia bolero e Vitória absorveu rápido esse processo de modernização da música brasileira a partir de 58 até 62. A polêmica se deve ao fato do problema de auto-estima do capixaba, veja você São Paulo alega ser a capital secreta da bossa nova por causa do consumo de discos. E nós vivemos aqui esse início, por que não lembrá-lo? Reverenciá-lo?

11.E o carnaval? Havia carnaval de rua?

Tinha o carnaval de rua no centro da cidade e era bem popular, com blocos desfilando na Costa Pereira. Tinham os tablados que a prefeitura armava na Esplanada Capixaba, frequentado pelas classes populares. E os clubes também. O rádio participava da divulgação e da criação de um clima. A televisão demorou para entrar aqui o que ajudou a preservar a identidade de Vitória. As faculdades (FAFI e Odontologia) tinham também um papel fundamental na animação, divulgação cultural. Os

equipamentos culturais ficavam no centro e a gente se deslocava para a cidade.

12.Quando foi que essa identidade da cidade de Vitória se diluiu?

A partir de 64 com a revolução que provocou o enfraquecimento dos sindicatos, do movimento estudantil. Vitória já estava se verticalizando e o aterro da Condusa começa em 71, descaracterizando tudo e começa um novo estilo de vida. A partir da década de 70 as famílias começam a se mudar do centro com a urbanização de Bento Ferreira, Praia do Canto. A ponte de Camburi, construída na década de 60 também ajudou esse êxodo do Centro. Com a construção do porto, da siderúrgica começam a chegar pessoas de fora. Os morros sempre foram habitados e a partir dessa época se expandiram.

13.Você acha que Vitória melhorou? Tem identidade?

Eu acho. Eu acho a qualidade de vida muito melhor aqui: uma cidade extremamente limpa. Mas nós nunca tivemos essa tradição de valorizar os monumentos históricos, só o Convento da Penha. O resto é resto. Vitória tem uma memória histórica de eventos mas de patrimônio histórico não. Agora quando a gente vê o poder público restaurando e melhorando a gente começa a prestar atenção. Outra coisa há uma auto-exclusão dos velhos eles não participam de nada. E nas ruas não há circulação à noite, as pessoas não andam no calçadão em Camburi, as ruas são vazias.

11.2.13. EDINARDO PINHEIRO Ator

Sou um cara manjado, o estado todo sabe mais ou menos quem eu sou, vim de São Paulo em 90, não vim para fazer teatro, pois estava brigado com o teatro. E tive que voltar, estou na luta, enquanto a cabeça e as pernas agüentarem, estou na luta.

1.Como foi sua experiência com o teatro?

Comecei na Alemanha. Fui revelação com Hamlet aos 16 anos, e como venho de uma família de teatro não pude parar, até antes desse prêmio eu tinha muita vergonha quando os meus pais me apresentavam como ator. Depois que eu ganhei esse prêmio que foi fora da companhia dos meus pais, aí eu pensei

comigo, eu tenho que assumir esta profissão mesmo, então joguei a vergonha de lado e passei a pagar o mico, fazer teatro com consciência.

2.Você teve uma longa experiência em São Paulo?

Sim, cheguei em São Paulo em 1954 e lá foi a minha grande formação, eu acho, porque em 54 eu vi grandes companhias do mundo inteiro, no ano do quarto centenário de São Paulo, depois me entrosei no TBC, passei pelos grupos Oficina

Arena e ultimamente eu estava fazendo teatro sem pertencer a grupos ou companhia. Eu escolhia o texto, convidava amigos e partia para a luta, até que em 90 nós lançamos o Dario Fo, estreamos na sexta feira com casa superlotada e tivemos um sábado e domingo muito bons, na semana seguinte fomos para o teatro, não tinha ingressos vendidos nem apareceu público para assistir ao espetáculo porque o Fernando Collor de Mello tinha trancado o dinheiro do povo. Ai eu fiquei muito chateado, pois tínhamos 17 atores em cena, com direção do Luiz Carlos Moreira, pelo Grupo Gênio de São Paulo, eu entrei em parafuso e o meu filho que mora aqui, estava lá para assistir a estréia, então meu menino me convenceu para vir aqui para Vitória para espairecer um pouco. Vim e gostei, fiquei duas semanas voltei a São Paulo peguei minhas trouxas e vim e não voltei mais para São Paulo.

3. Como você vê a evolução do teatro capixaba, especialmente aqui de Vitória, nesses 20 anos que você já conhece bem?

Quando eu cheguei o teatro capixaba estava muito preocupado com o teatro infantil, com o tal sonho de formar público e essa formação de público não aconteceu. O que aconteceu é que de uns três anos para cá, está surgindo um público novo, principalmente o estudante, o universitário. Por onde eu passei as coisas sempre começam dentro da universidade, aqui é o contrário o universitário foge do teatro, foge da cultura. Então nós lutamos muito por isso, e só agora, questão de três a quatro anos é que esta pingando um número de universitários na platéia para assistir a um espetáculo.

4.Você acha que o teatro melhorou nesse tempo todo?

O teatro desde que eu me entendo por gente está em crise, esta crise nunca acabou.

5.Quais são os problemas do teatro em Vitória?

Para fazer teatro em Vitória falta espaço, salas de espetáculo e os atores jovens não estão preocupados em fazer o seu espetáculo num espaço alternativo, eles querem o palco do Carlos Gomes, que é o grande templo do teatro capixaba. E aí ficam nessa história que não fazem o espetáculo, desaparecem, não fazem temporada. E eu acho que o teatro tem que fazer temporada com o espetáculo. Tem a subvenção da lei de incentivo. Se é profissão então ponha a cara, saia de quatro mas faça a sua coisa para valer. Eu acho que fazer uma temporada de três dias e acabar por aí e ninguém mais sabe onde está o espetáculo não é certo.

6.Qual a relação do teatro com os meios de comunicação? Como você vê isso? Eles dão apoio realmente?

Eu não posso me queixar dos jornais, agora aqui a televisão é ingrata, ela faz um auê com o pessoal que vem de fora, e se tem global então tem televisão bonita.

7.E a política de incentivo, a lei Rubem Braga, como você a vê?

Eu acho que está meio perdida também, a prestação de contas dos grupos, não tem alguém para acompanhar para ver se o grupo está fazendo direito.

8. A própria lei Rubem Braga tinha que ter um acompanhamento?

Sim, saber onde foi o dinheiro, como está sendo gasto.

9.Você acha que o dinheiro esta sendo mal gasto? É bastante o dinheiro da lei Rubem Braga?

Infelizmente não é o bastante da para gente partir.

10.Você já participou?

Sim.

11.Qual peça sua foi pela lei Rubem Braga?

Mama, mama mia. Quixotinada. O intruso.

12.Como se pode fazer para popularizar o teatro em Vitória? Ele é popular? Tem público?

Não é popular. Não existe o hábito de ir ao teatro aqui. O que eu sinto também aqui no estado é que as pessoas também não têm o hábito da leitura, então só vai ao teatro quem tem o hábito da leitura. Minha produtora corre atrás de colégios, já foi a SEDU e eles fecham as portas. Diretor de colégio não recebe grupo teatral.

13.O teatro deveria ter uma relação mais intensa com a educação?

O teatro quer, a educação é que não quer. Eles não deixam fazer a divulgação do espetáculo dentro da escola.

14. Como você acha que se deveria fazer essa conexão?

Eu acho que seria a Secretaria de Educação que teria que trabalhar com seus diretores de escola, professores, para aceitar a divulgação de um espetáculo, incentivar a criançada e o adolescente a assistir ao espetáculo. Pedir um trabalho em cima do texto que assistiu.

15.E nos bairros da periferia, como fazer para o teatro chegar?

Esse pessoal carente gosta. Eu tenho ido a cada buraco aqui, em terreiro, praça pública e o povão vai e gosta. É de graça, o pessoal aceita bem e gosta.

16.E como fazer para essas pessoas fazerem teatro também? Eles têm interesse?

Agora tem vários projetos, em que cada morro desses aqui em Vitória tem um ou dois professores de teatro, que estão dando oficina para essa gente. Faz uns três ou quatro anos que está acontecendo isso e eu estou gostando.

17.E a FAFI?

A escola tem bons professores, tem alunos interessantes e interessados, os alunos são sérios eles terminam a escola com o certificado e vão à luta e já tem gente atuando nos grandes centros.

18.Como se poderia melhorar a performance da FAFI em geral?

Agora está na reta final para a regulamentação. O problema da FAFI é que a cada prefeito que entra se muda o sistema e volta tudo a estaca zero. É muito triste.

19.Você acha que deveria ter uma política mais continua, mais estável?

Sim.

20.Como você vê a evolução do teatro para os próximos quinze e vinte anos? Eu estou com setenta e seis anos. Eu estou na reta final graças a Deus. Já estou sentindo que estou vivendo hora extra. Esses jovens de hoje você conta nos dedos, os que tem peito para enfrentar essa profissão, como profissão, levar a sério. Fazer teatro é um ato de resistência, você tem que ser muito politizado.

21.Você acha que o teatro pode dar alguma contribuição para melhorar a cultura no Espírito Santo?

Sem dúvida nenhuma e são muitas. Eu acho que o teatro deveria ser obrigatório nas salas de aula. Na Inglaterra toda criança conhece quem é Shakespeare.

22.Falta conexão da educação com o teatro?

Sim, principalmente a universidade que devia forçar mais essa barra.

23.Como você vê a política cultural de Vitória?

Eu acho que precisa ficar alguém acompanhando, para cobrar, porque há coisa ali. A lei Rubem Braga só atende a comunidade de Vitória. Com a exigência de ter que morar aqui a pelo menos cinco anos, sendo que em Vila Velha e na Serra não há essa exigência.

24.Você acha que a lei Rubem Braga no geral foi positiva para o teatro?

Foi sim.

25.O que você acha desse projeto do governo estadual em construir um grande teatro na praia do Suá?

Isso me dói. Não vai ser sala de espetáculo para o nosso tipo de teatro. Vai ser um auditório para trazer grandes produções, para show de rock, eu acredito muito mais nesse projeto do Sesc, fazendo esse centro cultural no teatro Glória. O Sesc cobra qualidade e isso vai ser bom.

26.Você acha que falta qualidade no teatro?

Sim.

27.Qual seria a solução para melhorar a qualidade?

Aqui é complicado porque vários atores não só vivem do teatro, tem outras profissões. É muito difícil sobreviver só do teatro. Nos grandes centros ainda dá para sobreviver porque tem televisão e cinema para os atores poderem atuar.

28.E o cinema em Vitória?

Está muito bonito, eu fiz o filme sobre a praça Costa Pereira, eu fiz A Banda que ainda não saiu. Fiz no ano passado um documentário sobre o violinista Mauricio de Oliveira.

11.2.14.SÉRGIO BLANCK: poeta

1.Qual a possibilidade que um jovem tem hoje de fazer literatura no Espírito Santo?

Quando eu comecei no início dos anos 80 a situação prática, técnica aqui no estado era bem precária a gente não vivia nesse mundo de computação gráfica de internet então a limitação era bem maior. Hoje eu vejo que você pode fazer um livro em casa e a pessoa pode divulgar seu trabalho na mídia, na internet mas isso é uma faca de dois gumes porque leva à pressa. As pessoas jogam as coisas como se fosse um diário, que são expostos gratuitamente.

2. O público do Espírito Santo lê os autores capixabas?

Bem mais que há duas décadas atrás porque hoje nós temos o reconhecimento de mídia, de imprensa. Os autores do Espírito Santo são adotados nas escolas em pequenas quantidades ainda. E são utilizados para teses de mestrado, pesquisas, monografias em faculdades, existe esse retorno já. Não é um retorno perfeito ainda, não existe o retorno financeiro. A literatura não visa lucro imediatamente.

3.A ampliação do público universitário tem favorecido a literatura no Espírito Santo?

Sim. Nos temos na UFES o núcleo de estudo e pesquisa de literatura do Espírito Santo, o NEPES, que é um grupo que estuda e pesquisa, que trabalha com a literatura feita aqui no Estado. Temos sites que divulgam a literatura do Espírito Santo, assim ela fica mais acessível.

4.E o escritor capixaba já é reconhecido lá fora?

Um pequeno número conseguiu quebrar a barreira, mas a literatura do Espírito Santo ainda não é conhecida. Eu sempre falo o que é feito na literatura em todos os gêneros aqui no estado não fica devendo a nenhum outro estado no Brasil. O livro tem que ser visto também como produto, quando o empresariado do Espírito Santo perceber isso, que o livro pode dar lucro para ele, investir nisso como lucro, ele vai ter retorno.

5.A iniciativa privada tem que descobrir como explorar esse mercado então? O que você acha que falta capacidade empresarial ou visão?

Com certeza o que falta é visão empresarial.

6.Existe política pública que favoreça o desenvolvimento da cultura no Espírito Santo?

Existe sim, por exemplo, os editais do governo do Estado, prefeitura de Cariacica, prefeitura de Vitória.

7.O que você acha da lei Rubem Braga?

A lei Rubem Braga é o meio de incentivo mais antigo do Espírito Santo, e passou da hora de ela ser reavaliada em vários pontos, por exemplo: distribuição das verbas, os critérios de avaliação dos trabalhos, a idoneidade de quem está avaliando esse processo.

8.Você acha que a Secretária de Estado de Cultura tem tido um bom relacionamento com a Secretaria Municipal de Cultura de Vitória?

Tem um pequeno diálogo talvez, acho que as secretarias têm que se unir mais.

9.A Secretaria de Estado tem uma diretriz cultural?

Ela está construindo, com essa nova equipe, criando o Conselho de Cultura, abrindo o editais, criou o fundo de cultura, está repensando os seus espaços culturais, ela está criando novos espaços físicos de trabalho que ela não tinha. Nós estamos na fase de construção.

10.A Secretaria de Estado tem alguma diretriz específica para Vitória?

A Secretaria não pode se apegar apenas a coisas de Vitória. Ela não pensa especificamente em Vitória. A visão, o olhar é para o Estado todo.

11.Como se poderia melhorar o acesso do público leitor a literatura?

A Secretaria já desenvolve projetos nesse sentido, bem como a Secretaria de Cultura de Vitória com o projeto biblioteca móvel e são todos projetos pilotos. A biblioteca Transcol que vai aos terminais de ônibus. Esse tipo de projeto desmistifica essa coisa de que as pessoas não têm acesso a literatura, o livro vai até a pessoa.

12.Como é o projeto Viagem de Literatura? E como foi a repercussão?

É um projeto que tem quinze anos. Ele leva os autores nos bairros, escolas, comunidades. A repercussão foi muito boa. É um projeto da prefeitura de Vitória, é um projeto bastante positivo. Falta também a criação de bibliotecas de bairro.

13.E a Biblioteca Estadual não tem que ser revigorada?

A biblioteca Estadual está em fase de finalização de reforma e até o final do ano vamos ter uma grande guinada.

14.Você acha que a literatura pode contribuir para a criação de uma identidade capixaba?

Esse termo identidade capixaba dificulta muito, eu concordo com as pessoas que dizem que a identidade capixaba é a diversidade capixaba. Vitória é um lugar de diversas etnias, diversas influências.

15. Você acha que Vitória é uma cidade aberta a influências externas?

Sim, porém ela já foi provinciana.

16. Na literatura aparece esse cosmopolitismo?

Aparece. A literatura feita em Vitória e no Estado é um leque de gêneros, ela não é uma literatura regionalista. Tem uma feição bem cosmopolita, contemporânea.

17. Em que estado está a poesia capixaba? Temos bons poetas?

A poesia que começou na década de 70 e veio até o início dos anos 90 ela tem um grande número de grandes poetas. E do final de 90 para cá tem uma grande nova geração aparecendo.

18. Qual é o tom característico da poesia capixaba?

É uma poesia atenta com o mundo contemporâneo, com o cotidiano. Um nome da nova geração é o Delton Pinheiro, a poesia dele é de século 21, tendo como característica o questionamento, o ponto de interrogação, o que eu estou fazendo aqui.

19. São questionamentos bem atuais ?

Sim, é uma poesia bem atenta com o que está acontecendo lá fora.

20. Então estamos num momento positivo da literatura?

Sim é um momento positivista.

21. Você chegou a conviver com a geração da década de 60 e 70?

Convivi e convivo com alguns ainda.

22. Você nota alguma diferença de geração?

Noto sim. A possibilidade de pesquisas hoje é muito maior.

11.2.15. BETO PEGO; folclorista.

1. Você já está no Espírito Santo há muito tempo?

Nasci em Aimorés/MG, mas sempre morei no Espírito Santo. Só nasci lá.

2.Qual a sua impressão geral da evolução da cultura principalmente na região de Vitória? Da identidade capixaba, como esta problemática evoluiu nos últimos tempos?

Boa pergunta porque a cultura não pode ser vista como um tema isolado. Quando se levanta este tema num programa de governo, numa agenda como esta é possível ver que a cultura está ligada a todos os outros temas. E eu faço muito a análise, principalmente da cultura popular com uma outra área de atividade, o meio ambiente. E eu vejo assim das narrativas dos velhos que eu converso, dos velhos que eu já conversei inclusive de Vitória, que estas narrativas do folclore não é possível ser feita por causa das mudanças ambientais.

3.O localismo é uma cultura de resistência ou é uma provocação que a própria globalização faz?

O local é uma resistência ao global e global tem interesse no potencial de mercado do local. Já do ponto de vista da política tem um aspecto a mais, pois quando você chega com a mensagem global a principal resistência ao global é o nacional. Uma forma de você superar a resistência nacional é você ir no local. Então o global se articula diretamente com o local para forçar o nacional a não se opor, forçar o nacional a ser menos retraído em relação à mensagem globalizante.

Há um equilíbrio de posições entre o universalismo o nacionalismo e o localismo. Então o melhor mesmo é ter uma posição eclética. O nacionalismo tem um lado negativo porque quando ele reage xenofobicamente ao global ele reage dizendo que essa daí não é a nossa cultura a nossa cultura é essa e geralmente quando diz isso ele esta homogenizando. O local esta sendo mais descoberto pelo global do que pelo nacional. Quando você traz o global e ele se choca com o nacional, ele para poder superar essa barreira do nacional, ele tem que achar o local. E é no local que ele ganha força para poder superar essa barreira do nacional, que geralmente esconde uma riqueza cultural que nunca aparece.

4.Você acha que Vitória tem condições de hoje, com esse processo de descentralização todo, não só de preservar como acentuar essa sua capitalidade cultural?

O morador de Vitória tem acesso maior as informações do que os moradores dos outros municípios, Vitória é uma caixa de ressonância. Um dos aspectos que deveriam ser resgatados, o que era nossa terra originalmente? O que era Vitória originalmente?

5.O que era?

Vitória primeiro se caracterizava como uma ilha, uma grande ilha, rodeada de várias ilhotas. Vitória hoje em dia eu nem sei se pode mais chamar de uma ilha, fisicamente ainda preserve esse sentido, mas será que vitória hoje em dia culturalmente vitória pensa como uma ilha? O grau de intervenção foi tão grande, já foi aterrado tanto dessa ilha e esta se fazendo mais aterro ainda hoje em dia, em vários lugares, a construção de pontes para todo o lado. Que o aspecto de navegação lacustre ou marítima foi totalmente abandonado.

6.Voltou-se a falar em construção de um sistema de transporte que implique a utilização novamente do meio aquaviário como meio de transporte. Você acha possível? So que eu não acredito muito do modo como se está falando.

O transporte urbano esta chegando num ponto de estrangulamento.

Hoje em dia se você não aliar a recuperação desse ambiente marinho, lacustre e fluvial, com uma recuperação da água não só como via mas como vida, você fica bastante comprometido, porque ninguém vai querer ver sua lancha ou sua embarcação deslizando no meio de impurezas. Mas tem uma perspectiva de que Vitória se torne a primeira capital do Brasil a ter 100% do esgoto tratado. Se parar de jogar esgoto dentro do rio é uma facilidade a mais para se recuperar a função do rio e da região marinha como um local de navegação, e daí com os outros todos usos que se possibilitam, pois vitória uma ilha rodeada por água e que ninguém pode tomar banho no rio e tomar banho na água. O folclore é afetado, não só o folclore como música, mas a vida original, que ela por si só o sujeito fazendo parte de uma banda de congo, se você analisasse a vida de um maritimista daqui de Vitória há setenta, oitenta anos atrás, e ele não fizesse parte de manifestação cultural nenhuma, hoje olhando de cá pra lá, olha só que vida folclórica, vida que daria uma interpretação folclórica.

7.Você poderia fazer uma descrição de como é o fazer cultural.

Foi isso que o Guilherme dos Santos Neves fez na década de 50, ele percebeu inclusive já naquela época que a cidade de Vitória já estava se enveredando

por essas transformações, de forma menos intensa do que é hoje, mas ele percebeu que essas transformações já estavam ocorrendo naquela altura, o Guilherme dos Santos Neves e o Hermógenes tiveram um papel crucial naquele aspecto do folclore capixaba já na presença dos elementos que estavam transformando Vitória nessa direção que ela acabou alcançando. Eu acho que tem aí uma possibilidade de se reproduzir aquela situação nas condições atuais.

8. Você acha que aquele modo de vida maratimba foi aterrado junto com os mangues de Vitória?

Tem determinados modos de ser do capixaba que foram muito abolidos.

Por exemplo?

Tem uma narrativa de 1822, uma coisa que estranhava muito ele era a preponderância da mulher. Não tinha esse negócio da mulher ficar no fundo da cozinha enquanto o seu marido conversava.

9.As mulheres de Goiabeiras não são independentes? Elas não são símbolos até hoje dessa identidade capixaba?

Tudo bem, mas aquele tipo de mulher que o viu aqui, uma mulher maratimba, hoje ela virou um exemplar que você tem que apontar para determinado bairro. Onde foi conservado aquele modo, são redutos onde talvez se mantenham o modo maratimba de ser.

Outra questão importante é a língua, mas o Espírito Santo foi o último estado do Brasil a abandonar o tupi, foi proibido por decreto se eu não estou enganado em 1860, foi um decreto que proibiu o tupi, por que aqui era a língua mais falada que o português, é o estado com a maior quantidade de índios aldeados do Brasil. Hoje em dia ficaram poucos registros disso aí, ficaram os nomes de rua, nome de bairro, nome de localidades, mas a língua foi embora. Mas você vai perdendo muita ligação disso, essa relação com a originalidade. Não pode dar espaço para este tipo de argumento, para esse tipo de raciocínio que eu estou fazendo, não é um argumento de só contentar inovações, porque tem outros aspectos da cultura erudita, cultura pop que veio com o mundo moderno, contemporâneo agora, que não precisam que elas vão embora para que as outras antigas sejam resgatadas.

10.Você acha que os meios de comunicação que passaram a operar aqui no Espírito Santo, principalmente nos últimos trinta anos, trouxe um

contribuição positiva ou negativa, ou uma mistura das duas coisas para a cultura popular. Como é que você vê a relação da cultura popular com a mídia no Espírito Santo?

Ainda fraca. Não vamos isentar a mídia de culpa pois eles poderiam ter tomado a iniciativa.

11.De que?

De fazer uma pesquisa um pouco mais profunda sobre a origem cultural do Espírito Santo. Mas eles não podem ser condenados sozinhos.

12.A universidade fez isso?

Não fez. As próprias culturas populares não tomaram essa iniciativa.

13.Os gestores publicos da cultura fizeram?

Fizeram, a própria comissão do folclore fez isso.

14.Você concorda então que falta um pouco um diagnostico da cultura popular e da cultura em geral em Vitória e do Espírito Santo em geral?

Sim ela é a permissiva. Ela permite isso daí, eles já fizeram isso, e todas as vezes que fazem isso não fizeram com profundidade com metodologica completa, adequada, mas toda a vez que eles fizeram, teve um bom resultado. Eu lembro da abertura do jornal Espirito Santo, um jornal local que a tv gazeta fazia, que tinha uma canção pomerana e teve um resultado tremendo, todo mundo adorou. Toda vez que a cultura midiática ela se aproxima da cultura popular tem um excelente resultado. O congo quando aparece na televisão, para ele é uma valorização tremenda, para a televisão gabarita, credencia mais como uma coisa da população e não como um meio de cultura da elite, então para os dois lados é uma coisa positiva. Só que é muito pouco explorado. Falta aí um elemento integrador.

15.Quem poderia fazer essa intermediação? A universidade?

Muitos canais, a própria mídia poderia tomar a iniciativa. Quando ela diz: O Espírito Santo perde oportunidade, quando ela toma iniciativa de fazer isso para o mercado produtivo, que é o mercado que bota dinheiro, para isso ela se interessa em fazer, para o outro lado entre aspas o mercado cultural que teoricamente não bota dinheiro, mas é só teoricamente, ela não toma iniciativa de fazer, e quando faz não busca o ferramental teórico adequado, faz como se tivesse fazendo uma matéria jornalística comum. É necessário um preparo conceitual metodológico, porque essa cultura não fala de modo gratuito, tem

coisas ali que pra você digerir, tem muita gente que acha que a cultura popular é uma coisa simples, o dia que eles forem participar de uma roda de banda de congo, eles vão perceber, que a primeira dificuldade que eles vão ter vai ser entender os versos .

16.O que você acha que pode ser incrementando para democratizar mais a cultura no Espírito Santo, em Vitória especialmente? E como melhorar o acesso a cultura em geral? Como envolver a educação nisso.

A comissão de folclore fez um projeto de videos para passar nas escolas, tenho até críticas apesar da atitude ser louvável, pois alguns videos na minha opinião foram mal executados. Eu sou mestre da banda de congo e nunca fui convidado para ir a nenhuma escola para comentar um video desses.

11.2.16.LUIZ CLÁUDIO RIBEIRO - Professor do Departamento de História da UFES:

1.Você é da comissão do folclore? Desde quando você é militante do folclore capixaba?

Sim, participo da comissão de folclore e sou secretário adjunto da comissão. Como militante engajado há aproximadamente 15 anos.

Como você vê nesses últimos 15 anos a evolução do folclore no Espírito Santo em geral e especificamente em Vitória?

Eu queria analisar sob dois aspectos. O primeiro é sob o ponto de vista dos portadores, das manifestações populares organizadas, reconhecidas como manifestações populares tradicionais ou folclóricas. Do ponto de vista do estado que essas manifestações se encontram houve uma evolução devido a uma organização melhor, eles os grupos tomaram consciência da sua própria importância como patrimônio do município, os grupos se estruturaram melhor e procuraram realçar aquilo próprio que eles reconhecem como sendo a sua herança, o seu saber aquilo que lhe é específico, ou seja, o que lhe é peculiar. Como exemplo eu poderia citar o grupo *Amores da lua* do morro Santa Marta e outro exemplo seria o das *paneleiras* que é um grupo que uma grande consciência do seu valor e que conseguiu se sustentar como uma comunidade dentro do adensamento urbano e conseguiu manter sua identidade com

relação ao meio ambiente. Podemos citar outros grupos como o *Boi de Estrela* que se reorganizou na comunidade das paneleiras a partir de um projeto que foi apresentado à lei Rubem Braga. Na época eu era da comissão normativa da lei Rubem Braga e participava da Câmara de Folclore e nós recebemos um projeto e sugerimos alguns melhoramentos nos projetos, inclusive na tiragem dos cds deles e eles acataram isso e foram repassados os recursos e hoje o grupo está bem organizado. Então eu noto que houve, de alguns anos para cá, um avanço no sentido de que os grupos enquanto parte do movimento social e tomaram consciência da sua capacidade, do seu valor e superaram aquele sentimento de serem relegados a um segundo plano, a uma certa inferioridade em relação à cultura midiática e a classe média em geral. Por outro lado eu noto que as condições de vida dessas pessoas não melhoraram. Então há uma defasagem q entre o que acontece em relação ao reconhecimento desses grupos pela sociedade e a partir do movimento que esses próprios grupos fazem dentro da sociedade, nos diversos segmentos, mas não há um acompanhamento em termos de melhoria das condições de existência daquele grupo, entendendo que os portadores se dedicam totalmente à apresentação das manifestações culturais e são pessoas das classes sociais mais desfavorecidas. A primeira parte, seriam os grupos especificamente e a segunda parte seriam os mecanismos que têm sido disponibilizados, criados pelo poder público, pela mídia. Eu acredito que pelo poder público houve uma organização dos grupos no sentido de que foi oferecido, como é o caso da lei Rubem Braga, que são leis de renúncia fiscal onde as empresas interessadas em apoiar o folclore podem repassar recursos e a prefeitura abre mão daquele recurso e eu acho que é uma política importante. E aqui em Vitória ela deu aos grupos, exatamente uma consciência da responsabilidade do poder público pelo patrimônio, inclusive o patrimônio cultural tradicional, que é uma marca muito profunda na cidade. Então hoje nós temos as paneleiras, por exemplo, na questão do IPHAN ter reconhecido como patrimônio material, mas no caso IPHAN é insuficiente porque não avança além do reconhecimento, no caso da lei Rubem Braga é um reconhecimento, mas ele para um pouco no sentido em que ele repassa o compromisso de ceder o dinheiro para uma empresa, então de certa maneira ele desvia o portador, ele não é especializado em captar recursos, ele não entende uma linguagem do mercado, da indústria cultural,

mas ele tem que ir disputar com quem entende. É nesse sentido aí que a lei falha, pois ela deveria criar uma política específica para os grupos, não só no sentido de repassar dinheiro, mas no sentido também de criar com os próprios grupos mecanismos que os estimulem, por exemplo, a manter sempre seus uniformes, os seus instrumentos e que eles organizem, por exemplo, grupos mirins, que eles participem, eu acho que poderia ser desenvolvido melhor esse benefício.

2.Você acha que a lei Rubem Braga faz uma reformulação?

Acho que sim, eu acho que ela tem um problema de calibre. Eu entendo que o folclore acaba ganhando muito pouco e todo mundo fica insatisfeito. Então eu acredito que no caso do folclore, a lei Rubem Braga deveria ter duas vertentes, assim como ela faz uma diferença entre artes cênicas, artes visuais e plásticas. Ela deveria tratar a cultura popular como uma área à parte, não dividir desse modo esse bolo, porque as manifestações culturais têm uma continuidade, elas repetem todo ano o mesmo ciclo e que são associados ao calendário religioso tradicional da cidade, ao calendário cultural da cidade e que se repete. Isso poderia fazer com que os mestres, os portadores tivessem em primeiro lugar cuidado sobre sua saúde, pois eles são verdadeiros tesouros vivos, a Unesco trata como tesouros vivos da humanidade, portanto primeiro nós temos que ter uma política de saúde que atualmente não existe, mas especificamente voltada para essas pessoas. E também não existe política de segurança alimentar e moradia, muitas vezes são pessoas desempregadas, são pessoas que às vezes caem no alcoolismo e que muitas vezes se tornam evangélicas, porque estão numa situação muito complicada e são ajudadas por caridade e acabam sofrendo influência de pessoas que tem interesse em marginalizar o saber delas como é o caso das igrejas evangélicas, onde a pessoa entra para a igreja e fica automaticamente tratando a cultura dos seus próprios parentes como se fosse uma coisa do diabo, uma coisa pecaminosa.

3.Você esta sugerindo então que deveria haver uma política oficial mais protetiva com relação a essas pessoas? Como poderíamos fazer para que essas manifestações folclóricas terem renda?

A experiência que a Comissão Espírito-Santense de folclore vem desenvolvendo, a mais bem sucedida é a Serra, onde nós estimulamos a formação de uma Associação de Bandas de Congo, e essa associação acabou

se tornando uma pessoa jurídica, já que os grupos não têm CNPJ, então ela é uma personalidade jurídica cujos membros são os próprios grupos e que a decisão é do coletivo, a direção também é do coletivo. E essa personalidade jurídica é que vai assinar o convênio com o poder público para conseguir a verba, e essa verba é importante, pois ela é repassada ao mestre, pois ele é uma liderança seja no saber específico daquela manifestação, como também uma liderança na comunidade. E eles rateiam essas verbas entre os grupos. E aí cada mestre administra aquele recurso, mas ele tem um compromisso, ele é acompanhado, ele presta contas, e eles têm um compromisso de manter o grupo funcionando, manter o pagamento em ordem, organizar uma banda mirim, se apresentar em todas as ocasiões em que for chamado e muitas vezes também ele faz uma função diplomática, ele vai a outras festas, representando o município.

4.Você acha que é possível introduzir isso em Vitória também

Acho possível introduzir, embora em Vitória tenha menos grupos, como, por exemplo, o *Panela de Barro* em Goiabeiras, temos o grupo *Santa Marta* e temos o grupo do *Renato Santos* em São Benedito. Eu acho que em Vitória nós temos que estimular novos grupos, pois se houvesse uma política de organização, de incentivo do Poder Público poderiam surgir novos grupos.

5.Não lhe parece também pelo fato de Vitória ser a capital, Vitória não funciona como a capital dessas manifestações, sendo uma referência para todo o interior do Espírito Santo?

Não. Na verdade a Grande Vitória como referência sim, mas Vitória não, no caso das bandas de congo é em Vila Velha e na Serra onde se tem o maior número e Cariacica também é muito representativa. O trabalho em Vitória ainda precisa ser feito, eu acredito que nós temos que buscar organizar eventos que reforcem a idéia de que Vitória é caixa de ressonância da cultura do Espírito Santo. Acho que a atual gestão é mais sensível a isso.

5.Você acredita então que essa política deveria ser mais abrangente?

Eu diria que houve um erro grave das empresas nos últimos tempos na questão da responsabilidade social porque acabaram tentando apoiar alguns projetos que não eram projetos de manifestações culturais autênticas e que eram projetos sociais voltados ao uso da questão da cultura como forma de prestar assistência social. Por exemplo, o apoio da Vale a Caieiras; eu acho

que é um projeto válido, é um projeto interessante. É um projeto, em linhas gerais, que começou com a organização de uma banda de congo apoiada pela Vale. Mas a Vale não apoiou porque tinha uma intenção definida pela empresa de apoiar o folclore capixaba, ela queria apoiar um grupo que servisse para seus fins mercadológicos, que servisse para ocupar um espaço na mídia nos seus comerciais, nos seus relatórios empresariais de responsabilidade social. Era uma política definida pela empresa para atuar na valorização, na recuperação, na divulgação das manifestações folclóricas do Espírito Santo na cidade de Vitória.

6.Qual foi o desfecho desse projeto?

O desfecho desse projeto foi que a Vale através da sua agência de propaganda de São Paulo, acabou fazendo uma propaganda dizendo que a Vale tinha recuperado o folclore do Espírito Santo, colocando nessa propaganda uma criança que não era capixaba tocando uma casaca que não era de nenhuma banda capixaba. Então os mestres se organizaram e fizeram valer uma reclamação ao Conselho de Propaganda e a agência recebeu uma reclamação. Então a empresa reconheceu que estava cometendo um erro e hoje a empresa está se voltando mais para as manifestações populares. Ainda não é uma coisa concreta, mas a empresa tem sinalizado que ela entendeu que ela estava desenvolvendo uma política mercadológica. Mas ela ainda não retomou o projeto. Por exemplo, no dia 12 de abril nós da Comissão do Folclore do Espírito Santo e a Secretaria de Cultura do Estado conseguimos organizar um *Sarau Literário* lá no museu da Vale, isso representou uma quebra da política que a empresa vinha praticando já que ali ela abriu seu espaço simbólico.

7.Você concorda com as críticas à Lei Rubem Braga que afirmam que a política cultural está nas mãos da empresas? Você concorda que este aspecto precisa ser revisto?

Concordo. Perfeitamente concordo. Existe um problema em que se tratando do folclore porque os membros dos grupos não estão habituados a fazer projetos e aí cria um abismo, então a lei não atende a essas pessoas. Isso também acontece com outras pessoas ligadas a outras manifestações, que necessariamente tem que colocar um intermediário, um produtor cultural ou um empresário que vai às empresas. Eu mesmo conheço pessoas que buscaram

recurso em nome de alguém beneficiado pela lei Rubem Braga e desviaram esse recurso. Deixaram o beneficiado numa situação muito difícil, de ter que pagar do bolso, então ele não realizou o projeto e o empresário sumiu. Isso é um fato concreto. Outro fato é que nem sempre essas pessoas detêm conhecimentos para realizar o projeto, o fato de você ser um bom diretor de teatro não significa que você vai conseguir montar uma boa peça no teatro Carlos Gomes. Por outro lado quando você deixa o produtor ir até a empresa você coloca a pessoa num labirinto porque existem muitos níveis hierárquicos e muitas vezes a pessoa não consegue passar nem no primeiro. Eu considero isso um problema da maior gravidade. Eu acho que, além das mudanças já sugeridas, a lei Rubem Braga deveria ter, os projetos aprovados deveriam ser apresentados na forma de um cesto de projetos para as empresas, onde as empresas diriam a lei Rubem Braga, independente da presença da pessoa e elas então optariam pelos projetos. Neste caso você afastaria o intermediário, que estão ficando com 20% ou mais, você afastaria uma relação ruim porque se eu vou a uma grande empresa, eu tenho que me curvar a um pacto implícito de não tecer críticas a essas empresas em outras áreas. Tira a criticidade da cultura, do artista, coloca o artista a serviço de um interesse empresarial.

8.Você acha então que é o próprio Estado que deveria administrar esses recursos?

Acredito que sim. A Comissão de Folclore tem se manifestado favorável a essa idéia da revisão. Nós mesmos somos membros da Câmara de Folclore, da comissão normativa e a gente tem se manifestado favorável a essa idéia da formação de um Fundo com parâmetros bem definidos e inclusive nós temos experiências na área de meio ambiente e outras áreas. Poderia de uma maneira mais democrática aprovar os projetos.

9.Você acha que a prefeitura de Vitória investe o suficiente em cultura?

Acho que a prefeitura de Vitória investe em eventos de qualidade cultural. Eu estou entendendo que está havendo uma mudança, nós já sabemos através da prefeitura o que nós não queremos mais. Nós não queremos trios elétricos, nós não queremos gastar com grupos de fora, grupos que estão na mídia e que cobram um preço astronômico e que vem para cá se apresentar porque são fenômenos de mídia e drenam toda a verba que poderia chegar à produção local. É possível que esteja acontecendo agora o início de uma

inversão dessa política, talvez nós possamos fazer muito mais com menos dinheiro se nós deixássemos para o setor empresarial da área de turismo contratar os grandes cachês e a Prefeitura tratasse dos nossos valores e que visse com o pouco dinheiro disponível no orçamento, o que pode ser feito com acompanhamento mais profundo, principalmente no caso do folclore.

10. Como você vê a relação da mídia com a cultura popular no Espírito Santo?

Antes de falar da mídia eu tenho que falar das pessoas que fazem a mídia. Eu tenho notado que no Espírito Santo existem poucos jornalistas especializados em cultura e principalmente em cultura popular. Na verdade existem poucas pessoas que estudam a cultura popular, poucas publicações sobre a cultura popular, então isso acaba se tornando um círculo vicioso porque muitas vezes as matérias jornalísticas que aparecem na mídia são para comemorar determinadas efemérides, com uma pesquisa superficial, pouco crítica e supérflua. A mídia deveria ser mais cuidadosa, mais aprofundada. Falta qualificação para a mídia.

11. Está faltando o papel da universidade na cultura popular?

A UFES é considerada uma das universidades que tem a menor produção em termos de projeto de extensão. Nós fazemos projetos de extensão na parte agrícola, na parte de saúde, na área de ciências humanas praticamente não existe. E a UFES perde com isso, porque tão importante quanto às pesquisas são também os projetos de extensão que devem ser mais efetivos.

12. Tem folclore, cultura popular nos currículos dos departamentos?

No nosso curso (História), no currículo de 2001 que eu participei e sugeri, nós conseguimos aprovar duas disciplinas optativas: o folclore capixaba e método e pesquisa em folclore. Eu lecionei essas disciplinas durante um semestre, foi muito bom, mas depois eu me afastei para doutoramento e outras funções de colegiado e ninguém mais se interessou. Por outro lado o folclore ele não é um conhecimento, as manifestações populares não são soltas no referencial intelectual, simbólico, histórico da sociedade, portanto nós precisamos fortalecer os currículos com o conteúdo programático duros, como é o caso no currículo do curso de História. Nós temos uma disciplina obrigatória, que é História do Espírito Santo, não temos professor definido, não temos professor doutor nessa área, e maior demanda daqui seja para o aluno que vai se

graduar e se tornar um professor, seja para um aluno que vai ser pesquisador, seja para o professor do departamento que vai orientar monografias, a história do Espírito Santo é tema com maior demanda para monografia no nosso departamento. Nenhum aluno sai do nosso curso conhecendo a história do Espírito Santo, portanto se ele não conhece história do Espírito Santo, ele não vai conseguir valorizar a cultura do Espírito Santo, ele não vai conseguir definir, reconhecer com clareza e com uma visão crítica o processo de colonização e não vai entender como seu deu a miscigenação de etnias européias, a presença diferenciada de diversas matizes da sociedade africana aqui e a diversidade étnica dos nossos índios e por sua vez toda complexidade do processo do capitalismo e da formação de uma sociedade industrial.

13. Você acha que a mídia não tem só um papel negativo, mas que ela poderia ter um papel muito mais afirmativo como meio de incentivo a cultura popular? Sim.

Quando o poder público poderia atuar, mais especificamente no caso da prefeitura de Vitória no sentido de favorecer a uma melhoria substantiva com a mídia? A prefeitura não deveria ter um canal de televisão, uma rádio comunitária?

Eu acho que não é função do poder público subsidiar a mídia. Eu acho que a mídia no Brasil tem uma característica empresarial, a mídia vai onde ela fareja grana, mercado para ela. Eu considero muito mais importante o poder público centrar a sua política nas escolas, no projeto de educação e aí eu tenho dois exemplos de sucesso, um exemplo é em termos de governo do estado, um projeto que nós fizemos com a Secretaria de Educação, em que estamos viabilizando dez *vídeos das manifestações folclóricas do Espírito Santo*, cada manifestação e ainda a panela de barro a moqueca. Isso nós fizemos para uso do professor na sala de aula, são instrumentos de trabalho do professor, eles têm 15 minutos de duração e a partir daí eles podem organizar todo um debate. O segundo exemplo é o projeto *Congo na Escola*, é um projeto desenvolvido nas escolas da prefeitura de Vitória, o mestre vai à escola junto com um organizador que ajuda o mestre na interlocução de todo o projeto e aí começa um processo de convívio, onde o mestre vai falar dentro da escola da própria comunidade e tem se criados a partir daí grupos de congo não só de alunos como também de professores e esse projeto foi premiado no prêmio nacional

de culturas populares. Esse projeto tira o mestre de uma situação de isolamento, você valoriza o mestre aonde ele está sendo mais pisoteado que é na comunidade dele, que foi urbanizada de uma maneira avassaladora e que passou por cima das referências que ele representava. Segundo, você valoriza o saber dele, porque ele está dentro da escola e está dando um novo significado. Terceiro, você pode criar condições de o próprio mestre ser remunerado pelo trabalho que ele faz ali e você fazer brotar nas próprias escolas os talentos. Enfim a espontaneidade da cultura, eu acho que isso é uma coisa importante. E aí fazendo o círculo e voltando a questão da mídia, no momento em que você tiver isso aflorando, a mídia vai aparecer, ela vai atrás, por isso que eu digo que o estado não deve subsidiar a mídia.

14. Como é que você vê a identidade capixaba afinal?

Eu vejo de uma maneira muito positiva, acho que a identidade capixaba está muito presente no amor a nossa terra, no quanto nós sabemos valorizar e reconhecer o que é nosso, o capixaba gosta do Espírito Santo, o capixaba dificilmente tem como projeto de vida sair do Espírito Santo. Acho que nós precisamos conhecer melhor a nossa história para valorizar ainda mais os nossos referenciais e acho que o Espírito Santo com a miscigenação cultural e étnica que existe aqui, ele se coloca hoje como um lugar da modernidade, da contemporaneidade, da convivência, da democracia, da tolerância e acho ainda que nós precisamos conhecer mais a nós mesmos, para nos valorizarmos mais.

15. E em termos de futuro o que você imagina como pode ser Vitória nos próximos 20 anos?

Eu imagino que Vitória ela tem que se pensar como capital cultural inclusive, ela deve produzir mais eventos que reforcem a cultura capixaba. Hoje nós precisamos recuperar melhor a diversidade cultural, revalorizando as comunidades originárias, tradicionais.

16. Você acha que a cultura em geral pode se transformar em um índice na revitalização de Vitória?

A cultura não sozinha, eu acho que nós precisamos reequipar o centro principalmente.

11.3 - Calendário de eventos de 2006.

Janeiro

Data Móvel - Todas as segundas-feiras do mês de janeiro

Camburi Fest Gospel

Evento evangelico com várias atrações culturais,e com shows musicais.

Local: Praia de Camburi

Organizador: SEMC

06/01 - Temporada Cultural de Verão

Evento com várias atrações culturais, shows musicais, oficinas artísticas, apresentações folclóricas, teatrais e de dança.

Local: Praia de Camburi

Organizador: SEMC

06/01 - Campanha Praia Limpa

Abordagem aos usuários distribuindo material educativo, uso de teatros, oficinas, bonecos gigantes, gincana, etc, com o objetivo de sensibilizar os usuários das praias quanto ao uso das lixeiras e preservação do ecossistema praia.

Local: praias do município de Vitória.

Organizador: Secretaria Municipal de Meio Ambiente - PMV

Fevereiro

17 a 18/02 - Desfile das Escolas de Samba

Final de semana anterior ao Carnaval.

Local: Sambão do Povo

Organizador: SEMC+ Liga das Escolas de Samba

24 a 28/02- Carnaval

Evento com shows em vários estilos musicais e contando também com matinês.

Local: Centro da Cidade de Vitória, Curva da Jurema e no Clube Náutico Brasil

Organizador: SEMC

Março**10/03 - Grandes Espetáculos em Cena**

O projeto traz para Vitória já há 10 anos, espetáculos teatrais e musicais de nível nacional e internacional, sendo um por mês, iniciando no mês de março e com término no mês de dezembro.

Local: Varia conforme o teatro

Organizador: RÁTIBUM Produções de Artes Ltda.

22 a 23/03- Apresentação do Grupo GEN ROSSO

Apresentação do espetáculo musical abordando temas como: racismo, tráfico de armas, paz e a busca de um significado para a existência.

Local: a definir

Organizador: SEMC + Secretaria Municipal de Segurança Urbana/PMV

25/03- Babado Elétrico

Micareta "In door" com a banda babado novo e mais uma atração nacional. Milhares de jovens se divertem atrás do trio elétrico.

Local: Praça do Papa

Organizador: Ondaluz Eventos

Abril

07/04 - Vitória Pop Rock

Evento multicultural com shows de bandas consagradas, desfiles de moda, praça de esportes radicais e muita gente bonita. Durante o evento Vitória vira assunto na imprensa nacional e recebe os maiores artistas da música brasileira.

Local: Praça do Papa Organizador: Ondaluz Eventos

08/04- *Auto da Paixão e Morte de Cristo*

Encenação teatral da Comunidade de Santo Antônio e Morro do Romão, realizada na sexta-feira Santa.

Local: Santuário de Santo Antônio e Morro do Romão – Vitória/ES

Organizador: SEMC+ Comunidade

28/04 - Salão Capixaba do Mar

Evento com exposição de artes plásticas de caráter marítimo.

Local: Porto de Vitória (até o mês de julho)

Organizador: SEMC+ Casa Porto das Artes

Mai

20/05- Nana Folia

Show no palco com a banda Chiclete com Banana e outras atrações agitam jovens e adultos presentes na praça do papa.

Local: Praça do Papa

Organizador: Ondaluz Eventos

26 a 04/06 - **2º Decor & Lar** – Feira Nacional de Móveis, Objetos de Decoração e Utilidades para o lar.

Feira do setor moveleiro, aberta ao público mediante apresentação de convites ou pagamento de ingresso, com 47 expositores na última edição e participação de 05 estados brasileiros.

Local: Shopping Norte Sul - Jardim Camburi

Organizador: Qualidade Eventos

Junho

03/06 - Vitória Country

Em 2006 os grandes nomes da música sertaneja farão um evento inesquecível. Rio Negro e Solimões e Zezé Di Camargo e Luciano irão trazer fortes emoções ao público country da região. Além da música, o evento conta com comidas típicas, touro mecânico e muita alegria.

Local: Praça do Papa

Organizador: Ondaluz Eventos Ltda.

3/6 - Mostra cultural da Lei Rubem Braga

Mostra cultural

Local: a definir

Organizador: SEMC+ Companhia Vale do Rio Doce

Data Móvel - Festival dos Arraías

Evento folclórico e cultural com concurso de arraías e shows musicais.

Local: Sambão do Povo

Organizador: Secretaria Municipal de Cultura e Associação Capixaba de Arraías.

Data Móvel - Festa e Procissão Marítima de São Pedro

Evento folclórico, religioso e cultural com shows musicais, apresentações de arraías, barracas com comidas típicas e procissão marítima na Baía de Vitória/ES.

Local: Praça do Papa – Vitória/ES

Organizador: Secretaria Municipal de Cultura e Associação de Pescadores da Praia do Suá

Julho

15/07 - Cocu Bambu Folia

Micareta "In Door" com Asa de Águia e outra atração nacional agitam a cidade trazendo um público animado de várias regiões do estado e turistas do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Local: Praça do Papa

Organizador: Ondaluz Eventos

28/07 - FEINCARTES – Feira Internacional Capixaba de Artesanato**Feira que reúne artesãos do Brasil e do mundo.**

Local: Praça Cruz do Papa – Enseada do Suá

Organizador: Guimarães e Mathias Feiras e Eventos

Agosto**04 a 06/08 - Festa das Paneleiras de Goiabeiras**

Evento Folclórico e Cultural com shows musicais e barracas com comidas típicas.

Local: Bairro de Goiabeiras

Organizador: SEMC+ Associação das Paneleiras de Goiabeiras.

12/08 - Cerveja & Cia Folia

Grande evento comandado pela musa Ivete Sangalo e mais duas bandas a serem definidas, reúnem um público fiel e animado de várias idades. A alegria toma conta de Vitória com os "hits" consagrados da cantora que já estão na boca do povo.

Local: Praça do Papa

Organizador: Ondaluz Eventos

17 a 27/08 Exposição – Pensamento e Obra de Oscar Niemayer

Visa expor, pensamento e obra do renomado arquiteto Oscar Niemayer, bem como mostrar toda trajetória da vida social e política do arquiteto.

Local: Vitória/ES

Organizador: Espaço Internacional Consultoria e Negócios

22 a 25/08 22º Feira Internacional do Mármore e Granito – Cachoeiro de Itapemirim

Cachoeiro de Itapemirim, transforma-se na capital brasileira das rochas ornamentais, durante a Feira Internacional do Mármore e Granito – Cachoeiro Stone Fair. O lugar conquistou fama como principal pólo industrial de extração e processamento de pedras no Brasil.

Local: Parque de Exposições de Cachoeiro de Itapemirim

Organizador: Milanez Milaneze

Data Móvel - Festival de Folclore

Evento com apresentações de todas as manifestações folclóricas capixabas e convidados de outros estados e países.

Local: Praça do Papa

Organizador: Secretaria Municipal de Cultura/PMV

Setembro

08/09- Festa de Aniversário da Cidade de Vitória

Evento com diversas atividades culturais.

Local: vários bairros da cidade de Vitória

Organizador: SEMC

19 a 24/09- Feira do Verde

Tem por objetivo divulgar os produtos da área ambiental, experiências e informações entre os representantes do poder público, privado e das instituições não governamentais. Onde 30% deste público são estudantes. Maior evento de educação ambiental do Brasil.

Local: Parque Pedra da Cebola

Organizador: Secretaria Municipal de Meio Ambiente -PMV

23/09 -Vitória Music Festival

Muita música agita nossa ilha durante este evento que conta com festival de novos talentos, espaço fashion, praça de esportes radicais e tenda eletrônica. Tudo isso num período de 12h consecutivas de evento.

Local: Praça do Papa

Organizador: Ondaluz Eventos

29 a 08/10 - 20º MODULAR - Feira Nacional de Móveis, Objetos de Decoração e Utilidades do Lar.

Feira do Setor Moveleiro, aberta ao público mediante apresentação de convites ou pagamento de ingresso, com 60 expositores na última edição e participação de 06(seis) estados brasileiros.

Local: Shopping Norte Sul – Jardim Camburi – Vitória/ES

Organizador: Qualidade Eventos

Data Móvel - **FEMUSQUIM** – Festival de Música de Botequim

Evento cultural com shows musicais.

Local: Morro do Alagoano – Vitória

Organizador: SEMC+ Comunidade

Data Móvel- **Festival Vitória Brasil de Dança**

Evento com apresentações de danças locais e nacionais.

Local: a definir

Organizador: SEMC+ Associação das Companhias Profissionais de Dança

Outubro

13 de outubro - **8º Festilhaço**

O Festival de Palhaços no Estado do Espírito Santo tem por objetivo valorizar os artistas circenses capixabas e criar um pólo circense nacional, com eventos em todo o país.

Local: Praça dos Namorados na Praia do Canto (Vitória)

Organizador: Mago Augusto Summerview

30 a 04/11- **13º Vitória Cine Video** – 10ª Mostra Competitiva

O Vitória Cine Video tem por objetivo apresentar as mais recentes realizações de cinema e vídeo do Brasil, promover o intercâmbio, contribuir para o desenvolvimento da produção audiovisual capixaba e brasileira e democratizar o acesso à cultura. A programação é inteiramente gratuita e busca atingir as mais variadas camadas de um público estimado em 30 mil espectadores.

Local: Teatro Glória, Cine Metrôpoles, Curva da Jurema, Bairros periféricos de Vitória.

Organizador: Instituto de Desenvolvimento Social e Gestão de Produção Cultural, Artística e Audiovisual – Marlin Azul e Galpão Produções.

Data Móvel- **II Festival Nacional de Teatro Cidade de Vitória**

Evento com apresentações teatrais nacionais e estaduais.

Local: Cidade de Vitória/ES

Organizador: SEMC

Data Móvel- **II Feira do Samba**

Evento com apresentações de shows diversos e escolas de samba.

Local: a definir

Organizador: SEMC+ Liga Capixaba das Escolas de Samba

Novembro

20/11- **Dia da Consciência Negra**

O evento tem por objetivo a promoção da igualdade racial.

Local: a definir

Organizador: Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos humanos e Secretaria Municipal de Cultura/PMV

Data Móvel -**13º Vitória Cine Vídeo** – 10ª Mostra Competitiva

O Vitória Cine Vídeo tem por objetivo apresentar as mais recentes realizações de cinema e vídeo do Brasil, promover o intercâmbio, contribuir para o desenvolvimento da produção audiovisual capixaba e brasileira e democratizar o acesso à cultura. A programação é inteiramente gratuita.

Local: Teatro Glória, Cine Metrôpole, Curva da Jurema, Bairros periféricos da Cidade de Vitória/ES

Organizador: Instituto de Desenvolvimento Social e Gestão de Produção Cultural, Artística e Audiovisual – Marlin Azul e Galpão Produções.

Dezembro

25 a 29/12- **Festa e Procissão de São Benedito**

Evento folclórico e religioso com puxada e fincada de mastro e procissão religiosa.

Local: Bairro Santa Marta, Bairro Goiabeiras e o Centro da Cidade de Vitória/ES Organizador: SEMC+Associação de Folclore de Vitória.

11.4 - Extratos do Diagnóstico de alguns setores da economia criativa realizado pela CDV.

5.4.1. ARTES PLÁSTICAS

É fraco o mercado das artes plásticas no Espírito Santo. Não tem boas políticas públicas. O setor conta com incentivo através da Lei Ruben Braga e de reserva de mercado pela Lei Nami Chequer. As formas de venda são as exposições individuais ou coletivas, os salões, as galerias e os espaços de exibição compartilhada (feiras diversas). Com exceção de alguns artistas que conseguem vender no mercado nacional, para o restante dos artistas, o local de venda é o mercado local. Isso não possibilita que vivam da venda de suas obras

Há um tipo de arte comercial que tem seu lugar no mercado. É um tipo de arte em que a expressão pessoal não é relevante, é meramente decorativa, segue certo modismo oriundo do mundo da decoração. É quase uma fábrica de quadros e objetos, uma linha de produção. É o tipo de quadro encontrado nas salas de espera dos consultórios médicos e nas lojas de decoração. É obra para combinar com o sofá. A classe emergente não tem cultura acumulada para apreciar as artes plásticas. Vale a opinião da decoradora e essa classe não quer, nesse aspecto, nada muito caro, é mais para se mostrar “*culta*” para o restante da sociedade.

Com relação a serviços especializados é possível encontrar no mercado local a maior parte das demandas do setor. Uma exceção fica com alguns papéis especiais que tem que buscar fora, devido ao avanço da arte contemporânea. Só existe uma empresa especializada em montagem no Estado para atender o Setor, não existindo mais nenhuma em nenhuma outra área. Moldureiros, que são os preparadores de telas, e, atelier coletivo ofereceria serviços que são comuns ao setor.

Um novo segmento que se constrói no mercado, às vezes exercido pelo próprio artista, é o de arte decorativo-utilitária.

Os principais problemas são:

- Ausência de formação de público. Mostras públicas têm que ser mais didáticas;
- Trazer para o circuito local artistas nacionais e internacionais (intercâmbio);
- Universidade não cumpre a função de formação de público para as artes plásticas;
- Por parte do poder público: falta apoio e realização de salões. Falta a concessão de bolsas de estudo e pesquisa;
- Mais espaços públicos para exposições;
- Direcionamento das galerias. Falta uma curadoria mais aberta para outros tipos de artes;
- Galerias públicas deveriam expor todo tipo de arte, como por exemplo, de pacientes psiquiátricos, moradores de rua, crianças etc

O Setor relaciona-se com alta intensidade, tanto vertical como horizontalmente, na cooperação inter-segmentos. Mas, apesar da alta qualificação da mão de obra, são carentes nas especialidades de curadoria, produção e transporte de obras.

Com equipamentos que hoje não existem na cidade, o Setor ganharia nova dinâmica atraindo novos empreendimentos.

5.4.2. FOLCLORE

Capacitação Inovativa e Processos de Aprendizado

Não há exigência de uma habilitação básica ou formação específica para pertencer a grupos folclóricos ou ser pesquisador do folclore. Na cultura popular é comum o termo “*mestre*”. O que torna uma pessoa mestre é o seu conhecimento sobre uma determinada área do folclore. E quem dá esse conhecimento é a vida, é um processo de aprendizagem. “*Mestre*” é reconhecido pela comunidade para todas as áreas – folclore, candoblé, dança, etc. O mestre tem conhecimento e liderança para organizar uma comunidade em torno de si. Para organizar uma festa (geralmente de 4 dias), o mestre tem

que ter conhecimento de logística (tudo que envolve as questões práticas de uma festa popular) e do ritual da festa.

Um grupo folclórico, envolve um grande grupo de pessoas entorno do mestre. Quando há uma festa, tem que se preparar as roupas, o local, os instrumentos musicais, limpar a igreja, preparar bandeirinhas, novena, etc., movimentando por grupo entre 80 a 100 pessoas nos preparativos e execução.

Os pesquisadores e estudiosos do folclore são pessoas que se formaram e se credenciaram como tal pelo tempo e pelo conhecimento do tema. Não há no Brasil curso sobre folclore. Prevaleceu a visão da USP, induzida por Florestan Fernandes, que combatia o folclore, dizendo que este era o ópio do povo. No Espírito Santo não tem nenhum curso de especialização em folclore. Apenas uma matéria sobre folclore no curso de sociologia da UFES.

Com relação a capacidade do setor absorver inovações, há um processo continuo de adaptações e de releituras para que movimentos folclóricos continuem. As *“florinhas”* do Ticumbi que antes eram feitas de papel crepom hoje são feitas de plástico. Assim como os discursos dos mestres incorporam temas da atualidade. Vale a máxima de que *“tradição não é o que é velho, mas sim o que é feito e praticado”*.

São os encontros e eventos os locais de trocas, aprendizagem e de crítica sobre o folclore. Nesses encontros e eventos sobre cultura popular os pesquisadores do folclore em contatos com estudiosos de outras áreas do conhecimento fazem críticas e revisões conceituais das questões materiais do folclore (as festas) e das questões simbólicas (os ritos do dia a dia).

Estrutura de produção e mercado

Muitos são os problemas enfrentados:

- O setor ressurte de técnicos com conhecimento sobre cultura popular. Não há, de forma generalizada, apoio para os grupos folclóricos, assim como não há apoio para os pesquisadores. Falta curso de especialização na área.
- Com relação ao mercado, há demanda crescente para apresentações dos grupos folclóricos. E apesar dessa demanda crescente não há, na opinião da Comissão de Folclore, o risco dessas apresentações alterarem as tradições. Os integrantes dos grupos não vivem em função das ajudas de custo que as apresentações proporcionam.
- Com relação ao trabalho dos pesquisadores ligados à Comissão de Folclore há a produção de vídeos e a venda do direito de imagem, além dos cursos de capacitação para professores do Estado e de alguns municípios como Vila Velha e Viana (Vitória não participa).

Governança e Desenhos Institucionais

As principais estruturas de organização do setor folclore são:

- Comissão Espírito-santense de Folclore.
- Associação Municipal de Folclore - Vitória;
- Federação Estadual de Bandas de Congo.

Com relação ao trabalho de promoção de ações cooperativas a Comissão vem incentivando a criação pelos municípios de Associações Municipais de Folclore. Além disso, cuida para não haver exploração dos grupos folclóricos, media ações e divulga o nosso folclore e o trabalho dos grupos.

Informações Complementares:

ENTREVISTA:

- *SETOR: Folclore*
- *FONTE PESQUISADA: Associação das Paneleiras de Goiabeiras*
- *ENTREVISTA A: Rosemary Loureiro Amorim – Presidenta da Associação*
- *NÚMERO DE INTEGRANTES: 120 (cento e vinte) cadastrados e em torno de 60 terceirizadas (nas funções como: alisar, queimar e tirar da fogueira, aplicar tanino, entre outras)*
- *TOMBAMENTO: os métodos e produção das Pannels de Barro foram o primeiro Patrimônio Imaterial Brasileiro tombado.*
- *Como se encontra hoje:*
- *1. A Associação das Paneleiras de Goiabeiras é mantida por uma taxa mensal, mas menos de 20% cumprem com o pagamento, e administra um galpão, que serve como sede e local do trabalho cooperativado. São em média 25 (vinte e cinco) “Paneleiras” que trabalham na suas próprias pannels, para juntas atenderem a demanda do mercado.*
- *2. A cooperativa concentra e é a principal abastecedora de pannels de barro, outra fonte de produção é a individual ou em família, moradores da região, do Bairro Goiabeiras produzindo e vendendo em suas residências. Mas, todas de feitió único.*
- *3. Diariamente dezenas de compradores e turistas, espontaneamente ou em grupos de agências, visitam o Galpão e assistem a confecção das pannels enquanto compram as de sua escolha. São enviadas também encomendas para outros estados e países.*
- *4. Semanalmente grupos de estudantes das escolas públicas e particulares são agendados para fazer oficinas, junto com as “paneleiras”.*
- *Quanto a Estrutura de produção.*

- 1. O ícone “*Panela de Barro*” é uma referência da cidade de Vitória e do Estado, pois só nela se faz a verdadeira *Moqueca Capixaba* o principal prato da nossa culinária. Mas, a sua produção utiliza dos mesmos rústicos instrumentos e métodos, que os antepassados desenvolveram. De geração para geração o processo é repassado e mantido em sua forma.
- 2. Na cooperativa da Associação outros auxiliares, terceirizados, executam trabalhos de apoio de forma individual, alisando com pedra de rio ou batendo tanino nas panelas, ou coletiva na queima e retiro das peças no pós queima.
- 3. O Galpão já se tornou pequeno pela procura crescente de visitação e produtos.
- 4. As condições de acesso ao Galpão é muito precária, não existe estacionamento nem condições de receber ônibus de excursão devido ao estreitamento das ruas.
- 5. Devido a falta de recursos não se tem um folder para apresentar sua história, receitas, e desenvolver uma comunica o para consolida o desse Patrimônio Nacional. Nem um apoio para participa o em feiras em outros estados.
- Políticas Públicas:
 - 1. Há um verdadeiro temor que a desapropria o feita na beira do mangue para a instala o de um “Parque Tecnológico” venha a estrangular as suas atividades centenárias.

- 2. *Sugerem em contra partida a desapropriação do terreno ao lado do Galpão, onde funciona uma oficina mecânica, para ampliação do Galpão e criação de melhores condições de produção e atendimento.*
- 3. *Devido a sua importância histórica, a isenção do Imposto Predial e Territorial para o Galpão além de justificar-se, ajudaria à própria Associação na capacidade de investimento ao fim que se propõe.*
- 4. *As “paneleiras” mais antigas e que não mais trabalham, não tem direitos a aposentadoria e passam muitas dificuldades. Falta assessoria jurídica que as orientem, devido às peculiaridades de sua atividade produtiva ao longo de sua vida, que geralmente, produzem comercialmente numa faixa dos 12 (doze) anos até mais dos 70 (setenta) anos.*
- 5. *Que promovam as Panelas de Barro de Goiabeiras e a cidade de Vitória. Promoção de um selo ou certificado para os restaurantes que utilizem as panelas originárias de Goiabeiras nas confecções das moquecas.*
- 6. *Orientação e apoio à participações em eventos nacionais e internacionais*

5.4.3. ARTESANATO:

Segmentos: produção pelos artesãos de Vitória: madeira, tecido bordado, vidro, cerâmica, panela de barro (decoram), bijuterias, roupas bordadas a mão, tapetes (tear), cabaça, garrafas pety (bonecas).

Capacitação inovativa e processos de aprendizagem

Não é necessária formação acadêmica para fazer artesanato. *“Se tiver formação é artista plástico”.*

O Sebrae é uma instituição que vem apoiando fortemente o artesanato aqui no Espírito Santo, formando núcleos de artesanato e dando cursos de capacitação. Há cursos gratuitos e pagos. O Sebrae tem um programa de curso anual para as áreas gerencial e técnica.

O setor de artesanato, para se atualizar ou absorver processos inovativos, participa de feiras, congressos, consulta revistas especializadas, visita artesãos de outras localidades.

Um evento que acontece duas vezes por ano e que é importante para o artesão apreender técnicas ou ter idéias é o ARTESANATO GIFT FAIR – Feira Internacional de Artesanato, que acontece em São Paulo no Expo Center Norte. Há artesanato de tudo que se imagina. É importante porque abre o campo de trabalho e de aprendizagem e agrega novidade ao trabalho. “Artesanato é idéia”.

Estrutura de Produção e Mercado

A maioria da matéria prima utilizada é comprada fora do Espírito Santo, geralmente em São Paulo (tecidos/bijuterias). Há também compras que são feitas diretamente nas fabricas (toalhas que vem do Rio Grande do Sul, pano de prato que vem de São Paulo e durepox). Já o maquinário, que não é especializado, é comprado no estado, assim como o MDF. Essas compras são feitas pela Associação que consegue redução de preço por que compram em quantidade e porque tem isenção de imposto. A associação é uma Ong.

A estrutura de trabalho dos artesãos ligados a Associação de Artesãos é formada por entes da família, vizinhos ou colegas. Formado por 2 a 3 pessoas por artesão, o grupo trabalha em geral na casa do próprio artesão. O ideal seria ter um local onde todos os artesãos pudessem trabalhar, mas o que inviabiliza é o custo do aluguel. A infra-estrutura que o setor requer depende do que produz cada artesão. Já o Sebrae estrutura os artesãos em núcleos, onde a produção é coletiva, diferente da Associação onde é cada um por si.

Os problemas do setor estão relacionados a:

- Falta de local para vender seus produtos;
- Local para trabalhar em conjunto;
- Integração entre os artesãos;
- Preço do produto final. Cada um coloca o valor que acha. É o mesmo produto com preços diferentes.
- Empréstimo (juros altos) principalmente para compra de maquinário.

Os principais canais de comercialização dos produtos são:

- Praça dos Namorados;
- Feiras e eventos;
- Loja da Associação em Jardim da Penha;
- Encomenda (quando alguém vai viajar para o exterior, aniversário, etc);
- Congressos (nos congressos e grande eventos nacionais os artesãos são convidados a participar expondo e vendendo seus produtos).

Com relação a serviços comuns que são recomendáveis é citada a questão de empréstimo de dinheiro para compra de maquinário e matéria prima.

Com relação a energia empreendedora do setor os artesãos trabalham em parceria com o governo de estado, com os municípios e com o Sebrae para realizar eventos e feiras.

5.4.4. AUDIOVISUAL

SEGMENTOS PROFISSIONAIS DO SETOR: Produtor, Diretor, Diretor de Fotografia, Ator, Técnico de som, cenógrafo, figurinista, cenotécnico, continuista, microfonista, eletricista, maquinista, editor e assistentes de diversas áreas.

Quanto à capacitação inovativa e processos de aprendizado

O setor não exige habilitação básica para a capacitação e qualificação profissional dos agentes. Para outros segmentos profissionais que atuam no setor, também não é preciso nenhuma qualificação formal, mas sim experiência e conhecimento da área. Qualificação só é exigida quando o profissional for se regulamentar. É sentida com muito vigor a necessidade de maior investimento em cursos de capacitação técnica, para melhorar a capacitação dos segmentos, pois há poucos profissionais qualificados para as várias áreas da produção.

A capacidade do setor de absorção de processos de conhecimento, de geração e de transferência de inovações é limitada. Pela ausência de cursos e pelo recurso limitado que circula nesse setor cultural, o conhecimento e a transferência de novas tecnologias, se dá mais pelo interesse de alguns profissionais da área, através do uso de equipamentos e pesquisa em inovações tecnológicas a partir de suas necessidades de produção, transferindo a outros profissionais e setores (publicidade e educação) de uma forma informal. No entanto, verifica-se que, dependendo da verba de produção, o setor procura produzir utilizando equipamentos com o máximo possível de inovação tecnológica.

Quanto a Estrutura de produção e padrões de mercados.

Para produzir seus trabalhos o setor utiliza serviços especializados como, os de alta tecnologia, apoio à produção e patrocínio. No mercado local o setor consegue ser atendido por produtoras ou locadoras de equipamentos indispensáveis a sua produção como câmeras digitais. No entanto é ainda deficiente em parque de luz, maquinaria, câmeras de cinema de 16 e 35mm e som.

Para cada filme de curta metragem produzido em Vitória o setor emprega uma média de 40 pessoas. Por ano são realizados cerca de 6 a 7 filmes no Estado, praticamente todos com o incentivo da Lei Rubem Braga e produzidos na Grande Vitória.

A infra-estrutura que o setor requer para funcionar baseia-se em: uma logística de produção (transporte, alimentação, hospedagem, escritório); em equipamentos básicos para filmagem composta de luz, câmera e som; em materiais de cenografia e figurino e elétrica; em ilhas de edição e pós-produção de imagem e som (digital). Para película, o mercado local não possui nada estando tudo concentrado basicamente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Os principais problemas que o setor enfrenta são a falta de políticas públicas estaduais e lei de incentivo estadual ou edital, pois atualmente só há um edital de finalização no valor de 60 mil reais e a lei Rubem Braga. Há falta também de cursos de formação técnica e superior para as várias atividades do setor e de equipamentos na área de cinema (película). Faltam salas de exibição para a produção independente e infra-estrutura de distribuição, assim como divulgação e cursos e eventos na área de inovação e pesquisa tecnológica.

Há dificuldade do setor na comercialização de seus produtos. Não há canais específicos no estado para veicular vídeo. Os Curtas não tem janela comercial, são veiculados principalmente em festivais e mostras (locais, regionais, nacional, internacional) e circuitos cineclubistas. Fora do Estado alguns canais de TV pagam pela exibição. No caso do longa metragem, se houver uma boa distribuidora, há a possibilidade dele entrar em circuito comercial.

Como forma de racionalização da produção com redução de custos o setor acha recomendável a existência no Estado de equipamentos de luz e câmera, evitando assim a locação cara em outro estado e o transporte interestadual o que vem onerando a produção. Há uma média capacidade empreendedora do setor para criar novos segmentos. A carência sentida para tanto está na ausência de cursos de formação tecnológica e na falta de incentivos para pesquisas.

Não há uma forte intensidade na relação de interação e cooperação intersegmentos, seja vertical ou horizontal, o que mostra que o setor não conversa entre si, apesar de haver uma avaliação de que é muito grande a capacidade de atração de novos empreendimentos.

Quanto a governança e desenhos institucionais

A principal estrutura de organização do setor é a ABD&C - ES, que é co-irmã das outras ABD's presentes em todos os Estados nacionais e vinculada a ABD nacional. As ABD's são associações de produtores e diretores. A associação tem um papel de grande importância no sentido de mediar a relação entre os agentes do setor e promover ações cooperativas em âmbito local

Com relação às sugestões da Associação para uma política de dinamização do setor destacam-se os investimentos nas atividades de:

- Formação, com um curso técnico e/ou superior para as várias atividades do setor.
- Editais para produção.
- Sede que centralize a produção e difusão da atividade, gerida pelos próprios profissionais do setor.
- Montar uma rede de distribuição dos produtos audiovisuais.

Destaques:

- Necessidade de maior investimento em cursos de capacitação técnica;
- Baixa capacidade de gerar e de transferir novas tecnologias;
- Falta de políticas públicas estaduais e lei de incentivo estadual;
- Faltam salas de exibição para a produção independente e infraestrutura de distribuição, assim como divulgação e cursos e eventos;

- Dificuldade do setor na comercialização de seus produtos;
- Não há uma forte intensidade na relação de interação e cooperação intersegmentos;
- O setor está organizado.

5.4.5. Dança

Avaliação do Prodança do

Setor cultural em Vitória

O setor cultural em Vitória é de porte médio e vem demonstrando capacidade de fazer crescer o movimento artístico, porém é expressamente conturbado pela burocracia institucional, o que faz com que a relação de cooperação (entidade e setor público) existente se resuma a poucos projetos. E, em prazos não condizentes com a necessidade da classe artística, colaborando então, com uma desorganização do calendário, de grande significância estrutural no desenvolvimento da DANÇA. A mesma referência é extensiva para órgãos do nosso Estado.

A estrutura organizativa da dança é feita em Vitória pelo PRODANÇA, Associação das Cias. Profissionais de dança do Espírito Santo, fundada em 1999/2000, e é através desta associação que os profissionais estão conseguindo maior expressão e comunicação dentro dos órgãos públicos nacionais.

A aprendizagem é feita, além das escolas particulares pela Escola de Teatro e Dança FAFI. A FAFI, mesmo ainda carente de informação e investimento tem sido um importante ponto de partida para conscientização do movimento

artístico de nosso Estado e Município. Esse espaço é de grande importância para o desenvolvimento da dança em nosso município.

Um dos problemas principais para a DANÇA está na falta de um grande centro coreográfico, com salas para preparação, ensaios e montagens, debates e troca de informações, além de guarda de cenários e de uma sala de apresentação com palco com estrutura para receber grandes companhias.

É sentida também a necessidade de formação tecnológica. Isso é observado quando os grupos saem do Espírito Santo e deparam principalmente com equipamentos de iluminação, com mesas computadorizadas e maquinários e estrutura totalmente fora dos padrões usados aqui.

CAPACITAÇÃO INOVATIVA E PROCESSOS DE APRENDIZADO

Com relação à habilitação básica, até pouco tempo era exigência a formação clássica para um bailarino. Atualmente essa formação pode ser adquirida através de outros meios de trabalho corporal já que todas as Cias. de dança existentes no município dão preferência ao estudo da dança contemporânea. Porém como comprovante de sua capacitação o SATED executa provas de avaliação profissional, e é com esse título que o bailarino comprova sua capacitação. A PRODANÇAS pretende brevemente ser responsável por esta ação já que é na PRODANÇAS que se reúnem todos os profissionais da dança do município.

Com relação à capacidade do setor em absorver, gerar e transferir conhecimentos inovativos, basicamente essa capacidade está localizada nos grupos de dança, nas instituições, nas empresas locadoras de equipamentos e nos encontros culturais. Há a necessidade de se investir no segmento tecnológico (formação de profissionais e instrumentais) voltado à iluminação e equipamentos para palco. É sentida também a necessidade de intercâmbio contínuo com os pensadores da dança e com os curadores dos grandes

eventos nacionais. Esses investimentos são necessários para que a dança tenha expressividade fora de Vitória. Portanto, para melhorar essa capacidade falta apoio, informação e estrutura.

Hoje o esforço no desenvolvimento de mecanismos de aprendizado voltado para inovações é por conta dos associados e do Prodança, que vem desenvolvendo algum tipo de pesquisa.

Basicamente são todos associados ao Prodança que vão a busca de informações fora do ES.

Com relação à qualificação dos segmentos que atuam em conjunto com o setor, a avaliação é de que a carência sentida está na falta de pessoas capacitadas para comentarem os espetáculos de dança na mídia falada e escrita. Um crítico de Dança. É preciso que tudo que se apresenta em Vitória repercuta na mídia escrita e falada.

ESTRUTURA DE PRODUÇÃO, PADRÕES DE TERRITORIALIZAÇÃO E MERCADO.

A forma com que o setor consegue colocar no mercado seus produtos é basicamente através de leis de incentivo, nacional e municipal, de editais e de apoio à circulação.

Para o desenvolvimento de seu trabalho, a maioria do material que a dança necessita ainda vem do eixo Rio São Paulo e são vendidos nas lojas que atendem a dança. O setor conta com algumas empresas locais que produzem ou locam equipamentos, porém o custo é alto, e no caso dos teatros eles não são equipados. Como decorrência, o artista local tem que se adaptar a essa realidade dos teatros públicos locais para realizarem seus espetáculos.

Com relação ao mercado profissional a situação hoje é bem diferente de uns anos atrás. Há 20 anos atrás não existia em Vitória um movimento de dança

profissional. Atualmente há 9 cias de dança profissional filiadas a Prodanças (Associação das Cias profissionais de dança do ES), todas trabalhando para manter o profissional aqui em Vitória.

O tipo de emprego que os bailarinos exercem além de dançar profissionalmente é o de dar aulas nas escolas particulares e, na realidade, é isso que vem mantendo os bailarinos locais.

Há uma média de 40 a 50 profissionais ligados ao Prodanças (nº que varia muito de acordo com a quantidade de projetos culturais na cidade).

No entanto, há uma carência total com relação a técnicos de som, luz e palco.

O setor sente falta de uma infra-estrutura mínima para seu funcionamento, constituída por um espaço próprio para a dança profissional, tipo um centro coreográfico, salas para ensaio, sala para depositar os cenários e piso adequado para a dança (linóleo).

Além disso é possível elencar ainda três tipos de carências:

- Estrutural - uma sede (centro coreográfico com salas e espaço para ensaios e material cênico) - um grande teatro.
- Tecnológicos - técnicos informados
- Insumos –Intercâmbio, circulação, etc...

Como forma de reduzir os custos de produção o setor entende que há serviços comuns que podem ser compartilhados como, de diretor, coreógrafo, professor, assistente de ensaio, contador, fotografo, produtor, iluminador, sonoplasta, cenógrafo, artista plástico, roteirista, entre outros.

A relação de interação intersegmentos (sentido horizontal) é baixa. Não há troca ou trabalho conjunto com músicos, artistas plásticos, poetas, produtoras de vídeos etc. No entanto essa interação no sentido vertical é alta quando se trata do mesmo setor (sapatilhas, figurinos).

Apesar das dificuldades, entende o setor que há disposição e trabalho que possibilitam o surgimento de novos atrativos relacionados à dança. Tratando-se de Vitória, que é uma cidade que não tem apoio empresarial à cultura, a Dança ainda é muito dependente do setor público para manter um certo calendário que garanta uma agenda anual, porém, é difícil conseguir que essa agenda seja executada da forma que o setor idealiza. Então, projetos que deveriam funcionar todos os meses do ano, funcionam por semestre. O Festival Vitória Brasil, que está em sua 11ª edição, e que deveria ser um Festival NACIONAL, muitas vezes não tem apoio suficiente para fazê-lo do tamanho que importaria, além de não ter recursos anuais reservados e a demora na afirmação do valor direcionado a este Festival contribui significativamente para que ele não seja organizado melhor.

No entanto, há um esforço do setor de atrair para Vitória empreendimentos novos. Várias Companhias profissionais e coreógrafos de reconhecimento nacional estiveram em Vitória por causa da dança profissional. Uns para montagens de espetáculos com Cias. locais e outros para apresentações nos teatros.

Como Vitória é uma cidade que não tem sequer um Teatro digno de receber grandes companhias, nem mão de obra adequada, manter qualquer movimento vivo é muito difícil. Porém o setor tem profissionais de dança preparadíssimos e que já foram convidados pelas maiores Cias. do Brasil para fazerem parte como bailarinos, e coreógrafos e que participaram de concursos nacionais e foram premiados.

GOVERNANÇA E DESENHOS INSTITUCIONAIS

1)- Quais são as principais estruturas de organização ligadas diretamente do setor?

As principais estruturas organizativas do setor são o PRODANÇA - Associação das Companhias Profissionais de dança do ES e o SATÉD – Sindicato dos

Artistas, que também incorporam outros segmentos, como iluminadores, sonoplastas, artistas plásticos, cenógrafos, figurinista, entre outros.

Essas entidades têm um trabalho importante no sentido de mediar a relação entre os agentes do setor, pois foi somente com a criação da PRODANÇAS que a dança teve expressão nos órgãos públicos e pode ser mais ouvida.

5.4.6. DESIGN DE INTERIORES

CAPACITAÇÃO INOVATIVA E PROCESSOS DE APRENDIZADO

A habilitação básica para atuar é dada nos cursos superiores de design de interiores. Esse nome pode variar conforme a Instituição Superior de Ensino, mas ele possui conteúdo programático semelhante, carga horária compatível e fornecem diploma de nível superior.

São os seguintes os cursos: Projeto de Interiores, Arte Decorativa, Composição de Interiores. Todos com características e identificação acadêmica no MEC.

A FAESA tem um curso de design de interiores que atende a formação das pessoas que querem atuar nessa área. No entanto, não há no Estado curso de atualização na área.

Os segmentos que trabalham com os profissionais de design de interiores, não necessariamente possuem cursos superiores. São na maioria técnicos e profissionais autodidatas (marceneiros, serralheiros, etc).

Com relação à capacidade inovativa, o setor de Design de Interiores gera processos de conhecimento, geração e transferência de inovações nas áreas de movelaria, artes plásticas, empresas de materiais de revestimento e acabamento (piso, teto, parede), luminotécnica, vidros, metais, tintas, têxteis, tapeçaria, marcenaria, artefatos e acessórios. O processo inovativo se dá em função dos projetos de decoração e mobiliário, da troca de experiência entre os

profissionais do setor a os segmentos e do trabalho de pesquisa das empresas de materiais industriais.

Evento como a Casa Cor e aqueles promovidos por lojas de móveis e utilidades domésticas possibilitam a troca de experiência e o conhecimento das inovações tecnológicas no setor.

Dada a abrangência da profissão os mecanismos de aprendizado voltados para inovações presentes no setor se dão de maneira formal (instituição de ensino e pesquisa das empresas) e informal (capacidade criativa dos profissionais do setor e dos segmentos).

A experiência dos profissionais do setor com os outros profissionais que lhe dão apoio mostra que a qualificação destes profissionais é adequada.

ESTRUTURA DE PRODUÇÃO, PADRÕES DE TERRITORIALIZAÇÃO E MERCADO

Grande parte dos materiais, equipamentos e serviços especializados utilizados pelo setor são encontrados no mercado da Grande Vitória.

O setor de design de interiores é formado por escritórios e profissionais autônomos que trabalham na sua grande maioria em conjunto outros três a quatro profissionais. Enquanto escritórios de design a estrutura de funcionamento é aquela afeta ao projeto, ou seja, prancheta e computadores com programa autocad.

Com relação aos problemas identificados, destacam-se:

- Muitas pessoas atuando como profissionais da área de formação. Como a profissão do Design de Interiores ainda não está regulamentada por lei (apesar de já ter sido aprovada na Receita Federal) qualquer um pode atuar neste setor.

- Como a sociedade não entende a importância do profissional de design de interiores, acabam contratando profissionais sem essa formação. Aí sempre acontecem problemas grosseiros em projetos executados ou em execução, onde os usuários acabam recorrendo aos verdadeiros profissionais da área.
- Outro problema são os profissionais da área de arquitetura, que na maioria das vezes, por causa da concorrência, acabam enveredando pelo setor de Design de Interiores, sem o conhecimento específico para atuar nesta profissão, criando as vezes sérios problemas.
- Há também deficiência no esclarecimento através de mídia confundindo mais ainda.

As principais carências / gargalos do setor são:

- Mão de obra
- Formação técnica – científico especializada

Como forma de minimizar esses gargalos o setor tem feito parcerias com o setor público para a capacitação dos profissionais.

Os principais canais de comercialização do trabalho dos profissionais de design de interiores é local (Grande Vitória) com projetos para residências e comércio (lojas) e empresas de fabricação de móveis.

Como a profissão de design de interiores ainda não é reconhecida a nível federal, o contrato entre eles e o contratante é feito de maneira informal, mesmo o mercado conhecendo o campo de atuação do setor. A divulgação do trabalho do setor é feita através de feiras, mostras e eventos e publicidade e os dos profissionais é feita através de eventos, mostras e por indicação.

O setor não apresenta intensidade nas relações e cooperação intersegmentos, seja vertical ou horizontal. São escritórios de design e profissionais com o foco no trabalho comercial. As relações são estritamente comerciais.

GOVERNANÇA E DESENHOS INSTITUCIONAIS

As principais instancias organizativas são o ICADI – Instituto Capixaba de Design de Interiores, o IAB – Instituto de Arquitetos e o CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. O CREA-ES também incorpora outros segmentos do setor, como os técnicos de nível médio. Essas instancias de organização – ICADI, IAB e CREA – são internas ao setor de design de interiores e atendem satisfatoriamente na questão profissional.

No entanto, são limitadas enquanto mediadoras entre os agentes do setor e na promoção de ações cooperativas em âmbito local, em função das determinações do grupo gestor das instituições e das determinações legais.

5.4.7.LITERATURA

Quanto à estrutura de produção, padrões de territorialidade e mercados:

Com relação ao processo de produção o escritor tem duas formas de editar seu livro: pela Lei de incentivo cultural Rubem Braga ou de forma independente.

O Estado e o município de Vitória não tem política editorial pública. Quem não é conhecido encontra dificuldade para distribuir seus livros. As livrarias não priorizam os escritores capixabas. Seus livros não recebem o mesmo destaque que escritores nacionais e internacionais conhecidos. Por sua vez, a Lei Rubem Braga ajuda a editar mas não tem um trabalho paralelo para dar vazão ao que ela incentiva.

Atualmente são produzidos por ano uma média de 15 livros pela Lei Rubem Braga e livros e revistas pela editora da Ufes, que produz trabalhos do corpo docente e discente da universidade.

A UVV, Novo Milênio e Estácio de Sá produzem revistas com artigos sobre os vários setores da cultura e contribuem com um olhar critico sobre a cultura.

Das formas de comercialização e/ou circulação das obras literárias no Espírito Santo, existem várias, mas que – de certa forma – são inconsistentes. Por um lado, no que diz respeito a serem locais ou estaduais, esbarra-se – no mínimo

– em dois problemas: não há distribuidores especializados e não há mecanismos de divulgação. Se a alternativa forem os distribuidores de bancas de revistas, a comissão é muito alta e encarece em muito o livro, principalmente, quando a edição é do autor. Livro de autor local, sem divulgação e caro tem tudo para o fracasso. Diante desses dois pontos cruciais, a tendência é que a comercialização seja em sua quase totalidade nos locais ou municípios onde a obra foi lançada.

Portanto, algumas formas de comercialização são:

- distribuição pelo próprio autor em livrarias e bancas e outras alternativas (farmácia, lojas, postos de gasolina, etc). Mas esse recurso é complicado, primeiro, porque tanto as bancas quanto as livrarias (as que aceitam) só o fazem em consignação e, depois, porque dependem de um acompanhamento permanente do autor, além de que os livros não são expostos, perdendo o destaque para os best-sellers, lançamentos nacionais e internacionais, lista de mais vendidos, mídia, etc.
- Vendas em bares, praças e ruas, de mão em mão.
- Escolas, tanto expondo no pátio, durante as realizações das “semanas culturais,” como também em visitas nas salas de aula, conforme permissão da direção da escola e de alguns professores.
- Existem também o caso dos escritores que ao fazerem palestras acabam por divulgar o livro e, dependendo do público, até se consegue vender alguma coisa.
- Trabalho com mala-direta ajuda também na venda de livros. (Há escritores que fazem isso desde 1981 e, entre livros e poemas-posters, já venderam mais de 250 mil exemplares).

Os escritores capixabas não encontram problemas com relação a serviços especializados na área gráfica. O que é produzido no estado tem qualidade em impressão e arte final.

Alem da questão da distribuição dos seus livros, os escritores ressentem de espaços para o debate e de cursos/oficinas de literatura. Não há treinamento para os professores trabalharem com literatura. Isso poderia incentivar os alunos o gosto pela leitura e a critica. O poder público não incentiva o investimento no resgate da memória literária do estado ou de seus escritores. Com relação a lei Rubem Braga duas situações são identificadas: o atravessador ou despachante de processo que chegam a manipular o tipo de produto final e a desobrigação por parte do município a ter uma política cultural após a implantação da lei.

A Internet é identificada como um problema relacionada a publicação, tendo em vista que é ai que alguns escritores veiculam seus escritos.

5.4.8. MODA

Quanto à estrutura de produção, padrões de territorialidade e mercados.

O mercado de moda no Es é promissor e começa a ser muito competitivo. A moda cada vez mais tem que produzir um produto diferenciado. Muitos profissionais da moda já estão sabendo que precisam se especializar porque no mercado capixaba está entrando empresa com visão empresarial. A moda em função disso tende a dar um salto muito grande.

Os eventos não conseguem mobilizar as empresas locais. Mobiliza apenas a parte que pensa para frente. Esses eventos acabam mobilizando empresas e profissionais de fora e poucos daqui (empresários sem visão).

Com relação aos problemas enfrentados é possível citar:

- Apesar do ES fazer moda há a ausência de um Plano de divulgação a nível nacional do Pólo de Modas do ES.
- Falta ao empresariado de moda uma visão profissional do setor;
- Falta proximidade da academia com as empresas;
- Com relação a agenda de eventos não há uma agenda única. No geral elas brigam entre si (períodos vazios ou com eventos acontecendo ao mesmo tempo);

- Falta no ES um grande evento de alcance nacional para que nesse período a moda feita no ES tenha visibilidade para fora do estado.

Quanto a governança e desenhos institucionais

Com relação à estrutura de organização o setor não tem uma associação ou sindicato.

Com relação a políticas para dinamizar o setor:

- Vitória tem tendência na montagem de eventos;
- Como Vitória não tem uma concentração das confecções é interessante trabalhar ao nível da RMGV;
- A viabilidade é constituir um pool de empresas e de profissionais, preparar um catálogo e constituir um agenciador, que teria o papel de levar as empresas as pessoas interessadas em seus produtos.

5.4.9. MÚSICA

Quanto à capacitação inovativa e processos de aprendizado

A formação dos músicos se dá basicamente em três níveis:

1. Escola de Música: forma para o mercado. Os músicos formados vão trabalhar na orquestra, vão tocar em igrejas (são pessoas ligadas a determinadas igrejas) ou vão dar aulas em escolas de música particular.

A Faculdade de Música do Espírito Santo é a única escola reconhecida pelo MEC em Vitória e no Estado.

2. UFES: na universidade há curso superior de música. Os alunos são constituídos por músicos que tocam na noite. São no geral, os músicos de primeira linha. Esses músicos não estão fazendo Ufes para obter técnica instrumental, mas sim por curriculum.
3. Formação prática: são os músicos que estão no mercado. Esses práticos é que fazem o grosso da produção musical do ES. Os

incentivos da Lei Rubem Braga para musica é basicamente captada por esse pessoal. São também os compositores de gingos.

Não há integração entre esses três tipos de músicos. Não há ninguém habilitado hoje para fazer isso. É um balaio de gato. Quem teria mais condições de fazer essa necessária integração seria o produtor cultural. Isso poderia começar com a realização de um seminário que discutisse esse processo e as ações necessárias para dinamizar o mercado capixaba.

O processo inovativo está por conta do computador. Músico grava sozinho em casa, não precisa mais do estúdio. Há programas de computador com batidas de músicos específicos. É tudo muito acessível. Com um bom computador, uma placa sonora e um bom microfone é possível fazer uma gravação de qualidade.

No entanto, a capacidade inovativa é totalmente espontânea e individual, sendo que muitas vezes o repasse de informações é evitado como forma de preservar o conhecimento num setor altamente competitivo. Faltando recursos para a atualização profissional

Quanto à estrutura de produção, padrões de territorialidade e mercados.

O mercado da música é formado basicamente por:

- Produção de CD;
- Mercado de gingos (políticos ou comerciais);
- Música específica para crianças;
- Música ligada a outras artes (teatro);
- Parceria da música com eventos (shows);
- Show.

Muitos são os problemas vividos pelo setor da música:

- Não há em Vitória casa de espetáculo onde o músico é reconhecido como artista. Falta um local com relacionamento profissional.
- Outro problema é o couvert (é preciso acabar com o couvert). O músico não divide com o dono da casa o couvert.
- Os cachês, apesar de aceitos, de forma geral pelos músicos, é a forma mais usual de pagamento, em substituição ao couver artístico, que mesmo cobrado do cliente não é repassado integralmente ao artista.
- Falta espaço de show/eventos. Espaço direcionado para o musico. Os shows estão vindo de fora;
- Os músicos não estão organizados para fazer um projeto e captar recursos ou aproveitar recursos de empresas. Acabam se sujeitando a tocar em barzinho;

É possível encontrar no mercado local os serviços essenciais ao setor. Qualquer instrumento musical é encontrado aqui. Há lutiers, estúdios (3 a 4) top de linha, luz, mesa de som e de 6 a 7 equipes de som e luz. O serviço de locação, palco, equipamentos de amplificação e outros necessários à execução musical em shows atendem as demandas do mercado.

Os estúdios de som, para gravação de CDs, gingos, etc., atendem as demandas da categoria, sendo necessário somente a copiagem em série ser feita fora do Estado. O detalhe é que muitos preferem copiarem artesanalmente e venderem informalmente para conseguirem preço acessível para o mercado. 90% da comercialização é informal.

No entanto, o município não dispõe de produção instrumental e a reposição de peças para instrumentos ainda é deficiente, tendo que buscar em outros mercados, dificultando o acesso e elevando os custos.

Cada músico profissional mobiliza de 4 a 5 profissionais, formados pelos técnicos de som/luz, pelos profissionais que montam os cenários e por aqueles profissionais que se especializaram em correr atrás do patrocínio.

O músico trabalha diretamente com o roldi, que é quem arruma palco, dispõe os instrumentos e algumas vezes até os afina, e o Técnico de som, que equaliza na mesa de som o sinal que vem de cada instrumento, ao gosto dos músicos e da banda. Só que esses técnicos são totalmente autodidatas e só são utilizados em apresentações de grandes bandas.

A qualificação profissional atende as necessidades de mercado, mas muitas casas que poderia receber música ao vivo não se adequou a legislação municipal e não pode oferecer espaço para o músico se apresentar.

As relações de interação intersegmentos existentes hoje são proporcionadas basicamente pelos empresários da área e se dão nos eventos essencialmente comerciais. São os shows, os festivais (Alegre), etc. Os work shop que poderiam ser um espaço de troca entre os músicos são incipientes.

O grande problema do músico hoje no ES não é tecnológico mas sim organizacional.

Quanto a governança e desenhos institucionais

As principais estruturas de organização do setor são:

- A Ordem dos Músicos seção Espírito Santo;
- Sindicato dos Músicos (funciona com mandado judicial).

A Ordem dos Músicos do Espírito Santo, é uma entidade de normatização profissional, reconhecendo e atestando como Músico Profissional, o prático - que é autodidata e submete-se a uma prova para a entidade avaliar seus conhecimentos,e, aquele que é oriundo de instituições de ensino reconhecidas pelo MEC.

No entanto, essas duas instituições não funcionam enquanto entidades organizativas/cooperativa. Não fazem um trabalho para promover ações cooperativas entre os músicos.

O trabalho da ECAD é passar nos bares e cobrar por metragem (quantidade de mesa).

5.4.10.IPHAN

Com relação ao arranjo produtivo de restauração de imóveis culturais:

O trabalho de restauração exige a troca ou a restauração de peças de uma edificação. Para tanto é preciso com que no mercado local tenha empresas que consigam atender as necessidades de restauração das edificações tornadas referências culturais.

Esse trabalho de cadastramento de empresas vem sendo feito pelo Iphan, mas encontra certas dificuldades. O contato com as marcenarias e serralherias é mais fácil porque estão acostumadas a trabalhar sobre encomenda, o que vem atendendo as necessidades que surgem nas restaurações. Quanto às olarias que trabalham com produção seriada e em escala a dificuldade para se conseguir que elas produzam telhas e lajotas, substituam as originais, é muito grande. Outra grande dificuldade é quanto ao paisagismo histórico, pois além da falta de profissionais qualificados, as espécies usualmente disponíveis não correspondem ao padrão das épocas.

Quanto a técnica de pintura dos edifícios tombados, que é feita quase que exclusivamente por caiação, encontram também algumas dificuldades relacionadas a mão de obra (pintores) que dominem o produto e a ausência de um laboratório para pesquisar a cal.

Na restauração dos monumentos culturais o Iphan procura mostrar através de uma sinalização interpretativa a técnica construtiva daquele imóvel e/ou o uso a que ele se destinou.

Mão de Obra:

O estado não tem cursos, em nenhum nível, para formação de mão de obra voltada para o desenvolvimento de projeto de restauração, em nenhuma área técnica ou profissional.

Integração institucional:

Não há integração das ações entre o município, o estado e a união.

A União tombou como patrimônio cultural no município de Vitória 6 imóveis, que são os seguintes:

- Museu Solar Monjardim;
- Casa na rua José Marcelino nº 197;
- Casa na rua José Marcelino nº 203/205
- Capela Santa Luzia;
- Igreja do Rosário;
- Igreja São Gonçalo.

- **INSTITUTO GOIA**

O Instituto GOIA, uma associação civil, sem fins lucrativos e de direito privado, possui como principal objetivo a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental, especialmente através da organização de treinamentos, cursos e atualização profissional, além da promoção e organização de estudos, pesquisas, eventos, oficinas e demais atividades culturais voltadas ao desenvolvimento de projetos de cunho educativo, cultural e social.

Um de seus principais projetos é a EMPAO - Escola Multidisciplinar Profissionalizante de Artes e Ofícios, que já rende seus primeiros frutos. Com sua estrutura elaborada em 2000, iniciou suas atividades em setembro de 2001 e a primeira turma formou-se em novembro de 2002. Atualmente está preparando a sua quarta turma e os jovens formados atuam como sócios voluntários do Instituto e prestam serviço, de forma cooperativada, a diversos proprietários de imóveis de interesse de preservação.

O interesse do Instituto GOIA é promover a sustentabilidade do projeto, acompanhando e orientando os alunos formados em sua inserção no mercado formal de trabalho. Nesse sentido, a inscrição destes como sócios voluntários facilita o contato permanente com os jovens, mesmo depois de seu período de formação teórica e estágio.

A qualificação de uma mão-de-obra especializada em restauro de edificações de interesse histórico traz benefícios tanto às famílias dos jovens envolvidos, com o aumento da renda através da bolsa de estágio em obra, como à comunidade como um todo, quando devolve à cidade seu patrimônio histórico preservado.

As mudanças comportamentais são visíveis, bem como o respeito e o envolvimento dos proprietários de imóveis de interesse de preservação, que, apostando nessa nova maneira de enxergar o patrimônio como integrante da imagem da cidade que se deseja, passa a contratar restauradores para revitalizar seu patrimônio, que muitas vezes ficou abandonado durante muitos anos.

Todas as ações do Instituto GOIA, através da EMPAO, objetivam a preservação pelo envolvimento efetivo, a parceria para a consecução dos objetivos propostos e a educação para a vida – visando a transformação da sociedade através da oportunização de alternativas de crescimento pessoal e profissional e da justiça social.

PRINCIPAIS ATIVIDADES e PROJETOS DESENVOLVIDOS:

1. ESCOLA MULTIDISCIPLINAR PROFISSIONALIZANTE DE ARTES E OFÍCIOS - EMPAO

- 2001/setembro - Início das aulas da primeira turma EMPAO:

Convênio: Instituto Goia x CST

Objetivos Gerais:

- Contribuir para a preservação do patrimônio cultural e ambiental, não somente pela formação de mão-de-obra técnica, mas através também da conscientização dos alunos e da comunidade quanto à importância da preservação;
- Formar mão-de-obra especializada na restauração / recuperação de edifícios.

Específicos :

- Resgatar a forma tradicional de transmissão de conhecimento dos antigos artesãos, numa relação direta com os discípulos / alunos;
- Valorizar a mão-de-obra artesanal;
- Ajudar a diminuir a taxa de desemprego – especialmente entre os adolescentes / jovens;
- Encaminhar o adolescente / jovem em sua inserção no mercado formal de trabalho;
- Promover a melhoria da qualidade de vida dos jovens envolvidos, bem como de suas famílias.
- Cultivar o espírito solidário e a participação em equipe, num processo de educação para a vida.

Turma: 25 alunos (máximo)

Carga Horária: 560 horas (teoria e oficinas) e 1260 horas (estágio remunerado)

Cronograma geral

2001/setembro	– Início da primeira turma (EMPAO 01)
2002/novembro	– Formatura da primeira turma
2003/outubro	– Início da segunda turma (EMPAO 02)
2004/abril	– Formatura da segunda turma
2004/outubro	– Início da terceira turma (EMPAO 03)
2005/julho	– Formatura da terceira turma
2005/maio	– Início da quarta turma (EMPAO 04)
2006/janeiro	- Formatura da quarta turma
2006/maio	- Início da quinta turma (EMPAO 05)

2. PROJETO MÃOS À OBRA

- 2004/ março – Início do Projeto Mãos à obra
Parceria com o Governo do Estado do ES

Módulo I – Resgate da Cidadania de Apenados a partir da qualificação profissional na área de restauro

Convênio: Instituto Goia x BANDES x Secretaria de Cultura do Estado do ES x Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do ES

Objetivo: Capacitação profissional de apenados em situação de regime semi-aberto em restauro de imóveis de interesse histórico-cultural

Turma: 8 alunos

Projeto piloto desenvolvido: MAES – Museu de Artes do Espírito Santo – restauro das fachadas

Módulo II – Centro de Profissionalização de Artes e Ofícios – Região Sul do ES

Convênio: Instituto Goia x CST x Secretaria de Cultura do Estado do ES x Prefeitura de Muqui x Prefeitura de Mimoso do Sul

Objetivo: Formação de mão de obra qualificada em restauro de edificações na região sul do estado do Espírito Santo

Turma: 20 alunos (10 de cada município envolvido)

Sede: Município de Muqui

Restauração de um imóvel em cada município durante o período do estágio remunerado

3. PROJETO OFICINARTE

- 2005/maio - Início da primeira turma do Oficinarte:

Convênio: Instituto Goia x CST

Objetivo: Produção de artesanato de qualidade, baseado nas raízes culturais do ES

Oficinas: Marcenaria, Cerâmica e Estuque

Turma: 30 alunos (10 para cada oficina)

- 2006/maio - Início da segunda turma do Oficinarte

4. RESTAURO DE FACHADAS DE IMÓVEIS DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO NO CENTRO DA CIDADE DE VITÓRIA - ES

4.1 – Conjunto de Imóveis localizados na Praça Oito de Setembro

2002/jul-nov – Edifício Lojas Base – Estágio EMPAO 01

2002/nov-dez – Edifício Loja Flor de Maio – Estágio EMPAO 01

2002/dez- – Edifício Centenário - Estágio EMPAO 01

2003/jan

2003/jan-mai – Edifício Pan Americano – Convênio Instituto Goia x BANESTES

4.2 – Curso de Aperfeiçoamento em Edificações Tombadas – Teatro Carlos Gomes

2003/nov- – Restauro das Fachadas do Teatro Carlos Gomes – Curso de
2004/mai Aperfeiçoamento em edificações tombadas – EMPAO 01 e 02

Convênio Instituto Goia x CST com interveniência da Secretaria de Estado
da Cultura do ES

4.3 - Casarão dos Cerqueira Lima

2004- – Projeto e Restauro do Casarão Cerqueira Lima – Cidade Alta - a
2006 partir das Oficinas da EMPAO (em andamento)

4.4 – Conjunto / Quadra - Supermercados São José e Lojas DIT

2003/jan- – Projeto e Restauro do Supermercado São José e das Lojas DIT –
abr e quadra localizada na av. Florentino Avidos – Estágio EMPAO 2

2003/set-

out

Contrato Instituto Goia x Proprietários dos Imóveis

4.5– Projeto emergencial – Salvamento de Elementos de Fachada

2004/nov – Casa Porto das Artes Plásticas

Convênio Instituto Goia x PMV

4.6 – Palácio Anchieta – 1ª Fase

2005/jan- – Restauração de parte das esquadrias externas e elementos
jun decorativos das Fachadas do Palácio Anchieta - através de curso
de aperfeiçoamento do Projeto EMPAO – 1ª Etapa

Convênio Instituto Goia x Fundação PROMAR – interveniência da Secretaria
de Estado da Cultura do ES e patrocínio da Petrobrás e CVRD

4.7 – Antigo Hotel Majestic

2005/jul- – Restauração das Fachadas do antigo Hotel Majestic – Centro
out Cultural Majestic – rua Duque de Caxias esquina Dionísio Rosendo
(em andamento)

Contrato Instituto Goia x Proprietário do Imóvel

4.8 – Antigo Hotel Palace

2005/jul-set – Restauração das Fachadas do antigo Hotel Palace – avenida
Florentino Avidos – Estágio EMPAO 3

4.9 – Antiga Faculdade de Farmácia – FAFABES

2005/dez – Restauração das Fachadas da antiga Faculdade de Farmácia do
ES para transformar-se na Sede da Secretaria de Cultura do
Estado do ES - avenida Cleto Nunes
(em andamento)

Convênio Instituto Goia x Secretaria de Estado da Cultura do ES

4.10 – Palácio Anchieta – 2ª Fase

2005/nov- – Restauração de esquadrias internas e elementos decorativos do
dez Salão Nobre, incluindo adornos em gesso/estruque/pintura mural
e piso parquet em mosaico de madeira

Convênio Instituto Góia x Fundação PROMAR – interveniência da Secretaria
de Estado da Cultura do ES e patrocínio da Petrobrás e CVRD

**O Estado através do Conselho Estadual de Cultura tombou os seguintes
imóveis em Vitória:**

- Arquivo Público
- Escola Maria Ortiz

- Teatro Carlos Gomes
- Prédio do mões (secretaria de administração)
- Fafi – Faculdade de Filosofia
- Antiga Assembléia Legislativa (Palácio Domingos Martins)
- Palácio Anchieta
- Mercado da Capixaba (Mercado Público Municipal)
- Catedral Metropolitana
- Frontispício do Convento de São Francisco
- Ponte Florentino Avidos e Ponte Seca
- Palácio Nestor Gomes
- Convento do Carmo
- Concha Acústica do Parque Moscoso
- Painel em afresco de Roberto Burle Max
- Acervo Cultural do Palácio Anchieta
- Conjunto rua Muniz Freire (nºs 43, 75, 97 e 103)
- Cripta e Lápide do Túmulo do Padre Anchieta
- Chafariz da Capixaba ou Gruta da Onça
- Jardim de Infância Ernestina Pessoa
- Painel de Cerâmica do Ed. da Escelsa
- Parque de Transmissões da Rádio Esp. Santo e seu acervo
- Forte São João (Saldanha da Gama)
- Relógio da Praça Oito

5.4.11.Rádio e TV

Quanto à capacitação inovativa e processos de aprendizagem

Na comunicação só o jornalista necessita de curso superior para atuar. Os publicitários e técnicos em radio e TV não precisam de formação superior.

A Faesa iniciou o curso de rádio e TV em 1995 com a primeira turma se formando em 1999. O curso enfoca todas as áreas de rádio e TV como roteiro, iluminação, sonoplastia, fotografia, apresentação e edição.

A Faesa tem convenio com a TV Assembléia. São produzidos pelo curso da Faesa três programas e apresentados na TV Assembléia. É espaço muito importante para o curso e de divulgação dos trabalhos produzidos. No caso da TVE também há a disponibilização do espaço para a apresentação de trabalhos.

Quanto à estrutura de produção e padrões de mercado

No campo de Rádio e TV o mercado é bastante amplo com mais de 100 possíveis áreas de atuação.

O Espírito Santo tem uma boa produção de audiovisual com um campo em evolução. Nos últimos três meses aconteceram três eventos de porte no setor. A perspectiva é que com a introdução da TV digital aumente muito a área de trabalho. Com a TV digital cada canal hoje existente abre a possibilidade para mais quatro canais.

Com o barateamento dos equipamentos de audiovisual e pela nova tecnologia empregada abriu-se um campo para que muito mais pessoas se interessem pela área e comecem a produzir.

Com relação aos problemas é possível destacar:

- Poucos espaços de exibição, apesar do estado ter capacidade de produção;
- Pouca produção de material regional;
- Faltam espaços alternativos, por exemplo cinema na praia, etc;
- Pouca valorização da mão de obra local;

Com relação a serviços especializados no estado, algumas demandas ainda são buscadas no Rio e SP (editores, cinegrafista, projetos de vídeos), assim como não tem no estado laboratório de película.

5.4.12. Restauração

FONTE PESQUISADA: Núcleo de Conservação e Restauração da Universidade Federal do Espírito Santo

ENTREVISTA A: Atílio Colnago

NÚMERO DE INTEGRANTES: 9 (nove)

SEGMENTOS PROFISSIONAIS DO SETOR: Restauração em Pintura e Escultura, Restauração em Papel, Restauração em Cerâmica, Técnico em Marcenaria, Químicos, Fotógrafo, (Raio X), Pesquisador e Historiador.

Quanto à capacitação inovativa e processos de aprendizado

Não existe uma habilitação exigida para a capacitação e qualificação profissional, pois não é uma profissão reconhecida. O curso de Artes Plásticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, oferece uma disciplina optativa: Fundamentos de Conservação e Restauração.

O Núcleo de Conservação e Restauração da Universidade Federal do Espírito Santo oferece estágios de dois anos para 05 estudantes com Bolsa de estudos cedidas pelo IPHAN (1), CST (2) e UFES – Pró Reitoria de Extensão(2), ao final os capacita como Técnico de nível médio em Conservação e Restauro nas áreas de Pintura e Escultura. Atendendo qualitativamente as necessidades do mercado.

O setor depende de eventos promovidos por entidades nacionais para participar de encontros e troca de experiência, conferências e apresentação de resultados para o setor. A ABRACOR – Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores e CEIM – Centro de Estudos do imaginário Brasileiro. Repassando de informalmente as informações.

Quanto a Estrutura de produção e padrões de mercados.

Atuando com prestação de serviços para particulares, instituições e principalmente comunidades religiosas, o setor enfrenta problemas por falta de materiais de consumo geralmente importados (pigmentos, vernizes, tecidos, adesivos e outros) e somente encontrados em outro estado.

Espaço físico é também uma carência que entrava instalação e o desenvolvimento de técnicas de restauro em papel e cerâmica, o que poderia atrair novos empreendimentos e oferta de serviços.

Um Centro de Arquivologia para guarda da memória e documentos seria um importante equipamento para uso comum do setor. Assim como Produtores especializados para produzir e organizar e desenvolver projetos.

12. Síntese do diagnóstico

1. Introdução:

O objetivo deste relatório é fazer um diagnóstico preliminar do desenvolvimento cultural da cidade de Vitória e de suas conexões com os demais âmbitos da vida urbana local.

O seu pressuposto fundamental está contido no *“Termo de Referência para Elaboração do novo Plano Estratégico da Cidade de Vitória (Versão Preliminar) Agenda Vitória 2008/2028”*, onde está implícita, de nosso ponto de vista, a sugestão de se pensar a problemática da cultura urbana, tratada no item (g), e que inclui a “preservação dos espaços públicos, dos bens comuns, dos patrimônios ambientais e culturais, dos monumentos históricos e dos sítios e edificações de valor histórico”, do ponto de vista das “possibilidades e estratégias de enfrentamento à concentração de riquezas e bens produzidos”, e do “acesso e a universalização de políticas sociais como mecanismo para essa desconcentração e democratização”. Entende-se, neste sentido, que uma política de desenvolvimento democrática deve incorporar os conceitos de cooperação, confiança, etnicidade, identidade, comunidade e amizade, ou seja, os fatores que compõem o capital social de uma sociedade e que determinam o seu equilíbrio social, e que um rápido processo de crescimento econômico, como o que se prevê para a cidade de Vitória, pode aumentar as tensões sociais e o sentimento de incerteza de sua população.

Para tanto, a partir da conferência inicial proferida pelo prof. Paulo César Xavier Pereira e inspirado pelas teses nela apresentadas, examina-se brevemente a problemática cultural no mundo contemporâneo no item 2. No item 3 aprofunda-se a discussão anterior fazendo incidir a sua problemática sobre o tema das cidades contemporâneas e suas reestruturações. No item 4 faz-se um diagnóstico preliminar da evolução da cidade de Vitória, no plano cultural, tomando-se em consideração especialmente os depoimentos dos participantes dos diversos encontros promovidos pela Agenda Vitória, as 16 entrevistas realizadas por nós mesmos com representantes dos mais variados setores da criação cultural local, a pesquisa sobre *“Economia Criativa”*

realizada pela CDV em 2006 e as pesquisas realizadas pelo Instituto Futura para a Agenda Vitória, especialmente a pesquisa intitulada *“Identidade, imagem e patrimônio coletivo e cultural da Cidade”*. No item 5, também com base nas entrevistas que realizamos, efetuamos uma breve avaliação da política cultural posta em prática na cidade, a lei Rubem Braga e os eventos anuais promovidos na cidade. Também apresentamos neste item uma síntese do diagnóstico sobre a economia criativa realizado pela CDV em 2006. No item 6, com base nas pesquisas realizadas pelo Instituto Futura, discorremos sobre as expectativas que têm os moradores da cidade com relação à cultura. No 7 apresentamos as conclusões finais e apontamos os desafios que estão colocados para a cultura da cidade e finalmente no item 8 apresentamos os cenários possíveis para a cidade no plano cultural para os próximos 20 anos. No item 9 apresentamos as diretrizes e programas gerais, no 10 a bibliografia utilizada e no 11 os anexos e, finalmente, no 12, fazemos a síntese do diagnóstico.

2. A Problemática Cultural no Mundo Contemporâneo.

Em nosso entendimento, a conferência proferida pelo prof. Dr. Paulo César Xavier Pereira, intitulada *“Construir a Cidade: Pressupostos e Desafios”*, colocou a cultura no centro da problemática social contemporânea. Para ele, a cidade de hoje deve ser pensada essencialmente como o lugar da diversidade cultural (“o povo sempre tem mais de uma experiência juntamente com experiências novas”) e o lugar em que a ruptura espaço/tempo ocorre com a maior visibilidade. Outras teses relacionadas com essa foram levantadas pelo mesmo professor, tais como:

1. *“A importância da cidade tem que ser pensada em termos de sua história: ela faz parte de um projeto regional e nacional. No caso de Vitória, a cidade e sua história tem a ver com o porto”.*
2. *“A cidade está inserida em redes de cidades, com as quais compete e coopera, e seus contatos tem que ser pensados como fazendo parte de uma ordem mundial: o local se liga no internacional, o local tem que ser compatibilizado com o internacional, levando ao cosmopolitismo”.*

3. *“Os valores e a cultura tem que ser defendidos, já que o espaço coletivo é uma produção histórica: quais as experiências que devemos preservar? Como fortalecer as raízes? Devemos valorizar a identidade dentro de uma visão global; qual o significado cultural de Vitória.?”*

4. *“A cidade é educadora mas está perdendo este papel. Temos que saber as informações que nos interessam e quais as que interessam aos outros: a internet nos liga à vida internacional e os meios de comunicação são fundamentais”.* (Cf. Anotações pessoais da conferência)

Assim, a proposta que se baseia no resgate histórico e na valorização da cultura local baseia-se na convicção de que a identidade e a diversidade regional pode e deve se transformar em alavanca fundamental para o desenvolvimento integral da região ou cidade, uma premissa que supera de alguma forma o preconceito e as teorias que relacionavam de forma mecânica o atraso econômico às diferenças culturais, e se referiam com muita frequência aos chamados *“obstáculos culturais”*, atribuindo esse atraso à determinadas características psicosociais de suas populações .

Mas é preciso considerar também que a valorização da cultura e da identidade local, fundamentadas na idéia de que a diversidade e a diferença devem ser respeitadas, concepção que tem sido, como vimos, o alicerce sobre o qual se tem constituído as políticas culturais mais recentes, não pode subestimar, no entanto, a premência e a realidade de uma cultura contemporânea profundamente marcada pelo cosmopolitismo.

Neste sentido é que parece conveniente levar em conta o caráter essencialmente cosmopolita da cultura contemporânea, que implica a onipresença e a difusão de *“formas transnacionais de comunicação e de vida”*, e que implica também, como não poderia deixar de acontecer, transformações significativas nas atribuições e responsabilidades dos indivíduos e nas próprias imagens que estes indivíduos fazem de si, dos outros indivíduos e dos outros grupos sociais, transtornando completamente a noção que se pode ter da cultura hoje. (Beck, 2005:71)

3. A cidade contemporânea.

Em nenhum outro lugar essas transformações no âmbito mais geral da cultura são mais evidentes do que nas cidades contemporâneas, particularmente nas grandes cidades. Com a globalização, a ampliação das relações de mercado e o desenvolvimento tecnológico, que acompanharam a industrialização, as cidades assistiram a um enorme adensamento e verticalização das residências, dos locais de trabalho, de comércio, e de lazer. Por sua vez, a concentração nelas dos equipamentos, serviços e bens, materiais, culturais e simbólicos, promoveu uma urbanização da cultura que se tornou hegemônica diante das culturas não-urbanas, abandonando-se ao mesmo tempo qualquer sentido de homogeneidade identitária e se tornando espaços de interação em que *“as identidades e os sentimentos de pertencimento são formados com recursos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional.”* (Canclini, 2003:153) Impõe-se a convicção, segundo Fortuna e Silva, também expressada pelo prof. Paulo Xavier em sua conferência, de que cidade atual é essencialmente sinônimo de *“heterogeneidade social e cultural, de relativização de perspectivas e de afirmação de enorme diversidade de estilos e comportamentos sociais”*. (Fortuna e Silva, 2005:423) E é justamente por esta razão que se tornou contraproducente imaginar-se hoje a preservação da identidade ou das identidades da cidade através da idéia de isolamento ou de autarquia cultural, como se fosse possível evitar a intensificação dos contatos culturais e da negociação destas identidades com outros contextos.

4. O desenvolvimento cultural de Vitória

4.1. De 1950 à meados de 1970

Uma das cidades de origem colonial mais antigas do Brasil, Vitória é uma cidade em que a atividade portuária, e seus contatos com o *“exterior”*, sempre desempenharam papel relevante em sua trajetória. Neste sentido, pode-se dizer sem medo de errar que a ela também se aplica o dito de Peter Berger que serviu de epígrafe a este relatório, segundo o qual, *“desde os tempos mais antigos, as cidades sempre foram o lugar onde a abertura ao mundo e a sensibilidade para a maneira de pensar e de atuar dos demais estiveram na*

ordem do dia” e que sua história sempre foi marcada por esta abertura cosmopolita ao mundo.

No plano cultural, deve-se distinguir dois momentos razoavelmente distintos na evolução da cidade a partir de 1950. Num primeiro momento, as mudanças no tecido urbano que estavam associadas ao adensamento populacional antes mencionado foram plenamente absorvidas e transformadas em campo de exercício daquela mesma identidade cultural que estivera atuando nas décadas anteriores. Na verdade, pode-se dizer que em muitos aspectos estas mudanças teriam ajudado a consolidar uma atmosfera cultural cujos elementos estavam presentes apenas em germe nas décadas anteriores.

4.2 De meados de 1970 até hoje

Mas o que aconteceu na cidade, do ponto de vista cultural, entre o final da década de 1970 e a década de 1980?

Muitas mudanças concomitantes atestam que a cidade sofreria profundas transformações culturais a partir da intensificação daqueles desenvolvimentos urbanos que estavam se dando desde 1950. Os cinemas de rua fecharam quase todos, os teatros entraram em decadência, os bares tradicionais fecharam, as praças e ruas do antigo centro transformaram-se em simples local de passagem, as pessoas refluíram para o espaço doméstico, ou mudaram-se para outros bairros em grande número, os meios de comunicação (especialmente a televisão) ampliaram sua atuação penetrando extensamente nos lares com um repertório “*cosmopolita*” homogeneizante que mantinha agora quase nenhuma relação com a cultura local.

4.3. A era da “resistência” : as políticas de revitalização cultural

O Plano Estratégico da Cidade 1996-2010 – Vitória do Futuro, no seu item 3.2.4 – Cultura, fazia uma avaliação nada lisongeira do cenário cultural capixaba até o final dos anos 80, que apresentaria até aquela época, segundo o plano, “*um quadro de esvaziamento significativo*”(p.34)

E não é por outro motivo que, como apontou a historiadora Leonor Franco de Araújo: “*A partir da prefeitura de Dr. Vitor Buaiz, 1989 a 1992, as políticas públicas municipais despertaram para a revitalização do centro de Vitória. Inicialmente com ações voltadas para áreas de cultura e patrimônio, que depois se estenderam para a melhoria de vida dos que habitam e utilizam o centro para as mais diversas tarefas*”. (Op. cit, p.122)

E também não é por outro motivo que é nas políticas postas em prática a partir daquele momento, que de uma forma ou de outra tem a revitalização do velho centro como referência, e que no fundo são ainda movidas pela memória do que aquele centro representou para a identidade cultural da cidade, que se deve encontrar a raiz fundamental das diretrizes de política urbana e cultural que resultam no quadro atual da cidade, especialmente no plano cultural, um quadro que destoa completamente, como se verá, daquele traçado pelo *Vitória do Futuro* em 1996, o que demonstra a clara evolução ocorrida de lá para cá.

5. A política cultural de Vitória

5.1 Quadro institucional, estrutura da secretaria, rede e equipamentos.

A Secretaria de Cultura (SEMC) é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, apoio e execução das atividades para a difusão e formação cultural da população da cidade. A diretriz fundamental destas ações é a “valorização das raízes culturais da população” acoplando-a ao “desenvolvimento da cidadania no município de Vitória”. Neste sentido se compreende a cultura “como parte integrante e inseparável de uma política de melhoria da qualidade de vida e de aprofundamento das relações, tanto sociais quanto econômicas, com outras cidades do Brasil e outros países, especialmente os do Mercosul. Ações fundamentais neste processo são incentivar a formação de artistas e técnicos para produção cultural e manter uma política de disseminação das artes, tornando possível um amplo acesso à cultura por parte da população”.

5.2. Programas e Ações

A SEMC desenvolve uma série de projetos que visam a estimular e a preservar o desenvolvimento da cultura capixaba.

Entre eles estão a Lei Rubem Braga, o Circuito Cultural e um calendário de eventos anuais.

5.2.1 A Lei Rubem Braga

Criada em 1991 com o objetivo de incentivar a produção cultural na cidade concentram-se nela cerca de 25% dos recursos investidos em cultura no município. Tem-se como certo que esta lei trouxe benefícios e representou um avanço notável em termos de política pública para a cultura. No entanto, de lá

para cá nenhuma avaliação séria foi realizada sobre a verdadeira atuação da lei.

5.2.2. O Circuito Cultural

O Circuito Cultural de Vitória, visa a promoção, difusão e formação cultural, trabalhando cada região da Capital de forma diferenciada, conforme suas especificidades, a fim de contribuir para a inclusão social dos moradores de Vitória. Tem sido levado a todas as sete regiões administrativas da capital com a preocupação de criar um espaço para a produção cultural e consiste basicamente na realização de oficinas envolvendo tanto artistas já consagrados quanto novos talentos.

Além de permitir a geração de trabalho e renda, especialmente para os jovens, cria oportunidades de negócios na área da economia da cultura, movimentando o comércio local. Já passou pelas Regionais de São Pedro, Santo Antônio e Maruípe.

Participantes da Agenda Vitória, bem como entrevistados, fizeram elogios ao programa, destacando a descentralização do incentivo cultural que ele promove e o interesse demonstrado pela população dos bairros onde se realizou até agora o programa.

5.2.3. Os Eventos

Outra responsabilidade da SEMC é planejar e organizar as festas tradicionais da capital e os eventos de caráter cultural, como o desfile das escolas de samba, o carnaval de rua, a Festa de São Pedro, o Aniversário da Cidade e o Festival Nacional de Teatro Cidade de Vitória. Nesses, e em todos os demais eventos, a SEMC trabalha para levar aos moradores de Vitória opções variadas de lazer e entretenimento, sempre promovendo a inclusão, o desenvolvimento e a valorização social e cultural dos moradores de Vitória.

5.3. O financiamento

No exercício de 2005 o total da despesa realizada na função cultura alcançou a importância de R\$ 6.403.658,41, sendo que o total da receita da prefeitura

atingiu a quantia de R\$ 631.329.729,58. Isto corresponde a um dispêndio percentual com a função cultura de 1,01%.

Estes dados indicam que em termos de investimento em cultura a cidade de Vitória não destoa muito do que tem sido aplicado, por exemplo, em outras cidades da região sudeste/sul, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, cujos recursos destinados ao mesmo fim também oscilam em torno de 1% de seu orçamento. Chama a atenção, entretanto, a disparidade entre ela e algumas capitais nordestinas como Salvador, Recife e Fortaleza, cujos investimentos correspondem a mais que o dobro do de Vitória.

5.4. Diagnóstico da Economia Criativa-CDV-2006

Em 2006 a Prefeitura Municipal de Vitória, através da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), realizou (1) Inventário de Setores Culturais do Município de Vitória, abrangendo os setores de Folclore, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música, Moda, Patrimônio Histórico, Design, Rádio e Televisão, Literatura, Arquitetura, Audiovisual e Projetos Culturais; (2) Diagnóstico Situacional dos Setores Culturais do Município de Vitória e (3) Proposições de Políticas Públicas e Ações de Fomento para os Setores Culturais do Município de Vitória.

O contrato resultou na produção de quatorze relatórios completos (inventário e diagnóstico) e um relatório consolidado contendo um quadro completo das políticas públicas indicadas pelas entidades representantes dos setores culturais. Logo depois disso, no *“Plano de Apoio às Indústrias Criativas do Município de Vitória-(2007-2008)”* (cópia em anexo), ao lado do quadro enumerando as políticas públicas propostas por cada setor, o gerente de Projetos e Concessões teceu comentários sobre a política relativa a cada setor e a adequação das propostas em termos de política pública, bem como *“sugestões de encaminhamento aos diversos órgãos e secretários da administração municipal”*. Ao final do documento foram apresentadas cinco (5) propostas de políticas públicas que abrangeriam *“a quase totalidade dos setores consultados porém passíveis de serem realizadas no biêncio 2007-2008”*, a saber:

- 1. Realização do II Seminário de Indústrias Criativas.

- 2. *Espaço de Produção Cultural Multifuncional.*
- 3. *Centro de Referência do Artesanato - Mercado São Sebastião (Jucutuquara).*
- 4. *Realização do III Seminário de Indústria Criativa.*
- 5. *Escola Municipal de Artes e Ofícios.*

6. Expectativas da população com relação à cultura.

Há consenso entre os entrevistados que ocorreram modificações no setor cultural no decorrer da última década. Alguns apontam as transformações no ponto de vista da produção de eventos, relatando que ocorreu um aumento no número de amostras culturais, festivais e shows. Outros, apontam maiores incentivos à produção cultural de nível, não só municipal, mas estadual, com a criação da lei Rubem Braga, que para alguns, veio a ser a possibilidade de profissionalização do artista do Estado, e conseqüentemente, de Vitória.

Porém, apesar de ocorrerem modificações e iniciativas no setor cultural, ainda são grandes os desafios a serem enfrentados, pois partem do interior da categoria profissional e permeia a população, o setor público e o privado. Muitos dos entrevistados ressaltaram que apesar do aumento de eventos, a opção de lazer e entretenimento ainda deixa a desejar. Sentem a necessidade de uma maior movimentação cultural em toda a cidade, relatando que há dificuldade de encontrar até mesmo bares e restaurantes abertos, assim como, há escassez de uma programação mais especificamente local, bem divulgada e realizada em espaços adequados.

7. Desafios

As entrevistas que nos foram concedidas, juntamente com as pesquisas da Futura atestam, entre outras coisas, que se está vivendo desde os anos 1990 um momento de verdadeiro incremento da atividade cultural na cidade e de sua oferta cultural, cujos traços mais salientes permitem algumas conclusões, as quais preferimos expor, mais uma vez, nos mesmos termos da discussão que fizemos anteriormente, procurando manter dessa forma a coerência de nossa argumentação.

Este incremento da atividade cultural, atestado pela maioria de nossos entrevistados, possui uma direção que não está ainda muito clara mas é

possível delinear mesmo que sumariamente alguns dos seus contornos. E a simples admissão da hipótese deste delineamento já nos faz lembrar que podemos estar superando definitivamente aquela fase de “*desorientação*” cultural que havia marcado a trajetória identitária da cidade sobretudo nos anos 1980.

Ao lado da emergência de políticas públicas voltadas para a revitalização do antigo centro da cidade assiste-se também ao ressurgimento de um *ethos* identitário que não visa apenas à reconstrução pura e simples da monoidentidade do passado, que é impossível de ser feita, mas que incorpora também a perspectiva de acolhimento da diversidade cultural que hoje permeia a vida cultural da cidade. Assim, observa-se hoje também a emergência de experiências culturais, pontuais e incipientes, mas exitosas, em bairros populares como Ilha das Caieiras e São Pedro, Goiabeiras, Morro dos Alagoanos, Jucutuquara, e outros, onde se desenvolveram centros e práticas culturais locais que estão começando a mudar a imagem e o significado destes bairros e da própria cidade.

Estas práticas de conservação das tradições locais, que vêm abrir-se diante de si, agora com a colaboração muito estreita dos meios de comunicação de massa, uma escala mais ampla para sua divulgação, tanto no plano “*interno e regional*” quanto num plano mais amplo e universal, e que se beneficiam em muito da presença difusa de um cosmopolitismo realista que vê com simpatia a ressurgência destas práticas, abrem espaço também para aquilo que tinha sido reconhecido por dois autores que havíamos citado amplamente no item 3 deste diagnóstico, Fortuna e Silva, como “*a emergência das lutas pelo reconhecimento e afirmação dos direitos e identidades dos diferentes grupos sociais locais*” tornando-se evidente que a busca da identificação de imagens identitárias singulares que promovam a cidade no contexto regional, nacional e internacional, que está em pauta hoje como se pode ver nas entrevistas, não pode aumentar a fragmentação da cidade, pela estigmatização de suas minorias, mas deve ser compatível com a visibilização desta diversidade que compõe a paisagem cultural e social da cidade.

8. Cenários no Plano Global da Cultura da Cidade

Inercial

Vitória continua desenvolvendo a revitalização de sua identidade cultural, do centro histórico, etc., mas continua apresentando problemas de identificação da população com a cidade, com poucos espaços culturais e pouca ressonância no plano regional, nacional e internacional e uma produção cultural ainda incipiente.

Positivo.

Vitória passa a investir maciçamente em projetos culturais, revitaliza o seu centro histórico, afirma sua diversidade através da visibilização da cultura dos bairros e de seus diversos componentes sociais, étnicos, culturais etc, investe em seu marketing, a indústria cultural identifica-se cada vez mais com a cidade que se transforma numa verdadeira capital cultural exercendo notável influência no plano regional, e projetando-se também no cenário nacional e internacional. Amplia-se também o espaço da produção cultural local e democratiza-se o acesso a essa produção. Aumenta a qualidade de vida “cultural” de sua população.

Regressivo.

Deterioram-se os investimentos em cultura, abandona-se definitivamente o centro histórico, que se degrada violentamente, os bairros e as particularidades perdem qualquer visibilidade e referência e se transformam em verdadeiras “sub-cidades”, isolam-se e segregam-se os diversos componentes da cidade, decaindo também sua produção cultural, a indústria cultural “desidentifica-se” cada vez mais com a cidade.

